



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE CAMPO GRANDE
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

LUCIENE GOMES FREITAS MARINS

**O RURAL E O URBANO:
NOVOS E VELHOS FALARES NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO
BRASIL**

**Campo Grande - MS
2012**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE CAMPO GRANDE
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

LUCIENE GOMES FREITAS MARINS

**O RURAL E O URBANO:
NOVOS E VELHOS FALARES NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO
BRASIL**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação –
Mestrado em Estudos de Linguagens, na Área de
concentração Linguística e Semiótica, da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como requisito
para a obtenção do título de Mestre.**

Orientadora: Profª Drª. Aparecida Negri Isquendo

**Campo Grande - MS
2012**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE CAMPO GRANDE
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

LUCIENE GOMES FREITAS MARINS

**O RURAL E O URBANO:
NOVOS E VELHOS FALARES NA REGIÃO
CENTRO-OESTE DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Estudos de Linguagens, Área de concentração: Linguística e Semiótica, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Apresentada em 20 de março de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Aparecida Negri Isquendo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Orientadora

Prof^a Dr^a Vanderci Andrade Aguilera
Universidade Estadual de Londrina
Membro Titular

Prof. Dr. Auri Claudionei Matos Frubel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Membro Titular

Aos meus pais que na simplicidade de suas vidas forneceram-me os subsídios necessários para as minhas vitórias, tanto no nível pessoal como no profissional.

Ao Wallace, meu amado esposo, que esteve ao meu lado durante todos os momentos desta jornada. Agradeço-lhe, por todo o carinho, todo o amor e toda a força que me deu, pois sem ela não seria possível a concretização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Tudo pode parecer obstáculo quando não se consegue ver além das dificuldades. Para tanto, é necessário abrir os olhos e ir além das dúvidas, das incertezas, dos medos, das canseiras, isto é, ir além do próprio “eu”. Agradeço primeiramente a Deus por ter aberto – literalmente – meus olhos, dando-me o dom da vida.

Aos meus pais, *Raimundo* e *Maria José*, e às minhas queridas irmãs, *Lucimaira* e *Angelina* que me fizeram ir além, dando-me apoio e carinho quando tudo parecia obstáculo

Ao meu amado esposo e companheiro, *Wallace*, pela compreensão, pela dedicação e por todo amor. Por ter, sobretudo estado ao meu lado nas incansáveis madrugadas que passamos em claro. Agradeço ainda pelo desenvolvimento do *Aguim Search* que tanto me auxiliou; por ter me transmitido coragem e força, quando as minhas já pareciam não existir, fazendo, assim, com que eu fosse além do meu próprio “eu”.

À minha Professora orientadora, Dra *Aparecida Negri Isquendo*, que me acompanha desde a Iniciação Científica, quando eu mal conseguia escrever com coerência, quando mal compreendia o significado de léxico e, tampouco, de questões ligadas ao universo rural. Minha eterna gratidão por tudo que me ensinou.

Às queridas amigas *Vanessa Benke* e *Solange Stabile*, por terem sido amigas fieis desde o período da graduação em Letras. Meus agradecimentos pelas palavras: “você consegue”; pelo gesto “a gente se ajuda” e pela incansável oração “Lu, Deus é fiel”.

A Daniela Souza Silva Costa, que no decorrer desta caminhada se tornou uma grande amiga e aliada, na forma de ver, pensar e enfrentar as dificuldades; muito obrigada pelas atenciosas correções e contribuições para este trabalho;

A todas as meninas dos Projetos ALiB e ATEMS com quem convivo desde do período de Iniciação Científica, muito obrigada pela amizade, pelo carinho e, em especial, pelo companheirismo.

Ao Professor Dr. Auri Claudionei Matos Frubel, à Professora Dra Elizabete Aparecida Marques e à professora Dra. Cleonice Cândida Gomes pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação e à Professora Dra Vanderci Andrade Aguilera na Sessão Pública de Defesa.

Ao Comitê Nacional do Projeto ALiB, que na pessoa de sua presidente, Prof^a. Dr^a. Suzana Alice Marcelino Cardoso, autorizou a utilização do Banco de Dados do Projeto ALiB para a composição do *corpus* desta pesquisa, nossos profundos agradecimentos.

A todos os professores e alunos do Programa de Mestrado em Estudos de Linguagens, e, em especial, à Margarete Toribio, pelo carinho e amizade, e ao Thyago Cruz pelo auxílio nas traduções das citações em espanhol.

À CAPES, pelo incentivo financeiro que possibilitou a realização deste estudo.

Enfim, a todos aqueles que, embora não nomeados, me deram o apoio necessário para a realização deste sonho, que se materializa na conclusão deste trabalho, meu muito obrigada por fazerem parte da minha história!

FREITAS MARINS, Luciene Gomes. *O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil*. 2012. 310 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

RESUMO

Este trabalho discute aspectos da relação rural/urbano no vocabulário dos habitantes da região Centro-Oeste com base em dados geolinguísticos, buscando, por meio da análise de variantes lexicais que designam referentes que permeiam o cotidiano, tanto do mundo urbano quanto do rural, identificar em que proporção características do meio ambiente interferem nas formas de nomeação do mesmo elemento da realidade. Os princípios teórico-metodológicos adotados para este estudo foram buscados na Lexicologia, na Dialectologia e na Geolinguística, áreas de Linguística que fornecem subsídios para a análise dos dados na perspectiva adotada para este trabalho. Também foi buscado respaldo teórico na Geografia Humana e na Sociologia, com o intento de compreender as características e os conceitos atribuídos aos espaços rural e urbano. O *corpus* da pesquisa reuniu 133 unidades lexicais, fornecidas como respostas para quinze perguntas do Questionário Semântico-Lexical (QSL), do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB) vinculadas às áreas semânticas das *atividades agropastoris*, *habitação* e *vida urbana* que, para fins de análise, foram agrupadas e distribuídas equitativamente em três grupos, considerando o teor do conceito contido em perguntas: i) cujo conteúdo remete especificamente a referentes do universo rural; ii) que contemplam conceitos voltados diretamente para referentes do mundo urbano, e iii) que abrigam conceitos relativos a referentes comuns aos dois espaços (rural e urbano). As respostas analisadas foram fornecidas por 108 habitantes com idade entre 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos, sexos masculino e feminino, com Ensino Fundamental (capitais/interior) e Curso Superior (capitais), nascidos e criados na localidade pesquisada; habitantes das 24 localidades da região Centro-Oeste que integram a rede de pontos do Projeto ALiB. A análise considerou, dentre outros aspectos, a produtividade de uso e a respectiva distribuição espacial das variantes registradas; a interferência de fatores extralinguísticos nas escolhas lexicais dos falantes, além da questão da dicionarização das designações analisadas. A pesquisa revelou que, no grupo das questões ligadas especificamente ao universo rural, os informantes da segunda faixa etária mencionaram predominantemente variantes que remetem às marcas de ruralidade e que os informantes do sexo masculino demonstram maior familiaridade em termos de nomeação de aparatos ligados à lida com o gado. Já as variantes que nomeiam referentes comuns no meio urbano foram fornecidas, sobretudo pelos jovens; também ocorreu entre os informantes dessa faixa etária a maior ocorrência de não resposta para as questões cujo conteúdo remete especificamente ao universo rural. Além disso, observou-se que o Estado de Goiás forneceu maior representatividade de variantes tipicamente regionais. O estudo apontou ainda dados que evidenciam tanto o caráter conservador do léxico quanto casos de unidades léxicas que na contemporaneidade adquiriram novos sentidos. Enfim, pôde-se constatar que o vocabulário dos habitantes da região Centro-Oeste contém unidades lexicais típicas tanto do mundo rural quanto do mundo urbano, o que aponta para a existência de um *continuum* em termos de marcas de urbanização e de ruralidade no léxico do homem centroestino.

Palavras-chave: 1) Léxico regional; 2) Rural; 3) Urbano; 4) Centro-Oeste 5) Projeto ALiB

FREITAS MARINS, Luciene Gomes. *Rural and Urban: new and antique speeches in Brazilian Midwest Region*. 2012. 310 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

ABSTRACT

This paper discusses aspects of relation between rural and urban in the vocabulary of Midwest region inhabitants based on geolinguistic data, seeking, through the analysis of lexical variants that name daily life referents, both the urban and the rural world, identifying how environment features interfere with the nomination ways of the same reality elements. The theoretical and methodological principles adopted for this study were searched in Lexicology, in Dialectology and in Geolinguistics, linguistic areas which facilitate the analysis of data from the perspective adopted for this work. It was also sought theoretical support in Human Geography and Sociology, to understand the attributed features and concepts to rural and urban spaces. This research corpus gathered 133 lexical variants, provided as answers to fifteen questions of Lexical-Semantic Questionnaire (QSL) of Brazilian Linguistic Atlas Project (Projeto ALiB), that are linked to the semantic areas of *agro pastoral activities*, *housing* and *urban life*. For analysis, these variants were equally pooled and distributed into three groups, considering the content of their questions: i) questions that specifically refer to the rural universe; ii) questions directly linked to urban world, and iii) questions relating to concepts that are related to both areas (rural and urban). The analyzed responses were provided by 108 inhabitants aged 18-30 and 50-65 years, males and females with primary education (capital/midland) and Graduation (capital), born and raised in the 24 studied localities from Midwest region of Project ALiB Network points. The analysis considered, among other things, the productivity, the use, and the spatial distribution of the recorded variants; the interference of extra linguistic factors on speaker lexical choices and the inclusion in the dictionary of these words. The research revealed that the second age group predominantly mentioned variants that lead to rural space, and that the male respondents showed more familiarity in terms of appointment of apparatuses connected to work with cattle, in the questions linked to rural universe. As for the variants that name urban environment, they were particularly provided by young people. With the same group occurred a higher incidence of non-response to questions whose content specifically refers to the rural universe. Furthermore, it was observed that Goiás provided higher representativeness of typical regional variants. This study also pointed data that show both the conservative nature of the lexicon as cases of new meanings in contemporary society. Anyway, it was noted that the vocabulary of Midwest region inhabitants contains lexical units typical of both the rural and the urban world, which points to the existence of a continuum in terms of brands of urbanization and rurality in the lexicon of these citizens.

Keywords: 1) Regional lexicon; 2) Rural; 3) Urban; 4) Brazilian Midwest region; 5) ALiB Project.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I - Ilustração do <i>continuum</i> de urbanização segundo a concepção de Ricardo-Bortoni (2005).	66
FIGURA II – Agium Search: tela de cadastro de questões.	82
FIGURA III – Agium Search: tela de cadastro de respostas.	82
FIGURA IV – Agium Search: tela de cadastro de informante.	83
FIGURA V – Agium Search: tela de inclusão e edição de resposta.	84
FIGURA VI – Agium Search: tela de relatório de questões.	85
FIGURA VII – Agium Search: relatório por questão.	85
FIGURA VIII – Agium Search: relatório percentual dinâmico.	86
FIGURA IX – Ilustração do tratamento lexical dos dados.	89
FIGURA X – Ilustração de propostas de cartas linguísticas.	91
FIGURA XI – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 55/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.	118
FIGURA XII – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 56/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.	131
FIGURA XIII – Tipos de canga do boi.	132
FIGURA XIV – Aparato <i>cambão</i> utilizado no carro de boi.	133
FIGURA XV – Distribuição das variantes catalogadas na questão 58/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.	153
FIGURA XVI – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 172/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.	166
FIGURA XVII – Distribuição dos itens lexicais documentados na questão 198/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.	173
FIGURA XVIII – Foto da <i>jardineira</i> de Francisca Shuerof.	230
FIGURA XIX – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 52/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.	237
FIGURA XX – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 53/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.	249
FIGURA XXI – Visualização do <i>cabeçalho</i> no carro de boi.	252

FIGURA XXII – Instrumentos <i>vara de ferrão e rabo</i> no carro de boi.	252
FIGURA XXIII – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 171/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.	262
FIGURA XXIV – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 174/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.	272
FIGURA XXV – Lanterna no modelo <i>Celebrim</i> .	274
FIGURA XXVI – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 202/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.	290

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – Produtividade das respostas para a pergunta 54/QSL na região Centro-Oeste.	96
GRÁFICO II – Índice de ocorrência de não resposta para nomear <i>a armação de madeira que se coloca no pescoço dos animais</i> .	103
GRÁFICO III – Produtividade respostas para a questão 55/QSL na região Centro-Oeste.	111
GRÁFICO IV – Produtividade de <i>cangalha</i> nos três Estados da região Centro-Oeste: variação diasssexual.	115
GRÁFICO V – Produtividade de <i>canga</i> na fala de homens e mulheres da região Centro-Oeste.	116
GRÁFICO VI – Índice de não respostas entre os jovens das três capitais da região Centro-Oeste para a pergunta 55/QSL.	117
GRÁFICO VII – Produtividade das respostas para a pergunta 56/QSL na região Centro-Oeste.	124
GRÁFICO VIII – Produtividade das respostas para a questão 58/QSL na região Centro-Oeste.	139
GRÁFICO IX – Distribuição percentual das unidades léxicas obtidas como resposta para a questão 58/QSL no Estado do Mato Grosso.	143
GRÁFICO X – Distribuição percentual das unidades léxicas <i>bruaca e alforje</i> no Estado do Mato Grosso do Sul.	144
GRÁFICO XI – Distribuição percentual das unidades léxicas obtidas como resposta para a questão 58/QSL no Estado de Goiás.	145
GRÁFICO XII – Produtividade das respostas para a questão 172/QSL na região	160

Centro-Oeste.

GRÁFICO XIII – Distribuição percentual dos itens lexicais que nomeiam “a cinza quente que fica dentro do fogão à lenha” nos Estados da região Centro-Oeste.	160
GRÁFICO XIV – Índice de ocorrência da variante <i>borralho</i> entre os jovens sul-mato-grossenses.	165
GRÁFICO XV – Produtividade das respostas para a questão 194/QL na região Centro-Oeste.	177
GRÁFICO XVI – Produtividade de <i>sinaleiro</i> e <i>semáforo</i> no interior e na capital de cada Estado da Região Centro-Oeste.	179
GRÁFICO XVII – Produtividade de <i>senal</i> nas cidades do interior e nas capitais dos Estados da região Centro-Oeste.	183
GRÁFICO XVIII – Variação diageracional no uso do item lexical <i>sinaleiro</i> na região Centro-Oeste.	184
GRÁFICO XIX – Variação diageracional no uso do item lexical <i>semáforo</i> na região Centro-Oeste.	184
GRÁFICO XX – Produtividade das respostas para a pergunta 195/QL na região Centro-Oeste.	189
GRÁFICO XXI – Produtividade das respostas para a questão 195/QL nas cidades do interior do Estado do Mato Grosso.	191
GRÁFICO XXII – Produtividade das respostas para a questão 195/QL nas cidades do interior do Estado do Mato do Sul.	191
GRÁFICO XXIII – Produtividade das respostas para a questão 195/QL nas cidades do interior do Estado Goiás.	192
GRÁFICO XXIV – Produtividade das respostas para a questão 195/QL nas capitais da região Centro-Oeste.	192
GRÁFICO XXV – Produtividade dos itens lexicais <i>lombada</i> e <i>tartaruga</i> na fala de jovens e idosos na região Centro-Oeste.	195
GRÁFICO XXVI – Produtividade das respostas para a pergunta 196/QL na região Centro-Oeste.	200
GRÁFICO XXVII – Produtividade das unidades lexicais <i>calçada</i> , <i>passeio</i> , <i>passarela</i> e <i>beirada</i> nas capitais e no interior dos três Estados da região Centro-Oeste.	202
GRÁFICO XXVIII – Produtividade das respostas para a questão 198/QL na região Centro-Oeste.	212

GRÁFICO XXIX – Itens lexicais mais produtivos para nomear a questão 198/QSL na região Centro-Oeste.	213
GRÁFICO XXX – Produtividade das respostas para a questão 200/QSL na região Centro-Oeste.	222
GRÁFICO XXXI – Itens lexicais mais produtivos na região Centro-Oeste para a questão 200/QSL, considerando-se a dimensão capital/interior.	226
GRÁFICO XXXII – Produtividade das respostas para a pergunta 52/QSL na região Centro-Oeste.	234
GRÁFICO XXXIII – Produtividade das unidades lexicais <i>carrinho de mão</i> e <i>carriola</i> na capital e no interior.	236
GRÁFICO XXXIV – Produtividade das respostas para a pergunta 53/QSL na região Centro-Oeste.	243
GRÁFICO XXXV – Produtividade das respostas para questão 171/QSL na região Centro-Oeste.	255
GRÁFICO XXXVI – Produtividade da unidade lexical <i>picumã</i> nas capitais e nas cidades do interior da região Centro-Oeste.	258
GRÁFICO XXXVII – Produtividade das respostas para a pergunta 174 do QSL, na região Centro-Oeste.	267
GRÁFICO XXXVIII – Produtividade das respostas para a pergunta 202 do QSL na região Centro-Oeste.	280
GRÁFICO XXXIX – Produtividade da unidade lexical <i>bolicho</i> nas cidades do interior da região Centro-Oeste, segundo a faixa etária.	288
GRÁFICO XL – Produtividade da unidade lexical <i>bolicho</i> nas capitais da região Centro-Oeste, segundo a faixa etária.	288

LISTA DE MAPAS

MAPA I – Rota das Bandeiras Paulista no Brasil (VIANNA, 1965. p.198).	41
MAPA II – Principais rios da região Centro-Oeste que propiciou a ocupação humana em virtude da mineração e da pecuária (INNOCENCIO, 1988, p.88).	44
MAPA III – Região Centro-Oeste: densidade da população total (1950, 1960, 1970 e 1980).	47
MAPA IV – Divisão das áreas culturais no Brasil em 1960 (DIÉGUES JÚNIOR, 1960).	48
MAPA V – Centro-Oeste: grau de urbanização (1980).	49
MAPA VI – Centro-Oeste: variação da população rural (70 / 80).	50
MAPA VII – Centro-Oeste: variação da população geral em 2010.	51
MAPA VIII – Identificação da rede de pontos do Projeto ALiB na região Centro-Oeste.	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Rede de pontos do Projeto ALiB na região Centro-Oeste.	77
QUADRO II – Questões do Questionário Semântico-lexical/ALiB selecionadas para pesquisa.	78
QUADRO III – Perfil do informante do Projeto ALiB.	87
QUADRO IV – Questões do QSL/ALiB selecionadas para a pesquisa e distribuídas segundo o enfoque do estudo.	92
QUADRO V – Questão 54/QSL – Mato Grosso/interior.	94
QUADRO VI – Questão 54/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	94
QUADRO VII – Questão 54/QSL – Goiás/interior.	95
QUADRO VIII – Questão 54/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	95
QUADRO IX – Perfil dos informantes que mencionaram <i>canga</i> como resposta para a questão 54/QSL em Mato Grosso e em Goiás.	102
QUADRO X – Questão 55/QSL – Mato Grosso/interior.	108
QUADRO XI – Questão 55/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	108

QUADRO XII – Questão 55/QSL – Goiás/interior.	109
QUADRO XIII – Questão 55/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	109
QUADRO XIV – Distribuição das unidades lexicais <i>canga</i> e <i>cangalha</i> para nomear os conceitos expressos nas perguntas 54 e 55 do QSL/ALiB.	110
QUADRO XV – Ocorrências únicas para nomear o conceito expresso na pergunta 55 do QSL/ALiB.	111
QUADRO XVI – Ocorrências únicas para a questão 55 do QSL, segundo o perfil do informante.	117
QUADRO XVII – Questão 56/QSL – Mato Grosso/interior.	122
QUADRO XVIII – Questão 56/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	122
QUADRO XIX – Questão 56/QSL – Goiás/interior.	123
QUADRO XX – Questão 56/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	123
QUADRO XXI – Questão 58/QSL – Mato Grosso/interior.	135
QUADRO XXII – Questão 58/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	136
QUADRO XXIII – Questão 58/QSL – Goiás/interior.	137
QUADRO XXIV – Questão 58/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	138
QUADRO XXV – Ocorrências únicas no Estado do Mato Grosso para nomear a “mala de couro rústica”.	144
QUADRO XXVI – Ocorrências únicas no Estado do Mato Grosso do Sul para nomear a mala de couro rústica.	145
QUADRO XXVII – Ocorrências únicas no Estado de Goiás para nomear a “mala de couro rústica”.	146
QUADRO XXVIII – Unidades léxicas ligadas a outras atividades do mundo rural, na região Centro-Oeste, segundo a faixa etária e o sexo.	148
QUADRO XXIX – Unidades léxicas que nomeiam referentes ligados universo rural, segunda faixa etária.	149
QUADRO XXX – Questão 172/QSL – Mato Grosso/interior.	158
QUADRO XXXI – Questão 172/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	158
QUADRO XXXII – Questão 172/QSL – Goiás/interior.	159

QUADRO XXXIII – Questão 172/QSL – Capitais da Região Centro-Oeste.	159
QUADRO XXXIV – Questão 194/QSL – Mato Grosso/interior.	169
QUADRO XXXV – Questão 194/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	169
QUADRO XXXVI – Questão 194/QSL – Goiás/interior.	170
QUADRO XXXVII – Questão 194/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	170
QUADRO XXXVIII – Questão 195/QSL – Mato Grosso/interior.	187
QUADRO XXXIX – Questão 195/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	187
QUADRO XL – Questão 195/QSL – Goiás/interior.	188
QUADRO XLI – Questão 195/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	188
QUADRO XLII – Questão 196/QSL – Mato Grosso/interior.	198
QUADRO XLIII – Questão 196/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	198
QUADRO XLIV – Questão 196/QSL – Goiás/interior.	199
QUADRO XLV – Questão 196/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	199
QUADRO XLVI – Questão 198/QSL – Mato Grosso /interior.	208
QUADRO XLVII – Questão 198/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	208
QUADRO XLVIII – Questão 198/QSL – Goiás/interior.	209
QUADRO XLIX – Questão 198/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	210
QUADRO L – Questão 200/QSL – Mato Grosso/interior.	219
QUADRO LI – Questão 200/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	219
QUADRO LII – Questão 200/QSL – Goiás/interior.	220
QUADRO LIII – Questão 200/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	221
QUADRO LIV – Questão 52/QSL – Mato Grosso/interior.	232
QUADRO LV – Questão 52/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	232
QUADRO LVI – Questão 52/QSL – Goiás/interior.	233
QUADRO LVII – Questão 52/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	233

QUADRO LVIII – Questão 53/QSL – Mato Grosso/interior.	240
QUADRO LIX – Questão 53/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	241
QUADRO LX – QUESTÃO 53/QSL – Goiás/interior.	241
QUADRO LXI – Questão 53/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	242
QUADRO LXII – Questão 171/QSL – Mato Grosso/interior.	253
QUADRO LXIII – Questão 171/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	253
QUADRO LXIV – Questão 171/QSL – Goiás/interior.	254
QUADRO LXV – Questão 171/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	254
QUADRO LXVI – Ocorrências únicas catalogadas na questão 171/QSL para nomear “picumã”.	261
QUADRO LXVII – Questão 174/QSL – Mato Grosso/interior.	265
QUADRO LXVIII – Questão 174/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	265
QUADRO LXIX – Questão 174/QSL – Goiás/interior.	266
QUADRO LXX – Questão 174/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	266
QUADRO LXXI – Ocorrências das repostas não válidas para a questão 174/QSL na região Centro-Oeste.	270
QUADRO LXXII – Ocorrências únicas para a questão 174/QSL na região Centro-Oeste, segundo o perfil do informante.	271
QUADRO LXXIII – Questão 202/QSL – Mato Grosso/interior.	277
QUADRO LXXIV – Questão 202/QSL – Mato Grosso do Sul/interior.	278
QUADRO LXXV – Questão 202/QSL – Goiás/interior.	278
QUADRO LXXVI – Questão 202/QSL – capitais da região Centro-Oeste.	279
QUADRO LXXVII – Ocorrência da unidade lexical <i>venda/vendinha</i> na região Centro-Oeste, segundo a idade das informantes femininas.	289
QUADRO LXXVIII – Ocorrências únicas catalogadas na região Centro-Oeste para a pergunta 200/QSL/ALiB.	289

LISTA DE CARTAS

CARTA 01a – FORQUILHA / Resposta à questão 54/QSL – Região Centro-Oeste.	96
CARTA 01b – FORQUILHA (54/QSL) Variação diageracional e diassexual para <i>forquilha</i> / Região Centro-Oeste.	100
CARTA 02a – CANGALHA / Resposta à questão 55/QSL – Região Centro-Oeste.	112
CARTA 02b – CANGALHA (55/QSL) Variação diageracional e diassexual para <i>cangalha</i> / Região Centro-Oeste.	114
CARTA 03a – CANGA / Resposta à questão 56/QSL – Região Centro-Oeste.	125
CARTA 03b – CANGA (56/QSL) Variação diageracional e diassexual para <i>canga</i> / Região Centro-Oeste.	127
CARTA 03c – CANGA (56/QSL) Variação diassexual para <i>canga</i> / Região Centro-Oeste.	129
CARTA 04a – BRUACA / Resposta à questão 58/QSL – Região Centro-Oeste.	140
CARTA 04b – BRUACA (58/QSL) Resposta à questão 58/QSL – três designações mais produtivas.	142
CARTA 04c – BRUACA (58/QSL) Variação diageracional e diassexual / Região Centro-Oeste.	147
CARTA 04d – BRUACA (58/QSL) Registro de “não resposta” entre informantes da primeira e da segunda faixa etária / Região Centro-Oeste.	151
CARTA 05a – BORRALHO / Resposta à questão 172/QSL – Região Centro-Oeste.	161
CARTA 05b – BORRALHO (172/QSL) Variação diageracional e diassexual para <i>borralho</i> / Região Centro-Oeste.	163
CARTA 05c – BORRALHO (172/QSL) Variação diageracional e diassexual (ênfase diassexual).	164
CARTA 06a – SINALEIRO / Resposta à questão 194/QSL – Região Centro-Oeste.	178
CARTA 06b – SINALEIRO (194/QSL) Variação diatópica para <i>sina</i> / Região Centro-Oeste.	181
CARTA 06c – SINALEIRO (194/QSL) Variação diassexual e diastrática para <i>sina</i> / Região Centro-Oeste.	182
CARTA 07a – QUEBRA-MOLAS / Resposta à questão 195/QSL – Região Centro-Oeste.	190
CARTA 07b – QUEBRA-MOLAS (195/QSL) Variação diassexual e diastrática para	194

lombada / Região Centro-Oeste.

CARTA 08a – CALÇADA / Resposta à questão 196/QSL – Região Centro-Oeste.	201
CARTA 08b – CALÇADA (196/QSL) Variação diassexual e diastrática para <i>passeio</i> / Região Centro-Oeste.	204
CARTA 09a – ROTATÓRIA / Resposta à questão 198/QSL – Região Centro-Oeste.	212
CARTA 10a – ÔNIBUS URBANO / Resposta à questão 200/QSL – Região Centro-Oeste.	223
CARTA 10b – ÔNIBUS URBANO (200/QSL) Variação diageracional e diassexual para <i>ônibus coletivo</i> nas capitais da Região Centro-Oeste.	225
CARTA 11 – CARRINHO DE MÃO / Resposta à questão 52/QSL – Região Centro-Oeste.	235
CARTA 12a – HASTE DO CARRINHO DE MÃO / Resposta à questão 53/QSL – Região Centro-Oeste.	244
CARTA 12b – HASTE DO CARRINHO DE MÃO (53/QSL) Variação diageracional e diassexual para <i>alça</i> – Região Centro-Oeste.	246
CARTA 12c – HASTE DO CARRINHO DE MÃO (53/QSL) Variação diageracional e diassexual – Região Centro-Oeste (Sintagma mão).	247
CARTA 13a – FULIGEM / Resposta à questão 171/QSL – Região Centro-Oeste.	256
CARTA 13b – FULIGEM (171/QSL) Distribuição diatópica de <i>picumã</i> / Região Centro-Oeste.	257
CARTA 13c – FULIGEM (171/QSL) Variação diageracional e diassexual para <i>picumã</i> / Região Centro-Oeste.	259
CARTA 14a – LANTERNA / Resposta à questão 174/QSL – Região Centro-Oeste.	268
CARTA 14b – LANTERNA (174/QSL) Variação diassexual e diageracional / Região Centro-Oeste.	269
CARTA 15a – BOTEÇO / Resposta à questão 202/QSL – Região Centro-Oeste.	281
CARTA 15b – BOTEÇO (202/QSL) Variação diatópica para <i>bolicho</i> / Região Centro-Oeste.	283
CARTA 15c – Distribuição das localidades da rede de ponto do Projeto ALiB no Centro-Oeste, segundo os domínios dos reinos da Espanha e de Portugal (Século XV).	285
CARTA 15d – BOTEÇO (202/QSL) Variação diageracional e diassexual para <i>picumã</i> / Região Centro-Oeste.	287

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GO	Goiás
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
NF	Não formulada
NR	Não registrada
QFF	Questionário fonético-fonológico
QSL	Questionário semântico-lexical
Hab.	Habitantes
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
EALMG	Atlas Lingüístico de Minas Gerais
ALS	Atlas Linguístico do Sergipe
ALERS	Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil
ALISPA	Atlas Linguístico sonoro do Pará
ALAM	Atlas linguístico da Amazônia
ALMS	Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul
ALPB	Atlas linguístico da Paraíba
ALPR	Atlas linguístico do Paraná

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	08
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO I – O BRASIL UM PAÍS RURAL?	
1.1 – Separação campo e cidade: início do processo de urbanização.	26
1.1.2 – O rural e o urbano: concepção de dicotomia e de <i>continuun</i> .	28
1.1.3 – O rural e o urbano: concepção atual.	30
1.2 – Raiz rural do Brasil: contextualização sócio-histórica.	32
1.3 – Bases econômicas do Período Colonial: configurando um Brasil rural.	34
1.4 – Ocupação da região Centro-Oeste: o povoamento do interior do Brasil.	38
1.4.1 – Região Centro-Oeste: desenvolvimento socioeconômico <i>versus</i> movimentos migratórios.	43
CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	
2.1 – A linguagem, o homem e a sociedade: breve contextualização.	53
2.2 – Léxico e cultura.	55
2.3 – O rural e o urbano: questão linguística no Brasil.	60
2.3.1 – O <i>continuun</i> de urbanização e de arcaísmo na linguagem.	63
2.3.2 – Vocabulário rural e urbano no português do Brasil: estudos lexicais.	67
2.4 – A documentação do falar rural nos atlas linguísticos.	70
CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	
3.1 – Fontes dos dados e localidades investigadas.	74
3.2 – Seleção do <i>corpus</i> .	77
3.3 – Armazenamento dos dados: sistema <i>Agium Search</i> .	79
3.3.1 – Sistema <i>Agium Search</i> : dados técnicos.	79
3.3.2 – Sistema <i>Agium Search</i> : utilização.	80
3.3.2.1 – Cadastros: Estados, cidades e questões.	81
3.3.2.2 – Relatórios.	84
3.4 – Proposta de análise dos dados de acordo com perfil do entrevistado.	86
3.5 – Tratamento dos dados lexicais.	88
3.6 – Proposta de cartografia.	90

CAPÍTULO IV – ANÁLISE GEOLINGUÍSTICA DOS DADOS

4.1– Velhos falares: rastro do falar rural	92
4.1.1 – <i>cangalha/forquilha</i>	93
4.1.1.1 – Análise geossociolinguística	93
4.1.1.2 – Análise léxico-semântica	103
4.1.2 – <i>cangalha</i>	107
4.1.2.1 – Análise geossociolinguística	107
4.1.2.2 – Análise léxico-semântica	118
4.1.3 – <i>canga</i>	120
4.1.3.1 – Análise geossociolinguística	120
4.1.3.2 – Análise léxico-semântica	130
4.1.4 – <i>bolsa/bruaca</i>	135
4.1.4.1 – Análise geossociolinguística	134
4.1.4.2 – Análise léxico-semântica	152
4.1.5 – <i>borralho</i>	157
4.1.5.1 – Análise geossociolinguística	157
4.1.5.2 – Análise léxico-semântica	166
 4.2 – Novos falares: marcas do falar urbano	168
4.2.1 – <i>sinaleiro/semáforo/sinal</i>	168
4.2.1.1 – Análise geossociolinguística	174
4.2.1.2 – Análise léxico-semântica	185
4.2.2 – <i>lombadas/quebra-molas</i>	186
4.2.2.1 – Análise geossociolinguística	186
4.2.2.2 – Análise léxico-semântica	195
4.2.3 – <i>calçada</i>	197
4.2.3.1 – Análise geossociolinguística	197
4.2.3.2 – Análise léxico-semântica	205
4.2.4 – <i>rotatória/rótula</i>	206
4.2.4.1 – Análise geossociolinguística	207
4.2.4.2 – Análise léxico-semântica	214
4.2.5 – <i>ônibus urbano</i>	219

4.2.5.1 – Análise geossociolinguística	218
4.2.5.2 – Análise léxico-semântica	227
4.3 – Novos e velhos falares: dividindo o mesmo espaço	231
4.3.1 – <i>carriola/carrinho de mão</i>	231
4.3.1.1 – Análise geossociolinguística	231
4.3.1.2 – Análise léxico-semântica	237
4.3.2 – <i>haste do carrinho</i>	239
4.3.2.1 – Análise geossociolinguística	239
4.3.2.2 – Análise léxico-semântica	249
4.3.3 – <i>picumã</i>	252
4.3.3.1 – Análise geossociolinguística	252
4.3.3.2 – Análise léxico-semântica	261
4.3.4 – <i>lanterna</i>	264
4.3.4.1 – Análise geossociolinguística	264
4.3.4.2 – Análise léxico-semântica	271
4.3.5 – <i>bar/boteco</i>	277
4.3.5.1 – Análise geossociolinguística	277
4.3.5.2 – Análise léxico-semântica	290
CONSIDERAÇÕES FINAIS	296
REFERÊNCIAS	299
ANEXO I	306
ÍNDICE REMISSIVO	307

INTRODUÇÃO

Todo grupo social utiliza um repertório léxico específico do seu ambiente de origem para expressar a sua visão de mundo. Isso porque, conforme os costumes, as crenças, as ideologias, os aparatos utilizados para exercer determinados serviços do cotidiano, além das peculiaridades físicas e históricas do local em que se situa o falante, são criadas unidades léxicas¹ para nomear cada universo particular dos diferentes grupos sociais. Desse modo, novos termos são gerados com o intuito não apenas de estabelecer a comunicação, mas, sobretudo, de transmitir novos conhecimentos.

O ato de nomear decorre da necessidade que o homem possui de organizar e categorizar o universo. Conforme salienta Biderman (2001b, p.13), “o léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente [...]”. Assim, o repertório lexical de uma língua revela não somente a cultura de um povo, mas também a forma como o homem compreende as particularidades do mundo em que está inserido, classificando-o por meio das palavras.

Em virtude disso, pela observação apurada do léxico é possível compreender como o homem interpreta os mais variados aspectos da vida em sociedade. Nessa perspectiva, Oliveira e Isquerdo (2001, p. 9) asseveram que

[...] o léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sociolinguístico-cultural. Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade.

Nesse contexto, o estudo do léxico atua também como um mecanismo de busca de identidade, revelando peculiaridades das normas linguísticas de cada grupo, que se diferenciam por vários aspectos, tais como a profissão, a religião, a idade, a escolaridade, além de aspectos culturais e históricos da localidade em que o falante reside ou viveu parte da vida. Essa perspectiva é importante para o entendimento do fenômeno da variação linguística e a compreensão dos fatores que motivam certos modos peculiares de fala, pois, sabe-se que

¹ O termo unidade léxica, neste trabalho, está sendo utilizado como sinônimo de *lexia*. Segundo Dubois *et. al.* (2006), “na terminologia de Pottier, a *lexia* é a unidade de comportamento do léxico. Opõe-se a morfema, menor signo linguístico, e a palavra, unidade mínima construída. É, portanto, a unidade funcional significativa do discurso”

cada grupo pode possuir dada norma, uma maneira particular e específica que caracteriza e identifica determinado grupo em termos linguísticos, os chamados regionalismos que, conforme pondera Isquierdo (2007a, p.198), configuram-se como “unidades lexicais, cujo uso é restrito a determinadas regiões, muitas delas relacionadas a atividades específicas do meio rural”.

Como o repertório lexical dos falantes não é composto exclusivamente por uma única norma padrão, no estudo da língua, são consideradas diferentes variantes relacionadas à realidade dos falantes, em termos diageracionais, diastráticos, diafásicos e diatópicos, fatores que interferem na “maneira de falar” de uma comunidade linguística. Essa diversidade de normas pode ocasionar, não raras vezes, falares particulares, característicos do ambiente em que se desenvolvem, falares típicos que são estudados também pela Dialetoлогия, ramo da Linguística que tem como objetivo estudar e interpretar os mais variados fatos linguísticos – nos níveis fonético-fonológicos, lexicais, morfossintáticos e semânticos – predominantes em uma localidade, com destaque para a dimensão espacial.

Desde suas origens a Dialetoлогия ocupa-se da documentação da realidade dialetal das comunidades linguísticas, identificando as peculiaridades existentes no funcionamento do sistema linguístico. O mapeamento dos dados documentados pela pesquisa dialetológica é objeto da Geolinguística, que possui uma metodologia específica para mapear os dados catalogados, segundo cada localidade investigada. Os estudos de natureza dialetológica e geolinguística buscam, entre outros enfoques, demonstrar que a história da região e as influências culturais, somadas às mais variadas crenças e costumes arraigados na sociedade podem contribuir para a diversidade no uso da língua. Isso porque a variação linguística não é livre, mas condicionada por diferentes fatores socioculturais que interferem nas escolhas lexicais dos falantes.

Esta pesquisa tem como objetivo geral realizar um estudo do vocabulário dos habitantes da região Centro-Oeste, no que se refere à questão rural/urbano, com base em dados geolinguísticos do Projeto ALiB. Como objetivos específicos o estudo buscou: (i) verificar possíveis mudanças no comportamento linguístico dos habitantes das capitais e das cidades do interior da região Centro-Oeste, no que se refere ao vocabulário rural e urbano (ii) analisar as unidades lexicais que nomeiam referentes relacionados ao universo rural, ao universo urbano e aqueles comuns às duas realidades, extraídas da base de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)², nas perspectivas diatópicas, diastráticas, diageracionais;

² O projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil) de natureza interinstitucional, sediado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenado por um Comitê Nacional formado por pesquisadores de várias universidades

(iii) comparar unidades lexicais que nomeiam referentes relacionados ao mundo rural com as que nomeiam referentes da *vida urbana*, documentadas nas capitais e nas localidades do interior, a fim de verificar em que proporção o espaço físico em que se situa o falante, bem como fatores como idade e sexo interferem na maneira do homem nomear o seu ambiente e (iv) verificar marcas da história e da cultura da região Centro-Oeste manifestadas no léxico de seus habitantes.

Justifica-se a escolha dessa região como universo de estudo, dentre outras, pelas seguintes razões: (i) o Brasil Central foi a última área brasileira a ser povoada pelo colonizador português a partir da primeira metade do século XVIII e (ii) a região Centro-Oeste tem a economia centrada, sobretudo nas atividades agropastoris. Além disso, foi considerado o fato de em geral o repertório lexical relacionado ao mundo rural constituir-se em um saber popular, adquirido e disseminado em nível regional e nacional, transmitido de geração a geração, o que também se aplica à região selecionada.

Parte-se do pressuposto que o léxico é uma herança cultural de um povo, por isso, determinadas unidades léxicas, voltadas para o universo rural ou urbano podem expressar a cultura, as crenças, os costumes e, sobretudo, as transformações de ordem social e econômica vivenciadas na região Centro-Oeste no período atual. O *corpus* foi buscado no Banco de Dados do Projeto ALiB, entrevistas realizadas com informantes da faixa etária entre 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos, sexos masculino e feminino, com Ensino Fundamental (capitais/interior) e Curso Superior (capitais), nascidos e criados na localidade pesquisada e com pais também naturais da mesma região linguística. A área investigada contempla a rede de pontos do Projeto ALiB na região Centro-Oeste – as 03 capitais (Campo Grande, Goiânia e Cuiabá) e 21 localidades do interior (05 em Mato Grosso do Sul; 08 em Goiás e 08 Mato Grosso), respostas obtidas para 15 perguntas do Questionário Semântico-lexical (QSL) do Projeto ALiB relacionadas às áreas semânticas das *atividades agropastoris*, *habitação* e *vida urbana*.

Para a concretização desta pesquisa buscou-se suporte teórico-metodológico nos ramos da linguagem, na Dialectologia, na Geolinguística e na Lexicologia, ciências que fornecem subsídios para a análise dos dados do português do Brasil, nas perspectivas aqui focalizadas. Além disso, foram buscados na Geografia Humana e na Sociologia os fundamentos referentes aos conceitos do rural e do urbano, com o intento de compreender a

brasileiras, dentre elas a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O projeto tem como objetivo geral a descrição da realidade linguística no Brasil, no que se refere ao estudo da língua portuguesa, com enfoque para as dimensões diatópicas consideradas na perspectiva Geolinguística.

possível interferência que esses espaços geográficos podem exercer na forma de o homem interpretar o ambiente em que vive.

Este estudo foi dividido em quatro capítulos. O primeiro traça um breve panorama dos conceitos de rural e urbano, com destaque para a forma como esses espaços são entendidos no âmbito da Geografia e da Sociologia Rural e Urbana; posteriormente são apresentados fatos históricos que caracterizam o Brasil como um país de formação rural, pautando-se em questões de ordem econômica e social ocorridas, em especial, no Período Colonial. São discutidas informações referentes ao processo de povoação e de expansão territorial para o interior do Brasil, em virtude da atuação dos bandeirantes que, por consequência, dão o primeiro passo para o povoamento efetivo na região Centro-Oeste.

O segundo capítulo, por sua vez, discute alguns pressupostos teóricos relacionados às áreas do conhecimento que subsidiam este estudo, isto é: a Lexicologia, a Dialetoлогия e a Geolinguística. Primeiramente são discutidas questões relativas à relação entre língua e a sociedade, focalizando o estudo acerca do léxico. Posteriormente, são apresentadas discussões acerca dos estudos voltados ao vocabulário rural e urbano no Brasil, em especial como o falar rural vem sendo compreendido e analisado nos atlas linguísticos e como está sendo focalizado, na atualidade, o falar urbano no futuro Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

O terceiro capítulo apresenta os critérios metodológicos que orientaram a pesquisa, focando também informações referentes ao sistema *Agium Seach* que foi utilizado neste estudo para armazenamento e manipulação dos dados. Também são apresentados os critérios utilizados para as análises das variantes catalogadas, bem como os critérios metodológicos utilizados para a cartografia dos dados que, para os objetivos deste estudo, foram julgados relevantes.

O quarto e último capítulo apresenta a análise dos dados dividida em três grupos: o primeiro nomeado por “velhos falares: rastro do falar rural”; o segundo grupo intitulado por “novos falares: marcas do falar urbano” e o terceiro grupo que recebe o título de “novos e velhos falares: dividindo o mesmo espaço” e, por fim, as considerações finais.

Em seguida, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas neste estudo, os anexos, que contêm a autorização do Comitê Nacional do Projeto ALiB para utilização dos dados e o índice remissivo.

CAPÍTULO I

O BRASIL UM PAÍS RURAL?

Este capítulo aborda, em âmbito geral, concepções de rural e de urbano, segundo teóricos da Sociologia e da Geografia como também questões referentes a processos históricos, políticos e sociais ocorridos no Brasil, entre o período do descobrimento e o povoamento da região Centro-Oeste. Enfim, tem como objetivo central evidenciar o caráter rural da formação da sociedade brasileira ainda bastante presente no Brasil Central.

1.1 – Separação campo e cidade: início do processo de urbanização

Na Idade Média, a discussão do tema do rural e do urbano configurava-se como uma questão de pouca importância, visto que, evidentemente, “as cidades já existiam, entretanto, apenas parcela pouco significativa da população nelas residia” (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p. 72). Nesse período, a população de modo geral residia no campo e tinha como atividade principal a agricultura e o trato com os animais. As cidades, por sua vez, eram espaços para questões administrativas e comerciais, como a troca de mercadoria. De acordo com o filósofo grego Aristóteles (1985, p. 15-16)³,

[...] a cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza um animal social, [...] e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma, seria desprezível ou estaria acima da humanidade [...]. Existe naturalmente em todos os homens o impulso para participar de tal comunidade [...].

Já na percepção de Castells (1983, p. 42), catedrático de Sociologia e de planejamento urbano e regional, a cidade é o

lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa de uma sociedade que chegou a um ponto de desenvolvimento técnico e social (natural e cultural) de tal ordem que existe uma diferenciação do produto em reprodução simples e ampliada da força de trabalho [...]

Conforme Aristóteles (1985), o homem tem a necessidade natural de estar em contato com outros homens, uma vez que também necessita da cooperação dos iguais para transformar aquilo que a natureza lhe ofereceu em matéria-prima e é animal social porque necessita da vivência em sociedade para alcançar o que deseja. Nota-se que a necessidade de viver em

³ Na obra não consta a data da primeira publicação.

cidades, do ponto de vista da filosofia, é algo inerente ao homem. Já a ciência urbanística, de acordo com Castells (1983), entende a cidade como um espaço territorial com determinado grau de desenvolvimento necessário para a produção em maior escala, utilizando-se, para tanto, da força de trabalho.

Partindo-se dessa premissa, as cidades passam a ter maior significância ou a se aproximarem do que na atualidade denominam-se de centros urbanos⁴, a partir da transição para o capitalismo (com intensificação no século XIII com a Revolução Industrial) e da ascensão desse sistema que, juntamente com o advento da máquina a vapor (século XIII), propiciaram a instalação de novos centros urbanos. E, em virtude dessa capacidade de desenvolvimento, “as cidades atraem a indústria devido a estes fatores essenciais (mão-de-obra e mercado) e, por sua vez, a indústria desenvolve novas possibilidades de empregos e suscita serviços” (CASTELLS, 1983, p.45), o que, certamente atrai a população do campo para a cidade, além de aumentar o grau de urbanização em determinadas localidades.

Essas discussões remetem ao conceito de *urbanização*. Castells (1983, p. 39), por exemplo, aponta conceitos distintos para o termo *urbanização*: i) “concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade e ii) “difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado ‘cultura urbana’”. Já na concepção de Palen (1975), o termo *urbanização* corresponde aos dois sentidos atribuídos por Castells (1983), simultaneamente, uma vez que essa designação corresponde, para o autor, tanto à “percentagem da população que vive em regiões urbanas” como as “mudanças na organização social que resultam dessas concentrações de população” (PALEN, 1975, p. 23). Neste estudo, utilizamos o termo *urbanização*, segundo a visão de Palen (1975), por abarcar tanto questões geográficas quanto sociais.

Com a tentativa de explicação dessa nova mudança da realidade, o espaço urbano ganha evidência. O filósofo australiano, especialista em arqueologia, Gordon Childe (s.d, *apud* PALEN, 1975, p. 31), por exemplo, elabora dez características com vistas a definir a *revolução urbana*:

- 1) Moradia permanente em densas aglomerações; 2) Funções especializadas fora da agricultura; 3) Impostos e acumulação de capital; 4) Edifícios públicos; 5) Uma classe governante; 6) A técnica da escrita; 7) O

⁴ O conceito de urbano é entendido como aquilo que “designaria estão uma forma especial de ocupação do espaço por uma população, a saber: o aglomerado resultante de uma forte concentração de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional social maior” (CASTELLS, 1983, p. 40).

aparecimento das ciências da aritmética, geometria e astronomia; 8) Expressão artística; 9) Comércio e 10) Substituição do parentesco por residência como requisito para pertencer à comunidade.

Essas dez características definem o que normalmente se considera como marcas típicas de uma cidade, sobretudo quanto ao quadro aglomerado de pessoas, à presença de funções especializadas fora da agricultura, ao pagamento de impostos, à acumulação de capital, à construção de grandes edifícios públicos e privados e ao fortalecimento do comércio. E essa nova forma de vida ocorreu em virtude do advento do capitalismo, que consoma “a separação entre cidade e campo [...]” (GRAZIANO, 1996, *apud* SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p.73).

Enfim, o estabelecimento de um padrão industrial ocasionou mudanças na percepção da cidade e do campo, em termos valorativos. O urbano (cidade) passa a ser compreendido como melhor que o recinto rural (campo) e, desse modo, instaura-se uma subordinação do espaço rural em relação ao urbano.

1.1.2 – O rural e o urbano: a concepção de dicotomia e de *continuum*

Em virtude do novo padrão industrial, o espaço rural passa a ser compreendido em comparação ao espaço urbano, gerando a dicotomia rural/urbano⁵, que representa a nova ordem econômica e social; econômica porque se pauta no modo de vida baseado na técnica e no desenvolvimento industrial, opondo-se, portanto, à antiga ordem da estrutura agrária aristocrática; e, social, pois o urbano adquiriu para si a concepção de novo e de moderno, enquanto o rural, o conceito de atrasado e de velho (LOPES; GOUVEIA, 2009, *s.p*).

Nessa dicotomia rural/urbano, o ambiente rural é assim concebido em virtude da forma de vida simples e rústica, dependendo, em geral, de serviços manuais executados ao ar livre e sem nenhuma sofisticação. Sorokin e Zimmermann, citados por Aldo Solari (1979 *apud* SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p.73), registram que o rural se caracteriza por um determinado tipo de atividade, isto é, “pela produção de alimentos através da criação de plantas e de animais. [...] O meio rural seria também mais arredo à técnica, nas atividades

⁵ O livro SOROKIN, P. A; ZIMMERMAN, C. C. *Principles of rural-urban sociology*. New York: Hery Hold (1929) tornou-se referência na disseminação da teoria da *dicotomia* e do *continuum*, para explicar os conceitos contemporâneos rural e urbano, conforme Marques (2006) e Siqueira; Osório (2001).

rurais lida-se com organismos vivos e com as forças da natureza, que não podem ser inteiramente controladas”. Além dessa marca econômica, tão característica do ambiente rural, a dimensão territorial também pode ter sido outro fator que contribuiu para a instalação de oposição do rural em relação ao urbano, uma vez que, conforme os estudos clássicos de Sorokin e Zimmermann (1979, *apud* SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p.73), as comunidades rurais seriam menores e a população mais homogênea do que a urbana. No rural, as pessoas conheceriam mais intimamente umas as outras, uma vez que o convívio cotidiano conferiria mais pessoalidade à maior parte das relações, ao contrário da realidade do ambiente urbano.

Inversamente a essa realidade, ainda na perspectiva dicotômica, o espaço urbano desfruta do avanço tecnológico decorrente do aperfeiçoamento das fábricas uma característica do sistema capitalista. Castells (1983, p.47), ao tratar da oposição urbanização e ruralidade, salienta que essa dicotomia “[...] refere-se a uma certa heterogeneidade social e funcional, sem poder defini-la de outra forma senão pela distância, mais ou menos grande, com respeito à sociedade moderna”.

Conforme esclarece Reis (2005, p. 79), pautando-se no conceito de Marx e Weber (*s. d.*), “a dicotomia entre o rural e o urbano procurava representar [...] as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo industrial ou que a ele se opunha na Europa do Século XVII, e não um corte geográfico propriamente dito”. Opondo-se a essa visão dicotômica, Reis (2005, p. 79) compreende o rural e o urbano a partir da visão do *continuum* em que se entende que “ocorre uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana” (BERTRAND, 1973 *apud* REIS, 2005, p.79) que não mais são concebidas como realidades isoladas. Isso porque a delimitação entre os conceitos do rural e urbano tem-se tornado cada vez mais difícil, visto que, com as intensas transformações sociais, o espaço rural se transforma e começa a receber marcas do ambiente urbano, configurando, assim, a presença de um *continuum* entre os dois ambientes, haja vista que “os conceitos de rural e urbano são construídos sobre as representações das mesmas coisas, com as quais estão em constante troca e mediação” (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001 p.74).

Nesse sentido, Graciano da Silva (1997 *apud* SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p.75) “chama atenção para as mudanças que ao se operarem na sociedade brasileira transformaram o rural, o urbano e as suas relações, tornando praticamente impossível a análise destes meios através da conceituação dicotômica tradicional”. Para tanto, segundo o teórico, seria fundamental a compreensão do rural e do urbano como um contínuo, já que o primeiro está se urbanizando por meio das aplicações das técnicas industriais da agricultura.

1.1.3 – O rural e o urbano: concepção atual

Veiga (2002, p.31-49), em *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*, concebe o conceito do rural a partir de um ponto de vista estritamente territorial, por isso entende que a relação entre urbano e rural não mais corresponde à antiga dicotomia entre cidade e campo. Esse princípio torna-se evidente ao considerar-se que “o rural é necessariamente territorial, e não setorial como os programas dos órgãos governamentais”. Para esse pesquisador, está ficando cada vez mais evidente para os analistas que o desenvolvimento de qualquer comunidade rural ocorre em virtude de sua aproximação com os centros urbanos. Compartilhando desse mesmo ponto de vista, Marques (2002, p.98), pautada nos conceitos de Alentejano (s.d), defende que

cada realidade rural ou urbana deve ser compreendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, uma territorialidade mais ou menos intensa. É esta intensidade quem distingue, em sua opinião, o rural do urbano.

A mesma autora alerta também para as muitas divergências existentes em relação ao conceito de rural, sobretudo no que se refere à forma de interpretar a realidade e de situá-la no espaço e no tempo. Os estados brasileiros, por exemplo, estabelecem definições oficiais para classificar o território como rural ou urbano, considerando, para tanto, apenas fins estatísticos e administrativos (MARQUES, 2002, p.99). Essa classificação brasileira é contestada por Veiga (2002), pois, segundo ele, a partir desse critério não há delimitação precisa dos conceitos entre rural e urbano, sendo essa distinção, portanto, arbitrária. No Brasil, é “considerada urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características [...]” (VEIGA, 2002, p. 32), o que propicia que municípios extremamente pequenos, com menos de 20 mil habitantes, por exemplo, sejam considerados urbanos. Esse autor acrescenta ainda que, caso esse critério de definição para considerar cidades fosse revisto, o grau de urbanização no Brasil diminuiria em 70%.

Na obra *Nem tudo é urbano* (2004), em que esse mesmo autor retoma essa questão da imprecisão dos critérios administrativos brasileiros para definir as cidades, esclarece-se que tal parâmetro surgiu em 1938, durante o Estado Novo, como proposta de Getúlio Vargas. Naquela época, esse critério de classificar como cidade toda sede de município, independentemente das suas características, para integrarem a rede urbana, até poderia ser aceitável, pois o Brasil ainda não possuía muitos municípios. “Só que agora, com mais de

5.561 municípios⁶, isso se tornou ridículo. Faz-se de conta que o Brasil é mesmo o campeão mundial em número de cidades” (VEIGA, 2004, p. 28).

Ainda nesse contexto, segundo Ponte (2004, p.21), as transformações ocorridas no campo contribuíram para essa indefinição em termos de classificação dos espaços, já que o ambiente rural, contemporaneamente, está assumindo também marcas do espaço urbano, alterações essas necessárias, pois o mundo rural precisa se adaptar aos novos padrões sociais e econômicos.

A partir do século XX, o rural, que na conceituação tradicional era considerado velho e atrasado, passa a ser visto como meio necessário para uma melhor qualidade de vida. E, assim, cada vez mais, o espaço rural está sendo valorizado pelo fato de ele se opor ao “artificialismo das cidades” e possuir “paisagismo silvestre ou cultivado” (VEIGA, 2004, p. 28), água e ar puro e pouca poluição sonora.

É possível que um novo conceito de rural esteja surgindo nas áreas rurais diferentemente daquele que perdurou, de forma geral, na sociedade dos séculos passados, quando havia “maior concentração da população, se comparado com os meios urbanos, e representando uma significativa contribuição para a economia em termos produtivos”, e tampouco próximo ao conceito surgido a partir do século XVIII, em que o rural e o urbano eram “apresentados como uma perspectiva dicotômica, como sendo pólos opostos, separados e com características autônomas” (PONTE, 2004, p.21).

No âmbito dessa nova forma de conceber o rural, torna-se ainda mais difícil estabelecer uma separação entre os conceitos de rural e urbano, uma vez que esses espaços devem ser compreendidos como espaços relacionados, à medida que se configuram como realidades que não existiriam isoladamente.

Pelo exposto, nota-se que os conceitos de rural e de urbano vêm sofrendo alterações decorrentes das próprias mudanças sociais que têm desencadeado novas formas de conceituação da realidade. É o que, por exemplo, ocorre na sociedade brasileira, o espaço rural, obrigatoriamente, se urbanizou e sua população, que antes era majoritariamente rural, hoje busca, com veemência, viver nos centros urbanos, seja em busca de melhores condições de vida, seja por acreditar no estereótipo antigo de que o meio urbano é mais evoluído.

⁶ Segundo os dados do censo 2010 do IBGE atualmente o Brasil possui 5.565 municípios.

1.2 – Raiz rural do Brasil: contextualização sócio-histórica

As caravelas comandadas por Pedro Álvares Cabral, saindo em direção à Índia, acabaram navegando rumo ao atual território brasileiro, e, na data de 21 de abril de 1500, os portugueses avistaram os primeiros sinais de terra próxima. Já no dia seguinte,

foi visto, primeiramente, ‘um grande monte, muito alto e redondo’, ao qual pôs o capital-mor o nome de Monte Pascoal, por estarem então na Páscoa; ‘e outras terras mais baixas, ao lado sul dêle’; e ‘terra chã com grandes arvoredos’, a que denominaram Vera Cruz (VIANNA, 1965, p.42)⁷.

Ainda segundo o mesmo historiador, no dia 23 de abril de 1500, a esquadra de Cabral desembarcou nesse novo território a ser chamado de Brasil, a fim de tomar conhecimento e posse da nova terra descoberta. Para relatar esse fato histórico, o escrivão Pêro Vaz de Caminha redige uma carta ao Rei D. Emanuel, em que consta o relato das primeiras impressões que os portugueses tiveram acerca do território recém-descoberto, sobretudo a respeito de seus habitantes, à época, os índios. Segundo a Carta de Caminha, esses povos eram “pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse as vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas” e as feições eram um tanto avermelhadas, mas “de bons rostos e bons narizes, bem feitos”, trazendo “o beijo de baixo furado e metido nele um osso”; os cabelos, por sua vez, “eram corredios” (CAMINHA, 1963 [1500], s.p). Caminha (1963 [1500], s.p)⁸ salienta também que as moças eram “bem novinhas e gentis, com os cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas, tão altas e tão limpas das cabeleiras que, de as nós muito bem olharmos, não se envergonhavam”. O escrivão acrescenta em outro trecho que “uma daquelas moças era toda tingida de baixo a cima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como as dela” (CAMINHA, 1963 [1500], s.p).

Os índios encontrados por Cabral no Novo Mundo se mostraram pacíficos à chegada dos portugueses. Eles, “quando os portugueses se aproximaram, deitaram no chão os arcos e

⁷ Como neste trabalho utilizamos diferentes citações de obras produzidas em épocas distintas da história da língua portuguesa e do processo de povoação e colonização do Brasil, foi respeitada, nas citações diretas, a grafia original utilizada pelo autor.

⁸ Obra consultada no site da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>> da Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. O texto base, publicado em 1968 pela editora Dominus, foi digitalizado por NULL – Núcleo de Pesquisa em Informática, Literatura e Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Acesso em 02 fev 2011.

as flechas impregnadas de venenoso sumo de mandioca [...] Ao som da gaita de Diogo Dias⁹, almoxarife, os índios ‘folgaram e dançaram’” (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2003, p.24).

Nota-se, pelo exposto, que o primeiro contato entre os índios e os homens brancos foi amigável. No entanto, os europeus, desde o início, tiveram dificuldades para compreender os mitos, as tradições e o estilo de vida dos aborígenes, tão diferentes do modo de vida europeu. Tendo em vista essa gritante diferença cultural entre o europeu e os índios, o colonizador entendia que os índios necessitavam de conversão. Para tanto, era preciso catequizá-los, segundo os ensinamentos da religião católica, já que a propagação dessa fé cristã era um dos objetivos dos colonizadores. Relata a história que nos primeiros dias de chegada, os colonizadores providenciaram a celebração da primeira missa no novo território e ali fincaram o símbolo oficial do Cristianismo – a cruz – como forma, *a priori* implícita, de impor aos nativos, desde então, a nova religião.

Após essa missa, celebrada por Frei Henrique, instaurou-se um conselho para decidir questões de interesse dos portugueses quanto ao território habitado pelos nativos, entre elas, a necessidade de encaminhar um emissário ao Rei com o intuito de informá-lo sobre o descobrimento da nova terra. Também ficou acordado que “não tomariam indígenas à força, para serem enviados a Portugal. Mas que, para colher informações sobre a terra, aprendendo a língua de seus naturais, aqui ficariam alguns dos degradados que vinham na esquadra” (VIANNA, 1965, p.42)¹⁰.

No que diz respeito às manifestações linguísticas dos autóctones, Rodrigues (1993, *apud* LEITE; FRANCHETTO, 2006, p.18) “estima que, às vésperas da conquista, eram faladas 1.273 línguas”. No entanto, os indígenas foram obrigados a apreender a língua do colonizador. Sobre esse assunto, Mateus (*apud* LEITE e FRANCHETTO, 2006, p.71) acrescenta que “a missão dos jesuítas reforçou a necessidade de aprendizagem da língua dos índios falada ao longo do litoral – uma das chamadas ‘língua geral’ –, utilizadas pelos catequizados simultaneamente com o português”.

Assim, logo no início do processo de colonização (século XVI), foi inevitável que a língua portuguesa trazida pelos colonizadores entrasse em contato com a dos nativos do solo recém-descoberto. Esse contato entre as várias línguas resultou – sem dúvidas – numa modalidade da língua portuguesa ainda mais rica em termos de diversidade linguística e cultural, sobretudo com o caminhar dos séculos.

⁹ Diogo Dias era um dos navegadores experientes da frota de Pedro Álvares Cabral e irmão de Bartolomeu Dias. Informação disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo_Dias. Acesso em 03 fev 2011.

¹⁰ A primeira edição dessa obra é de 1961.

Cabe destacar que, somente a partir do segundo quartel do século XVI, as relações entre o homem branco e o indígena começaram a ser alteradas, uma vez que os autóctones passam a ser vistos pelos portugueses como obstáculo para o processo de ocupação do novo território. Assim, “durante dous annos eram os Índios, capturados ou catechizados, exemptos do serviço aos Portuguezes, para se instruírem na fé e fazerem as primeiras plantações” (RODRIGUES, 1935, p.53). O trabalho do índio era importante na colônia porque faltava mão-de-obra, haja vista que não havia muitos portugueses que pretendessem deixar o conforto das cidades lusas para habitar as terras do Novo Mundo, sobretudo porque o novo território não oferecia boas condições de vida aos novos colonos. A mata fechada, os animais selvagens, o risco de contágio de infecções ou doenças de difícil tratamento, os ataques dos indígenas canibais e a falta de moradia, entre outras condições básicas de sobrevivência, eram alguns dos motivos que dificultavam a ação da Coroa Portuguesa de locação de habitantes lusos no território recém-descoberto.

Em meados do século XVI, como uma medida para minimizar esse problema, o rei de Portugal, Dom João II, selecionou funcionários da corte para habitar o Novo Mundo, com a função de gerenciar partes do território concedidas pela Coroa, para fins de desenvolvimento de atividades agrícolas. Com essa medida, o pacato território foi aos poucos sendo povoado e, iniciou-se, mesmo que lentamente, a formação da sociedade brasileira, que teve como uma das principais bases econômicas a extração do pau-brasil, o cultivo da cana-de-açúcar; a exploração do ouro e o comércio e criação de gado.

1.3 – Bases econômicas do Período Colonial: configurando um Brasil rural

Mesmo que no início do processo de colonização no Brasil não houvesse riquezas aparentes, não tardou para que os lusos percebessem os recursos naturais que essa terra fornecia, tratando logo de explorá-los. Segundo Rodrigues (1935, p.18), “se houver país que mereça glórias pelas suas riquezas ou que deva fundar suas glórias na prosperidade econômica, esse é o Brasil”. Essas glórias deveriam ser atribuídas ao Brasil

indiferente aos nomes que lhe aplicaram os primeiros habitantes, de inspiração espiritual – *Vera Cruz e Santa Cruz* – e desprezando o de – *Terra dos Papagaios* – por inexpressivo, fixou-se o gosto popular no de – *Brasil* – imposto pela primeira riqueza que atraiu a cúbica dos aventureiros (RODRIGUES, 1935, p.18).

No primeiro século de colonização, a exploração da madeira do pau-brasil foi, de fato, a primeira riqueza que atraiu não apenas a cobiça dos navegantes portugueses, como também a dos franceses, já que, quando “divulgada, na Europa, a existência do pau-de-tinta nos novos domínios portugueses da América, navios de armadores franceses logo começaram a procurá-los” (VIANNA, 1965, p. 110). Posteriormente, esse mote atraiu também a cobiça dos espanhóis que, com o intuito de auferir lucros, logo vieram “resgatar pau-brasil nos portos de terra que a esse tempo já havia trocado sua segunda designação, de Terra da Santa Cruz, pela da preciosa madeira” (VIANNA, 1965, p. 111).

Tendo em vista esse interesse das demais nações europeias, o rei de Portugal, com o intento de frear o contrabando da madeira do pau-brasil no novo território descoberto, mandou, em 1530, que se ordenasse à expedição comandada por Martim Afonso de Souza a fundação de núcleos de povoamentos, dando origem, assim, à colonização efetiva da terra, por meio do sistema de capitanias hereditárias. Para tanto, distribuiu aos portugueses que aceitaram ficar no Novo Mundo grande quantidade de terras para que fossem exploradas e cuidadas. É fato que os colonos deslocados para o Brasil que não pretendiam ter uma vida “mesquinha de pequeno camponês, aceitaria[m] outra coisa [grande propriedade de terra]” (PRADO Jr, 1972, p. 120) ¹¹.

Assim, os colonos portugueses que apostaram no novo território vieram povoá-lo e explorar, primeiramente, a madeira do pau-brasil, produto que à época era considerado de grande importância comercial, “chamada pelos índios de Ibirapitanga (pau-vermelho) e, pelos portugueses, de Brasil” (AGUIAR; PINHO, 2007, p. 2). Dessa forma, no século XVI, os europeus que comercializavam essa madeira passaram a ser chamados por brasileiros.

A árvore pau-brasil produzia uma substância avermelhada usada comumente para a coloração de tecidos e era encontrada em abundância por toda a faixa da costa brasileira, passando sua comercialização a ser lucrativa para os lusos, uma vez que, com a extração da madeira brasileira, não seria mais necessária a compra do pau-brasil trazido do Oriente pelos mercadores que o vendiam na rota tradicional do comércio indiano.

Nesse contexto, como forma de garantir o lucro exclusivo advindo do extrativismo da madeira do pau-brasil, a Coroa Portuguesa decretou para si o monopólio dessa extração, desencadeando o *ciclo do pau-brasil*, que se iniciou oficialmente em 1511 e durou até 1875. Esse ciclo econômico rendeu consideráveis lucros aos portugueses, haja vista que toneladas de madeira eram negociadas entre portugueses e nativos, por meio do sistema em que os

¹¹ A primeira edição dessa obra é de 1942.

indígenas cortavam e carregavam as toras de madeiras até os navios e em troca recebiam dos lusos objetos de baixo valor. O ciclo de extração da madeira do pau-brasil, segundo reportagem no Bragança-Jornal Diário (2009, p.5), nos “primeiros 100 anos de exploração arrancaram mais de 2.000.000 de árvores dessa espécie das nossas matas e que foram levadas à Europa”.

Essa madeira foi uma das primeiras riquezas extraídas do solo recém-descoberto, até que cedeu espaço, em termos de importância econômica, à cana-de-açúcar, inaugurando um novo ciclo de exploração agrícola, o da *cana-de-açúcar*, que se configurou como a segunda riqueza a atrair a cobiça tanto da Coroa Portuguesa quanto dos holandeses, já que, no final do século XVI, o açúcar já era a principal fonte de riqueza do Brasil Colonial.

Com o advento da implantação dos engenhos, “instala-se no Brasil o trabalho escravo” (PRADO Jr., 1972, p.122), o que contribui para a instauração de um novo cenário da sociedade desse período, com a necessidade de compra de mais escravos para atuarem na preparação da terra, na instalação dos novos engenhos e no transporte do produto até os navios para ser levado para a Europa.

Assim, com o acordo, pelo sistema de sesmarias (latifúndios distribuídos pelos donatários e pelos governadores-gerais aos colonos que aqui vieram habitar) desenvolveu-se a produção da cana-de-açúcar, e os engenhos (extensas propriedades de terras) logo assumiram nova forma, devido à extensa plantação de cana. Cabe frisar que, de acordo com Antonil (1982, p.89)¹², isso tudo não teria acontecido, se não fosse o trabalho dos escravos. A esse respeito, registra o autor que “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”.

Com melhoramento das casas-grandes, com a maior aglomeração dos escravos nas senzalas e, sobretudo, com as construções de capelas e escolas, o Brasil Colonial vivenciava um novo cenário. Holanda (1982, p. 48)¹³, ao tratar dessas edificações e do domínio exercido pelos colonos, registra que, “nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho construía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo”. A esse respeito, Del Priore e Venâncio (2003, p. 59) acrescentam que

[...] no centro da família, o senhor de engenho devia irradiar autoridade, respeito e ação. Sob seu comando dobravam-se filhos, parentes pobres,

¹² A primeira edição da obra de Antonil data de 1711.

¹³ A obra de Sérgio Buarque de Holanda teve a sua primeira edição publicada em 1936.

irmãos, bastardos, afilhados, agregados e escravos. Uma esposa, às vezes bem mais jovem, movia-se em sua sombra. Ela vivia para gerar filhos, desenvolvendo, entretanto, uma atividade doméstica – costura, doçaria, bordados – alternando com prática de devoção piedosa.

Segundo Antonil (1982, p.75), o título *senhor de engenho* era a aspiração de muitos senhores, “porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. [...] se pode estimar no Brasil o senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estima os títulos de fidalgos do Reino”. Esse autor relata ainda que esses senhores eram “muito chegado[s] por sangue e pouco unido[s] por caridade”. Vinganças entre os senhores de engenho eram comuns, mas eram os escravos os mais castigados, pois, além de trabalharem excessivamente de dia e de noite na produção de cana, frequentemente, eram punidos por qualquer falha, mesmo que pequena. Essa política era conhecida como os três PPP (pau, pão e pano), “princiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada” (ANTONIL, 1982, p.91).

E nesse ambiente tipicamente rural e precário, sob o comando autoritário dos senhores de engenho e sustentado, basicamente, pela produção açucareira, a sociedade brasileira foi sendo formada até que o açúcar deu sinais de esgotamento no final do século XVII. Conforme Prado Jr. (1972, p. 136), “a falta de lenha [nessa época, foi] uma das causas mais comuns do abandono de engenhos”, isso porque, no Período Colonial, havia pouca preocupação com a preservação da natureza. Nesse contexto, medidas importantes para a conservação do solo e o fornecimento de água para irrigar a plantação eram “praticamente desconhecida[s] na colônia [...]”. Aliás, de instrumentos agrícolas não se conhecia mais do que a enxada” (PRADO JR., 1972, p.137). As condições de alimentação no período colonial, à época dos engenhos, também não eram boas, “mesmo os fazendeiros ricos alimentavam-se mal, comendo dura carne seca. Só uma vez ou outra, degustavam frutos. Mais raramente ainda, os legumes. A falta de comida era compensada pelos excessos de doces: goiabada, marmelada, doce de caju [...]” (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2003, p.56).

De forma geral cabe ressaltar que, nos primeiros séculos de colonização do Brasil, o território nacional configurou-se como um recinto precário, pacato, rústico e sem prestígio. No século XVI, por exemplo, ficou caracterizado como período de adaptação para a habitação do colonizar na terra do Novo Mundo e para a escolha das melhores localidades para os povoamentos. Já o século XVII, destacou-se, inicialmente, pelo aprisionamento dos índios, motivando, assim, o movimento das entradas e bandeiras para o interior do País e, daí, as

descobertas de ouro no final desse século. “Socialmente, a bandeira nasce de um grupo que pratica a pequena propriedade e a policultura, naquelas fazendolas variegadas e típicas que examem no arredor de Piratininga”, no Estado de São Paulo. (RICARDO, 1970, p.119).

O século XVII e, sobretudo, o XVIII foram períodos da efervescência do ouro e, em virtude da exploração desse minério valioso, instaurou-se no Brasil a possibilidade de aquisição de grande fortuna decorrente dos lucros com a exploração dos metais preciosos. Diferentemente do pau-brasil e da produção da cana-de-açúcar, nessa nova fase da economia, eram os grandes fazendeiros e comerciantes que se responsabilizavam pela extração do ouro. Para Antonil (1982, p.167), “a sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente [naquela época] lá estão”.

Os donos de propriedades rurais lucraram muito com a exploração do minério que, ainda segundo Antonil (1982, p.164-166), foi descoberto pela primeira vez por um mulato ao tirar água para beber de um ribeiro conhecido, atualmente, como Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, fato que desencadeia o Ciclo do Ouro, com a descoberta de vários tipos de minérios na região: ouro preto, devido ter cor semelhante à do aço; ouro amarelo vivo, ouro do ribeirão do Campo, entre outros. “Não era difícil imaginar a fartura, o conforto e até o luxo dos senhores da costa, sobretudo dos fazendeiros e negociantes aos quais ia ter o ouro dos mineiros, em troca dos que lhes mandavam para sustento durante o período da mineração” (RODRIGUES, 1935, p.84).

Enfim, o lucro decorrente da exploração e comercialização do ouro era tão evidente que logo a busca pelos metais preciosos começou a invadir o interior do País. Para o Brasil, de modo particular, esse ciclo foi oportuno, porque “quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil” (RICARDO, 1970, p.229). Esse feito propiciou o povoamento do interior do País – com intensidade a partir da primeira metade do século XVIII – e, por consequência, a instauração de mais uma região brasileira: a região Centro-Oeste.

1.4 – Ocupação da região Centro-Oeste: o povoamento do interior do Brasil

O povoamento da região Centro-Oeste teve início no século XVII, em virtude do descobrimento das primeiras minas de ouro no atual território de Mato Grosso e, posteriormente, em Goiás. Para Ricardo (1970, p.129), as minas de Mato Grosso foram

descobertas por Artur e Fernão Pais de Barro que seguiram “a tradição dos seus avós e vão [foram], também, pela voz do sangue, ao extremo do nosso *far-west*”. De modo geral, as minas descobertas no interior do Brasil foram encontradas por bandeirantes, homens paulistas de ascendência portuguesa com espírito aventureiro e usados pelos portugueses, para capturar indígenas, escravos fugitivos e procurar riquezas minerais na região central do Brasil.

Essa medida era importante porque, conforme Moraes (1979, p.43), no século XVII, quando os holandeses começaram a dominar parte do território brasileiro e da Angola, o fornecimento de escravos africanos foi cortado para as regiões de domínio dos portugueses. Assim, a Coroa Portuguesa precisava de novas fontes de riquezas e de mão-de-obra, já que a lavoura açucareira caía em decadência. Por esse motivo, foram organizadas inúmeras bandeiras paulistas estimuladas e financiadas pelo governo português para penetração no interior do País.

É possível que tenha surgido daí o termo “entrada”, utilizado para nomear esse tipo de missão. Ao tratar do uso dos termos *paulistas*, *bandeirante* e *bandeira*, Taunay (1975, p.310)¹⁴ esclarece que “para os hispano-americanos e para os espanhóis, a designação dos paulistas sempre foi *portugueses de San Pablo*”. Já a designação *bandeirantes* foi “empregada pela primeira vez num documento do Conselho Ultramarino, datado de 1676 [...]”. Acrescenta ainda Taunay (1975), referindo-se ao termo *bandeirantes*, que “o mais antigo emprego do substantivo, que se nos deparou, data de 1740, [...] se referiu aos ‘bandeirantes’ de uma ‘*bandeyra*’ despachada contra os índios Pinarés”. O autor acrescenta ainda que antigos documentos paulistas “designam geralmente as bandeiras por *viagem*, *entrada*, *jornada*” (TAUNAY, 1975, p.310).

Vianna (1965, p.192), por seu turno, aponta algumas diferenças entre o movimento das entradas e o das bandeiras que se configuram como movimentos importantes para a expansão territorial do Brasil, uma vez que propiciaram ao país uma nova configuração territorial. Essas missões em dados momentos tiveram os mesmos fins: a exploração da terra, a escravização dos indígenas, a procura de metais e de pedras preciosas. No entanto, foram realizadas em épocas e regiões diferentes.

O movimento entradista ocorreu no século XVI, na Região do Nordeste da Amazônia, tendo como objetivo a captura de índios, a exploração geográfica e a abertura de vias de transportes, entre outros. Já o bandeirantismo foi o nome atribuído ao movimento de penetração dos moradores da Capitania de São Vicente, iniciado na segunda metade século

¹⁴ A data da primeira edição da obra Afonso d’ Escagnolle de Taunay não consta na edição consultada para este trabalho, mas foi produzida no século XX.

ciclo do ouro, fatores que motivaram o surgimento dos primeiros povoamentos na região do Brasil Central. Em geral, esse movimento saía da Capitania de São Vicente (atual São Paulo) com destino ao Sul e ao Oeste do Brasil, e com atuação ainda mais aguçada no final do século XVII, ao descobrirem que, além de Minas Gerais, havia ouro em Cuiabá. Segundo Taunay (1975, p. 13), essa região era “[...] incomparavelmente menos acessível que a das Minas Gerais, e a enorme distância da costa, ilhada no coração da selva, atingível após a mais penosa e perigosa das travessias. Não importa! Era riquíssima!”. E acrescenta ainda que, “depois de minerar nas Minas Gerais com seu pai, o opulento Domingos Dias partira para Cuiabá onde logo se tornara um dos mais salientes povoadores, pela fortuna e os atos de prestantíssimo vassalo” (TAUNAY, 1975, p. 79). Conforme os dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)¹⁶, essa rica cidade foi descoberta em 8 de abril de 1719, por Pascoal Moreira Cabral, nas margens do afluente do rio Cuiabá. Nessa data se comemora a fundação oficial de Cuiabá.

Todavia, conforme salienta Moraes (1979, p. 43), “esgotadas as minas de ouro, ilhadas nas lonjuras mediterrâneas do Brasil central, na dependência exclusiva das comunicações fluviais, passou a capitania de Mato Grosso a sofrer todas as vicissitudes do isolamento, ausente da comunhão brasileira”. O fascínio dos bandeirantes pelo ouro foi importante para o início do povoamento e do desenvolvimento da atual região Centro-Oeste, sobretudo Mato Grosso. Dessa forma, “a decadência da mineração foi tão rápida como havia sido o encontro dos veios auríferos, e, com êste, o surto de uma riqueza que logo se mostrou transitória” (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 277).

A descoberta de ouro em Minas Gerais e em Mato Grosso levantou a hipótese da existência de outro também em Goiás, território localizado entre esses dois Estados, motivando a intensificação do povoamento da região goiana, conforme assevera Diégues Junior (1960, p.273)

nos começos do XVIII o território goiano foi explorado, encontrando-se ouro entre 1722 e 1725; logo depois, em 1726, surgiu o primeiro núcleo de povoamento; arraial da Barra. O povoamento, graças à sedução das minas, processou-se rápido, ocorrendo não somente paulistas como também bandeirantes e aventureiros da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Minas Gerais

¹⁶ Informação disponível no site do IBGE:

http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=510340. Acesso em: 11 mar 2011.

Segundo Diégues Junior (1960, p.273-282), enquanto as bandeiras paulistas avançavam na parte sul, as expedições de jesuítas entravam pelo norte do território goiano. E, dessa forma, esses dois grupos contribuíram para o início do povoamento do Estado de Goiás. O desbravamento da área goiana facilitava o acesso às minas cuiabanas já descobertas em 1719. A descoberta das minas goianas em 1722 motivou a fundação de arraiais, como o do Ferreiro e o de Vilas Boas que, por extensão, atraiu a vinda de paulistas, mineiros, nortistas e também cuiabanos para as minas goianas. Os povoados ou arraiais foram surgindo com força vertiginosa, pois um contingente de pessoas buscava essa riqueza fácil e volúvel e em pouco tempo ocorreu o inesperável: a decadência do ouro em Goiás. Logo, “o apogeu das minas goianas e cuiabanas foi rápido; não demorou o suficiente para transformarem os arraiais em núcleos urbanos” (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p.282).

Após o esgotamento do ouro no final do século XVIII, a principal atividade econômica em Goiás passou a ser a agricultura e a pecuária. Ainda de acordo com Diégues Junior (1960, p.287), após a decadência das minas surgiram novas bases econômicas no atual território da região Centro-Oeste, tais como a pecuária, a extração da erva-mate e a agricultura.

A atividade de criação de gado ganha força tanto no território goiano como no mato-grossense tornando-se, portanto, a principal atividade econômica dessa região. Nesse contexto, cabe o mérito à zona pantaneira por ter sido a parte em que o gado mais se adaptou, o que tornou a principal área criadora de gado da região, até a atualidade do século XXI.

Sabe-se que o Estado do Mato Grosso teve condições ambientais favoráveis para o desenvolvimento dessa atividade, o que ocasionou um crescimento repentino dessa nova fonte econômica. Conforme salienta Ricardo (1970, p.146),

no Planalto, onde se originou a bandeira, por certo que bandeirantes e criadores de gado andam juntos [...] vai então o bandeirante do gado (que difere do simples criador de gado) à procura de regiões mais favoráveis à criação e Vale de S. Francisco, nos sertões de Goiás [...]

Se comparado ao Estado de Mato Grosso, pode-se afirmar que Goiás obteve menor crescimento da pecuária. Já o sul do Mato Grosso, atual Estado do Mato Grosso do Sul, destacou-se pela exploração da erva-mate, atividade que fortaleceu a economia, tal ponto que passou a marcar uma nova fase na economia dessa região, no século XVIII. Prova disso é que “ainda no começo do século XIX era exportada para países platinos, e só na segunda metade do século passado tornou-se objeto de mais largo comércio” (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p.289).

Ao tratar dessa questão do desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste, Teixeira e Hespanhol (2006, p.53) também argumentam que, no século XIX, o foco de produção foi para os setores da pecuária, em especial para a produção de charque, porém a extração de erva-mate também reforça a economia local. A área de exploração da erva-mate “abrange o sul do Mato Grosso, o sul e o oeste paranaense, o oeste catarinense. [...] Também a exploração da poaia, ou ipecacuanha, se fez, e ainda se vem fazendo, em grande escala, no sul mato-grossense” (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 290).

Enfim, embora os primeiros povoados tenham surgido, na região Centro-Oeste, motivados pela descoberta do ouro, o desenvolvimento socioeconômico ocorreu em virtude da criação de gado, sobretudo no Pantanal, da mineração às margens dos rios e da extração da erva-mate na parte sul do então território mato-grossense.

1.4.1 – A região Centro-Oeste: desenvolvimento socioeconômico *versus* movimentos migratórios

O povoamento da região Centro-Oeste tem estreita ligação com a hidrografia e com o exercício de certas atividades humanas. Retomando o processo de mineração do ouro no século XVIII, pode-se considerar que, de além de ter sido importante do ponto de vista econômico e cultural, muito contribuiu para inserção dessa região no contexto nacional, haja vista que se tornou, assim como as demais regiões brasileiras, importante área de povoamento, sobretudo às margens dos grandes rios.

De acordo com Innocencio (1988, p.87), “para alcançar os garimpos mato-grossenses, os povoadores que provinham especialmente de São Paulo, utilizavam-se de vias fluviais [...] referimos-se aos rios Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá”. O Mapa II¹⁷, a seguir, ilustra a hidrografia do Brasil Central, bem como a sinalização dos principais rios utilizados para alcançar os garimpos e, por extensão, propicia a criação de novos povoados.

¹⁷ Esse é um dos mapas apresentados na obra publicada pelo IBGE, em 1988, mas organizada entre abril de 1986 e setembro de 1987. Logo, o Estado do Tocantins ainda não havia sido criado (1989) e passado a integrar a Região Norte. Portanto, nos Mapas II, III, IV e V aparecerá a organização espacial do Estado do Tocantins como “Norte de Goiás”.

características torna-se área propícia para a criação de gado. Em algumas dessas áreas, as constantes cheias dos rios do Pantanal exigem a retirada do gado para outras localidades, fator que também contribuiu para a expansão da pecuária no Estado de Mato Grosso (INNOCENCIO, 1988, p.87). Também o sul, o hoje Mato Grosso do Sul, se fortaleceu com a pecuária, graças à vinda de criadores “procedentes da Bahia e de Minas Gerais que atingiram os campos naturais do planalto do sul de Mato Grosso [atual Mato Grosso do Sul], denominado por Campos de Vacarias” (DUARTE, 1988, p.244).

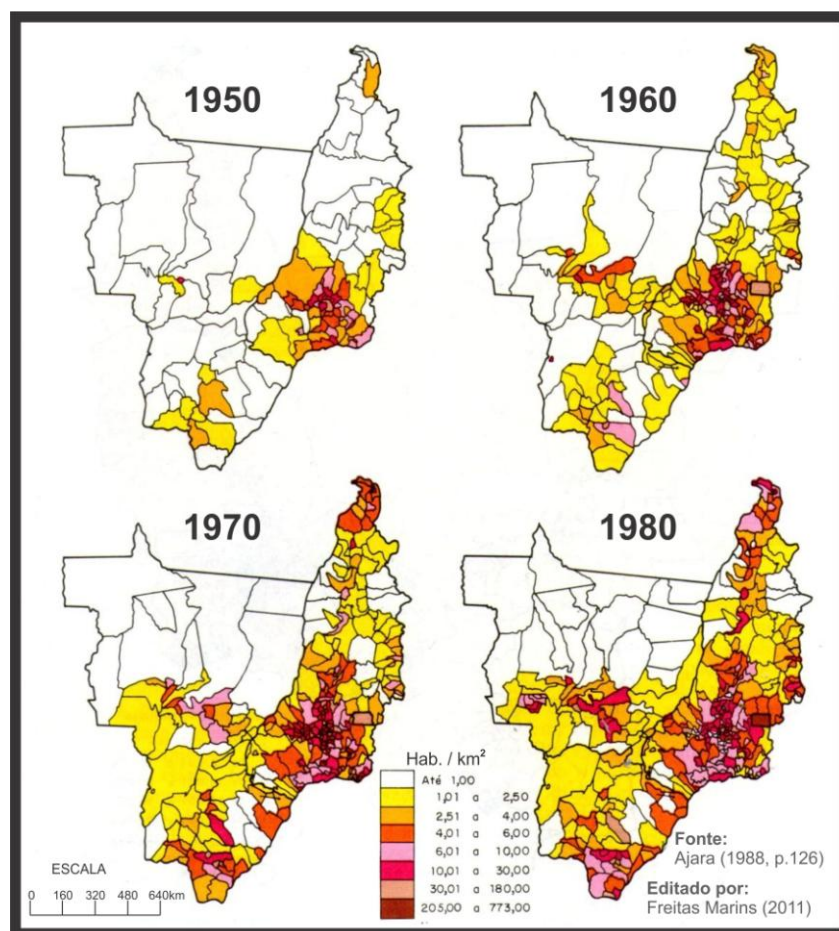
Com a decadência do ouro os núcleos urbanos ficaram, durante décadas, estagnados em termos econômicos e populacionais e com isso a criação de gado foi ganhando força econômica. Após a Guerra do Paraguai (século XIX), a região Centro-Oeste volta a ter grande importância comercial, pois ocorre a internacionalização da navegação no rio Paraguai, o que provocou transformações como a “instalação de charqueadas em diversos pontos da área do Pantanal, inclusive com capital de empréstimos estrangeiros. A outra foi o papel de Corumbá, em toda a área da Bacia do Paraguai, com o grande empório comercial” (DUARTE, 1988, p.244). Já Goiás não apresentou fortes modificações econômicas nos séculos XIX e XX, conforme ocorreu em Mato Grosso, sobretudo na parte sul. O território goiano também resgatou a expansão da criação de gado. A criação de Goiânia, bem como o surgimento de novos municípios impulsionaram a agricultura na década de 40 do século XX.

Na verdade, tanto a agricultura como a criação e o comércio do gado foram ainda mais intensificados na década de 40 do século XX, quando ainda havia grande disponibilidade de terras devolutas. Assim, a migração da população em direção à nova região “foi incentivada através de intensa propaganda oficial, que ficou conhecida como Marcha para o Oeste” (DUARTE, 1988, p.16).

O termo “Região Centro-Oeste” foi institucionalizado pelo Governo Federal, em 1941, quando o IBGE elaborou a primeira divisão regional do Brasil para fins estatísticos e didáticos. Assim, essa região passa ser composta oficialmente pelos Estados de Goiás e de Mato Grosso. Posteriormente, em 1960, abrigou o Distrito Federal e, em 1977, o estado do Mato Grosso do Sul, em decorrência da divisão do Estado de Mato Grosso. Cabe mencionar que o município de Campo Grande (sul do território mato-grossense) torna-se um grande centro de comercialização de gado e local onde moravam importantes fazendeiros. Assim sendo, em Campo Grande “se esboçou um movimento na história social de Mato Grosso que terá repercussões nas décadas de 60 a 70: o da emancipação da parte sul” (DUARTE, 1988, p.246). E, dessa forma, em 1977 o sul do Mato Grosso torna-se o Estado do Mato Grosso do Sul, em decorrência da divisão territorial, o terceiro Estado a compor a região Centro-Oeste.

Cabe mencionar ainda que entre as décadas 40 e 70 na região Centro-Oeste ocorreram significativas alterações, essa região até então pouco habitada, passa a receber migrantes de vários Estados brasileiros, o que propicia um intenso progresso de crescimento urbano. Esse crescimento possibilitou o surgimento de uma nova conceituação de região Centro-Oeste no cenário nacional: a fundação de Brasília (capital da República Federativa do Brasil), em 21 de abril de 1960, pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, impulsionou ainda mais a ocupação do Brasil Central, não apenas devido às melhorias em infra-estrutura que possibilitaram a intersecção entre a capital federativa e as principais cidades brasileiras, mas sobretudo devido ao oferecimento de empregos diretos e indiretos: “as áreas que acusaram os maiores crescimentos populacionais, na década de 70, apresentaram tanto incrementos de natureza rural quanto urbana, estando, em ambos os casos, tais crescimentos vinculados a expressivos afluxos de população migrante” (AJARA, 1988, p.132).

Assim, como consequência do resultado do progresso que modificou a região durante a segunda metade do século XX o “Centro-Oeste deixou de ser, na década de 80, a Região natural definida pelo IBGE em 1941. Não é mais, também, a região definida no fim da década de 60, como um espaço de transição entre o Sudeste e a Amazônia. Na década de 80 integrou-se ao sistema econômico nacional [...]” (DUARTE, 1988, p.19). Consequentemente, apresentou um rápido crescimento da população urbana, como pode ser visualizado no Mapa III, a seguir.



Mapa III – Região Centro-Oeste: densidade da população total (1950, 1960, 1970 e 1980).

A comparação entre os mapas demonstra que na década de 80 o território correspondente à região Centro-Oeste recebeu um intenso fluxo de ocupação territorial, exceto o norte do Estado de Mato Grosso, onde não se registrou alterações no índice de habitantes por metro quadrado, permanecendo, portanto, quase não povoado. Já o sul do Estado do Mato Grosso do Sul e o centro do Estado de Goiás, em especial nas localidades próximas à região do Distrito Federal (Brasília), concentram o maior índice de ocupação. No caso de Goiás esse fenômeno pode ser justificado, segundo Ajara (1988, p.128), pela criação de Brasília, pois “[...] a mudança da Capital Federal para o Planalto Central, seguida da implantação de um novo sistema viário a partir de Brasília, caracteriza-se pela intensificação do processo de ocupação regional”.

Se comparado o Mapa III ao Mapa IV (DIÉGUES JUNIOR, 1960), a seguir, que visualiza a caracterização das regiões culturais propostas por Diégues Júnior (1960), identificam-se muitas similaridades:



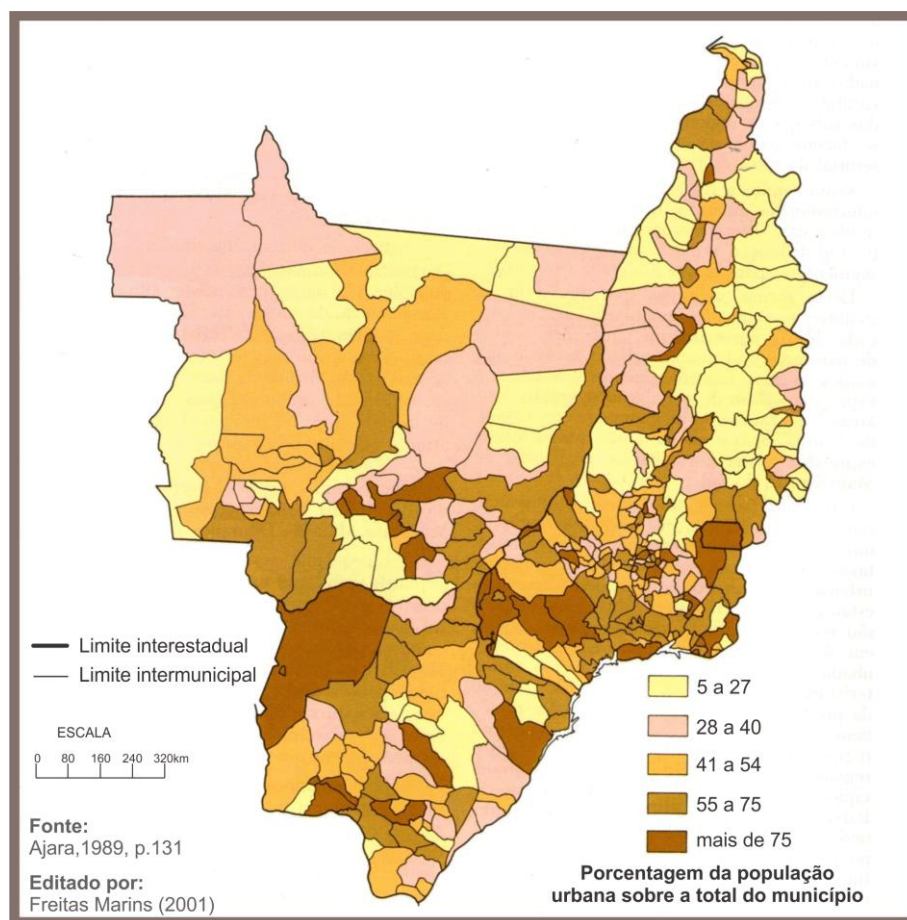
Mapa IV – Divisão das áreas culturais no Brasil em 1960 (DIEGUES JÚNIOR, 1960).

Ao observar a faixa territorial do Mapa III e do Mapa IV¹⁸, correspondente ao Estado do Mato Grosso do Sul, juntamente com o centro do Estado de Goiás acrescentados de uma pequena parte do território sul do Mato Grosso, vê-se que nos dois mapas esse trecho é sinalizado como área comum, tanto no nível cultural quanto no fluxo de povoamento. Do ponto de vista cultural, a região Centro-Oeste está ligada ao desenvolvimento da mineração goiana e, possivelmente, o exercício dessa atividade pode ter motivado o povoamento dessa área, confirmando os resultados de Ajara (1988), apresentados nos mapas que integram o Mapa III.

Já a faixa correspondente ao norte do Estado de Mato Grosso, nos mesmos mapas que integram o Mapa III é caracterizada pelo baixo índice de povoamento, diferenciando-se do restante do Centro-Oeste. Esse fato peculiar no norte mato-grossense pode ser explicado a partir do estudo de Diegues Júnior (1960), que classifica essa área como pertencente à região da Amazônia, em termos culturais. Provavelmente a densa vegetação e a presença de diversas etnias indígenas podem ter inibido o crescimento populacional dessa parte do território, antes da década de 80 do século XX.

No Mapa V, a seguir, observa-se o “grau de urbanização” ocorrido na região Centro-Oeste no final das últimas décadas do século XX.

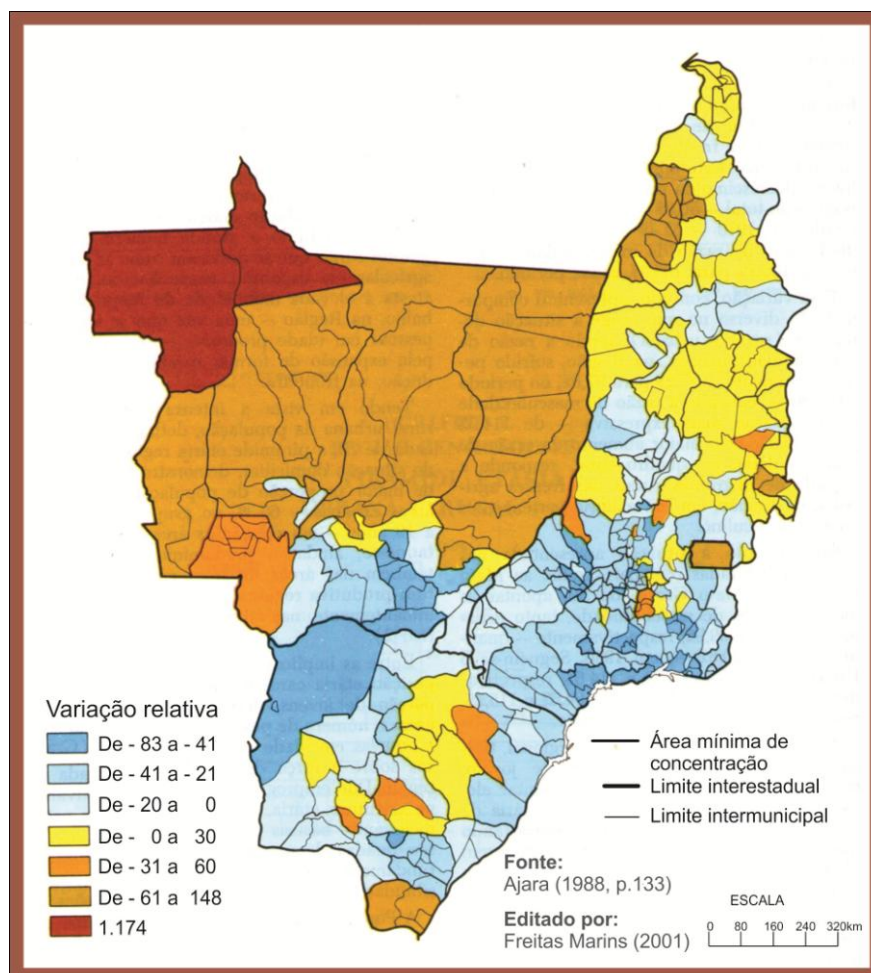
¹⁸ Diegues Júnior preocupa-se com as regiões culturais, não com as geográficas.



Mapa V – Centro-Oeste: grau de urbanização (1980).

Os índices apresentados no Mapa V podem ser justificados, se considerados os dados visualizados no Mapa III, que registram maior concentração de habitantes por metro quadrado na faixa correspondente ao sul do Estado do Mato Grosso do Sul e no centro do Estado de Goiás, em especial nas localidades próximas à Brasília. Provavelmente, a população tenha se concentrado nessas áreas por serem, conforme o representado pelo Mapa V, mais urbanizadas ou com maior perspectiva de urbanização, ao contrário da região norte de Mato Grosso, que apresentou baixo índice de urbanização.

Já o Mapa VI, a seguir, apresenta a “variação da população rural” na região Centro-Oeste.

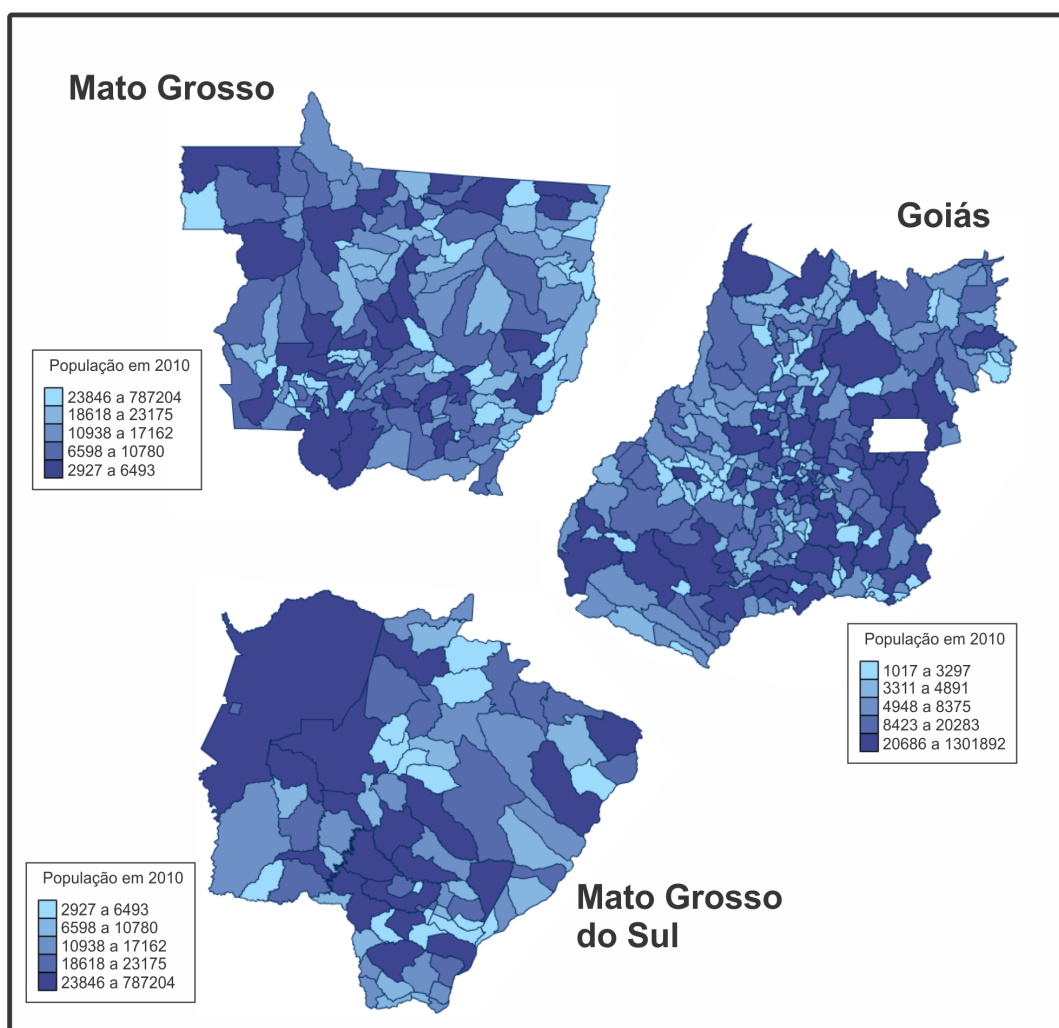


MAPA VI – Centro-Oeste: variação da população rural (70 / 80).

Nota-se, pelo mapa VI, que as localidades com maior índice de variação da população rural correspondem às cidades que no Mapa III são indicadas com alto grau de urbanização que, por sua vez, ocorre em virtude da diminuição da população rural, consequentemente, aumentando o crescimento urbano. No Mapa VI, no que se refere à variação da população rural da década de 70 a 80, observa-se que os maiores crescimentos populacionais de natureza urbana ocorreram na área em que se situa o Estado do Mato Grosso do Sul, o que indica o decréscimo na população do campo “em virtude da introdução de formas capitalistas de produção, pouco absorvedoras de mão-de-obra, no meio rural, bem como a atração exercida pela cidade de Campo Grande – constatando-se o expressivo aumento da população rural [...]”. (AJARA, 1988, p.132).

Para finalizar a discussão da questão do povoamento na região Centro-Oeste, recuperamos os dados do Censo 2010 realizado, pelo IBGE¹⁹, no que se refere à população atual da região Centro-Oeste, conforme figura no Mapa VII.

¹⁹ Dados disponíveis em <http://www.ibge.gov.br>, acesso em 30 de jan de 2012.



MAPA VII – Centro-Oeste: variação da população geral em 2010.

Observa-se pelo Mapa VII que, diferentemente dos resultados visualizados no Mapa III, o norte de Mato Grosso no período atual encontra-se bem povoado, assim como o nordeste de Mato Grosso do Sul e a parte central de Goiás. Esses dados confirmam o crescimento populacional da região Centro-Oeste que, até a década de 40 do século XX, era quase desabitada. Logo, é possível que também os hábitos, os costumes e a linguagem dessa população do Brasil Central estejam se alterando.

Os movimentos migratórios foram os grandes responsáveis pelas mudanças ocorridas não apenas na região Centro-Oeste, mas em todo o território brasileiro. Nessa perspectiva, Golgher e Marques (2006, p.3) entendem que o processo de migração pode ser compreendido a partir de dois conceitos: migração em etapas e migração de retorno. O primeiro diz respeito aos casos em que a pessoa sai da sua localidade de origem e vai até outra mais próxima e, partindo dessa última, dirige-se a outro local relativamente próximo e, assim, procede

sucessivamente até chegar ao destino final. Na migração de retorno, o indivíduo que deixa seu local de origem para viver em outra localidade, com o passar dos anos, retorna à sua região de origem. Esse regresso à terra natal pode ser motivado por diversos fatores, como a não adaptação do migrante à nova localidade ou o esgotamento das riquezas naturais da nova localidade em virtude do próprio processo migratório, a aposentadoria, entre outros.

É fato que, independentemente do tipo de migração que a região Centro-Oeste tenha recebido, todos os movimentos migratórios contribuíram significativamente para o progresso da região. O intenso aumento da população urbana, no Brasil Central, em relação à população rural perdura, mesmo que com menor intensidade, até os dias atuais, como confirmam os resultados divulgados pelo IBGE²⁰ em 2010, em que é apresentado o crescimento da população urbana em relação à população rural, sobretudo nas três capitais do Centro-Oeste.

Em Cuiabá, por exemplo, a população urbana soma 540.814 habitantes, enquanto a população rural resulta em 10.284 habitantes. O mesmo ocorre em Campo Grande, em que a população urbana é estimada em 776.242 habitantes e a rural, em 10.555. Goiânia, por sua vez, apresenta a maior diferença entre esses dois perfis de população, a urbana, com 1.297.076 habitantes contrapõe-se à rural, com apenas 4.925 habitantes. Esses resultados não se aplicam, de modo geral, a todas as cidades da região Centro-Oeste, haja vista que em algumas cidades do interior, como Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso, a população rural (9.327 habitantes) é maior do que a população urbana (5.116 habitantes), o que indica que, ao longo do processo de formação dessa cidade, não houve grande crescimento urbano.

Enfim, essa divergência pela escolha entre os espaços rurais e urbanos na região central do Brasil pode ser resultado da antiga forma de interpretar a vida no campo e na cidade, em que o homem rural era visto como rústico e atrasado, por não estar integrado ao mundo moderno que concebe o homem como evoluído socialmente, como os habitantes citadinos. Todavia, esse quadro vem sofrendo alterações, pois, na tentativa de usufruir cada vez mais dos adventos da modernidade, o habitante do campo – principalmente do século XXI – tem acesso a bens de consumo e a regalias ditas urbanas, como o uso da energia elétrica, de televisores, de aparelhos eletrônicos, de computadores, de produtos industrializados, além de meios de transportes como ônibus, motocicletas e automóveis que, por consequência, propiciaram a implantação de sinaleiros, lombadas/quebra-molas, entre outros, que começaram a fazer parte da vida do homem do campo e dos pequenos municípios interioranos, na contemporaneidade.

²⁰ Dados disponíveis em <http://www.ibge.gov.br>, acesso em 16 de jun de 2011.

CAPÍTULO II

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este capítulo tem como objetivo discutir os pressupostos teóricos que embasam este estudo. Para tanto, serão abordados, primeiramente, fundamentos teóricos referentes ao léxico e às suas relações, considerando, em especial, questões voltadas à variação linguística e à norma lexical. E, posteriormente, serão discutidas questões relacionadas ao léxico rural e ao léxico urbano.

2.1 – A linguagem, o homem e a sociedade: breve contextualização

A interação do homem com os seus semelhantes é inevitável, uma vez que esse contato, além de propiciar a troca de conhecimento sobre si e sobre o outro, influencia a maneira como o homem percebe, vê e compreende tudo aquilo que compõe seu universo. Essas trocas e influências recíprocas são decorrentes do seu contato com os mais diversos grupos sociais, podendo ser eles de natureza familiar, escolar, vicinal, profissional, entre outras.

Esses grupos de pessoas com traços, características e interesses comuns tornam-se imprescindíveis para a constituição do saber humano, uma vez que cada integrante transmite parte de sua cultura, de suas crenças, de suas ideologias, de seus mitos e de seus costumes, enfim, tudo aquilo que também herdou dos seus antepassados em contato com outros grupos sociais, o que possibilita a transmissão e a disseminação de todo o saber acumulado de geração a geração, pela decorrer da humanidade.

E essas experiências sempre foram (e serão – independentemente do recorte temporal) compartilhadas por meio da linguagem, verbal ou não verbal. No caso da linguagem verbal, sabe-se que ela permite ao homem não apenas nomear, criar e transformar o universo real, mas, em especial, trocar experiências adquiridas no passado e no presente, bem como idealizar aquelas que ocorrerão no futuro.

Na perspectiva de Saussure (2006, p.17)²¹, a língua de ser explicada por meio de dicotomias, dentre elas, a língua (*langue*) e a fala (*parole*). A primeira, a língua, “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (2006, p.17). Ao diferenciar essas duas dissintonias esse autor salienta que

²¹ A primeira publicação dessa obra foi em 1916.

A língua não constitui, pois, uma função do falante: é um produto que o falante registra passivamente; não supõe jamais premeditação [...] a fala é, ao contrário, um ato individual da vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações (SAUSSURE, 2006, p.22)

Nesse particular, Coseriu (1982, p.23) acrescenta que “uma língua não é uma ‘coisa feita’, um produto estático, mas um conjunto de ‘modos de fazer’, um sistema de produção, que, a todo instante, somente em parte surge como já realizado historicamente em produtos linguísticos”. A fala, por sua vez, de acordo com Sapir (1971, p.22)

[...] não é uma atividade simples executada por um ou mais órgãos biologicamente a ela destinados. É uma trama extremamente complexa e ondeante de ajustamentos – no cérebro, no sistema nervoso, e nos órgãos de articulação e audição – em direção ao fim colimado, que é a comunicação das idéias.

Assim, pode-se considerar que a língua (*langue*) possui um caráter social enquanto a fala (*parole*) é de natureza pessoal, individual (SAUSSURE 2006, p.17). Se por um lado a língua pode ser compreendida como a capacidade cognitiva do homem de expressar seus pensamentos, que são individuais, por outro lado, a linguagem pode ser a compreensão da própria existência humana dentro do âmbito social, já que representa todo o trajeto social, político e histórico da humanidade: “a vida social é assim permeada por um sistema de signos linguísticos, e, por intermédio delas, é resguardada a transmissão de uma cultura de geração à outra, o patrimônio de uma comunidade, [...] concebidos e aceitos pelos membros” (LIMA, 2010, p.2).

Nessa perspectiva, a língua atua como parte social da linguagem, constituída por signos linguísticos que se combinam segundo as normas de cada sistema linguístico. E, sendo a língua um sistema abstrato, ela se concretiza por meio da fala. Assim, conseqüentemente, a língua e a fala dependem uma da outra para que ocorra o processo de comunicação.

De acordo com Werner (1982, p.23-29), o compartilhamento de informações ocorre da virtude dessa troca de mensagem entre o emissor (o falante) e o receptor (o ouvinte) no processo de comunicação, compartilhando do mesmo código linguístico, em que o homem “se

serve de diversos tipos de signos, pertencentes a distintos códigos, para el intercambio de mensajes com otro hombre”²² (WERNER, 1982, p.25).

Desse modo, fazendo uso de um dado código, isto é, de signos²³ linguísticos, o homem emite os mais variados enunciados sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o mundo, tal como o interpreta. Assim a língua constitui um sistema de signos linguísticos que serve para transmitir experiências, idéias, pensamentos e a sua própria existência.

É por meio da linguagem que a humanidade manifesta sua existência. Isso porque ela se constitui em um elemento de comunicação e interação entre o homem e a sociedade, configurando-se, portanto, como um canal divulgador da sua própria história que, por sua vez, é impregnada de traços culturais. Por isso, é possível afirmar que “a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas” (SAPIR, 1971, p. 205).

No decorrer da história o homem constrói também seu inventário lexical para nomear a realidade do ambiente físico e social do grupo humano a que pertence. Nesse sentido, estudar a origem e o significado do léxico de uma língua é, ao mesmo tempo, compreender a história do povo que o fala.

2.2 – Léxico e cultura

Um dos níveis da língua que reflete de forma marcante a relação língua/cultura/sociedade é o léxico, ou seja, o conjunto de palavras de uma língua por meio do qual o homem nomeia a realidade que o cerca. Em razão disso, o estudo do léxico possibilita analisar e compreender a realidade sócio-linguístico-cultural de uma comunidade de falantes, funcionando, portanto, como reflexo das transformações sofridas pela sociedade no decorrer da sua história.

Nesse particular, Biderman (2001a, p.179) destaca que

o léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através idades. Os membros dessa comunidade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do léxico da sua língua.

²² “se serve (se aproveita) de diversos tipos de signos (sinais), pertencentes a distintos códigos, para o intercambio de mensagens com outro homem”. (Tradução nossa).

²³ Na teoria saussuriana, “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2006, p. 80).

Apesar de o léxico pertencer ao sistema linguístico, são os falantes que, agindo sobre ele, o transformam e o adaptam de acordo com suas necessidades circunstanciais. Assim, muitas vezes, no ato de fala, o interlocutor não utiliza o repertório lexical disponível na língua, seja por desconhecer-lo, seja porque não há nessa língua uma palavra que traduza o conceito em questão, em virtude de aspectos culturais específicos, nessa situação, ou recorre às muitas possibilidades comunicativas oferecidas pelo próprio sistema linguístico para formar novas palavras (neologismos), ou vale-se de vocábulos de outras línguas (estraneirismo/empréstimos), para nomear o referente em questão. Isso porque, como assevera Ferraz (2007, p.53), “a inovação lexical, ou a criação de novas palavras, é um fenômeno permanente na língua em evolução”, razão pela qual, constantemente o sistema da língua recebe novas formas e significados.

De acordo com Ferraz (2007, p.54), “o léxico de um língua, para incorporar unidades novas, recorre basicamente a três mecanismos, todos muito comuns”: (i) neologia formal, que consiste na criação de novas palavras utilizando as próprias regras do sistema linguístico; (ii) neologia semântica, que seria a expansão de sentido, atribuindo novos significados à unidades léxicas já existentes e (iii) neologia de empréstimos, que corresponde à importação de unidades léxicas de outros sistemas linguísticos (FERRAZ, 2007, p.54).

É importante salientar que os neologismos primeiramente são veiculadas pela fala, isto é, no discurso e depois, devido à frequência e à permanência, entram para o sistema linguístico, já que o que consagra uma unidade lexical é o uso, isto é, a aceitação dos interlocutores. No sistema da língua também é possível o processo inverso, quando uma unidade lexical está caindo em desuso, transformando-se em arcaísmos, itens lexicais que em dado momento da língua estiveram no léxico ativo, mas em virtude das próprias mudanças sociais, econômicas e geográficas essas unidades vão perdendo o uso, até caírem em desuso no sistema linguístico.

Observa-se, então, que tanto as inovações como os arcaísmos evidenciam o processo dinâmico da língua, ora perdendo algumas palavras por caírem em desuso, ora adquirindo e resgatando novas unidades lexicais. Diante dessa dinamicidade, que ocorre de forma gradual e quase imperceptível, pode-se dizer que o léxico é o nível da língua que melhor traduz a experiência cultural acumulada pela sociedade através dos anos. Partindo desse princípio de que o léxico é uma ferramenta importante para a compreensão sociocultural, Sapir (1961, p.51) salienta que o “léxico, ou seja, o assunto de uma língua, destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos, referentes ao quadro cultural do grupo”.

Sabe-se que, ao nomear o universo, o homem, inevitavelmente, também atribui determinados valores às palavras de acordo com sua cosmovisão e essas, por sua vez, são cristalizadas pela consagração da tradição cultural. Dessa forma, ao estudar uma palavra, é possível não apenas identificar questões estruturais do signo linguístico, mas, sobretudo, recuperar informações referentes à cultura, aos costumes, às crenças e aos conceitos vinculados por uma sociedade.

Essa atribuição de nomes à realidade é uma prática humana na história de qualquer língua. Em todas as épocas e culturas, o homem, mesmo concebendo a realidade de formas distintas, categorizou o universo de acordo com sua maneira de perceber o mundo: por meio das palavras. E essa “arte de dar nomes às coisas é a arte rara, de difícil execução, pois exige que se olhe para o nome que cada coisa tem por natureza e se saiba exprimir, com letras e sílabas, sua idéia fundamental” (MARTINS, 2002, p. 50). Conforme Biderman (2001b, p.14), as palavras surgem de um processo criativo, em que o falante associa termo a conceitos que simbolizam referentes. Em determinadas grupos linguísticos o mesmo referente pode receber nomes distintos, já que a forma de interpretar a realidade se modifica de acordo com cada grupo. Essa mesma lexicógrafa pondera ainda que

qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do Léxico da sua língua (BIDERMAN, 2001a, p.179)

Portanto, todo acervo lexical utilizado pelos falantes pode atuar como “espelho” da visão de mundo do grupo a que ele pertence, pois o uso das palavras estabelece uma relação entre o homem, a língua e o mundo. E tudo isso se reflete em um fator: o cultural, uma vez que “existe, em primeiro lugar, o sentido em que ‘cultura’ é mais ou menos sinônimo de ‘civilização’” (LYONS, 1981, p. 273). Compartilhando desse mesmo princípio, Augusto (2006, p.28-29) salienta que “as realizações linguísticas são o reflexo dos processos de interação entre indivíduo e seu meio social, expressando a realidade extralinguística vivenciada pelos seus falantes, mediante a utilização de signos linguísticos”, haja vista que por meio do léxico é possível analisar esses condicionantes extralinguísticos, materializados no vocabulário dos diferentes grupos sociais, uma vez que

a língua funciona também como forma de identidade de um grupo, já que o vocabulário atualizado por um indivíduo evidencia marcas socioculturais do grupo a que pertence e do espaço geográfico onde reside ou nasceu, uma vez que é fato assente que condicionantes de natureza sócio-histórico-cultural e físico-geográfica podem motivar o surgimento de variedades na manifestação de uma língua (ISQUERDO, 2008, p.447)

Dessa forma, os grupos sociais podem ser reconhecidos e diferenciados pela seleção que fazem do repertório lexical, uma vez que as escolhas do falante durante o processo comunicativo não são por mero acaso ou conveniência. Conforme Tarallo (1986, p. 46), as escolhas são motivadas por diferentes fatores, tais como, o espaço geográfico, o sexo, o nível social, a cultura, a profissão, a escolaridade. Variações dessa natureza são essenciais para a diversidade e o enriquecimento do sistema linguístico já que todos esses fatores propiciam a configuração da norma linguística e suas variações.

É importante destacar que “o conceito de norma, nos estudos linguísticos, surgiu da necessidade de estipular um nível teórico capaz de captar, pelo menos em à parte, a heterogeneidade constitutiva da língua” (FARACO, 2008, p.33). Esse conceito foi formulado por Eugênio Coseriu no início da década de 1950, concebendo a norma como o nível abstrato entre o “sistema” e a “fala”, o autor cria assim uma tricotomia, que parte do mais concreto, a fala (uso individual e concreto da norma) passando pela norma (uso coletivo) até chegar à parte mais abstrata que é a língua (sistema funcional). Essa teoria se opõe ao conceito da dicotomia saussuriana que se pautou, apenas, na visão bipartida da linguagem: língua e fala. Nas palavras de Coseriu (1978, p.98), o sistema (isto é, a língua)

[...] es sistema de posibilidades, de coordenadas que indican caminos abiertos y caminos cerrados: puede considerarse como conjunto de ‘imposiciones’, pero también, y quizá mejor, como *conjunto de libertades*, puesto que admite infinitas realizaciones y sólo exige que no se afecten las condiciones funcionales del instrumento lingüístico [...]²⁴

Nessa perspectiva, o sistema pode ser compreendido como todas as possibilidades que indicam tantos caminhos abertos como fechados para o falante se comunicar. O usuário de uma língua, por seu turno, tem ao seu dispor infinitas possibilidades de estruturas de acordo com o sistema linguístico do qual faz uso:

²⁴ “[...] é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos abertos e caminhos fechados: pode considerar-se como conjunto de ‘imposições’, mas também, e talvez melhor, como conjunto de liberdades, uma vez que admite infinitas realizações e só exige que não se afetem as condições funcionais do instrumento linguístico [...].(Tradução nossa).

[...] En un primer grado de formalización, esas estructuras son simplemente normales y tradicionales en la comunidad, constituyen lo que llamamos *norma*; pero, en un plano de abstracción más alto, se desprende de ellas mismas una serie de elementos esenciales e indispensables, de oposiciones funcionales: lo que llamamos *sistema*. Pero *norma* y *sistema* no son conceptos arbitrarios que nosotros aplicamos al hablar, sino formas que se manifiestan en el hablar mismo [...] (COSERIU, 1978, p.94)²⁵

Partindo desses conceitos coserianos de sistema e de norma, Lucchesi (2004, p. 64) salienta que a língua expressa duas possíveis variações para o termo *norma*, sendo elas: *normal* e *normativo*. A primeira corresponde ao que é normal, corriqueiro, habitual e tradicional. Já a segunda “remete a um sistema ideal de valores que não raro, é imposto dentro de uma comunidade” linguística (LUCCHESI, 2004, p. 64). É importante sublinhar que, em virtude de a linguagem ser uma instituição social, muitas vezes denuncia o *status* social do interlocutor.

Neste estudo, entende-se norma como um sistema de realizações obrigatórias consagradas tanto social como culturalmente, correspondendo à maneira de “como se fala” e não “como se deve falar”. Sendo, pois, um conjunto de realizações concretas, habituais, corriqueiras e coletivas na comunidade linguística, imposta por fatores socioculturais, presentes, tanto nos grupos sociais (escola, família, profissão, entre outros) como na região geográfica onde reside o falante. Partindo desse princípio, entende-se que, ao examinar o léxico específico de uma região, é possível perceber a influência do meio físico e do ambiente sociocultural na fala, tanto do grupo de modo geral como no discurso individual.

Isquerdo (2007a, p.198), ao tratar da distinção entre vocabulário comum de caráter geral e de cunho regional, esclarece que o primeiro refere-se ao “vocabulário utilizado praticamente em todo o território onde a língua é usada, [...] enfim, o vocabulário fundamental usado na comunicação cotidiana”. Ao passo que o segundo “remete à questão dos regionalismos, ou seja, a unidades lexicais, cujo uso é restrito a determinadas regiões, muitas delas relacionadas a atividades específicas do meio rural”.

Dessa forma, a norma pode-se ser entendida como uma maneira particular que caracteriza e identifica determinado grupo em termos linguísticos, já que “o *falar regional* é o meio de expressão oral de um grupo humano, de uma aldeia, de um município, que tem

²⁵ “[...] Em um primeiro grau de formalização, essas estruturas são simplesmente normais e tradicionais na comunidade, constituem o que chamamos norma; mas, em um plano de abstração mais alto, se desprende delas mesmas uma série de elementos essenciais e indispensáveis, de oposições funcionais: o que chamamos sistema. Mas norma e sistema não são conceitos arbitrários que nós aplicamos ao falar, mas sim formas que se manifestam no falar mesmo [...]. (Tradução nossa).

consciência de certas particularidades linguísticas que o distinguem de um grupo vizinho” (SILVA NETO, 1986, p. 525). Com efeito, a partir do estudo da norma lexical de dada região, os regionalismos, é possível verificar as normas lexicais particulares que caracterizam certas localidades. Desse modo,

discutir a configuração dos regionalismos no âmbito de uma língua implica considerar a noção de norma regional e popular, já que esses fatos linguísticos situam-se na esfera da variação lexical de natureza diatópica, ou seja, a variação que se processa no eixo horizontal ou espacial (ISQUERDO, 2006, p.14).

Sabe-se que, por um lado, é possível encontrar dentro da mesma sociedade várias normas linguísticas que caracterizam a diversidade do falar de uma única região e, por outro, “existem palavras, expressões que representam o léxico local de duas ou mais áreas geográficas” (ISQUERDO, 1998, p.93), fato que ocorre, em especial, em vista de certas localidades compartilharem de características em comum, como processo de povoamento, fluxos migratórios, localização geográfica, base econômica, fatores sociais, políticos e culturais, entre outros aspectos que contribuem para a comunhão do mesmo repertório lexical por grupos distintos.

No caso da sociedade brasileira, devido à própria diversidade sociocultural decorrente do processo de formação, é notável a presença de falares diferenciados dentro dos limites geográficos do território brasileiro. No caso dos espaços rural e urbano, é comum haver o uso de normas utilizadas por habitantes das zonas rurais e/ou de cidades interioranas de pequeno porte, que se diferenciam das predominantes na fala dos moradores dos grandes centros urbanos. Não é demais lembrar que também é possível haver, dependendo do contexto sócio-político-econômico, em determinados usos da língua por falantes de centros urbanos, traços de ruralidade, sobretudo, no nível lexical.

Enfim, consideramos importante para este estudo discutir alguns aspectos relacionados ao falar rural no português brasileiro, questão que será discutida no item a seguir.

2.3 – O rural e o urbano: questão linguística no Brasil

De acordo com Cunha (1977) “o português apresenta todas aquelas liberdades e indecisões que caracterizam as línguas de base essencialmente rural, nas quais a força niveladora das cidades ou não se exerceu, ou só veio agir tardiamente” (p.67), como é o caso

de Portugal, que “é um país de civilização rural, que pouco sofreu a influência das cidades [...]” (p.70). E essa língua essencialmente rural falada pelos lusos foi transplantada para o Brasil, país que também teve sua formação sócio-político-cultural longe dos centros urbanos. De acordo ainda com Cunha (1985, p.17),

o Brasil foi, no decurso de mais de três séculos, um vasto país rural. Suas cidades e vilas, quase todas costeiras, de pequena densidade demográfica e desprovidas de centros culturais importantes, nenhuma influência exerciam nas longínquas e espacejadas povoações do interior.

Como já assinalado no capítulo I, o território brasileiro, nos primeiros séculos de povoamento, possuía basicamente os engenhos açucareiros, que eram instalados nas grandes propriedades rurais afastadas do litoral. Lentamente, as cidades foram crescendo e abrigando uma população tão rural como a que residia nos engenhos. Com efeito, o “caipirismo” era percebido em todas as manifestações da vida da sociedade do Brasil Colonial, sobretudo naquelas referentes à linguagem. Conforme registra Cunha (1977, p.71),

[...] havemos de convir em que no Brasil-colônia, essencialmente rural, com a ojeriza que lhe notaram os nossos historiadores pela vida das cidades – simples pontos de comércio ou de festividades religiosas –, estas não podiam exercer maior influência sobre a evolução da língua falada, que, sem nenhum controle normativo, por séculos “voou com as suas próprias asas”.

Nos engenhos, nas vilas ou cidades do Brasil Colônia, o português trazido pelo colonizador entrou em contato com outros elementos sócio-linguístico-culturais aqui existentes que, por extensão, contribuíram para que essa língua seguisse sua própria deriva sem condicionar-se ao modelo normativo padrão vigente na variante européia da época.

De acordo com Houaiss (1985, p.88-89), “os portugueses cultos, isto é, os letrados, que falaram ou escreveram no Brasil sobre o Brasil dos dois ou três primeiros séculos (sobretudo para leitores portugueses da metrópole), representariam algo como 0,5% a 1% da população [...]”. Essa pequena parcela que compunha a parte culta da população entre os séculos XVI a XVIII tinha como característica linguística “o português [...] do dialeto ou modalidade literária que, documentando ou rebelando-se ou catequizando, raro recorria à língua geral ou empréstimos indígenas já encravados no português falado *in loco*” (HOUAISS, 1985, p.88), o que não era recorrente no final do século XVIII, quando a maioria da população portuguesa e brasileira era “[...] analfabeta e falava o português vernáculo – isto é, o que haviam aprendido em casa – já marcado pela interferência do ambiente linguageiro misto” (HOUAISS, 1985, p.89).

O processo de formação do Português do Brasil foi marcado pelo uso da norma não padrão, desconsiderada pelos pequenos grupos de estudiosos, que prestigiavam a norma culta. Considerando essa realidade, Lucchesi (2004) defende a tese da bipolarização do português, ou seja, a realidade linguística brasileira é vista como um sistema dualista, “construído por dois subsistemas distintos: a NORMA CULTA e a NORMA POPULAR [grifo do autor]”. A norma culta é “constituída pelos padrões de comportamentos linguísticos dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania”, enquanto a norma popular “se define pelos padrões de comportamento linguístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social” (LUCCHESI, 2004, p.87).

Sabe-se, também, que o uso da norma livre dos padrões gramaticais utilizada pela maioria da população brasileira era decorrente tanto da predominância do sistema rural quanto da falta de escolarização da população, o que contribuía para que o português falado no Brasil assumisse características próprias, diferenciando-se, portanto, daquele utilizado em Portugal. Nesse particular, Houaiss (1985, p. 91) registra que,

na medida em que o português-brasileiro, nos fins dos séculos XVIII – inícios do XIX, foi dominando, nos focos urbanos, de começo, a ou as línguas gerais, isso foi ocorrendo já na base de substratos articulatórios, tonais e lexicais (na ligação de “coisas” com palavras, estas, indiferentes à língua em que se inseriam) diferenciados: desse modo, a unidade do brasileiro nascia com diversidade [...]

Nota-se, pela posição de Houaiss (1985), que o português brasileiro nasce com a diversidade gerada pelo multilinguismo, o que, por extensão, confere à língua traços típicos da realidade brasileira, aquela decorrente da própria trajetória sócio-histórica do País. Nesse particular, Silva Neto (1986, p.522) lembra que, desde o início da colonização brasileira, “criou-se, portanto, desde logo, uma sociedade mista em que contracenavam, em vivo contacto e interação, portugueses, índios e negros. Do choque dessas três culturas vão sair numerosos fenômenos de aculturação [...]”. Com esse processo de intersecções culturais e linguísticas o Português do Brasil (PB) começa a adquirir autonomia a partir do século XIX, quando se acentuaram no território brasileiro alguns aspectos, entre eles os apresentados por Houaiss (1985, p.91):

1) a diversificação dialetal oral *versus* a unidade intercomunicante oral falada; 2) a interferência da língua falada e escrita; 3) a atual interferência entre a oralidade de fonte oral e a oralidade dos meios de comunicação de massa, já de fonte escrita, já de padronização expressamente buscada como

radiofônica e televisfônica (e suas repercussões no teatro, no cinema, na vida parlamentar, na vida comum).

Esses fatores apresentados por Houaiss (1985, p.91), oriundos das transformações socioculturais intensificadas no Século XIX, contribuíram para que a modalidade do português falado no território brasileiro se diferenciase da transplantada pelo colonizador, falante da variedade européia. A influência da cultura do campo e dos modelos socioculturais presentes na sociedade brasileira começa a sofrer alterações “devido ao surto do burguesismo no século XIX” que ocasiona o declínio do patriarcalismo rural e contribui para o fornecimento do patriarcalismo urbano.

Enfim, “a cidade passa então a influir normativamente na vida do país, e o faz num crescendo vertiginoso pelo aparecimento do fenômeno da megalópole e dos poderosos meios de comunicação, como rádio e a televisão” (CUNHA, 1985, p.19).

2.3.1 – O *continuun* de urbanização e de arcaísmo na linguagem

As mudanças socioculturais e econômicas ocorridas no Brasil a partir da década de 30 do século XX – quando a indústria nacional recebe grandes investimentos financeiros no governo de Getúlio Vargas que, por extensão, fortalece a propagação de meios de comunicação de massa –, interferem na realidade linguística do País. Para analisar essas mudanças ocorridas na variante da língua portuguesa no Brasil, Bortoni-Ricardo (2005, p. 31) apresenta três questões fundamentais: i) da modalidade urbana *versus* rural; ii) dos fluxos migratórios do século XX e iii) da difusão dos meios de comunicação de massa.

Para essa autora a distinção entre a modalidade rural e a urbana é decorrente do processo de colonização do Brasil, visto que os portugueses, ao chegarem ao Brasil, fixaram-se na parte costeira, durante os primeiros séculos de colonização, o que possibilitou a conservação da língua trazida pelo colonizador no litoral brasileiro.

Ao abordar o panorama linguístico vivenciado no Brasil, Silva Neto (1986, p.523) esclarece que o português falado no litoral brasileiro, sobretudo pelos brancos e seus descendentes é resultado do convívio de portugueses oriundos de diversas localidades de Portugal e cada qual com suas particularidades dialetais que, no território brasileiro, foram postas em contato entre si e se mesclaram, formando, portanto, no Brasil, uma modalidade linguística urbana diferenciada daquela utilizada em Portugal. Tanto porque esse português trazido para o Brasil também sofreu influência da história social local, em virtude de “um

crioulo ou semi-crioulo – adaptações do português no uso dos mestiços, aborígenes e negros. Caracterizava-se, como em geral esse tipo de falares, pela extrema simplificação de formas” (SILVA NETO, 1986, p.523).

No uso dos “vernáculos rurais”, por exemplo, também havia distanciamento da norma padrão portuguesa utilizada pelos lusos nos centros urbanos. Isso porque os negros africanos, que em geral também utilizavam essa variante, ou permaneciam nas cidades (lugar onde era utilizado o português lusitano) ou viviam no interior do País, em fazendas ou nos quilombos, espaços onde tinham contatos com outros negros, mestiços, indígenas e portugueses. E, em virtude desses fatores, conforme registra Bortoni-Ricardo (2005, p.32), os “vernáculos rurais” ficaram, por longo tempo, limitados essas áreas isoladas. Isso porque

[...] a influência dos negros e índios não pôde jamais ser grande nas cidades. O prestígio capaz de a impor faltou-lhes: não tinham prestígio literário porque a sua linguagem não os habilitava a isso, não dispunham de prestígio social, porque a sua cor, a sua origem e a sua situação econômica os ligava [sic] às classes mais humildes da população” (SILVA NETO, 1986, p. 597-598)

Cabe ressaltar ainda que, para Mattoso Câmara Jr (1964, 1985 *apud* PAULA, 2007, p.51), os substratos africanos e indígenas não contribuíram decisivamente, como definem certas teorias, para a diferenciação da norma padrão do português falado no Brasil em relação a utilizada em Portugal. Esse fato está mais relacionado aos traços do português arcaico que conseguiram se conservar nas áreas isoladas interioranas do Brasil, no decorrer do tempo.

O isolamento desses vernáculos rurais, por seu turno, começa a perder força com o fortalecimento dos movimentos migratórios no século XX e com a difusão dos meios de comunicação em massa, fatores que contribuíram para a aproximação entre a variante rural e o falar dos centros urbanos, à medida que a população da zona rural passa a deixar o campo em busca de melhoria de vida e, consequentemente, carregar consigo sua linguagem, seus costumes, seus hábitos, ou seja, sua cultura. Esse processo de migração da população das pequenas cidades e das zonas rurais para os grandes centros urbanos ocasionou o contato entre dialetos distintos: o falar urbano e o rural. O primeiro, caracterizado pelo uso da norma padrão que é, comumente, falada pelas classes de prestígio e utilizada pelos meios de comunicação. Já a segunda, identificada como uma variante mais distante da norma padrão da língua, comum, sobretudo em localidades interioranas e de difícil acesso.

Sendo assim, o dialeto rural, em contato com a norma utilizada nas cidades, transformou-se em dialeto urbano de classes menos favorecidas, uma vez que o falante

oriundo da zona rural ou rurbana²⁶, ao residir no meio urbano, “percebe mais facilmente a estigmatização que recebem os itens lexicais e expressões mais salientes de sua fala regional” (BORTONI-RICARDO, 2005, p.33). Consequentemente, o indivíduo opta por substituí-lo por termos essencialmente urbanos ou menos estigmatizados, o que propicia o surgimento da variante popular da língua portuguesa nas cidades brasileiras.

Nesse contexto, surge uma língua urbana para categorizar esse universo citadino que, na concepção de Ricardo-Bortoni (2005, p.35), “é uma denominação genérica que inclui as diversas modalidades estratificadas da língua, usadas nas zonas urbanas, na fala e na escrita”. O uso dessa modalidade, por sua vez, sofre influência de fatores extralinguísticos, tais como sexo, profissão, zona de residência e, sobretudo, grau de escolaridade do falante. Logo, o uso pode variar entre o “vernáculo rural” e a modalidade mais culta da língua, utilizada, preferencialmente, pelos falantes com Curso Superior e pelos meios de comunicação de massa, que seguem os princípios da gramática normativa e abdicam, portanto, da variedade popular.

Bortoni-Ricardo (2005, p.40)²⁷ estabelece três “contínuos” na tentativa de sistematização da relação rural/urbano: *continuum de urbanização*, *continuum de oralidade/letramento* e *continuum de monitoração estilística*. Essa classificação tem a finalidade de situar qualquer falante em determinado ponto. Para este estudo, consideraremos apenas o primeiro, isto é, o *continuum de urbanização* que “representa a variação diatópica (rural x urbana) [...]” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 24)”. A Figura I, aqui elaborada com base na teoria de Bortoni-Ricardo (2005) ilustra o exposto.

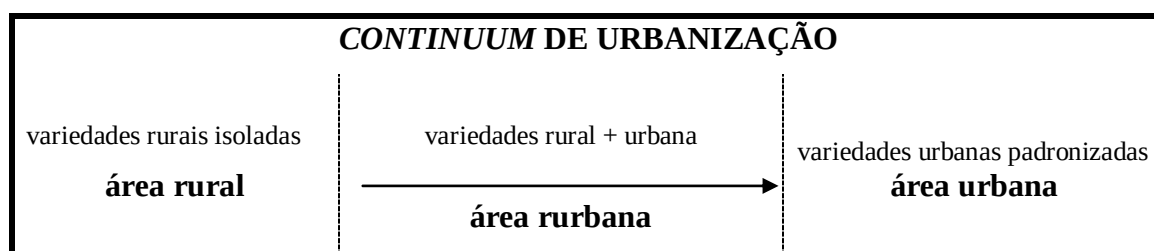


Figura I: Ilustração do *continuum* de urbanização segundo a concepção de Bortoni-Ricardo (2005).

²⁶ Termo de uso corrente na Geografia Humana e na Sociologia. Já na Linguística esse termo é empregado por Bortoni-Ricardo, para caracterizar a mescla de elementos tanto da variedade rural quanto da urbana.

²⁷ O texto foi publicado com o título “A análise do português brasileiro em três continua: o *continuum* rural-urbano, o *continuum* de oralidade-letramento e o *continuum* de monitoração estilística”. In: SYBILLE G.; ZIMMERMANN, K. (Orgs.) *Substantard e mudança no português do Brasil*. Frankfurt: TFM, 1998 p.101-118

Nota-se, pela Figura I, que, de um lado, encontram-se as variedades rurais geograficamente isoladas e, do outro, as urbanas que recebem em maior grau a influência da língua padrão, conforme elucidações da autora:

concebo a ecologia do português brasileiro como um *continuum* de urbanização, que se estende desde as variedades rurais geograficamente isoladas, que conhecidas geneticamente como ‘dialeto caipira’ (Amadeu Amaral, 1976) [...] até a variedade urbana culta [...] podendo-se situar um falante em qualquer posição ao longo deste *continuum*. [...] (BORTONI-RICARDO, 2005, p.40).

Ao entender o *continuum* de urbanização no âmbito da inovação lexical, oriunda das transformações sociais, deve-se considerar que também há um *continuum* de arcaísmo²⁸, visto que, mesmo ocorrendo inovações no sistema mais dinâmico da língua que o léxico, nele permanecem itens lexicais arcaicos, heranças dos antepassados e que, no recorte atual da língua, podem estar em via de desaparecimento em virtude do surgimento de novas palavras, oriundas do novo cenário sócio-cultural. Conforme Dubois *et al* (2006, p.65),

Num dado momento, numa comunidade linguística, existem simultaneamente, segundo os grupos sociais e segundo as gerações, diversos sistemas linguísticos. Em particular, existem formas que só pertencem aos locutores mais velhos; estas serão consideradas pelos locutores mais moços como arcaísmos em relação à norma comum

Em geral os mais jovens desconhecem muitas das unidades lexicais utilizadas pelos idosos, sobretudo aquelas palavras que nomeiam a realidade ligada ao mundo rural. Devemos, pois, considerar que há situações em que, até mesmo na fala dos mais jovens, é possível documentar variantes lexicais essencialmente rurais, considerando que algumas unidades léxicas são repassadas de geração a geração, sendo perceptíveis, sobretudo, entre os falantes com baixa escolaridade e que residem em cidades do interior de base econômica voltada às atividades agropastoris.

Enfim, alguns estudos de cunho lexicográfico voltados à descrição do vernáculo regional rural no português do Brasil e ao advento da variante urbana na fala de moradores de localidade interioranas comprovam a existência tanto de unidades léxicas oriundas do

²⁸ O termo *continuum* de arcaísmo foi utilizado, neste estudo, na concepção utilizada por Paula (2007), na Tese de Doutorado, *Rastro de velhos falares – léxico e cultura no vernáculo catalano*, e o uso desse termo neste trabalho tem como propósito assacuar-lo ao termo *continuum* de urbanização empregado por Bortoni-Ricardo (2005), visto que este estudo aborda tanto a temática do falar rural (arcaísmo) quanto a do falar urbano (aspecto de urbanização).

processo de urbanização (*continuum* de urbanização) como a conservação de variantes rurais que são heranças da língua do colonizador (*continuum* de arcaísmo).

2.3.2 – Vocabulário rural e urbano no português do Brasil: estudos lexicais

O dialeto caipira, de Amadeu Amaral (1920), forneceu a primeira descrição do vernáculo regional, que, nesse período, já começava a sofrer interferência das variedades urbanas. Amaral (1920) documentou a linguagem rural dos paulistas do início do século XX, pautando-se em métodos dialetais. Com efeito, essa obra contribuiu para enriquecer os estudos dialetais acerca do português do Brasil, dando o “primeiro passo” para um novo olhar sobre o dialeto rural. Em outras palavras, “a porta se abriu para os estudos dialetais com *O dialeto caipira*. Nele encontram-se as linhas gerais para o estudo monográfico de uma região” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p.41).

Essa obra tem o mérito não apenas de abordar questões linguísticas voltadas ao falar caipira, mas, sobretudo de apresentar um modelo para a pesquisa dos falares regionais no Brasil, já que a pesquisa que resultou nessa publicação foi realizada com rigor metodológico, com base em critérios científicos para a recolha de materiais linguísticos que são, dentre outros, destacados por Amaral (1982, p.44²⁹): i) recolher termos e locuções em uso; (ii) indicar se o termo recolhido é de uso freqüência; (iii) grafar a palavra da forma em que foi ouvida, os diferentes modos de pronunciarem o mesmo vocabulário; (iv) reproduzir com a mesma fidelidade; (v) explicar detalhadamente os pontos duvidosos, no caso de termos que possam gerar outras explicações; vi) anotar os sons peculiares à fonética regional.

Essas recomendações contribuíram significativamente para a descrição da língua portuguesa – na modalidade oral – utilizada pelos habitantes paulistas, tanto de ordem fonética e morfológica como de natureza lexical. No nível fonético, foi identificado, entre outros aspectos, que “o tom geral do frasear é lento, plano e igual, sem a variedade de inflexões, de andamentos e esfumaturas que enriquece a expressão das emoções na pronúncia portuguesa” (AMARAL, 1982, p. 45), já traços que diferenciam o português falado no Brasil com o falado na Europa. O estudo de Amaral (1982) reúne esclarecimentos referentes à formação de palavras, ao gênero, número e grau dos nomes, às flexões verbais e ao uso dos pronomes. Já ao tratar do léxico, Amaral (1982, p.58) salienta processos de

²⁹ A primeira edição dessa obra é de 1920.

formação, destacando que o sistema local é formado em parte por “elementos oriundos do português usado pelo primitivo colonizador, muitos dos quais arcaizaram na norma culta”.

No glossário na última parte da obra, Amaral (1982, p. 83) esclarece que “não se propõe reunir [...] todos os brasileirismos utilizados em São Paulo. Apenas registra vocábulos em uso entre os roceiros, ou caipiras, cuja linguagem, a vários respeitos, difere bastante da gente das cidades, mesmo inculta”. Com base nos resultados do seu estudo, Amaral (1982, p. 41) então afiança que “[...] o célebre falar paulista reinava sem contraste sensível, o *caipirismo* não existia apenas na linguagem, mas em todas as manifestações da nossa vida provinciana”.

Esse *caipirismo* que então vigorava não estava arraigado apenas no modo peculiar de falar dos paulistas, mas provavelmente estendia-se à própria sociedade brasileira daquele período, devido à estrutura econômica e social do Brasil que, por extensão, propiciava o falar dito caipira. Nessa época, o país começava a sofrer alterações econômicas e sociais, como a implantação de vias de comunicação, a expansão do comércio e do contato com o exterior, entre outras. E, assim, diante desse novo contexto, “era impossível que o dialeto caipira deixasse de sofrer com tão grandes alterações do meio social” (AMARAL, 1982, p. 42).

Essa marca de rural presente no português do Brasil no século XIX também foi registrada por José Aparecido Teixeira, em *Estudos de Dialectologia portuguesa. Linguagem de Goiás* (1944). Nessa obra, o autor apresenta o vocabulário característico das áreas de maior densidade demográfica de Goiás: zonas sul, leste, centro e pré-norte, esclarecendo que, devido à dificuldade de acesso, não lhe foi possível documentar a fala da área norte de Goiás. O pesquisador conclui que os habitantes de Goiás têm “uma fala descansada, lenta, [sendo] habitual entre as populações urbanas e rurais de Goiás, das várias zonas” e esse tipo de falar era característico, tanto nas cidades quanto no perímetro rural (TEIXEIRA, 1944, p. 34) e conclui que “as condições de vida nos campos condicionam o temperamento dos homens rurais, [o] que se reflete na fisionomia ordinariamente séria, na postura desconjuntada, no andar calmo, na fala arrastada, na conversação demorada”. Esse estilo de vida, marcado por traços de ruralidade e presente no cotidiano do povo goiano, é uma das marcas que identificam a população residente tanto no campo e quanto na área urbana.

O estudo de Amaral (1982) como o de Teixeira (1944) reforçam o perfil rural do Brasil na primeira metade do século XX, manifestado, respectivamente, na linguagem, das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. É fato que o falar documentado por Amadeu Amaral em 1920 tem similaridades com o registrado por Teixeira em 1944, o que não é

gratuito, uma vez que foram os bandeirantes paulistas os primeiros a povoar o território goiano em busca de metais preciosos.

Na contemporaneidade, esses traços de ruralidade documentados, em especial por Amaral (1920), ainda estão presentes no português do Brasil como confirmam os estudos de Almeida (2004), *www.fogãoalenha.com.br: a influência da urbanização na fala de informantes rurais*; de Rodrigues (2007), *Em busca de uma história para o léxico rural paranaense*; de Paula (2007), *Rastro de velhos falares: léxico e cultura no vernáculo catalano* e de Abreu (2009), *Presença do léxico bandeirante no falar rural formosense*. As duas primeiras pesquisas pautaram-se em dados recolhidos do Estado do Paraná (Sul) e as duas últimas do Estado de Goiás (Centro-Oeste).

A pesquisa de Almeida (2004) e a de Rodrigues (2007) foram realizadas a partir de *corpus* coletado no Estado do Paraná. O primeiro estudo teve como objetivo identificar a influência da urbanização na fala de informantes rurais, no caso, a região de Paiquerê – distrito de Londrina, por ser localizado distante da urbanização, ou seja, uma região mais isolada, de difícil acesso. Segundo a autora, o falar dos informantes entrevistados

ainda [registra] marcas do chamado *dialeto caipira*, denunciando as transformações ocorridas na língua portuguesa a partir de sua origem latina, mas que também se compõem de pistas de urbanização, com elementos lexicais referentes ao cotidiano urbano e elementos gramaticais que se aproximam da norma culta (ALMEIDA, 2004, p. 194).

Os resultados obtidos por meio da pesquisa de Almeida (2004) demonstraram a presença de variedades rurais e urbanas padronizadas comungando na localidade pesquisada. Já o estudo de Rodrigues (2007), que teve como objetivo principal investigar a interação entre o vocabulário rural usado no Estado do Paraná, Sul do Brasil, e sua história social, buscando explicar a dinâmica do léxico rural paranaense, tomou como *corpus* as cartas lexicais do Atlas Linguístico do Paraná – ALPR (AGUILERA, 1994) e, na ocasião, identificou, na parte Norte do Estado, um vocabulário, possivelmente, herança dos migrantes paulistas, mineiros e nordestinos. Já na parte Sul, o estudo identificou influências lexicais dos catarinenses e gaúchos e, na região nomeada por Paraná Tradicional, documentou marcas do tupi e do português falado no Brasil nos séculos passados.

Esses traços de arcaísmos também foram identificados por Paula (2007) e por Abreu (2009) que documentaram traços de ruralidade na fala do homem do século XXI de duas localidades do interior de Goiás, Catalão e Formosa, que também integram o universo desta pesquisa. Paula (2007) teve como principal objetivo estudar aspectos lexicais no vocabulário

catalano, verificando em que proporção a relação existente entre léxico e cultura manifesta conceitos em signos lexicais, com base em narrativas orais oriundas de falantes idosos que viveram boa parte da vida no perímetro rural de Catalão-GO. Procurou, entre outras questões, entender como as construções léxicas indicam traços culturais da região investigada. A autora identificou a conservação de algumas formas lexicais do português do Brasil, configurando-as, como *continuum* de arcaicidade. De acordo com Paula (2007, p.510), “as memórias enunciadas, com a particularidade da coleta para pesquisa, apontaram a pertença linguística e cultural da vida rural ou roceira na região de Catalão”.

Já a pesquisa de Abreu (2009) foi realizada a partir da fala de moradores da zona rural no nordeste goiano, comunidades rurais de Formosa/GO e de municípios vizinhos. Trata-se de um estudo, de cunho sociolinguístico e etnográfico. A pesquisa demonstrou que a fala do grupo investigado é marcada por um repertório lexical que apresenta, dentre outras características, traços de arcaísmos oriundos da influência linguística dos bandeirantes, o que demonstra “que a língua está atrelada às normas culturais compartilhadas” e que o dialeto caipira contribuiu para o enriquecimento da variante portuguesa brasileira, por meio do léxico dos bandeirantes, dos tropeiros e “da língua geral paulista, que foi distribuída entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, deixando suas marcas lexicais nas áreas pesquisadas” (ABREU, 2009, p.83).

Esses estudos voltados para o léxico rural e urbano propiciam pistas para compreensão da história da língua portuguesa do Brasil, em especial no que diz respeito às suas características rurais. Assim como essas pesquisas, os estudos dialetológicos e geolinguísticos também proporcionam a compreensão dos mais diversos fatos linguísticos, uma vez que fornecem subsídios para o estudo do dialeto e de suas particularidades, considerando as variações extralinguísticas.

2.4 – A documentação do falar rural nos atlas linguísticos

A pesquisa com informantes da zona rural está presente na gênese da Geolinguística. Na Dialetologia tradicional, considerava-se como ideal o habitante que fosse do sexo masculino, idoso, analfabeto, residente no meio rural e que não tivesse se deslocado da sua área de origem. Esse perfil é identificado por Chambers e Trudgill (1994, p. 57) pela sigla NORMs, que corresponde à *nonmobile, older, rural, males* que foi traduzida por Zágari

(2005, p. 52), para o português como HARAS: homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário.

Em termos de Brasil, desde o primeiro atlas linguístico, o APFB – *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI, 1963), privilegiou-se o falar do homem rural, analfabeto e que fosse nativo da região investigada, com pais também nascidos e criados na mesma localidade. O questionário do APFB (ROSSI, 1963) foi dividido em quatro áreas semânticas: *terra*, *vegetais*, *homem* e *animais*, que, de certa forma, conduzia o entrevistado a fornecer designações para referentes rurais que faziam parte do seu cotidiano. Silva Neto (1955 *apud* CASTRO, 2009, p. 347), na obra *Guia para os estudos linguísticos* (1957), chama atenção para a escolha do perfil tradicional do informante, que deve

ser pessoa do lugar, filho de gente do lugar (...); se casado, deve a esposa ser também do lugar (...); ser iletrado se possível analfabeto (...); não ser viajado, não ter feito o serviço militar (...); ser agricultor, filho de agricultor (...); ter entre 30 e 50 anos de idade (SILVA NETO, 1955, p. 28-29 *apud* CASTRO, 2009, p. 347).

Essas orientações foram aplicadas tanto ao APFB (ROSSI, 1963) como aos demais atlas produzidos no período da terceira fase da Dialetologia no Brasil (1952 a 1996)³⁰, todos com intento de a pesquisa seguir métodos que resultassem em uma coleta de dados confiáveis para que fossem gerados resultados que representassem com fidedignidade a fala dos habitantes da região pesquisada.

No que se refere à origem do informante, os pesquisadores partiam do princípio de que, por serem as áreas rurais mais isoladas, a fala nessas comunidades sofreria menos interferências de outras localidades, o que possibilitaria o recolhimento de termos e pronúncias mais próximas à realidade do usuário da língua naquela comunidade. Portanto, os primeiros atlas linguísticos regionais elaborados no Brasil que sucederam o APFB – foram também concebidos a partir da fala de informantes rurais, tais como o *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais* – EALMG (RIBEIRO et al., 1977), *Atlas linguístico da Paraíba* – ALPB (ARAGÃO; MENEZES, 1984), *Atlas linguístico de Sergipe I* – ALS (FERREIRA et al., 1987) e *Atlas linguístico do Paraná* – ALPR (AGUILERA, 1994). Essas obras foram produzidas em momentos distintos e, por extensão, abordaram metodologias também diferenciadas.

³⁰ Cf. CARDOSO, Suzana Alice; FERREIRA, Carlota. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

É importante mencionar que todas as formas cartográficas contidas no *Atlas Prévios dos Falares Baianos* – APFB (1963) e no *Atlas linguístico de Sergipe I* – ALS (FERREIRA et al., 1987) são apresentadas na obra *O léxico rural: glossário, comentário*. Nesse glossário, consta a documentação das unidades lexicais considerando a transcrição fonética, diatópica, bem como comentários acerca de variantes.

Porém, não tardou para que na Dialetologia e, em especial, na Geolinguística, se considerassem as questões sociais dos falantes, permitindo o estudo de diversos aspectos da variação linguística: as diageracionais, as diagenéricas, as diastráticas e as diafásicas.

Assim, considerando-se, além da variável diatópica, as variáveis sociais, a Dialetologia brasileira passa a vivenciar uma nova fase, não mais pautada estritamente na perspectiva monodimensional, que buscava apenas a variação espacial, mas também em uma perspectiva bidimensional, conforme registra Cardoso (2002, p.13):

[...] O controle de variável não diatópica vem aparecer, sistematicamente, no ALS e no ALPR que trazem, agregada a cada resposta cartografada, a identificação do informante de forma a permitir um imediato reconhecimento da variação de gênero que se esboça.

A partir de então (início do século XXI), de acordo com Isquardo (2005, p.335), a Dialetologia “[...] deixou de configurar-se como um ramo dos estudos da linguagem que se ocupava tão somente da variação espacial, para alçar esferas mais amplas em termos de objeto de estudo”, já que essa disciplina passou a considerar outras dimensões, tornando-se pluridimensional. Isso porque

a Dialetologia que centralizava seu interesse no estudo da variação diatópica e que tradicionalmente se ocupava da interpretação de fatos linguísticos em áreas predominantemente rurais, tem se beneficiado dos avanços da Linguística Moderna e também das contribuições da ciência sociais, razão por que na contemporaneidade entende-se que a dimensão social da língua é tão importante quanto a espacial (ISQUERDO, 2005, p.335).

Desse modo, a Dialetologia contemporânea está se voltando para a investigação, também, do falar do homem situado em localidades urbanas. Em virtude do desenvolvimento econômico de localidades que atraem diferentes grupos de outras regiões, torna-se possível documentar o vocabulário em áreas de povoamento mais recentes, verificando-se as interferências do processo migratório na fala do homem urbano. Nesse contexto, o Projeto Atlas Linguístico do Brasil apresenta um caráter inovador, pois será o primeiro atlas linguístico no Brasil produzido por meio de entrevistas realizadas com informantes residentes

em grandes centros urbanos. A Professora Jacyra Mota, vice-presidente do Projeto ALiB, em entrevista concedida ao jornal *A tarde*, em 19 de deste ano, anunciou publicação prevista para 2012, do primeiro volume do atlas em que apresentará os resultados obtidos por meio dos dados coletados nas capitais brasileiras. Essa a publicação confirma que a Dialectologia brasileira contemporânea está vivenciando um momento inovador na tradição de documentar o léxico em uso.

Enfim, o Projeto ALiB, por ser orientado pela perspectiva pluridimensional, documenta o falar do homem urbano, fato que lhe garante o mérito de ser o primeiro projeto de atlas linguístico urbano, fugindo, pois, da tradição de documentar apenas o falar rural.

CAPÍTULO III

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Os princípios teórico-metodológicos adotados para este estudo foram buscados na Dialetologia, na Geolinguística e na lexicologia, áreas de conhecimento que fornecem subsídios para a análise dos dados referentes à questão do caráter rural e urbano do léxico do português do Brasil. Buscamos respaldo também na Geografia Humana e na Sociologia, com o intento de compreender as características e os conceitos atribuídos aos espaços rural e urbano, bem como a interferência desses espaços geográficos na forma de o homem interpretar o ambiente em que vive.

É fato que, contemporaneamente, tanto as áreas rurais quanto as pequenas cidades interioranas têm adquirido traços específicos do ambiente urbano, em decorrência do avanço tecnológico e do aumento dos bens de consumo. E essas transformações, de certa forma, interferem na forma de o homem nomear o seu universo, criando, por extensão, no nível da linguagem, um *continuum de urbanização*, teoria pautada nos conceitos da sociologia rural postulada por Sorokin e Zimmermam (1986), que consideram o espaço urbano como um *continuum* do espaço rural. Aplicando essa teoria aos estudos linguísticos, Bortoni-Ricardo (1985)³¹ e (2005) considera a variação diatópica e social (rural x urbana) como uma variedade linguística *rurbana*, caracterizada pela mescla de elementos tanto da variedade rural quanto da urbana.

Este estudo se utiliza de dados geolinguísticos e a análise desses dados aqui apresentados pode fornecer informações referentes à presença de determinados dialetos ou normas regionais presentes no vocabulário dos grupos investigados, à medida que busca aporte teórico-metodológico especialmente nos princípios da Dialetologia, ramo da Linguística que tem como objetivo estudar e interpretar os acontecimentos linguísticos predominantes em dada localidade e também nos métodos de cartografiação da Geolinguística, para mapear os dados catalogados.

3.1 – Fontes dos dados e localidades investigadas

Ao longo do período em que os pesquisadores do Projeto ALiB começaram a percorrer as mais diversas regiões do Brasil a fim de documentar a fala dos brasileiros, a

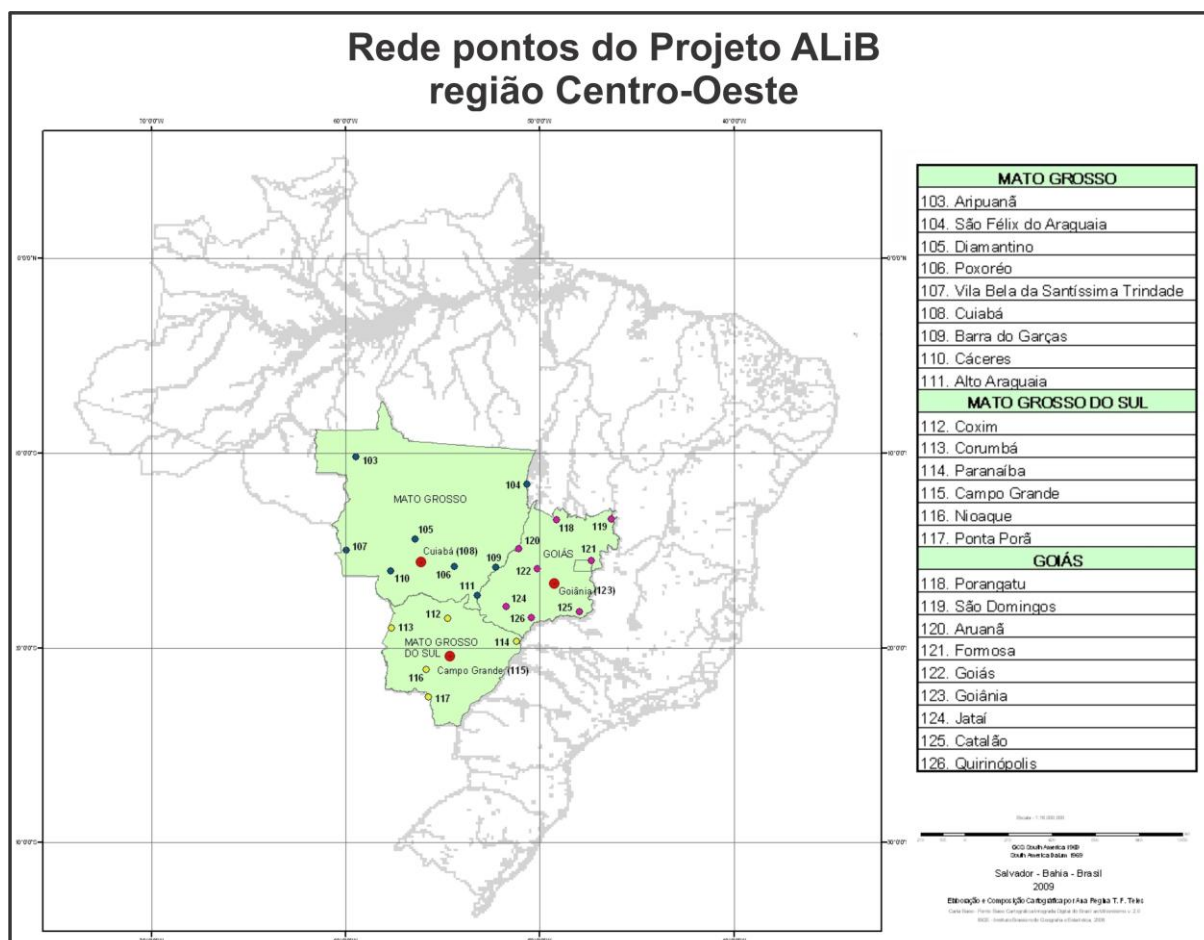
³¹Cf. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge UP, 1985

equipe foi identificando que, embora a investigação se centre no homem urbano, grande parte das localidades da rede de pontos, sobretudo as situadas no interior de alguns Estados da Federação, ainda apresentavam acentuadas características do ambiente rural. Para Veiga (2004), no Brasil, o critério de definição de cidades pauta-se em questões administrativas, o que explica o fato de localidades com características tipicamente rurais serem elevadas à categoria de cidades. Esse mesmo autor acrescenta ainda que, caso os números de cidades brasileiras fossem revistos pautando-se em critérios mais específicos, o índice de cidades brasileiras diminuiria aproximadamente 70% (VEIGA, 2004, p.32). Essa perspectiva demonstra que o Brasil, na prática, não é tão urbano como se estima.

Este estudo utiliza dados inéditos recolhidos pelos pesquisadores do Projeto ALiB³², Regional Mato Grosso do Sul, por meio de entrevistas realizadas a partir de 2001 com 108 informantes das 24 localidades da rede de pontos do Projeto ALiB da região Centro-Oeste, distribuídas pelos 03 Estados da região: Mato Grosso (Cuiabá, Aripuanã, São Félix do Araguaia, Diamantino, Poxoréu, Vila Bela da Santíssima Trindade, Barra do Garças, Cáceres e Alto Araguaia); Goiás (Goiânia, Porangatu, São Domingos, Aruanã, Formosa, Goiás, Jataí, Catalão e Quirinópolis) e Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Coxim, Corumbá, Paranaíba, Nioaque e Ponta Porã)³³. Esses dados estão visualizados no Mapa VIII a seguir:

³² O uso dos dados utilizados neste estudo foi devidamente autorizado pela presidente do Comitê Nacional do Projeto ALiB, conforme declaração no anexo I.

³³ No Estado de Goiás, tive a oportunidade de participar como auxiliar de inquérito das entrevistas realizadas em quatro localidades: Aruanã, Formosa, Porangatu e São Domingos, além de estar presente em uma entrevista refeita com a informante 4 de Goiânia.



Mapa VIII – Identificação da rede de pontos do Projeto ALiB na região Centro-Oeste

Essa rede de pontos do Projeto ALiB foi selecionada pelo Comitê Nacional com base em critérios demográficos, históricos, posição geográfica das localidades investigadas, além de ter considerado a proposta inicial elaborada por Antenor Nascentes, em 1958, nas suas bases para um atlas linguístico nacional no Brasil. Dentre as localidades escolhidas pelo Projeto ALiB para formar a rede de pontos da região Centro-Oeste, no Estado de Mato Grosso, três delas foram sugeridas por Antenor Nascentes: Alto Araguaia, Cáceres e Cuiabá. Já no Estado Mato Grosso do Sul, as seis localidades coincidem com a proposta de Nascentes, enquanto em Goiás cinco das nove localidades escolhidas coincidem com a proposta de Antenor Nascentes: Formosa, Goiânia, Goiás, Jataí e Quirinópolis³⁴. O Quadro I, a seguir, contém a identificação da rede de pontos do Projeto ALiB na região Centro-Oeste, apresentando os estados, as cidades e os números dos pontos.

³⁴ Informação disponível em <http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Alib/WebHome>, acesso em 26 jun 2011.

Estado	Cidade	Número do ponto
Mato Grosso	Aripuanã	103
Mato Grosso	São Félix do Araguaia	104
Mato Grosso	Diamantino	105
Mato Grosso	Poxoréu	106
Mato Grosso	Vila Bela da Santíssima Trindade	107
Mato Grosso	Cuiabá	108
Mato Grosso	Barra do Garças	109
Mato Grosso	Cáceres	110
Mato Grosso	Alto Araguaia	111
Mato Grosso do Sul	Coxim	112
Mato Grosso do Sul	Corumbá	113
Mato Grosso do Sul	Paranaíba	114
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	115
Mato Grosso do Sul	Nioaque	116
Mato Grosso do Sul	Ponta Porã	117
Goiás	Porangatu	118
Goiás	São Domingos	119
Goiás	Aruanã	120
Goiás	Formosa	121
Goiás	Goiás	122
Goiás	Goiânia	123
Goiás	Jataí	124
Goiás	Catalão	125
Goiás	Quirinópolis	126

Quadro I – Rede pontos do Projeto ALiB na região Centro-Oeste.

Tendo em vista que, para a aplicação dos métodos da Dialetologia, faz-se necessário “[...] um estudo preliminar que possibilite conhecer as especificidades da região em que se desenvolverá a pesquisa e dos segmentos sociais que a constituem” (BRANDÃO, 1991, p.23), foi realizado um levantamento de dados históricos do povoamento de cada localidade contemplada neste estudo, haja vista que as informações de origem histórica e geográfica são úteis para a análise do *corpus* aqui estudado, uma vez que possivelmente essas questões sejam percebidas na forma como os centroestinos nomeiam aspectos do seu espaço geográfico.

3.2 – Seleção do *corpus*

O *corpus* deste estudo foi constituído por dados das entrevistas (áudios e transcrições) realizadas pelo Projeto ALiB, nas 24 localidades da região Centro-Oeste, respostas fornecidas pelos 108 informantes, inicialmente, para as 42 perguntas do Questionário Semântico-lexical do Projeto ALIB (2001), relativas às áreas semânticas das *atividades agropastoris*, *habitação*

e *vida urbana*³⁵. Para a área das *atividades agropastoris*, coletaram-se as respostas para as perguntas do QSL 039 a 063; na área semântica da *habitação* foram buscadas as respostas para as perguntas do QSL 168 a 175 e, por fim, na área da *vida urbana* foram coletadas as respostas para as perguntas do QSL 194 a 202.

Coletados e catalogados todos os dados, notou-se que não foram produtivas para os objetivos deste estudo algumas questões, o que exigiu a realização de uma triagem, resultando um total de 15 perguntas, cinco cujo conteúdo remete especificamente a referentes do universo rural; cinco perguntas que contemplam conceitos voltados diretamente para referentes do mundo urbano e que abrigam conceitos relativos a referentes comuns aos dois espaços (rural e urbano), conforme ilustra o Quadro II, a seguir:

QUESTÕES SELECIONADAS	ÁREA SEMÂNTICA
UNIVERSO RURAL	
54 – cangalha/forquilha	<i>Atividades agropastoris</i>
55 – cangalha	<i>Atividades agropastoris</i>
56 – canga	<i>Atividades agropastoris</i>
58 – bolsa/bruaca	<i>Atividades agropastoris</i>
172 – borralho	<i>Habitação</i>
UNIVERSO URBANO	
194 – sinaleiro/semáforo/sinal	<i>Vida urbana</i>
195 – lombadas/quebra-molas	<i>Vida urbana</i>
196 – calçada	<i>Vida urbana</i>
198 – rotatória/rótula	<i>Vida urbana</i>
200 – ônibus urbano	<i>Vida urbana</i>
RURBANO	
52 – carriola/carrinho de mão	<i>Atividades agropastoris</i>
53 – haste do carrinho	<i>Atividades agropastoris</i>
171 – fuligem	<i>Habitação</i>
174 – lanterna	<i>Habitação</i>
201 – bar/boteco	<i>Vida urbana</i>

Quadro II – Questões do Questionário Semântico-lexical/ALiB selecionadas para pesquisa.

³⁵ O Questionário Linguístico do Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL, 2001) contempla os vários níveis da linguagem: o fonético-fonológico, com 159 questões, seguido de 11 questões de prosódia; o semântico-lexical, com 15 áreas semânticas e 207 questões e o morfossintático, com 121 questões. Além disso, há cinco questões de pragmática, quatro temas para discursos semidirigidos e um texto para leitura (ARAGÃO, 2006, p. 59).

Depois de consultadas as transcrições das entrevistas foi realizada a escuta dos áudios, a fim de confirmar os dados catalogados e buscar outras informações que auxiliassem na análise dos dados. Também foram consultados dicionários brasileiros e portugueses de diferentes épocas: dicionários contemporâneo: Houaiss (2001) e Ferreira (2004); dois dicionários da língua portuguesa do século XIX: Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813)³⁶. Além disso foram consultados os dicionários etimológico de Cunha (1996)³⁷ e Machado (1987) com vistas a buscar subsídios para a análise dos dados.

3.3 – Armazenamento dos dados: sistema *Agium Search*:

Para o registro e o controle dos dados catalogados e com o objetivo de realizar os cruzamentos de variáveis de modo a considerar as questões de ordem diatópica, diageracional, diastrática e seus respectivos percentuais, foi desenvolvida a ferramenta computacional via *Web Agium Search* (produto da empresa de venda e aluguel de sistemas *Agium Sorft Ltda*), pelo profissional formado em Análise de Sistemas Wallace Marins do Nascimento, que foi utilizado para a organização e o gerenciamento do *corpus* de duas dissertações de Mestrado, esta e a da pesquisadora Vanessa Cristina Martins Benke.

3.3.1 – Sistema *Agium Search*: dados técnicos

O *Agium Search* utiliza a linguagem computacional JAVA, na atualidade, considerada de alto nível, uma vez que, além de possuir características exclusivas, apresenta funcionalidades de outras linguagens, como a *Smalltalk* e *Modula-3*. A linguagem JAVA foi desenvolvida pela empresa *Sun Microsystems*, em 1995, e é orientada a objetos, isto é, utiliza-se de uma metodologia que busca deixar a lógica do sistema mais próxima da vida real. Por essas e outras características, essa linguagem diferencia-se das demais consideradas convencionais, compiladas a código nativo, uma vez que a JAVA é compilada por *bytecode* e organizada em classe.

A arquitetura do sistema é composta por três camadas físicas, cada qual com uma função: a primeira camada é responsável pela visualização (*View*), a segunda pelo controle da operação (*Controller*) e a terceira e última, pelo modelo (*Mold*). A camada *View* possui

³⁶ Moraes refere-se ao Dicionário de Antonio Moraes e Silva registrado nas referências deste trabalho. No corpo do texto esse dicionário foi identificado como “Moraes” por ser essa a forma como a obra é mais referida no meio acadêmico.

³⁷ A primeira edição dessa obra é de 1982.

contato direto com o usuário do sistema. Para isso, foi utilizada a tecnologia *Flex*, na versão quatro, lançada em março de 2004 pela empresa californiana *Macromedia*, cuja tecnologia está apta a suportar desenvolvimento de aplicações com grande número de interfaces para a Internet baseadas na plataforma *Macromedia Flash*. O uso desse *software* foi importante no desenvolvimento do *Agium Search*, pois é primariamente de gráfico vetorial, que suporta também imagens em *bitmap* e vídeos. Além disso, tendo em vista o funcionamento da tela de visualização, garante-se a integração de qualquer navegador *web*, além de se possibilitar uma interface com rápida curva de aprendizagem do usuário do sistema, isto é, facilidade em termos de aprendizagem de manuseio da ferramenta.

Já a segunda camada, *Controller*, é responsável por gerenciar os fluxos, comportamentos e informações do sistema. Para tanto, foi utilizada a linguagem de programação JAVA, que funciona também como plataforma de computação avançada e, como a primeira, foi produzida pela empresa internacional e de referência em tecnologia *Sun Microsystems*. Essa tecnologia é destaque por ser orientada a objetos, uma metodologia que busca deixar a lógica do sistema mais próxima da vida real, possibilitando a criação de inúmeros programas de alta qualidade, como utilitários, jogos, aplicativos corporativos, entre outros, de uso rápido, seguro e confiável e também por disponibilizar multiplataformas, o que lhe permite funcionar em qualquer sistema operacional.

A terceira e última camada do sistema, *Model*, define e gerencia o domínio da informação dentro do banco de dados. No sistema *Agium Search*, é utilizado o banco de dados chamado *Postgresql*, Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), que atua como objeto-relacional de código aberto e que se destaca por ser potente, confiável, flexível e rico em recursos.

3.3.2 – Sistema *Agium Search*: utilização

O sistema em questão foi elaborado com base nos itens contidos no Questionário do Projeto ALiB (2001) e em algumas tabelas em formato *Word* e *Excel* utilizadas até então para controlar os dados em outras pesquisas da mesma natureza. Com bases nesses arquivos, o *Agium Serch* foi organizado de forma a facilitar a geração de relatórios segundo diferentes categorias, com seus respectivos percentuais. Dessa forma, a ferramenta funciona como sistema gerenciador de fácil manuseio, de modo que os usuários possam inserir e extrair grande volume de dados de modo rápido e direcionados para uma melhor visualização.

O *Agium Search* contempla áreas para o cadastro dos Estados com as respectivas siglas, das cidades juntamente com o número do ponto, das fichas dos informantes, das questões do QSL, além da geração de relatórios.

3.3.2.1 – Cadastros: Estados, cidades e questões

No ambiente cadastro, na tela referente ao Estado, há um campo de filtro que permite a visualização dos Estados cadastrados, a partir da digitação do nome ou da sigla. Já o sistema de filtro busca dados referentes às cidades e pode ser selecionado a partir do número do ponto, do nome da cidade ou Estados, quando aparecerão todas as cidades cadastradas de acordo com o Estado selecionado, bem como permitirá cadastrar uma nova cidade, clicando-se em *inserir* e digitando-se o nome da localidade a ser incluída.

A ficha do informante, por sua vez, é o cadastro mais extenso do sistema, uma vez que essa tela está subdividida em quatro partes: (i) dados pessoais do informante; (ii) contato com os meios de comunicação; (iii) participações em diversões e (iv) preenchimento após entrevista. O preenchimento de todas essas informações é necessário para o cruzamento posterior dos dados, sendo indispensável o preenchimento dos campos da primeira parte, aqueles referentes à data de nascimento, ao sexo, ao perfil, à cidade e ao Estado.

Para o cadastro das questões, o sistema contempla três tipos de questionários do Questionário Linguístico do ALiB: Questionário Fonético-Fonológico (QFF), Questionário Semântico-Lexical (QSL) e Questionário Morfossintático (QMS). No caso do QSL, o sistema contém todas as áreas cadastradas, sendo necessário apenas que o pesquisador selecione a área semântica de sua preferência. O cadastro das questões envolve duas partes: na primeira, é necessário o preenchimento de dados básicos, como o tipo de questionário; o número da questão; o conceito; a área semântica a que a questão está vinculada e a cabeça da pergunta³⁸, para facilitar na visualização da questão, conforme consta na Figura II a seguir:

³⁸ A cabeça da pergunta contém possibilidades de respostas.

www.agiumsoft.com.br/agiumsearch/

Cadastros Relatórios Segurança Logoff

Cadastro de Questão (Modo Edição)

Dados Básicos Respostas

Tipo: GSL - Questionário Semântico - Lexical

Código: 43

Conceito: duas bananas que nascem grudadas?

Área Semântica: Atividades Agropastoris

Cabeça Questão: BANANA DUPLA / FELIPE / GÊMEAS

Salvar Salvar + Voltar

Lista de Janelas Abertas (Clique e Arraste para Ordená-las)

17:15 09/06/2011

Figura II – Agium Search: tela de cadastro de questões.

Já na segunda parte, nomeada por resposta, para se efetuar o cadastro da questão é necessária a escolha dos informantes, já cadastrados no sistema e, posteriormente, cadastrar a(s) variante(s) documentadas na fala do referido informante.

www.agiumsoft.com.br/agiumsearch/

Cadastros Relatórios Segurança Logoff

Cadastro de Questão (Modo Edição)

43 - BANANA DUPLA / FELIPE / GÊMEAS

Incluir Editar Excluir

Informante

Questão 43 - BANANA DUPLA / FELIPE / GÊMEAS

Informante

Incluir Editar Excluir

Resposta Contexto Válido?

Salvar Voltar

Cidade	Ponto Localidade
Aripuanã	103
Aripuanã	103
Aripuanã	103
Aripuanã	103
São Félix do Araguaia	104
São Félix do Araguaia	104
São Félix do Araguaia	104
São Félix do Araguaia	104
Diamantino	105
Diamantino	105
Diamantino	105
Diamantino	105
Poxoréu	106
Poxoréu	106
Poxoréu	106

Lista de Janelas Abertas (Clique e Arraste para Ordená-las)

10:22 10/06/2011

Figura III – Agium Search: tela de cadastro de respostas.

Para cadastrar ou consultar os dados relativos aos informantes cadastrados, o usuário deve clicar na lupa visualizada à direita do campo informante para que o sistema busque todos os informantes cadastrados. O usuário poderá selecionar a informação por meio do filtro, buscando o informante pelo número do ponto, pela cidade, pela sigla do Estado, pelo nome ou pela data de nascimento do informante. No exemplo, da Figura IV, a seguir, o informante foi buscado pelo número do ponto:

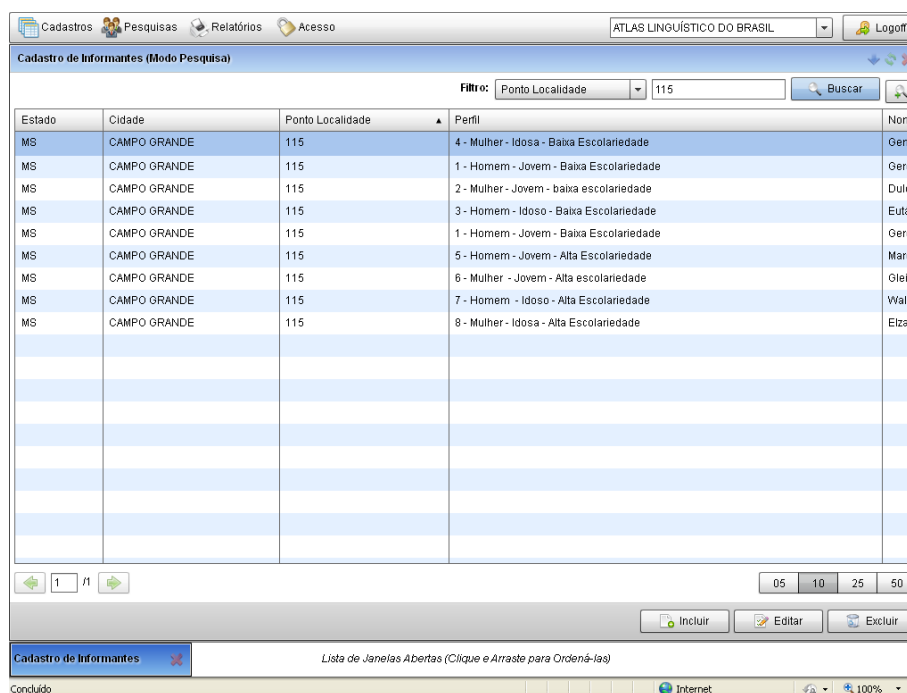


Figura IV – Agium Search: tela de cadastro de informante.

Selecionado o informante desejado, o usuário voltará à tela do cadastro das respostas e lançará a(s) resposta(s) mencionada(s) pelo informante selecionado, conforme visualiza a Figura V a seguir:

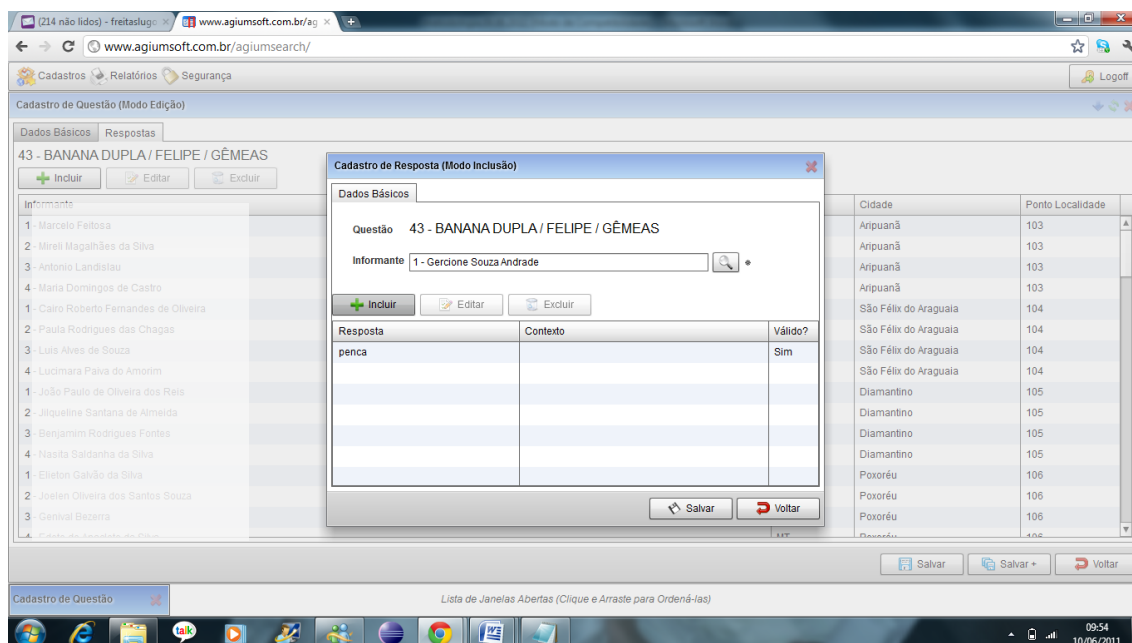


Figura V– Agium Search: tela de inclusão e edição de resposta.

Vale destacar ainda que, nessa parte de cadastro das respostas, o sistema disponibiliza ao usuário as opções de gerenciamento dos dados, como incluir questões e variantes. Ao registrar a(s) variante(s), o usuário pode inserir o contexto em que a resposta foi obtida. A exclusão de alguns dados também é permitida, mas somente as respostas e os contextos, já que, não é possível, por medida de segurança, a eliminação das questões, pois a elas estão vinculados os informantes e as respostas atribuídas a cada questão. O sistema permite ainda a edição, o que favorece a opção usuário reeditar uma questão, ao invés de excluí-la.

3.3.2.2 – Relatórios

A ferramenta geração de relatórios configura-se como um elemento bastante dinâmico, à medida que permite diferentes opções de relatórios, filtrados por área semântica, por questão, por Estado e/ou cidade, por perfil do informante³⁹, pela ocorrência de dada variante, por sexo, por ordem de resposta (apenas as primeiras, as segundas ou demais respostas), por respostas válidas ou não, conforme se pode visualizar na Figura VI que segue:

³⁹ Os informantes são distribuídos em dois grupos, Nível Fundamental e Nível Superior. Cada grupo é identificado por um número: 1- homem, jovem de baixa escolaridade; 2 - mulher, jovem de baixa escolaridade; 3- homem, idoso de baixa escolaridade; 5 - homem, jovem de alta escolaridade; 6 - mulher, jovem de alta escolaridade; 7 - homem, idoso de alta escolaridade e 8 - mulher, idosa de alta escolaridade.

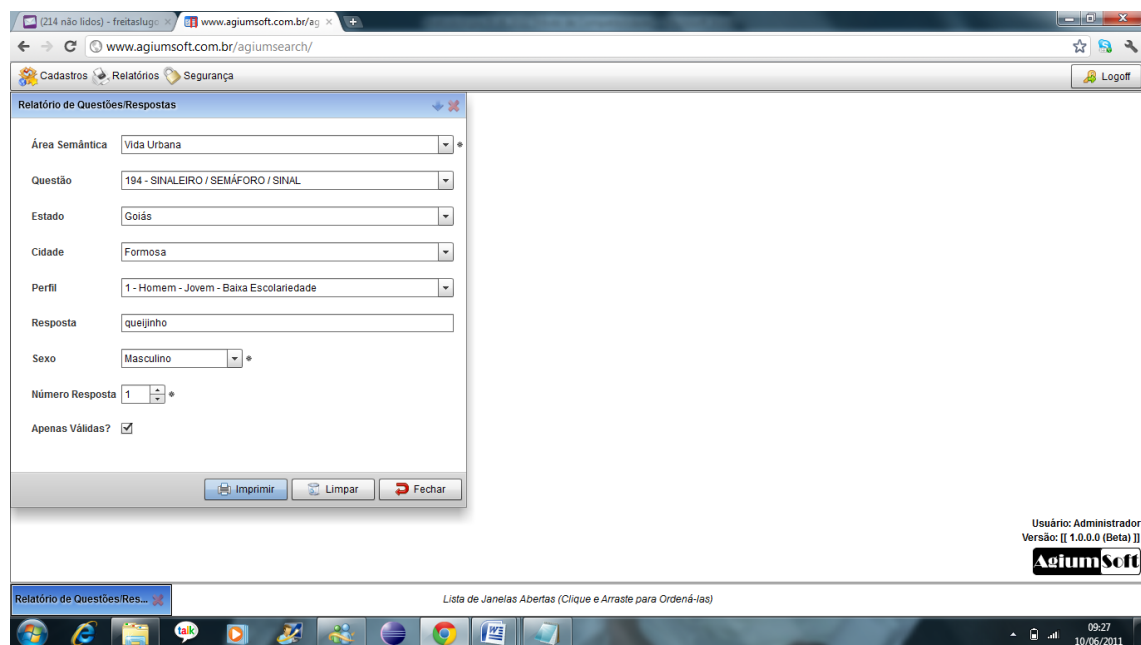


Figura VI – Agium Search: tela de relatório de questões.

O relatório gerado poderá conter todas essas informações ou apenas a que o usuário selecionar, lembrando que, esteticamente, independentemente dos dados selecionados, no topo do relatório sempre aparecerá a identificação do questionário, neste caso, o QSL; a pergunta juntamente com o seu número; o Estado; a cidade e o número do ponto. Quando não selecionada a segunda resposta ou as demais, o sistema opta, automaticamente, pela primeira resposta. Assim, a primeira resposta é visualizada em evidência, identificando-se, logo abaixo, os informantes que mencionaram a variante em destaque e, do lado direito, há a indicação da quantidade de ocorrências das variantes, conforme ilustra a Figura VII a seguir:

AgiumSearch - Relatório de Informantes/Respostas	
QSL: 198 - aquele trecho da rua ou da estrada que é circular, que os carros têm que contornar para evitar o cruzamento direto?	
Estado: GOIÁS	
Cidade: 121 - FORMOSA	
Reposta: 1º BALÃO	
1 - HOMEM - JOVEM - BAIXA ESCOLARIDADE	Quantidade de respostas: 1
Reposta: 1º QUEIJINHO	
2 - MULHER - JOVEM - BAIXA ESCOLARIDADE	Quantidade de respostas: 1
Reposta: 1º ROTATÓRIA	
3 - HOMEM - IDOSO - BAIXA ESCOLARIDADE	Quantidade de respostas: 1
Reposta: 1º TREVO	
4 - MULHER - IDOSA - BAIXA ESCOLARIDADE	Quantidade de respostas: 1
	Quantidade de respostas por cidade: 4
	Quantidade de resposta por estado: 4
	Quantidade de resposta por questão: 4

Figura VII – Agium Search: relatório por questão.

Por fim, é possível extrair relatórios segundo diversas categorias, sobretudo referente a dados percentuais, por país, região, estado e cidade. No relatório dinâmico, por exemplo, o pesquisador seleciona a pergunta, a unidade lexical e o perfil do informante de que deseja verificar a produtividade. No caso do exemplo apresentado na Figura VIII, o relatório visualiza a produtividade apenas da variante *bruaca* na região Centro-Oeste, segundo o perfil de cada informante que mencionou essa unidade lexical.

Resposta	Porcentagem	Quantidade
BRASIL		
CENTRO-OESTE		
3 - HOMEM-IDOSO-BAIXA ESCOLARIEDADE		
BRUACA	53.57%	15
4 - MULHER-IDOSA-BAIXA ESCOLARIEDADE		
BRUACA	35.71%	10
7 - HOMEM - IDOSO - ALTA ESCOLARIEDADE		
BRUACA	7.14%	2
8 - MULHER - IDOSA - ALTA ESCOLARIEDADE		
BRUACA	3.57%	1
Total região		28
Total país		28

Figura VIII – Agium Search: relatório percentual dinâmico.

Enfim, o sistema *Agium Search* possibilita a visualização de diversos tipos de relatórios, cabendo ao pesquisador a seleção, segundo o princípio teórico-metodológico que deseje seguir.

3.4 – Proposta de análise dos dados de acordo com perfil do entrevistado

O perfil dos informantes foi definido pelo Comitê Nacional do Projeto ALiB, buscando garantir que o entrevistado não tivesse interferência do vocabulário de outras regiões, por isso, deve ser nascido e criado na região, com pais também da mesma localidade,

para que não haja influência do modo de falar dos pais, caso sejam de outra região. O perfil do informante pressupõe também que na fala do mais jovem é possível documentar os neologismos, isto é, novos termos da língua, ao mesmo tempo em que a ausência de determinadas unidades lexicais na fala desse jovem pode indicar um possível desaparecimento do referente, sobretudo aqueles ligados ao universo rural. Em contrapartida a fala dos mais velhos pode evidenciar o conservadorismo linguístico, sobretudo os relacionados ao universo rural que com o advento da modernidade, estão em via de desaparecimento. Considerou-se ainda que a fala mulher, em alguns casos, pode denunciar mais cuidado na utilização de dados termos, ao contrário da fala dos homens. Nesse particular, Chambers e Trudgill (1994, p. 58) ao discorrer sobre a questão da seleção dos informantes ao longo da história da geografia linguística, destaca a tradição na preferência por homens como informantes, argumentando que “debían ser hombres porque en los países occidentales el habla de la mujer tiende a ser más reflexiva y con más conciencia de clase que la de los hombres”⁴⁰.

Por fim, levou-se em conta que, na fala do informante de baixa escolaridade, é possível identificar formas mais específicas da região, já que evidencia preocupação excessiva de utilização da norma padrão da língua, como ocorre na fala dos informantes com escolaridade de Ensino Superior.

Partindo desses princípios, o Projeto ALiB adota o seguinte perfil de informantes:

Nº DO INFORMANTE	PERFIL	LOCALIDADE
1	homem, jovem, Ensino Fundamental	INTERIOR E CAPITAL
2	mulher, jovem, Ensino Fundamental	
3	homem, idoso, Ensino Fundamental	
4	mulher, idosa, Ensino Fundamental	
5	homem, jovem, Ensino Superior	CAPITAL
6	mulher, jovem, Ensino Superior	
7	homem, idoso, Ensino Superior	
8	mulher, idosa, Ensino Superior	

Quadro III – Perfil do informante do Projeto ALiB.

⁴⁰ “Deve ser homens, porque nos países ocidentais a fala das mulheres tende a ser mais cuidadosa e mais consciente da classe social que a dos homens” (tradução nossa).

Como ilustra o Quanto III, os números ímpares correspondem aos informantes do sexo masculino e os pares, aos do sexo feminino. Já em termos de escolaridade, os quatro primeiros números (1, 2, 3 e 4) correspondem aos informantes com Ensino Fundamental e os quatros últimos (5, 6, 7 e 8) aos de nível superior. Por fim, os números 1, 2, 5 e 6 indicam os informantes da primeira faixa etária (18 a 30 anos) e os de números 3, 4, 7 e 8 correspondem aos informantes da segunda faixa etária (50 a 65 anos). Este estudo também considera o fato de os informantes selecionados estarem situados nas capitais e nas cidades do interior.

3.5 – Tratamento dos dados lexicais

As unidades léxicas foram contabilizadas neste estudo considerando a soma total das variantes catalogadas independentemente, da ordem em que foram mencionadas. No início da análise de cada questão as unidades léxicas são apresentadas em ordem decrescente de produtividade. Também foram considerados, quando necessário, os percentuais segundo diferentes variáveis como diatópicas, opondo a capital e interior, a diageracional, a diastrático ou diassexual.

Para facilitar a visualização dos dados procurou-se, sempre que possível, apresentar as variantes agrupadas em rede semântica, divididas por campos léxicos. Para tanto, o estudo pautou-se nos fundamentos da Lexicologia e, em especial, na teoria dos Campos Léxicos apresentada por Biderman (1981), que descobre sobre o encadeamento do léxico em redes semânticas, argumentando que “os padrões neuronais da memória léxica devem ter estabelecido redes de ligações entre os lexemas de modo funcional”. Assim sendo, para essa lexicógrafa “uma rede semântica é composta da interação estruturada de vários campos léxicos. Um campo léxico integra uma rede semântica juntamente com muitos outros campos léxicos” (BIDERMAN, 1981, p.139). A mesma autora ilustra o exposto com a rede semântica e campo léxico de *luz* que apresenta correlação com dezesseis campos léxicos estruturados entre si. Portanto, representa em forma de “bolinhas” os nós semânticos, ou seja, o núcleo de significação. Segundo Biderman (1981, p.142), essas relações de similaridade podem ser classificadas por: (i) associação de significante: *queimar, queimado, queimação* etc.; (ii) associação entre palavras: *clara – distinto – preciso – evidente – manifesto*; (iii) associação entre signos léxicos (significante e significado) que pode ser derivação do código linguístico: *fogo – fogos de artifício*, por experiência da realidade de mundo: *luz – fogo, chama, claridade, sol, lua*, etc.; por domínio da cultura: *luz – (artificial) abajur, lustre, luminária; luz – reflexão, refração, onda luminosa*.

Partindo desse pressuposto, entendemos que a significação de uma unidade lexical decorre do contexto de uso que, por sua vez, sempre estará ligado a uma rede de traços semânticos. E, em virtude disso, faz parte de determinado campo de significação, em outras palavras, a unidade léxica sempre fará parte de um campo léxico, já que as palavras estão ligadas entre si por uma rede de associações.

Assim sendo, no decorrer da análise, quando julgado oportuno na análise léxico-semântica, apresentamos as unidades léxicas agrupadas por possíveis categorias, isto é, por “feixe de signos” e, para sinalizar os “nós semânticos”, utilizamos a figura de setas que indica a significação que une essas variantes. Por exemplo, para a questão 58 do QSL que busca designações para o conceito “objetos de couro, com tampa, para levar farinha, no lombo do cavalo ou do burro”, elaboramos a significação ilustrada na Figura IX a seguir:

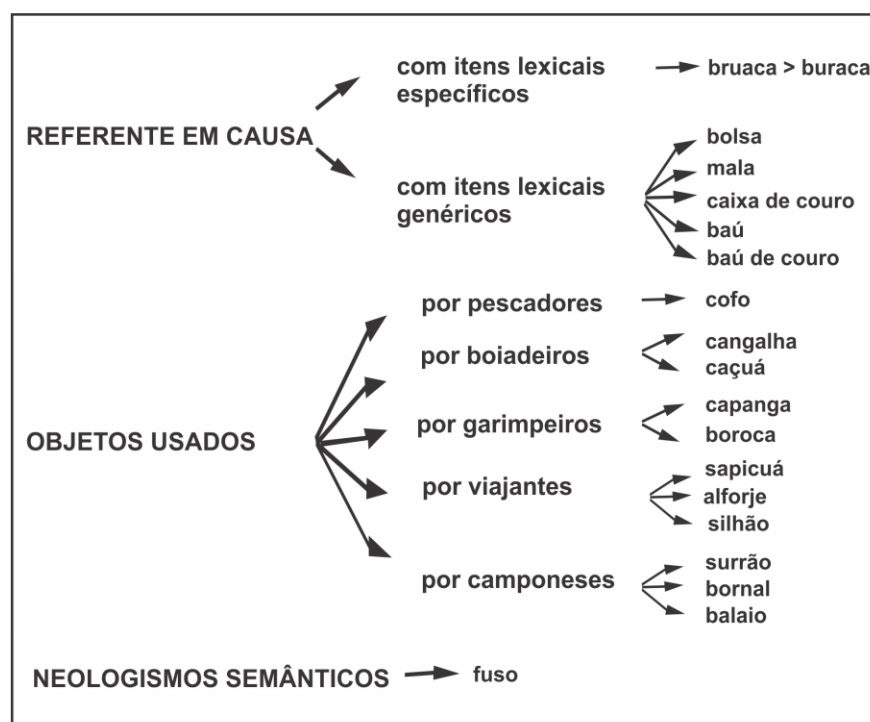


Figura IX – Ilustração do tratamento lexical dos dados.

A teoria dos Campos Léxicos, aqui utilizada, propõe um entrelaçamento de relações. No exemplo apresentado na Figura IX todas as variantes nomeiam objetos que servem para carregar ou transportar algo, seja recipiente utilizado no garimpo, na pesca ou nas comitivas. Dessa forma, a teoria dos Campos Léxicos apresentada por Biderman (1981) contribuiu na análise dos dados à medida que permitiu estabelecer possíveis relações associativas que geraram as variantes apontadas como resposta.

3.6 – Proposta de cartografiação

Um dos objetivos do trabalho foi o mapeamento dos dados por meio de cartas linguísticas. Para cada questão foi elaborada uma carta diatópica, construída segundo dois critérios: (i) *mapeamento de todas variantes* quando houve no máximo oito variantes documentadas distribuídas de forma a não poluir visualmente a carta; (ii) *mapeamento das mais produtivas* quando houve mais de oito unidades léxicas. Quando significativa, para este estudo, foram elaboradas cartas individuais para apresentar o registro da não resposta de acordo com perfil dos entrevistados. Já as ocorrências únicas foram apresentadas em quadros, com a identificação da localidade e do informante.

A elaboração das cartas foi desenvolvida a partir do “mapa base” da região Centro-Oeste criada por Ana Regina Teles da equipe de cartografiação do Projeto ALiB e, posteriormente, editada pela autora deste trabalho com auxílio dos Programas de Computação Gráfica CorelDrawX5 e Photoshop. Os dados foram identificados na carta por meio de cores e de símbolos.

Foram obedecidos alguns princípios para elaboração das cartas: (i) uso da mesma base contendo informações quanto à escala, às fronteiras, ao título e à legenda; (ii) na moldura central constam a base geográfica e a escala. Já na moldura inferior priorizou-se a legenda. Na parte superior constam o título da carta; (iii) padronização das cores, sendo utilizada uma sequência de cores fixas: vermelho, azul, amarelo, verde, preto, salmão, cinza e ouro. Essa sequência cromática, obrigatoriamente, parte da variante mais produtiva representada pela cor vermelha e, sequencialmente, pela cor azul, e assim por diante. Como foi identificado que as cores vermelha (*magenta* e *yellon* de composição 100%) e o azul (*ciano* de composição 100%) visualmente se destacaram. Dessa forma, optamos por priorizar esses tons de cores, até mesmo para representar o aspecto diageracional em que a cor azul foi utilizada para identificar o informante da segunda faixa etária, e a cor vermelha para os da primeira faixa etária.

Cabe destacar que foi criado, para este estudo, um modelo de carta para o mapeamento das variações diageracional, diassexual e diastrática, conforme ilustra a Figura X.

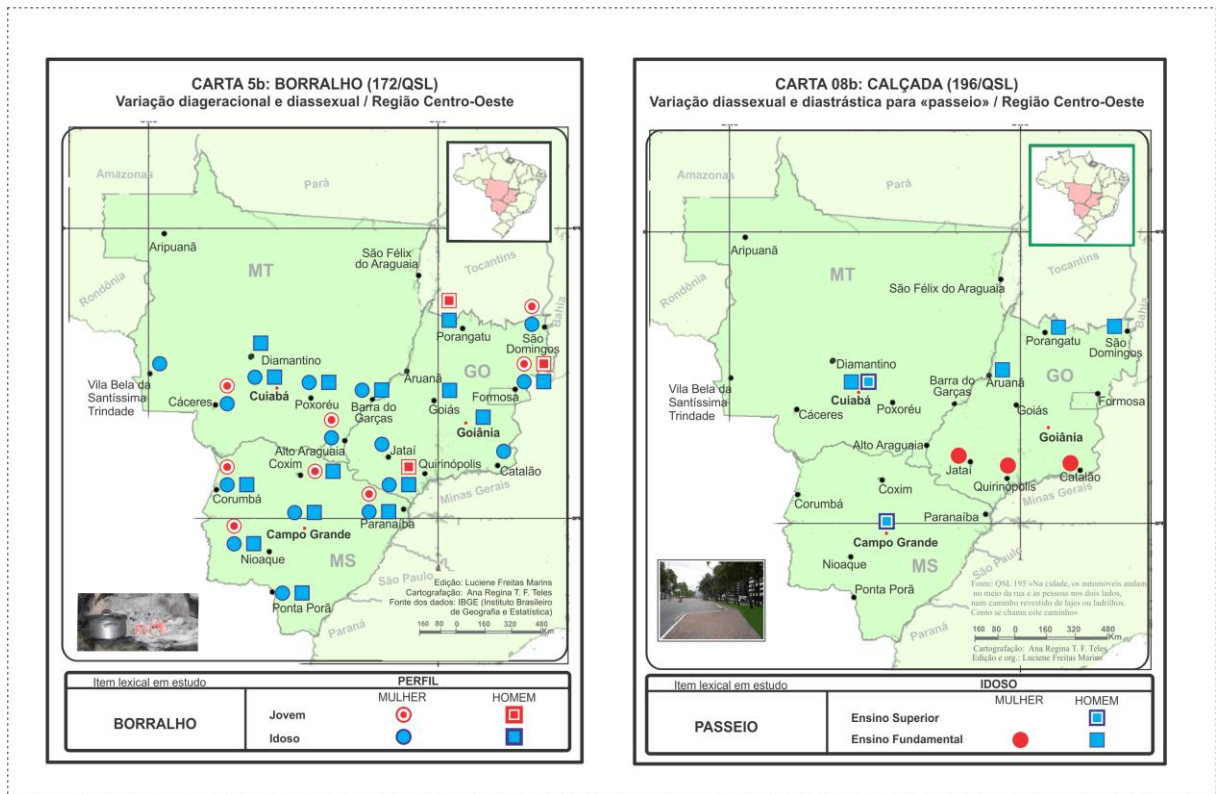


Figura X – Ilustração de proposta de cartas linguísticas.

O modelo foi criado com o objetivo de marcar a variação diageracional, diasssexual e diafásica, evidenciando por meio de cores (vermelha e azul) o aspecto em destaque. Outro aspecto a ser destacado diz respeito à cartografia das respostas não válidas, isto é, aquelas variantes que nomeiam referentes distintos do focalizado pela pergunta. Apesar disso, esse tipo de dado foi mapeado juntamente com as demais respostas, porém, na análise léxico-semântica consideramos a diferenciação das respostas válidas e não válidas.

É importante frisar que os modelos de carta foram sendo criados à medida que foram surgindo particularidades que mereciam destaque. O mesmo ocorreu com os diversos tipos de gráficos, também construídos seguindo modelos diferenciados: coluna, barra, linha, área, pizza e dispersão. Houve também a preocupação com a padronização da apresentação dos gráficos em termos de fundo padrão, tamanho da fonte e o ajuste das legendas e dos números. O Capítulo IV na sequência foi destinado à análise dos dados.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE GEOLINGUÍSTICA DOS DADOS

O *corpus* da pesquisa reuniu 133 unidades lexicais, fornecidas como respostas por informantes da região Centro-Oeste para 15 perguntas relacionadas ao estudo. Em termos quantitativos, os dados catalogados foram representados por meio de quadros e gráficos. Já a análise qualitativa considerou as dimensões diatópicas (cartas linguísticas) e léxico-semânticas (análise da variante no âmbito da língua e do seu uso regional).

O Quadro IV, a seguir, apresenta as questões do QSL/ALiB que, para fins de análise, foram agrupadas e distribuídas equitativamente em três grupos, considerando o teor do conceito contido na pergunta: i) perguntas, cujo conteúdo remete especificamente a referentes do universo rural; ii) perguntas que contemplam conceitos voltados diretamente para referentes do mundo urbano, e iii) perguntas que abrigam conceitos relativos a referentes comuns aos dois espaços (rural e urbano). A análise dos dados foi estruturada em tópicos a partir dessas categorias.

UNIVERSO RURAL	UNIVERSO URBANO	RURBANO
54 – cangalha/forquilha	194 – sinaleiro/semáforo/sinal	52 – carriola/carrinho de mão
55 – cangalha	195 – lombadas/quebra-molas	53 – haste do carrinho
56 – canga	196 – calçada	171 – fuligem
58 – bolsa/bruaca	198 – rotatória/rótula	174 – lanterna
172 – borralho	200 – ônibus urbano	201 – bar/boteco

Quadro IV – Questões do QSL/ALiB selecionadas para a pesquisa e distribuídas segundo o enfoque do estudo.

Por uma questão didática, a análise foi estruturada a partir dos enfoques selecionados e segundo cada pergunta do QSL. Primeiramente a análise focou a dimensão geossociolinguística e, na sequência, a léxico-semântica.

4.1 – VELHOS FALARES: MARCAS DO FALAR RURAL

A categoria relativa às perguntas cujo conteúdo remete especificamente a referentes do universo rural reuniu quatro perguntas vinculadas à área semântica das *atividades agropastoris* (QSL 54, 55, 56 e 58) e uma voltada para a área semântica da *habitação* (QSL 172). Nesse bloco foram analisadas 49 unidades lexicais.

4.1.1 – FORQUILHA – QSL/54 – “armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais para não atravessarem a cerca”.

4.1.1.1 – Análise geossociolinguística

O levantamento realizado nas 108 entrevistas resultou no total de oito itens lexicais na região mencionada como designação do conceito expresso pela pergunta: *forquilha*, *cangalha*, *canga*, *cambão*, *gancho*, *coleira*, *cabresto* e *quaieira*. Os Quadros V, VI, VII e VIII, a seguir, apresentam essas unidades léxicas distribuídas de acordo com a ocorrência em cada estado investigado, com a devida identificação da cidade e do informante. Cabe mencionar que as variantes foram ordenadas, em cada quadro, por ordem de produtividade.

QUADRO V – QUESTÃO 54 /QSL – MATO GROSSO/INTERIOR																																
Localidade variante	Aripuanã				São Félix [...]				Diamantino				Poxoréu				Vila Bela [...]				Barra do Garças				Cáceres				Alto Araguaia			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Forquilha			•				•				•				•				•				•		•	•	•					
Cangalha																				•								•			•	•
Canga								•							•		•												•			
Cambão																				•												
Gancho									•			•	•																			
NR	•	•		•	•	•				•				•	•					•				•	•			•				

QUADRO VI – QUESTÃO 54 /QSL – MATO GROSSO DO SUL/INTERIOR																				
Localidade Variante	Coxim				Corumbá				Paranaíba				Nioaque				Ponta Porã			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Forquilha		•	•	•	•	•	•				•	•				•				
Cangalha									•		•			•	•				•	•
NR	•							•		•			•				•	•		

QUADRO VII – QUESTÃO 54/QL – GOIÁS/INTERIOR																																	
Localidade Variante	Porangatu				São Domingos				Aruanã				Formosa				Goiás				Jataí				Catalão				Quirinópolis				
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
Forquilha	•		•								•		•	•	•	•	•		•		•		•	•	•	•	•		•				
Canga			•		•	•	•	•				•									•							•					
Cangalha		•		•																				•			•	•			•		
Quaieira																																•	
Cambão					•																												
Gancho																•																	
NR										•	•							•		•									•				

QUADRO VIII – QUESTÃO 54/QSL – CAPITAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE																								
Localidade Variante	Cuiabá/MT								Campo Grande/MS								Goiânia/GO							
	Informantes								Informantes								Informantes							
	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8
Forquilha										•					•	•	•	•					•	
Cangalha	•										•	•							•					
Canga																							•	•
Coleira		•		•																				
Cambão			•				•																	
Cabresto																						•		
NR					•	•		•	•					•				•		•	•			

Considerando os resultados apresentados nos Quadros V, VI, VII e VIII, o Gráfico I, na sequência, apresenta a produtividade das variantes em estudo, na região Centro-Oeste do Brasil:

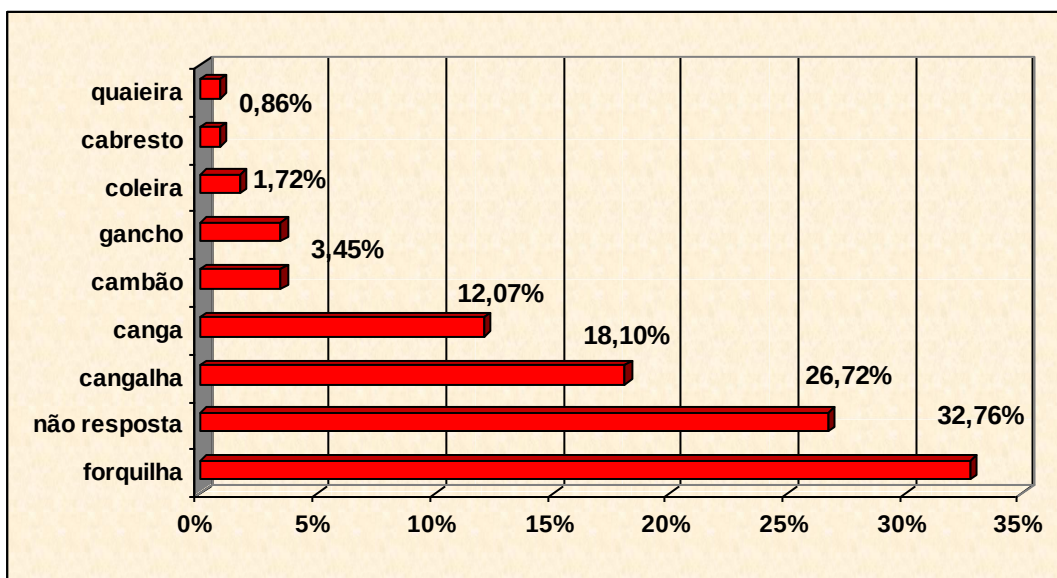
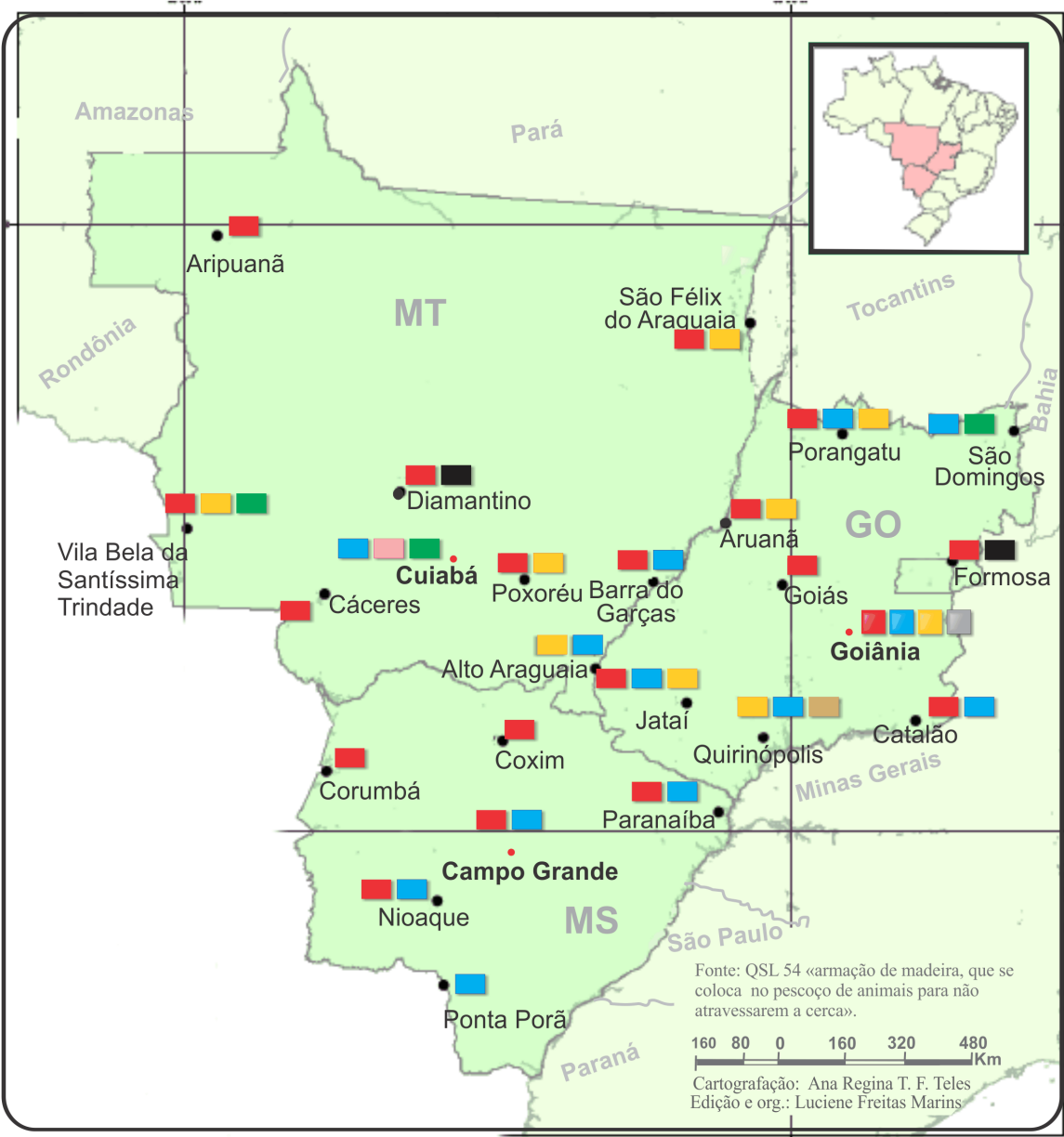


Gráfico I – Produtividade das respostas para a pergunta 54/QL na região Centro-Oeste.

No universo geral das variantes analisadas, *forquilha* foi registrada com maior índice de produtividade, seguida de *cangalha* e de *canga*, ao contrário das unidades lexicais, *cambão*, *gancho*, *coleira*, *cabresto* e *quaieria* foram evidenciadas com menor índice de ocorrência nas localidades pesquisadas. Isso indica que, para nomear o referente em questão, os habitantes da região central do Brasil utilizam com mais frequência, no uso cotidiano, as unidades léxicas *forquilha*, *cangalha* e *canga*.

A Carta 01.a, apresentada na sequência, visualiza a distribuição diatópica dessas variantes.

CARTA 01a: FORQUILHA
Respostas à questão 54/QSL - Região Centro-Oeste



- | | | |
|-----------|---------|----------|
| forquilha | cambão | cabresto |
| cangalha | gancho | quaieira |
| canga | coleira | |

Do ponto de vista diatópico, observa-se que a variante *forquilha* foi a mais produtiva na região Centro-Oeste. No Estado de Mato Grosso, por exemplo, foi a forma mais mencionada (21,95%) entre as variantes coletadas, tendo sido registrada em 07 cidades pesquisadas. Não foi registrada em Cuiabá e em Alto Araguaia.

Em Mato Grosso do Sul, *forquilha* também obteve o maior índice de produtividade (41,38%) no conjunto de cinco cidades, não tendo sido documentada apenas no sudoeste do Mato Grosso do Sul, isto é, em Ponta Porã, fronteira com o Paraguai, sudeste do Estado. Observa-se ainda que, tanto em Corumbá/MS como em Cáceres/MT, cidades localizadas às margens do rio Paraguai, essa variante que nomeia um referente comum em fazendas, foi a única documentada, o que demonstra influência da atividade econômica predominante (criação de gado) no vocabulário do grupo. O mesmo ocorreu em Coxim, cidade também próxima à região pantaneira. Já no Estado de Goiás a variante *forquilha* foi registrada em sete cidades. Não foi mencionada apenas em São Domingos e em Quirinópolis.

Quanto à documentação da variante *forquilha*, que nomeia um referente típico de áreas rurais, nas capitais da região Centro-Oeste, observou-se que não foi documentada apenas em Cuiabá, tendo sido bem produtiva em Goiânia e em Campo Grande.

Já *cangalha*, como se pode observar na Carta 01.a., também foi mapeada da faixa sudoeste de Mato Grosso do Sul até Goiás e também na parte central de Mato Grosso e norte de Goiás. Em Mato Grosso, essa forma obteve 12,20% de ocorrência, sendo documentada apenas em três cidades. No Estado do Mato Grosso do Sul, por seu turno, obteve 31,03%, sendo registrada em quatro das seis cidades pesquisadas. Em Paranaíba, por exemplo, essa unidade lexical foi citada por três dos quatro informantes entrevistados, o que indica que tanto *forquilha* quanto *cangalha* são de uso comum nessa cidade do interior sul-mato-grossense.

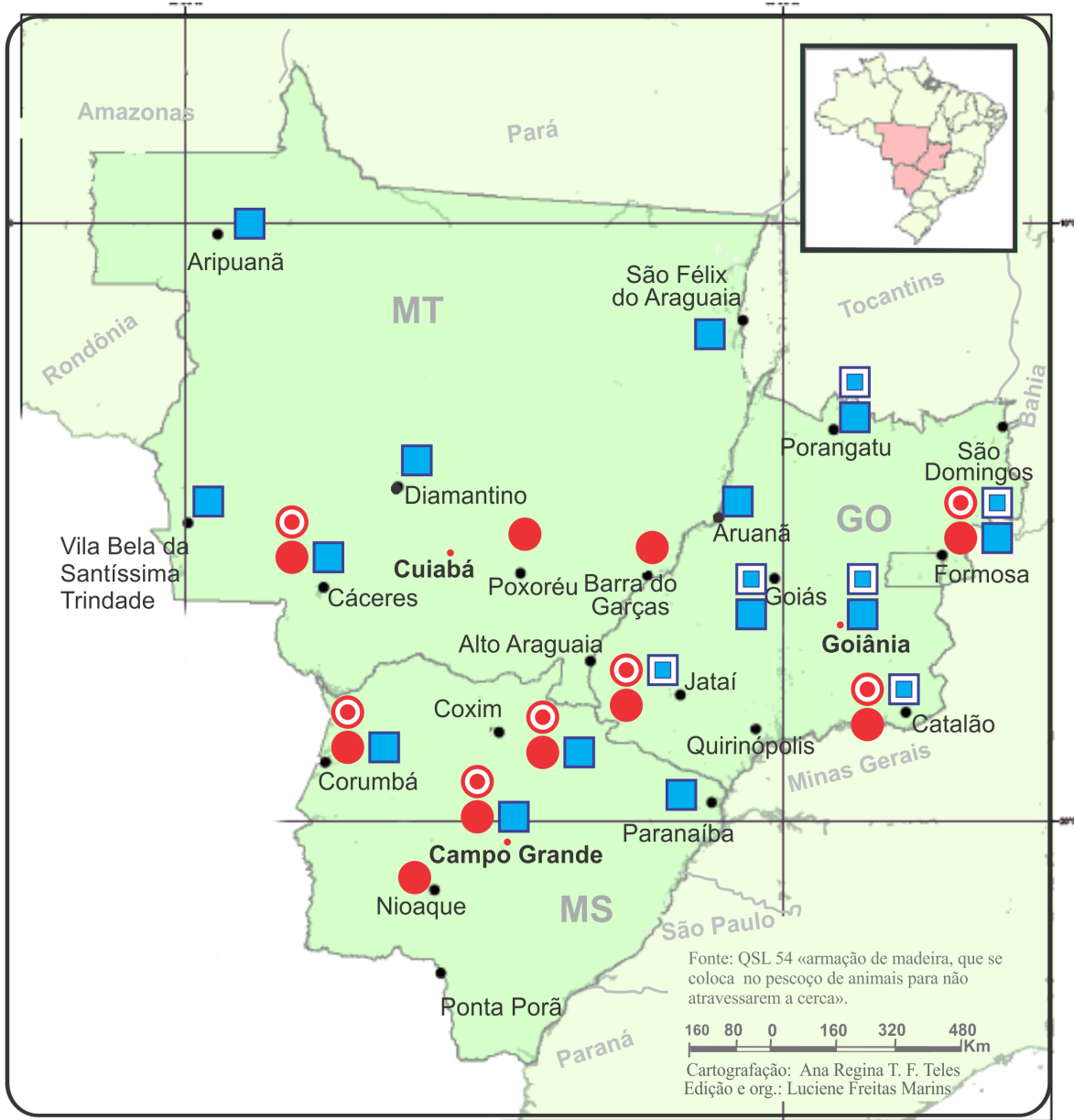
Em Goiás, a variante *cangalha* somou 15% de ocorrência, sendo registrada em cinco cidades das nove cidades pesquisadas. Cabe ainda destacar que essa variante, diferentemente da *forquilha*, foi documentada nas três capitais da região Centro-Oeste, o que confirma a hipótese de que a variante *forquilha* seja de uso mais específico para nomear o referente em causa nas localidades do interior onde em virtude de fatores econômicas e culturais, os habitantes têm mais contato com esse artefato.

A unidade lexical *canga*, por seu turno, foi recolhida apenas nos territórios mato-grossense e goiano, sendo foi produtiva em quatro cidades de Mato Grosso e seis cidades de Goiás, conforme ilustra a Carta 01.a. O item lexical *cambão*, por sua vez, foi documentada apenas nos estados de Mato Grosso (Vila Bela da SS. Trindade e Cuiabá) e de Goiás (São

Domingos). O mesmo ocorreu com o item lexical *gancho*, registrado apenas em Mato Grosso (Diamantino) e em Goiás (Formosa). As formas *coleira*, *cabresto* e *quaieira* foram mencionadas apenas em uma localidade: Cuiabá, Goiânia e em Quirinópolis, respectivamente.

Feitas as considerações acerca da distribuição diatópica das variantes, examinamos agora os dados a partir do perfil dos entrevistados. A Carta 01.b, a seguir, apresenta a documentação de *forquilha* nos três Estados da região Centro-Oeste, segundo o perfil do falante.

CARTA 01b: FORQUILHA (54/QSL)
Variação diageracional e diassexual para «forquilha» / Região Centro-Oeste



Item lexical em estudo	PERFIL		
		MULHER	HOMEM
FORQUILHA	Jovem	●	□
	Idoso	●	■

Nota-se que a variante *forquilha* foi em quase todas cidades mato-grossenses, apenas na fala dos informantes da segunda faixa etária. Observa-se também que Cáceres foi a única cidade mato-grossense em que essa variante, além de ter sido registrada na fala de informantes idosos, foi mencionada pela informante feminina da primeira faixa etária.

É possível que a disseminação desse registro entre os falantes das duas faixas etárias na cidade de Cáceres se deva ao fato de essa cidade ser de grande importância para o Pantanal, onde é comum a instalação de grandes fazendas com enormes criações de animais, o que pode possibilitar até mesmo aos informantes mais jovens o contato com o referente em causa e, logo, saibam também nomeá-lo. Percebe-se ainda que o uso dessa variante, no Estado de Mato Grosso, foi mais produtivo entre os informantes masculinos, o que deduz que esses informantes tenham contato mais direto com a atividade relacionada ao tratamento de animais. Já com relação às mulheres, esse contato pode ser menor, uma vez que, em muitos casos, na vida cotidiana, elas ficam responsáveis apenas pelo exercício interno das atividades domésticas.

Nota-se que, diferentemente do Estado do Mato Grosso, a variante *forquilha* foi mais produtiva entre os informantes do sexo feminino, tanto da primeira faixa etária quanto da segunda. Observa-se também que, em Corumbá (MS), assim como em Cáceres, cidades que têm importância para o Pantanal, essa variante foi mencionada pelo informante idoso do sexo masculino e também pelos jovens (sexos feminino e masculino), haja vista ser a região do Pantanal marcada pela criação de animais, sobretudo o gado. Esse fato se confirma ao se verificarem os resultados catalogados em Coxim, cidade próxima à região pantaneira e em que também foi documentada a forma *forquilha* tanto na fala de ambos idosos quanto na fala da informante jovem (sexo feminino).

Quanto aos resultados obtidos na capital do Estado do Mato Grosso do Sul, diferentemente de Cuiabá, em que não houve o registro da variante, Campo Grande apresentou ocorrências tanto entre os jovens dos dois níveis de escolaridade como na fala dos informantes idosos (de ambos os sexos), também com Ensino Superior. No território sul-mato-grossense, a variante *forquilha* continua em uso por falantes de todos os perfis, provavelmente pela convivência com a atividade da pecuária, um dos pilares econômicos do Estado. Os mesmos resultados foram obtidos no Estado de Goiás, uma vez que a unidade léxica *forquilha* foi registrada em sete localidades, mencionada tanto por jovens quanto por idosos, com predominância entre os informante do sexo masculino, independente do nível escolar.

A forma *cangalha*, assim como *forquilha*, também foi mais produtiva entre os entrevistados do sexo masculino. No Estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, *cangalha* foi registrada em quatro cidades: Paranaíba, Nioaque, Ponta Porã e Campo Grande, e nas duas últimas foi mencionada unicamente por informantes da segunda faixa etária. Já no território, *cangalha* foi recolhido em Catalão, Quirinópolis, Jataí, Goiânia e Porangatu. Nas quatro primeiras, essa unidade lexical foi citada apenas pelos informantes da segunda faixa etária, o que não ocorreu em Porangatu onde apareceu na fala dos informantes femininos (jovens e idosos).

O item lexical *canga*, por seu turno, foi registrada apenas no Mato Grosso e em Goiás, conforme ilustra o Quadro IX, a seguir.

ESTADOS	LOCALIDADES	INFORMANTES
MATO GROSSO	São Félix [..]	4
	Poxoréu	4
	Vila Bela [...]	1
	Alto Araguaia	2
GOIÁS	Porangatu	3
	Aruanã	4
	Jataí	3, 4
	Goiânia	7, 8
	Quirinópolis	1
	São Domingos	1, 2, 3, 4

Quadro IX – Perfil dos informantes que mencionaram *canga* como resposta para a 54/QSL em Mato Grosso e em Goiás.

A unidade lexical *canga* em território mato-grossense apareceu tanto na fala dos idosos quanto dos jovens, o que não ocorreu no território goiano, onde foi mais produtiva apenas entre os informantes idosos.

Como se pode observar, as variantes *forquilha*, *cangalha* e *canga* foram mais produtivas neste estudo entre os informantes da segunda faixa etária. Não houve nenhuma variante analisada que tenha sido documentada apenas na fala dos jovens, que, de modo geral, não souberam responder essa pergunta, conforme ilustra o Gráfico II na sequência:

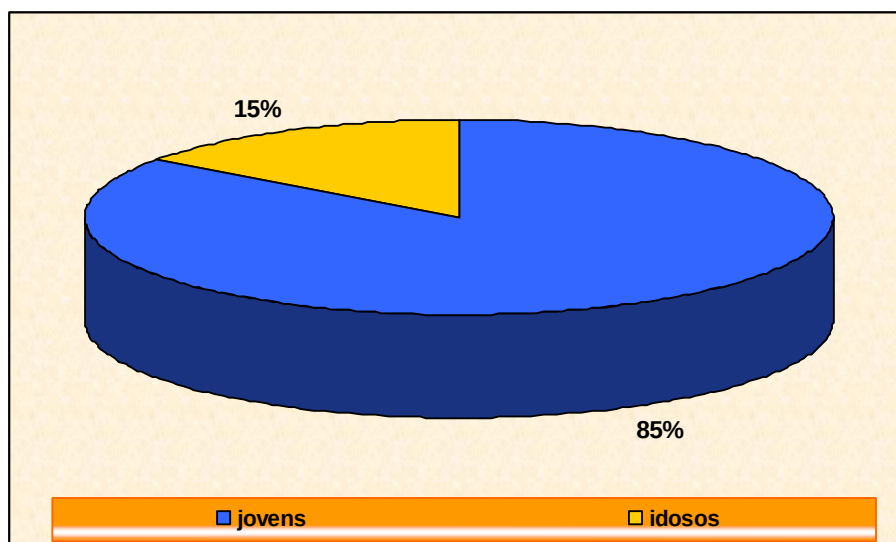


Gráfico II - Índice de ocorrência de não resposta para nomear a armação de madeira que se coloca no pescoço dos animais

Nota-se que o índice de não resposta foi predominante entre os informantes mais jovens, o que indica que os entrevistados desse perfil não conhecem ou não sabem nomear a *armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro / bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca*, provavelmente pela falta de contato com o universo rural.

Enfim, no conjunto dos dados catalogados como resposta para a pergunta do QSL/54, notou-se que, do ponto de vista diageracional, a forma *forquilha* foi mais produtiva entre os informantes idosos de Goiás e de Mato Grosso, tendo sido suas únicas ocorrências na fala dos jovens mato-grossenses de localidade situada no sudoeste do Estado, próximo ao Estado do Mato Grosso do Sul, em que houve maior ocorrência de *forquilha* entre os jovens.

4.1.1.2 - Análise léxico-semântica

O item lexical *forquilha* é definido por Bluteau (1712-1728) como “he páo de tres pontas, que serve de tirar a palha mais miúda do trigo” e por Moraes (1813) como “páo com tres pontas de aparar ervas miúdas. Espécie de forcado para armar redes contra aves”. Machado (1987), por sua vez, esclarece que essa variante vem do castelhano. Já nos dicionários contemporâneos de língua portuguesa, *forquilha* é definida por Houaiss (2001), como “ramo de árvore ou arbusto que se bifurca, aprox. com o formato da letra Y; forcado, forqueta” e, por extensão de sentido, na acepção de “qualquer objeto com esse formato”,

acepção também referendada por Ferreira (2004), que define *forquilha* como “pequeno forcado de três pontas”.

Nota-se que os dicionários de língua portuguesa dos XVIII e XIX, embora não apresentem os semas relacionados ao pescoço de animais, mencionam “objeto de pau”, que pode ser associado à armação de madeira. Esse objeto que, segundo Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813), era utilizado para rastelar a palha pequena contida no trigo ou em outras ervas, provavelmente tenha recebido, com passar dos anos (devido a sua forma de Y) outra finalidade, como ser colocado no pescoço do animal para impedi-lo de varar a cerca, conforme informado pelos entrevistados. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) registram que o uso dessa unidade lexical se aplica a qualquer objeto com esse formato.

O mesmo ocorre com a variante *cangalha* nos dicionários pesquisados. Nos antigos, essa unidade lexical é usada para nomear funções diferentes daquelas apresentadas pelos dicionários contemporâneos. Bluteau (1712-1728), por exemplo, define *cangalha* como “armadilha de paos q formão com hua grande larga [...]” e Moraes (1813) como “duas canastra de grande páo que se acomoda nos seladouros das bestas pendendo de cada lado das suas cangas. Armação de páo com suadoiros, ou estirões, que assentão no seladouro de cavalos de carga no Brasil”. Já os dicionários contemporâneos definem essa variante no sentido mencionado pelos informantes entrevistados. Houaiss (2001), por exemplo, atribui-lhe a acepção de “triângulo de madeira que se coloca no pescoço dos suínos para impedir que fucem canteiros” e Ferreira (2004) como “peça de três paus, unidos em triângulo, que se enfia no pescoço dos porcos para não destruírem hortas cultivadas”.

Nota-se que, mesmo que as variantes *forquilha* e *cangalha* não tenham sido registradas nos dicionários dos séculos XVIII e XIX como “armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais para não atravessarem a cerca”, essas formas referem-se ao universo rural, seja como utensílio para retirar a palha do trigo ou para armar redes contra aves, termos esses que continuam sendo usados até os dias atuais, para nomear referentes ligados às atividades agropastoris.

Já para a unidade lexical *canga*, Bluteau (1712-1728) apresenta duas acepções: a primeira refere-se à “hum pao gro[ss]o com faces, cõ o qual puxão os boys, para levaré o carro, com os pe[sc]oço numas trave[ss]as, a que chamam de cangalhas” e a segunda como “páo, com que os homens [...] levaõ nos hombros as cargas”, ao passo que Moraes (1813) atribui à variante em questão a acepção de “jugo, com que se jungem os bois para lavoira”. Essa mesma acepção também consta em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004), que definem *canga* como peça de madeira utilizada para prender os bois pelo pescoço e juntá-los ao carro

de bois. É possível que o uso da forma *canga* para nomear o conceito expresso na pergunta 54 do QSL decorra da associação entre o instrumento colocado no pescoço do animal para puxar o carro de boi ou arado e a armação também feita com madeira para impedir que o animal passe a cerca. Cabe mencionar que essa variante nomeia o conceito buscado na pergunta 56 do QSL, também selecionada para este estudo.

Já a unidade lexical *cambão* não está dicionarizada em Bluteau (1712-1728) e em Moraes (1813). É apenas definida por Houaiss (2001) como “peça de madeira com que se prende por correias um ou mais bois a um carro, arado, moinho, engenho ou outro aparelho ou veículo de tração animal [...]” e por Ferreira (2004) como “pedaço de pau que se dependura ao pescoço da rês bravia para impedi-la de correr”.

Nota-se que, assim como o registro da variante *canga*, Houaiss (2001) documenta a unidade lexical *cambão* como forma para nomear o objeto de madeira que é utilizado para unir o animal ao carro de bois, o que não ocorre em Ferreira (2004), que apresenta o sema “impedir de correr”; logo, essa acepção aproxima-se da usada pelos informantes do Projeto ALiB, uma vez que o dicionarista não especifica se é para impedir o animal de correr ou para não atravessar a cerca.

Gancho, por seu turno, designa, segundo Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813), ferro curvo, a mesma acepção apresentada por Ferreira (2004), que define essa variante como “peça recurva, de metal ou de outra substância resistente, usada para suspender quaisquer pesos”. Já em Houaiss (2001), entre outras acepções, essa variante é marcada como um regionalismo de Portugal na acepção de “ancinho ou forquilha para remexer ou estender estrume”. Nota-se que a acepção apresentada por Houaiss (2001) para *gancho* aproxima-se da apresentada nos dicionários Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813) para *forquilha*: nomeia certo instrumento utilizado nas atividades ligadas ao campo.

A unidade lexical *coleira*, por sua vez, é definida tanto nos dicionários antigos - Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813) como nas obras contemporâneas - Houaiss (2001) e Ferreira (2004) - com a acepção de arma defensiva utilizada no pescoço dos animais. Pelo exposto, nota-se que em *coleira* foi mantida a mesma acepção em todas as obras consultadas. É provável que o uso dessa variante para nomear o referente em questão tenha sido motivado pela associação ao sema “pescoço dos animais”, considerando-se que muitos informantes do ALiB desconhecem o referente em causa e o uso de coleira no pescoço dos animais domésticos pode ter sido, para o informante, a única alternativa de resposta.

O item lexical *cabresto* é definida por Bluteau (1712-1728) como “corda, cõ que se prende a beſta na eſtrebaria, & que tem lugar de freio” e por Moraes (1813) também como

“corda, com que prende a besta na estrebaria”. Machado (1987) a define como “arreio para a cabeça [...] Séc. XV: ‘por o quall os cavalos dos mouros espantados, quebrando as remdas e os *cabrestos*’”. A mesma acepção é fornecida pelos dicionários contemporâneos, Houaiss (2001) e Ferreira (2004), que registram a acepção “corda utilizada para frear o animal”. O uso da unidade lexical *cabresto* para designar a “armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais para não atravessarem a cerca” deve ter sido motivado pelo sema “frear o animal”; logo, é possível que o informante tenha associado o uso ao fato de impedir o animal de atravessar a cerca.

Também foi analisada, neste estudo, a unidade lexical *quaieira*, que não está dicionarizada em nenhuma das obras consultadas. Porém, ao pesquisar, na ferramenta Google, essa unidade lexical, vê-se uma frequência de aproximadamente 520 palavras, como um acessório para cavalos. Sabe-se que no universo rural *quaieira* dá nome à peça a ser colocada no pescoço do animal feita de couro ou de palha que é presa com um canzil de madeira (palha) ou de ferro (couro) com gancho onde é presa a corrente para puxar o arado ou a carroça. É possível que a variante em questão não tenha sido documentada nas obras pesquisadas por se tratar de um termo mais técnico, voltado ao universo rural.

Diante do exposto, nota-se que todas as variantes catalogadas como resposta para a pergunta do QSL 54 nomeiam referentes ligados ao universo rural. Porém, apenas *cangalha*, de acordo com os dicionários contemporâneos, nomeia o referente em causa. Já a variante *forquilha* nomeia o instrumento genérico em formato da letra Y que tanto era utilizado para separar a palha do trigo como para impedir que o animal a atravessasse a cerca. O mesmo foi observado com o uso da forma *gancho*, que, de acordo com os lexicógrafos consultados, designa o instrumento também em formato de forquilha. Já o uso dos itens lexicais *cambão*, *coleira*, *quaieira* e *cabresto* está relacionado aos instrumentos utilizados em animais, seja para impedir que eles corram, seja para proteger o pescoço. Cabe mencionar ainda que os termos *gancho* e *coleira*, na vida contemporânea, também podem nomear outros referentes não voltados ao universo rural.

4.1.2 – CANGALHA – QSL/55 – “a armação de madeira que se coloca no lombo do cavalo ou do burro para levar cestos ou cargas”.

4.1.2.1 – Análise geossociolinguística

Assim como a pergunta 54 do QSL, que busca nomeações para “armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais para não atravessarem a cerca”, esta questão também

busca designações para uma armação de madeira, porém aquela “que se coloca no lombo do cavalo ou do burro para levar cestos ou cargas”. Os 108 informantes do Projeto ALiB da região Centro-Oeste mencionaram sete nomeações: *cangalha*, *canga*, *cargueiro*, *arreio*, *tralha do cavalo*, *alforje* e *sela*.

A seguir, apresentamos os Quadros X, XI, XII e XIII, em que se podem visualizar as sete variantes aqui estudadas, segundo a sua distribuição por Estados, cidade e o perfil dos informantes.

QUADRO X – QUESTÃO 55 /QSL – MATO GROSSO /INTERIOR																																
Localidade Variantes	Aripuanã				São Félix [...]				Diamantino				Poxoréu				Vila Bela [...]				Barra do Garças				Cáceres				Alto Araguaia			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes							
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
Cangalha					•		•		•		•	•				•			•	•			•	•				•				
Canga								•					•		•																	
arreio																											•					
NF	•	•	•	•		•				•				•			•	•			•	•			•	•						

QUADRO XI – QUESTÃO 55/QSL – MATO GROSSO DO SUL /INTERIOR																				
Localidade Variante	Coxim				Corumbá				Paranaíba				Nioaque				Ponta Porã			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Cangalha			•	•							•		•							
Cargueiro														•						•
NF	•	•			•	•	•	•	•	•		•				•	•	•		

QUADRO XII – QUESTÃO 55/QL – GOIÁS /INTERIOR																																
Localidade Variante	Porangatu				São Domingos				Aruanã				Formosa				Goiás				Jataí				Catalão				Quirinópolis			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Cangalha			•	•		•	•	•			•	•			•	•	•		•	•			•						•			
Canga																												•				
Tralha do cavalo																					•											
Arreio																											•					
Sela					•																											
NR	•	•								•	•			•	•			•				•		•	•		•		•		•	

QUADRO XIII – QUESTÃO 55/QL – CAPITAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE																								
Localidade variante	Cuiabá/MT								Campo Grande/MS								Goiânia/GO							
	Informantes								Informantes								Informantes							
	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8
Cangalha				•			•	•	•		•												•	
Canga																•				•				
Cargueiro												•												•
Alforje																•								
Arreio	•																							
NR		•	•		•	•				•			•	•	•		•	•	•		•	•		

De acordo com os dados apresentados nos Quadros X, XI, XII e XIII, observa-se que tanto a variante *cangalha*, como *canga*, foram mencionadas também para nomear o referente contemplado pela pergunta 54 do QSL, anteriormente analisada. No Quadro XIV, é possível visualizar as localidades e os informantes que apresentaram a mesma variante para nomear os dois conceitos.

ESTADOS	CIDADES	INFORMANTES	QSL 54	QSL 55
MATO GROSSO	Barra do Garças	3	<i>cangalha</i>	<i>Cangalha</i>
	Alto Araguaia	4	<i>cangalha</i>	<i>Cangalha</i>
	São Félix [...]	4	<i>canga</i>	<i>Canga</i>
	Poxoréu	3	<i>canga</i>	<i>Canga</i>
MATO GROSSO DO SUL	Paranaíba	3	<i>cangalha</i>	<i>Cangalha</i>
	Nioaque	2	<i>cangalha</i>	<i>Cangalha</i>
	Campo Grande	3	<i>cangalha</i>	<i>cangalha</i>
GOIÁS	Porangatu	4	<i>cangalha</i>	<i>cangalha</i>
	Quirinópolis	3	<i>cangalha</i>	<i>cangalha</i>
	Quirinópolis	1	<i>canga</i>	<i>canga</i>

Quadro XIV – Distribuição das unidades lexicais *canga* e *cangalha* para nomear os conceitos expressos nas perguntas 54 e 55 do QSL/ALiB.

É possível que o uso do mesmo item lexical para nomear dois conceitos distintos resulte da falta de contato com os referentes descritos nessas perguntas, o que os impedem de diferenciar os objetos.

A seguir, apresentamos o Gráfico III com a indicação do valor percentual alçado pelas sete variantes coletadas neste estudo, no conjunto das localidades da região Centro-Oeste.

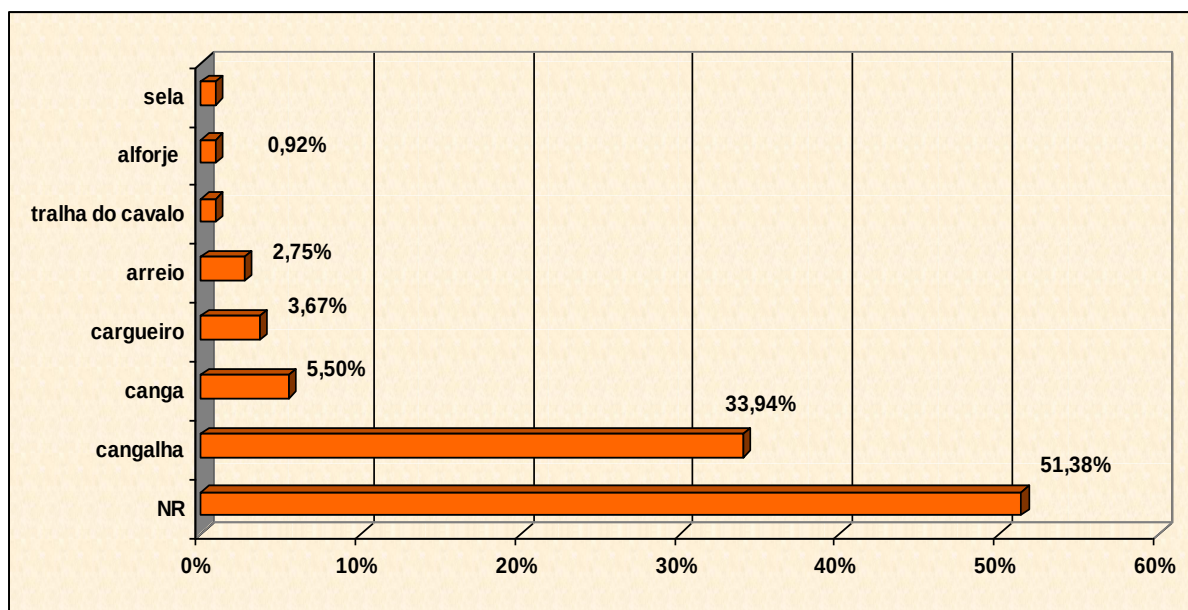


Gráfico III – Produtividade respostas para a questão 55/QL na região Centro-Oeste.

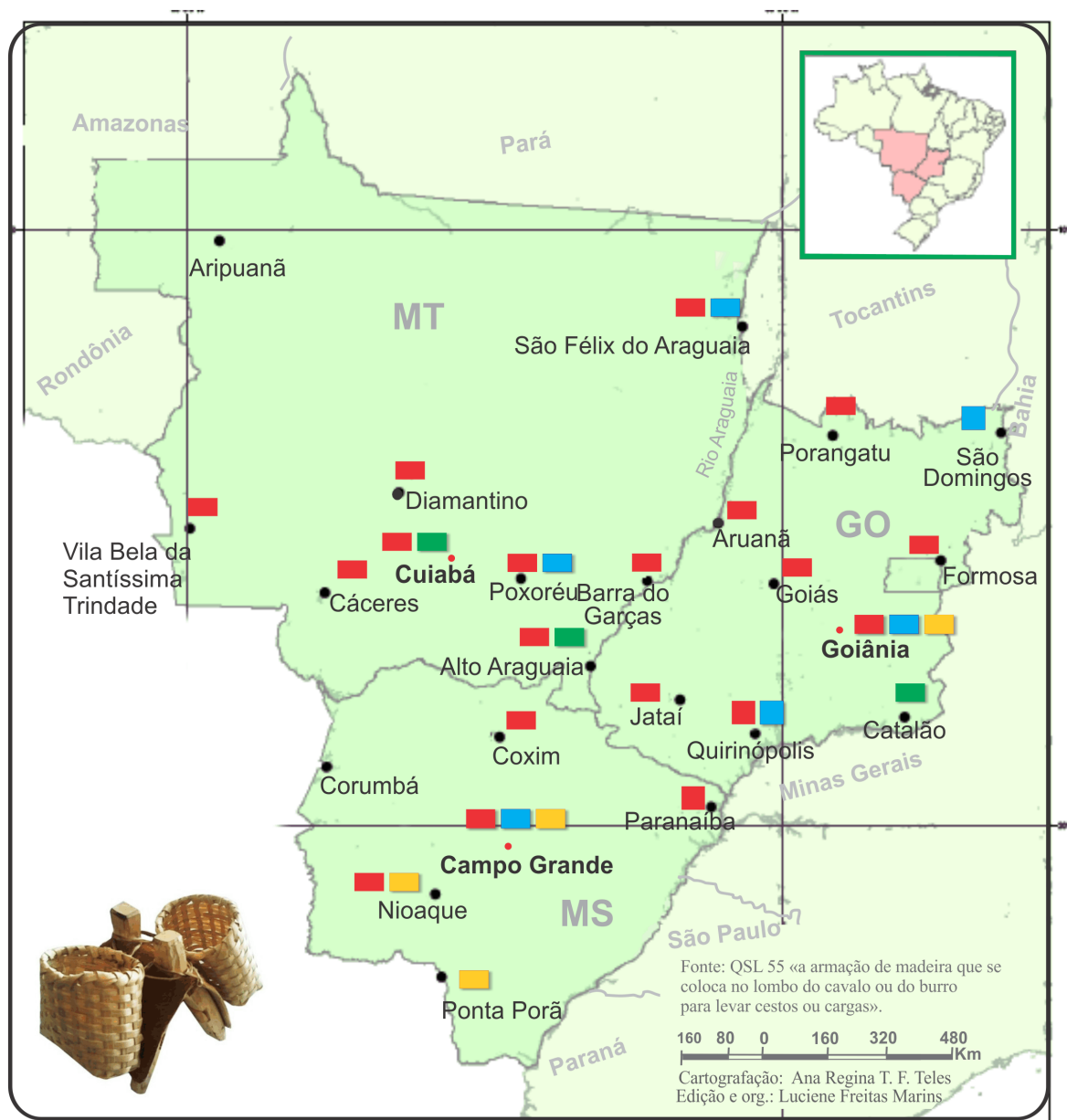
Conforme o visualizado no Gráfico III, observa-se que mais da metade dos entrevistados não soube responder a pergunta 55. A variante *cangalha* foi a mais produtiva, com 33,94%, seguida de *canga*, *cargueiro* e *arreio*. Já as variantes que nomeiam outros referentes: *tralha do cavalo*, *alforje* e *sela* tiveram ocorrência única, como registrado no Quadro XV. Na sequência, a Carta 02.a contém o mapeamento dos dados aqui estudados.

ITEM LEXICAL	LOCALIDADE	ESTADO
Tralha do cavalo	Jataí	Mato Grosso
Alforje	Campo Grande	Mato Grosso do Sul
Sela	São Domingos	Goiás

Quadro XV- Ocorrências únicas para nomear o conceito expresso na pergunta 55 do QSL/ALiB.

CARTA 02a: CANGALHA

Respostas à questão 55/QSL - Região Centro-Oeste



■ cangalha

■ canga

■ cargueiro

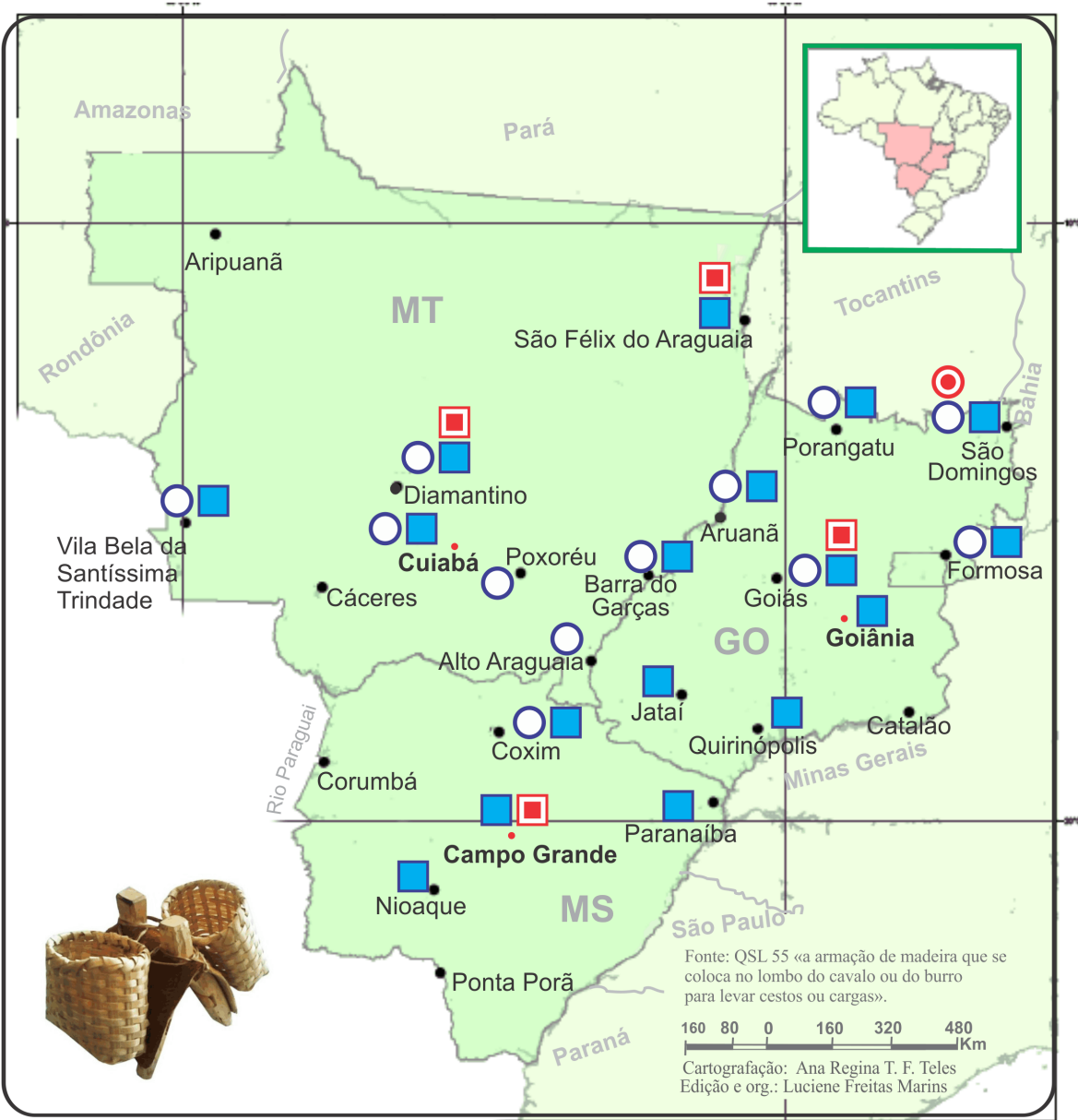
■ arreio

A variante *cangalha*, no conjunto geral dos dados, obteve o maior índice de produtividade na região Centro-Oeste para nomear o conceito em questão. Nota-se, na Carta 02-a, que essa variante foi mencionada em oito das cidades de Mato Grosso, exceto em Aripuanã. Em Mato Grosso do Sul, também *cangalha* foi coletada em quatro pontos da rede, menos em Ponta Porã e em Corumbá. O mesmo foi observado no território goiano, onde variante em questão foi mencionada em sete das cidades pesquisadas, com exceção apenas de Catalão e de São Domingos. Observa-se, portanto, que esse item lexical não foi produtivo nos pontos extremos da região Centro-Oeste, ao norte de Mato Grosso (em Aripuanã) e ao sudoeste do Mato Grosso do Sul (Ponta Porã).

A unidade lexical *canga* também foi documentada nos três Estados da região Centro-Oeste. Em Mato Grosso, foi citada apenas em São Félix do Araguaia e em Poxoréu. Já em Mato Grosso do Sul, houve o registro somente na capital. O mesmo ocorreu em Goiânia e em Quirinópolis. A forma *cargueiro*, por sua vez, foi produtiva apenas na parte centro-sul do Mato Grosso do Sul e na capital goiana, conforme figura a carta 02.a. É possível que a produtividade desse item lexical, que nomeia um objeto de uso comum no meio rural em regiões com comitivas de transporte de gado, tenha sido motivada pela influência de questões econômicas, como, a comercialização do gado. Os itens lexicais *arreio*, *tralha do cavalo*, *alforje* e *sela*, que foram mencionados como resposta para a questão 55/QSL como ocorrências únicas, também são variantes que, embora não nomeiem especificamente o referente em causa, dão nome á outros objetos também ligados ao animal de carga.

Ao considerar o perfil do entrevistado, a Carta 02.b, a seguir, apresenta a distribuição da variante *cangalha*, segundo as dimensões diageracional e diassexual nas cidades da rede de ponto do Projeto ALiB da região Centro-Oeste.

CARTA 02b: CANGALHA (55/QSL)
Variação diageracional e diassexual / Região Centro-Oeste



Item lexical em estudo	PERFIL	
	MULHER	HOMEM
CANGALHA	Jovem Idoso	

Observa-se que a variante *cangalha*, nas cidades do interior da região Centro-Oeste, teve a maioria de seus registros ligados aos informantes da segunda faixa etária. Esse item lexical foi documentado na fala dos jovens apenas no Estado de Mato Grosso em São Félix do Araguaia e em Diamantino e no Estado de Goiás, nas cidades de São Domingos e de Goiás, sendo esses registros com maior índice de ocorrência entre os entrevistados do sexo masculino. Em Mato Grosso do Sul, esse item lexical foi mencionado apenas entre os entrevistados da segunda faixa etária, e somente em Coxim houve a documentação na fala da entrevistada do sexo feminino. Cabe ainda frisar que, no conjunto geral dos dados, a variante *cangalha* também foi mais produtiva entre os informantes da segunda faixa etária, conforme ilustra a carta 02.b.

Enfim, nas capitais *cangalha* foi registrada na fala dos jovens apenas no Estado do Mato Grosso do Sul, o que demonstra a vitalidade desse item lexical típico do universo rural ligado à atividade pastoril na fala dos jovens, fenômeno esse também observado no interior dos Estados de Mato Grosso e Goiás, onde foram apurados dos registros cada, respectivamente em Diamantino, São Félix do Araguaia, cidade de Goiás e São Domingos. Outro dado que salienta o estudo da variante *cangalha* foi a sua alta ocorrência entre os informantes do sexo masculino, conforme ilustra o Gráfico IV a seguir:

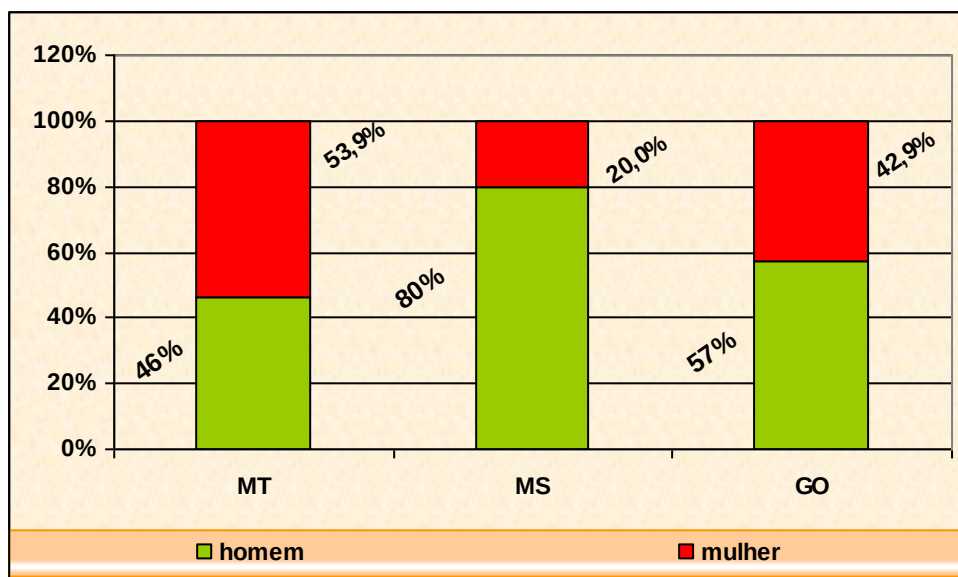


Gráfico IV – Produtividade de *cangalha* nos três Estados da região Centro-Oeste: variação diasssexual.

Observa-se que nos Estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás ocorreu maior registro de *cangalha* entre os informantes do sexo masculino. E, sabendo-se que esses dois Estados

tiveram maior influência econômica e cultural no ciclo da criação e comercialização do gado, é possível depreender que o acervo lexical dominado pelos homens, nesses Estados tenha recebido maior influência dessa atividade econômica, uma vez que nas comitivas eram os homens (peões) que conduziam a boiada de uma cidade a outra, incluindo o grupo que ia à frente da boiada, levando no lombo dos animais as armações de madeira em que se penduravam cestos com alimentos e utensílios necessários para a jornada. No Pantanal a comitiva ainda é um recurso para o transporte de gado e de víveres para a alimentação dos peões, que são transportados no lombo dos cavalos em recipientes (bruaca) pendurados na *cangalha*.

Outro fato que merece destaque é a documentação da unidade lexical *canga* entre os informantes do sexo feminino. Diferentemente de *cangalha*, mais produtiva entre os entrevistados do sexo masculino, *canga* teve maior índice de produtividade entre os idosos do sexo feminino, conforme ilustra o Gráfico V a seguir:

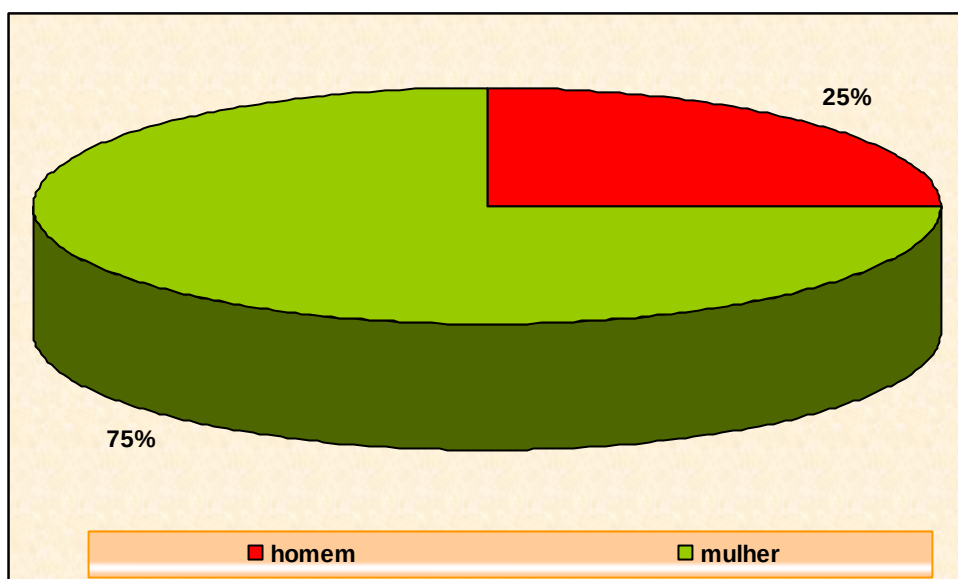


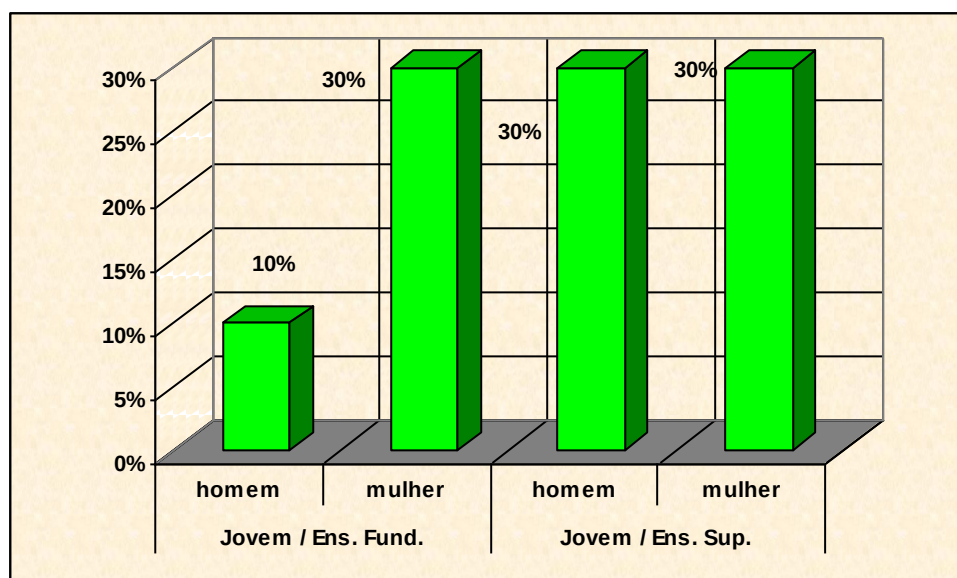
Gráfico V – Produtividade de *canga* na fala de homens e mulheres da região Centro-Oeste.

A unidade lexical *cargueiro* também obteve maior índice de ocorrência entre as informantes do sexo feminino, tendo sido documentada em Mato Grosso do Sul e em Goiás. No Mato Grosso do Sul, foi obtida como resposta em Nioaque, na fala do jovem, e em Ponta Porã e em Campo Grande, na fala da idosa do Ensino Fundamental. Já em Goiás esse item teve ocorrência única (mulher idosa do Ensino Superior). Em se tratando da variante *arreio*, houve duas ocorrências, ambas citadas por jovens (um do sexo masculino e o outro do feminino). O Quadro XVI apresenta as ocorrências únicas, segundo o perfil do informante:

ITEM LEXICAL	LOCALIDADE	INFORMANTE
tralha do cavalo	Jataí	1
alforje	Campo Grande	8
sela	São Domingos	1

Quadro XVI – Ocorrências únicas para a questão 55 do QSL, segundo o perfil do informante.

Observa-se que esses casos de ocorrências únicas aconteceram entre pelos jovens e uma informante idosa de Campo Grande, o que pode apontar para o desconhecimento do referente e, por extensão, do seu respectivo nome, daí o uso de itens locais que nomeiam outros referentes ligados ao universo rural, uma vez que a população citadina normalmente possui pouca ou nenhuma convivência com a armação de madeira que se coloca no lombo do cavalo. É possível que esse também tenha sido um dos motivos que favoreceu o percentual de 51,38% de não respostas nessa questão, de modo geral entre os jovens, sobretudo entre os com Ensino Superior residentes nas capitais. O Gráfico VI visualiza esse índice de abstenção entre os jovens das três capitais da região Centro-Oeste.



O Gráfico VI – Índice de não respostas entre os jovens das três capitais da região Centro-Oeste para a pergunta 55/QSL.

Enfim, o estudo das variantes catalogadas como resposta para a questão 55 do QSL demonstrou que, dependendo do perfil do informante, certos itens lexicais podem ser ou não documentados, como o registro da variante típica do universo rural *cangalha* que alcançou

maior produtividade na fala dos idosos. Já os casos de não respostas foram mais frequentes entre os jovens. Além disso, esse estudo também se mostrou importante, no que diz respeito ao registro das variações na fala do homem e da mulher, revelando que os entrevistados do sexo masculino têm maior familiaridade com a forma específica de nomear o referente em causa.

4.1.2.2 Análise léxico-semântica

Para a análise léxico-semântica, as variantes foram reunidas em três grupos: (i) os itens lexicais que nomeiam a armação de madeira – *cangalha* e *canga* – e os que designam objetos de couro também utilizados como transporte – *alforje*, *sela* e *arreio*; (ii) a expressão que dá nome ao conjunto de objetos para determinado fim – *tralha do cavalo* e (iii) variante que nomeia o animal que leva a cangalha ou a pessoa que guia o animal – *cargueiro*. A Figura XI, a seguir, ilustra o exposto:



Figura XI – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 55/QL, segundo a natureza do referente nomeado.

No topo da Figura XI, situam-se as unidades lexicais que nomeiam o referente expresso na pergunta 55/QL: formas *cangalha* e *canga*. O item lexical *cangalha* também foi documentado como resposta para a pergunta 54/QL e está definida como “armadilha de paos que formão com hua grande larga [...]” (BLUTEAU, 1712-1728) e como “duas canastras de grande páo que se acomoda nos seladouros das bestas pendendo de cada lado das suas cangas. Armação de páo com suadoiros, ou estirões, que assentão no seladouro de cavalos de

carga no Brasil” (MORAIS, 1813). Já Houaiss (2001) atribui à *cangalha*, além da acepção correspondente à questão do QSL 54, de que busca nomeações para “armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais para não atravessarem a cerca”, o sentido de “artefato de madeira ou ferro, ger. acolchoado, que se apõe ao lombo das cavalgaduras para pendurar carga de ambos os lados”. Nota-se que tanto Moraes (1813) como Houaiss (2001) apresentam definições correspondentes ao conceito da pergunta em causa, demonstrando que o item lexical *cangalha* pode ser utilizada tanto para nomear a armação de madeira que se coloca no pescoço dos animais, quanto para designar aquilo que se coloca no lombo do burro ou do cavalo para levar cestos.

O mesmo ocorreu com o registro do item lexical *canga*, que também foi documentado como resposta para a questão do QSL 54. Entre as acepções apresentadas por Bluteau (1712-1728), situa-se a seguinte: “páo, com que os homens de ganhar levão nos hombros as cargas”. Moraes (1813), por seu turno, registra a acepção “duas como canastras de grande de páo, que se accomodão no seledouro das bestas, pendendo de cada lado [...], para certas cargas. Armação de páo com suadoiros de cavallos de carga no Brasil [...]”. Já os dicionários contemporâneos não apresentaram definições que correspondessem aos semas propostos. Observa-se que, de acordo com a definição apresentada por Bluteau (1712-1728), essa armação de madeira é carregada no ombro dos homens, ao passo, segundo o conceito apresentado pela pergunta, esse instrumento é colocado no lombo do animal quadrúpede. Todavia, a função do objeto nomeado é a mesma: transportar cargas ou cestos. Cabe destacar ainda a possibilidade de, ao longo dos séculos, o item lexical *canga* tem passado a nomear outro referente, conforme o registro nos dicionários contemporâneos, porém conservado a acepção relativa ao universo rural.

Também foram documentadas as unidades léxicas *alforje*, *sela* e *arreio* que, de acordo com as obras lexicográficas consultadas, não nomeiam instrumentos feitos de madeira, mas de couro. A primeira também foi documentada para nomear o conceito contemplado da questão 58 do QSL, que busca designações para os “objetos de couro, com tampa, para levar farinha, no lombo do cavalo ou do burro”.

O mesmo ocorre com a unidade lexical *sela* que, de acordo com os lexicógrafos pesquisados, designa uma peça feita de couro que se prende ao arreio, no lombo do animal de montaria, para o cavaleiro sentar. É possível que a motivação do uso desse item lexical tenha sido motivado pelo sema “[que se] coloca no lombo do cavalo”; que provocou a associação com o objeto de couro que se coloca no lombo do animal para o cavaleiro montar. O mesmo pode ter ocorrido com *arreio* que dá nome, entre outros, ao conjunto de peças ou apetrechos

postos sobre o cavalo e necessários para o trabalho com os animais de cargas. Novamente, é provável que também nesse caso tenha ocorrido um processo associativo entre o instrumento que se coloca no lombo do burro para levar cargas com as ferramentas que servem para equipar o cavalo para o trabalho de carga.

Nesse mesmo sentido, pode ter ocorrido o registro da expressão *tralha do cavalo*, uma vez que *tralha* corresponde ao conjunto de objetos usada da um dado fim, por exemplo, tralha de pesca, tralha de pedreiro, tralha de cozinha, tralha de montaria, dentre outros. (HOUAISS, 2001; FERREIRA, 2004; AULETE (2006). Observa-se, que a variante *tralha* pode nomear também *tralha de montaria*, daí a expressão *tralha do cavalo*.

Diante do exposto, observou-se que os informantes tiveram dificuldades em nomear esse referente tipicamente rural e, por isso, apresentaram respostas variadas motivadas um processo associativo com algum referente ligado a animais de carga. Também notou-se que, no conjunto de dados catalogados para nomear a questão 55 do QSL, os termos *cangalha* e *canga* foram os únicos que, de acordo com os dicionários dos séculos XVIII e XIX, nomeiam especificamente “a armação de madeira que se coloca no lombo do cavalo ou do burro para levar cestos ou cargas”. Já de acordo com as definições fornecidas pelas obras contemporâneas, *canga* também pode nomear o referente em causa. Logo, forma lexical *canga* adquiriu outro sentido e, por conseguinte, passou a dar nome também à armação de madeira que une o animal ao carro de boi ou arado. Já as unidades lexicais *alforje*, *sela* e *arreio* não estão definidas nessa acepção em nenhuma das obras consultadas, pois dão nomes aos instrumentos feito de couro que podem ser utilizados como transporte: seja para levar o cavaleiro montado, como é caso da *sela* ou do *arreio*, seja para guardar alimentos ou objetos, como o *alforje*.

Enfim, o estudo dessa questão foi importante, à medida que demonstra a manutenção de determinadas unidades léxicas ligadas especificamente ao universo rural no acervo lexical da minoria de falantes urbanos.

4.1.3 – CANGA – QSL/56 – “peça de madeira que vai no pescoço do boi, para puxar o carro ou o arado”.

4.1.3.1 – Análise geossolinguística

O levantamento das respostas obtidas para essa questão, na região Centro-Oeste, resultou em oito itens lexicais: *canga*, *juvu*, *cambão*, *quaieira*, *cabeçalho*, *alforje*, *forquilha* e

cangalha. Dentre esses itens lexicais, a maioria nomeia outros referentes voltados ao universo rural, sendo provável que os informantes os tenham mencionado por desconhecimento do referente em causa. Cabe frisar ainda que essa questão busca nomes para um referente de uso específico no universo rural para as atividades em que se usa carro de boi ou arado. Os Quadro XVII, XVIII, XIX e XX, a seguir, visualizam os dados aqui catalogados, segundo a localidade e o perfil dos informantes.

QUADRO XVII – QUESTÃO 56/QL – MATO GROSSO /INTERIOR																																
Localidade Variantes	Aripuanã				São Félix [...]				Diamantino				Poxoréu				Vila Bela [...]				Barra do Garças				Cáceres				Alto Araguaia			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
Canga	•						•	•	•		•		•	•			•			•	•			•	•	•	•			•		
Juvu																																
Cambão																																
NR		•	•	•	•	•					•			•			•	•			•	•			•					•	•	

QUADRO XVIII – QUESTÃO 56/QL – MATO GROSSO DO SUL /INTERIOR																				
Localidade Variante	Coxim				Corumbá				Paranaíba				Nioaque				Ponta Porã			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Canga			•	•		•	•		•		•	•			•	•			•	•
NR	•	•			•			•		•			•	•			•	•		

QUADRO XIX – QUESTÃO 56/QL – GOIÁS /INTERIOR																																
Localidade Variante	Porangatu				São Domingos				Aruanã				Formosa				Goiás				Jataí				Catalão				Quirinópolis			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Canga		•	•	•	•		•	•			•		•	•	•		•	•	•	•	•		•	•			•	•			•	•
Forquilha																									•							
NR	•					•				•	•		•					•				•					•		•	•		

QUADRO XX – QUESTÃO 56/QL – CAPITAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE																								
Localidade variante	Cuiabá/MT								Campo Grande/GO								Goiânia/GO							
	Informantes								Informantes								Informantes							
	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8
Canga			•								•	•			•				•				•	•
Alforje																•								
Cabeçalho																							•	
Cangalha				•																				
Quaieira									•															
NR	•	•			•	•	•	•		•			•	•			•	•		•	•	•	•	

Considerando os resultados apresentados nos quadros anteriores, o Gráfico VII, na sequência, apresenta os dados percentuais de ocorrência das unidades lexicais obtidas como resposta para a pergunta 56 do QSL.

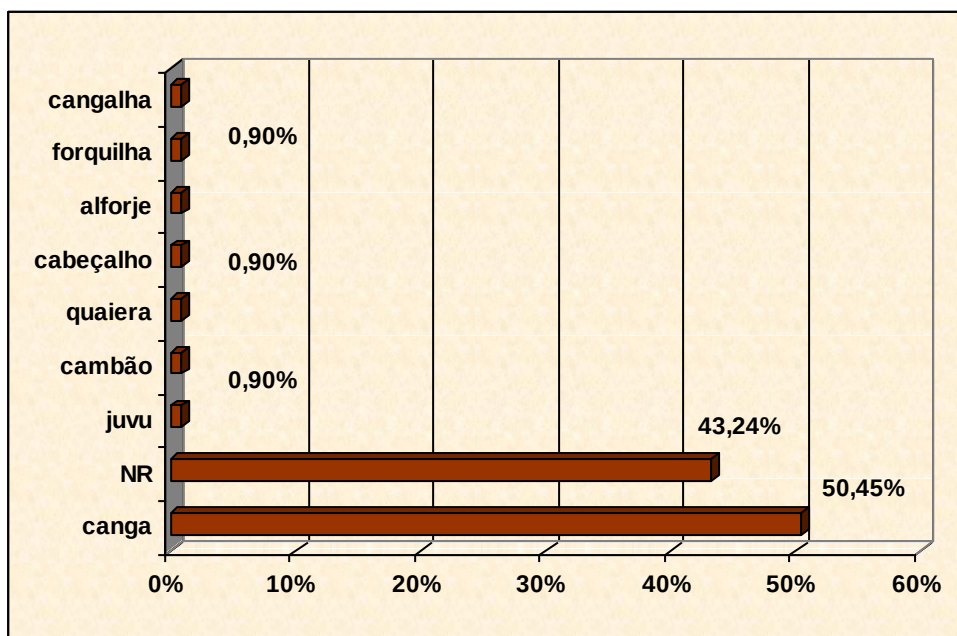
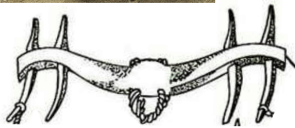
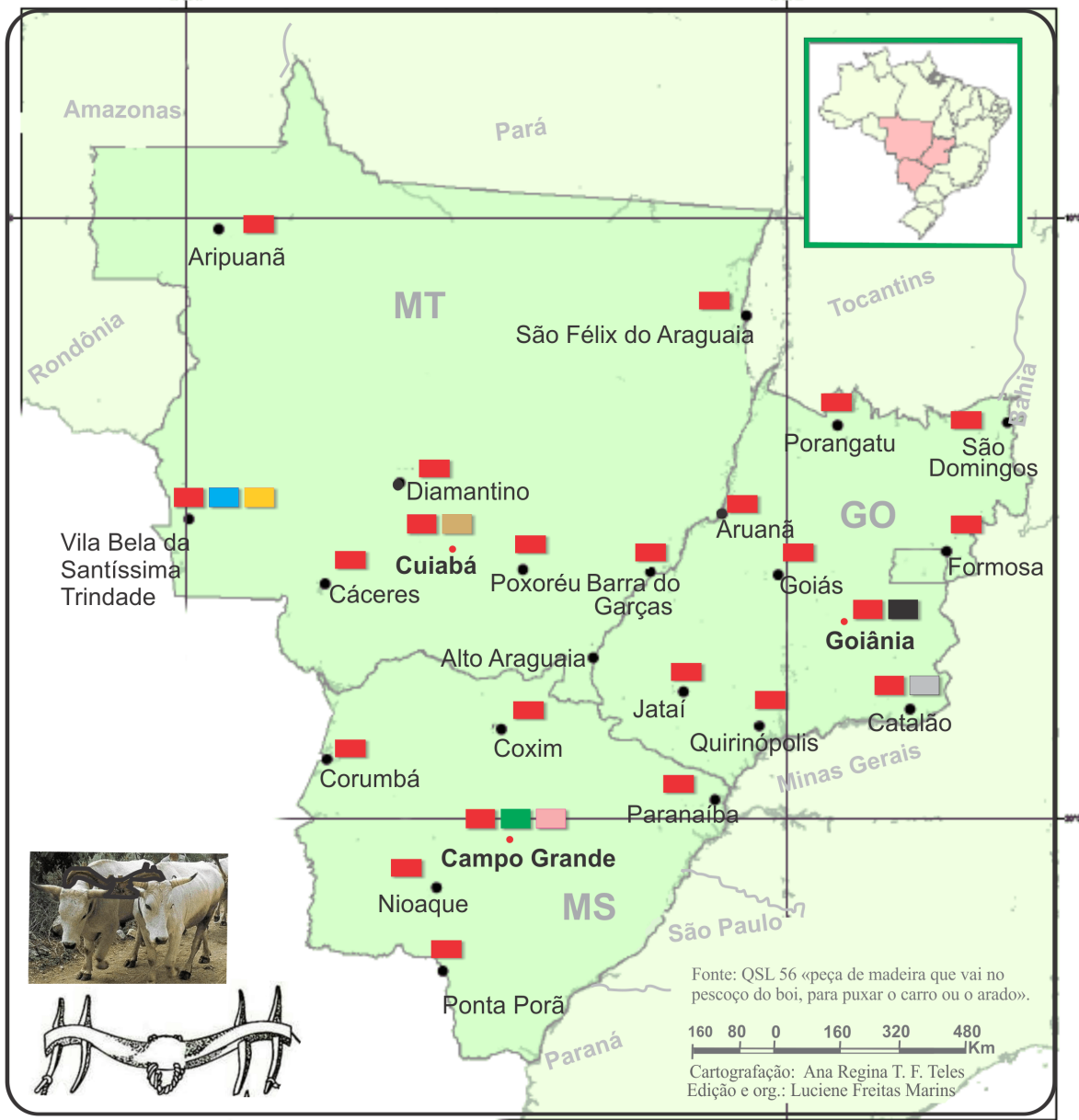


Gráfico VII – Produtividade das respostas para a pergunta 56/QSL na região Centro-Oeste.

Observando-se os dados do Gráfico VII, nota-se que a unidades lexicais *canga* configurou-se como o único item lexical usual na fala dos habitantes da região Centro-Oeste para nomear o referente buscado. Os demais (*juvu*, *cambão*, *quaiera*, *cabeçalho*, *forquilha* e *alforje*) tiveram ocorrências únicas, logo, podem pertencer uma norma lexical específica do falante, seja por desconhecer o referente, seja por não saber o nome comum.

Considerando-se a variação diatópica de *canga* e dos demais itens de ocorrência única, a Carta 03.a fornece a visualização das localidades em que foram documentadas essas formas lexicais.

CARTA 03a: CANGA
Respostas à questão 56/QSL - Região Centro-Oeste



- | | | | |
|-------|----------|-----------|-----------|
| canga | cambão | cabeçalho | forquilha |
| juvu | quaieira | alforje | cangalha |

Conforme se pode observar pelos dados da Carta 03.a, a unidade léxica *canga* foi produtiva em todas as localidades da região Centro-Oeste, o que confirma se tratar que integra a norma lexical dos habitantes do Brasil Central para nomear o referente em causa. Observa-se também que nas cidades do interior dos três Estados, exceto em Vila Bela da Santíssima Trindade e em Catalão, foi documentado apenas o item lexical *canga*.

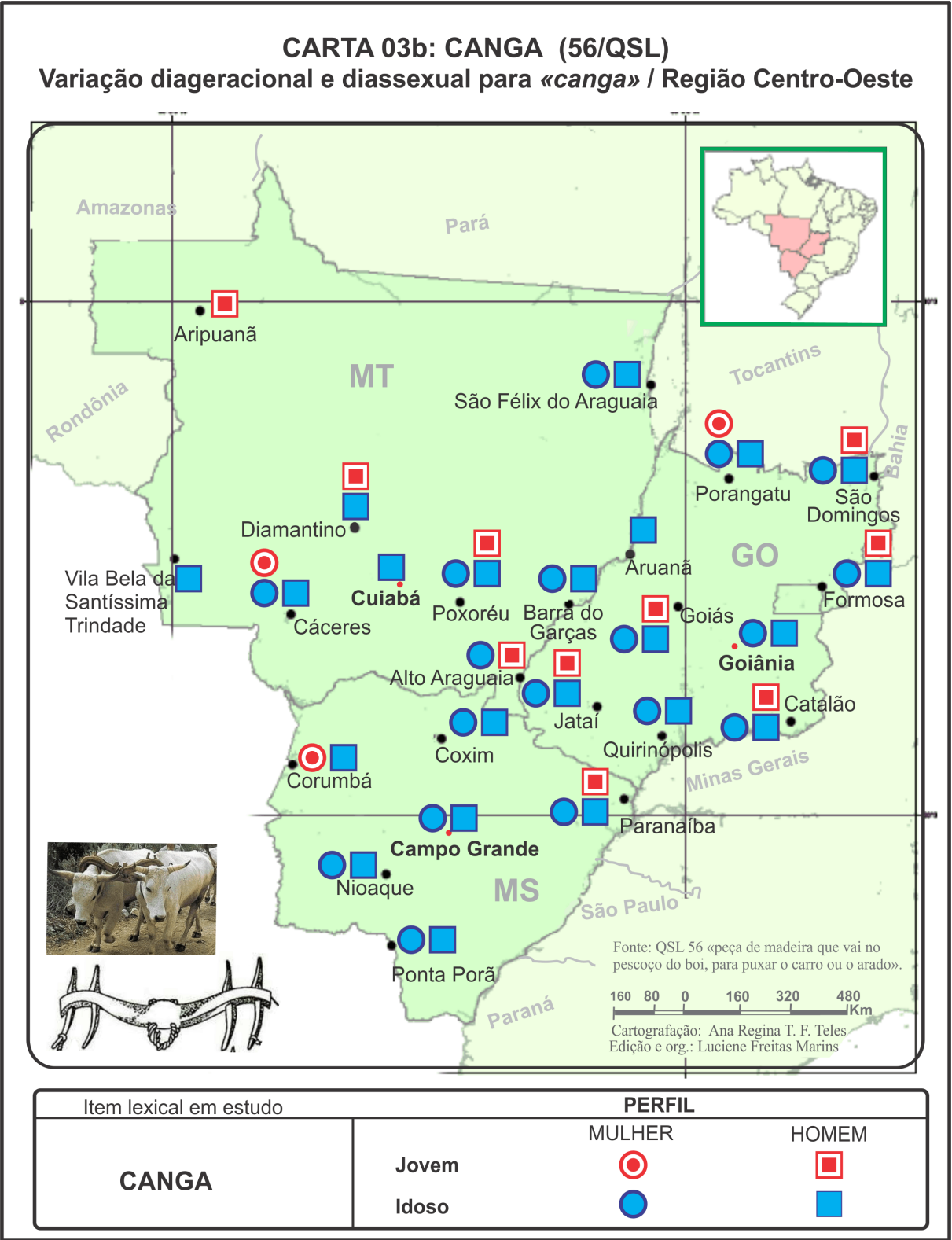
Importante destacar que Vila Bela da SS. Trindade foi a primeira capital do Mato Grosso, cidade que ainda conserva marcas socioculturais do período colonial. Essa cidade começou a ser povoada em 1752, quando se descobriu ouro na região. Temendo a invasão dos espanhóis, foi criada pela Coroa Portuguesa a Capitania de Mato Grosso e Vila Bela passa a ser a capital dessa Capitania. Todavia, em virtude, da grande distância, do alto registro de doenças e da dificuldade de serem estabelecidas rotas comerciais, a capital de Mato Grosso teve que ser transferida para Cuiabá (atual capital), em 1835. Na verdade, ainda restam, nessa cidade, alguns descendentes de comerciantes e escravos que ali viveram na época colonial.

E essas marcas históricas e sociais da formação de Vila Bela da SS. Trindade estão refletidas no léxico dos seus habitantes até os dias atuais, como é o caso da documentação do africanismo *juvu* nessa cidade. O relato da informante, ao responder essa questão confirma o exposto: *aqui na língua dos escravos a gente falava juvu ou cambão*. Ela acrescenta ainda que seus pais falavam a língua africana e que sua avó era escrava vinda da Bahia pelo rio⁴¹, utilizavam muito o termo *juvu*. A entrevistada ainda acrescenta que em Vila Bela da SS. Trindade não se fala só português e/ou espanhol, pois, segundo ela, ali há uma mistura entre português, espanhol e a língua dos escravos.

Retomando a questão da documentação diatópica das variantes catalogadas como resposta para questão 56/QSL, observou-se que, até mesmo nas capitais, que são áreas mais urbanizadas, a forma *canga* tipicamente rural foi documentada. Isso confirma que, de modo geral, os habitantes da região Centro-Oeste, tanto das pequenas quanto das grandes cidades, conhecem referentes ligados ao carro de boi, ratificando também que a história social de uma localidade pode ser refletida no léxico de seus falantes.

Do ponto de vista diageracional, observou-se que *canga* foi mais produtiva entre jovens das cidades do interior, conforme mostra a Carta 03.b:

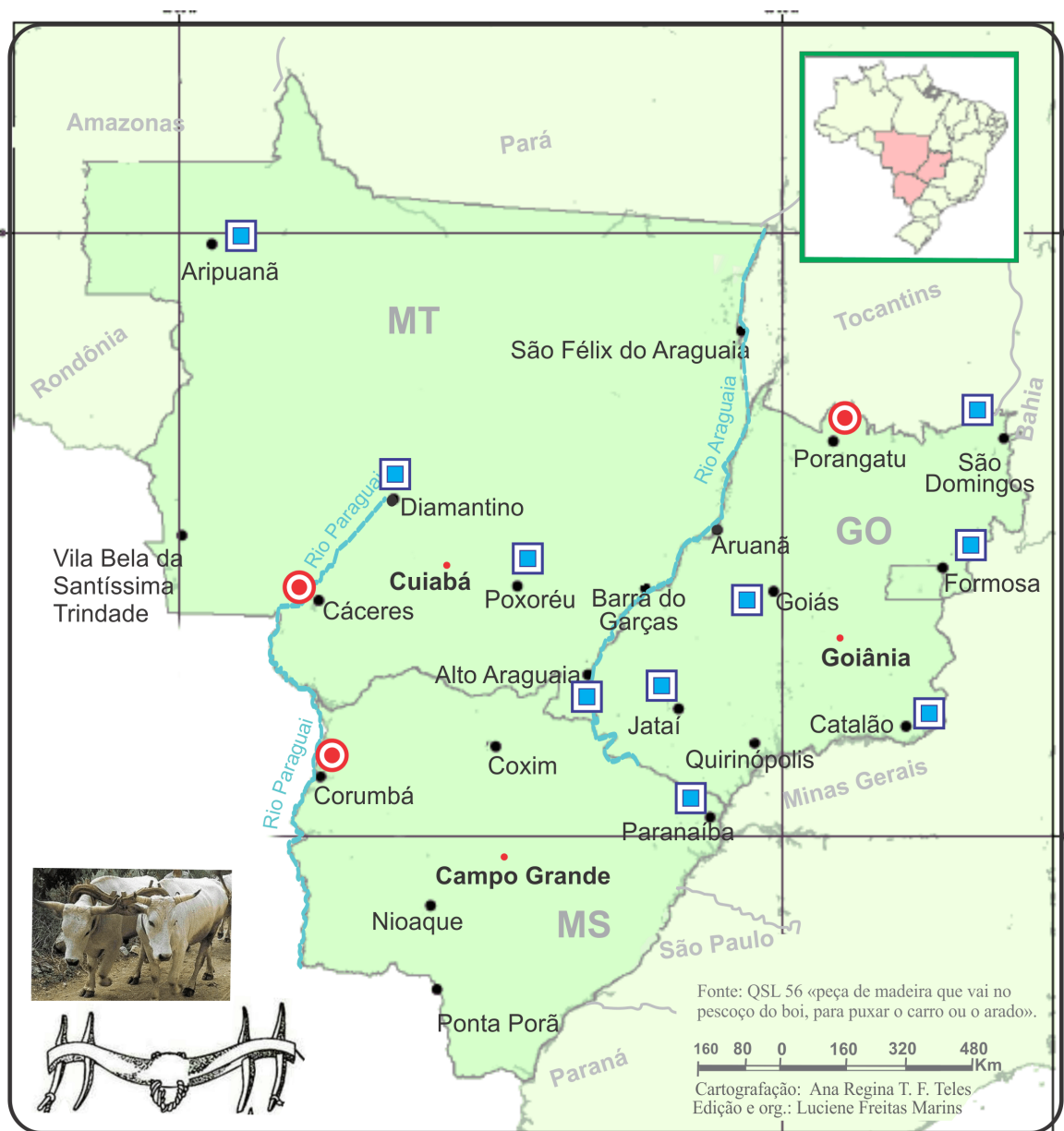
⁴¹ A informante não menciona o nome do rio, mas esse dado confirma a importância dos rios para o processo de povoação na região Centro-Oeste conforme discutido no final do Capítulo I deste estudo.



Nota-se que, nas capitais, não houve registro de *canga* entre os jovens, ao passo que em algumas cidades do interior essa variante foi produtiva, entre os informantes com esse perfil. Em Aripuanã, por exemplo, foi registrado um único caso de documentação de *canga*, mencionada pelos informante da primeira faixa etária é filho de lavrador e que, por isso, teve contato com a peça utilizada para unir o animal ao arado.

Dentre os informantes que mencionaram *canga*, observou-se que esse item foi mais produtivo entre os informantes da sexo masculino da segunda faixa etária, porém dos jovem que mencionaram esse item lexical nota-se uma predominância na fala dos jovens do sexo masculino, dados esses que podem ser visualizados na Carta 03.c, a seguir:

CARTA 03c: CANGA (56/QSL)
Variação diasssexual «canga» / Região Centro-Oeste



Item lexical em estudo	Aspecto diageracional	
	JOVEM	
CANGA	 homem	 mulher

Observa-se que a forma *canga* foi a mais produtiva entre os jovens do sexo masculino, fato compreensível, pois o homem normalmente está mais próximo as situações relacionadas ao universo rural. Também foram registradas com ocorrências únicas os itens lexicais *juvu*, *cambão*, *cangalha*, *quaieira*, *alforje*, *cabeçalho* e *forquilha*, mencionadas por informantes de

perfis distintos. As duas primeiras, pela idosa de baixa escolaridade de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) e a terceira pelo idoso com Ensino Superior de Cuiabá. Já os itens lexicais *quaieira* e *alforje* foram citados, respectivamente, pelo jovem de baixa escolaridade e o segundo pela idosa de alta escolaridade, ambos campo-grandenses. Já os dois últimos itens lexicais – *cabeçalho* e *forquilha* – foram documentados no território goiano, aquele pelo idoso de alta escolaridade e este pelo jovem catalano.

Em síntese, o estudo das designações para o conceito impresso na questão 56 do QSL também possibilitou a identificação de marcas de ruralidade, como o registro de *canga*, *cangalha*, *cambão*, *cabeçalho*, *quaiera* e *alforje*, bem como marcas diageracionais e diassexuais no uso da variante *canga*, mencionada com maior produtividades entre os idosos. Já o uso dessa variante entre os jovens identificou a predominância entre os homens.

4.1.3.2 – Análise léxico-semântica

Para o estudo léxico-semântico das respostas relacionadas à pergunta 56/QSL, foram estabelecidos dois grupos: um que reuniu as variantes que nomeiam o referente em causa – *canga* e *cangalha*, e outro que, por sua vez, foi subdividido em dois subgrupos: o que reúne variantes que nomeiam referentes também associados ao carro de boi ou ao arado – *juvu*, *cabeçalho* e *cambão* – e o que abriga unidades lexicais relacionadas a outros aparatos do mundo rural – *quaieira*, *alforje* e *forquilha*. A Figura XII, a seguir, visualiza o exposto:

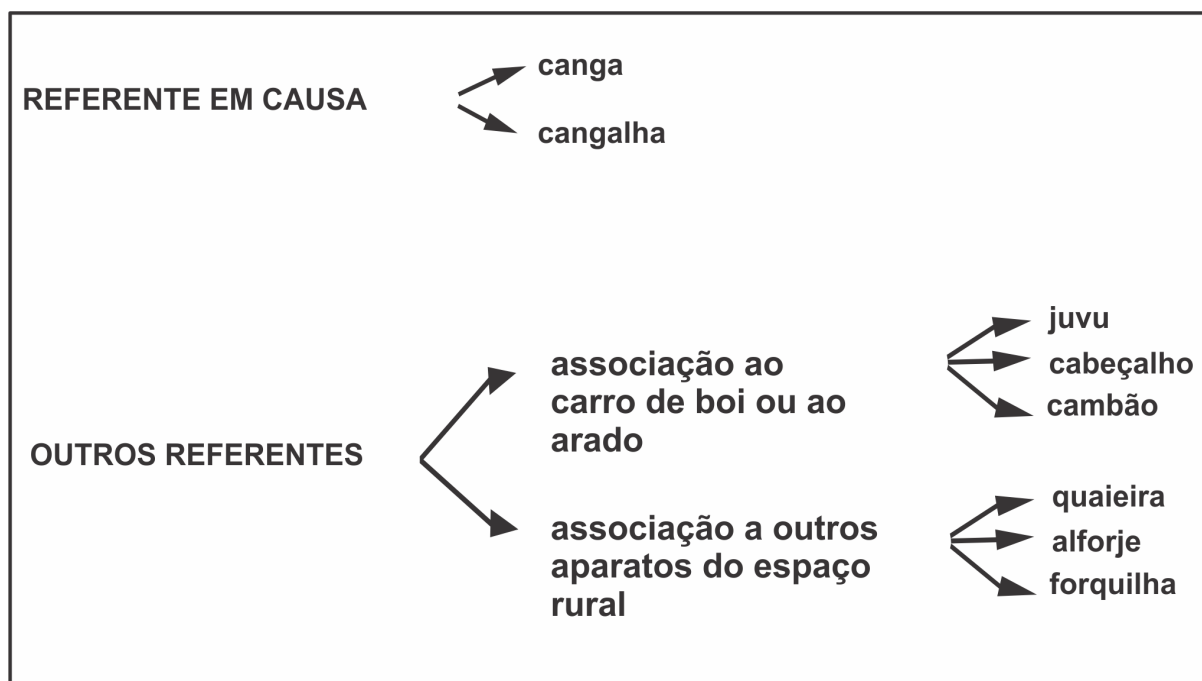


Figura XII – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 56/QSL, segundo a natureza do referente.

A Figura XII apresenta em primeiro lugar a unidade lexical que nomeia o referente *canga*. De acordo com o dicionário Bluteau (1712-1728), essa variante nomeia a peça de madeira que puxa os bois. A mesma acepção encontra-se registrada nas obras contemporâneas. Esse item lexical também aparece em Machado (1987) como “no oriente ‘tabua de suplicio’ não está bem esclarecida a origem deste voc. Parecendo estar no chinês”. Esse dicionarista ainda apresenta a abonação de “Foi preso André por christão e levado ao tronco, onde lhe lançaram uma *canga* ao pescoço, que, [...], são dois paus grossos [...]”. Já Cunha (1996) registra que *canga* é unidade lexical antiga que dá nome, entre outros, à “peça de madeira que se prende os bois pelo pescoço e os liga ao carro ou arado” 1813. Provavelmente do celt. **cambíca* ‘madeira curva’, de *cambus* ‘curvo’”.

Nota-se que o sentido de *canga* não foi alterado, continuando a nomear uma tábua de suplício colocada, antigamente no pescoço de condenados (MACHADO,1987) e, na atualidade, segundo os demais dicionaristas, no pescoço dos animais, passando, assim, a nomear a peça que prende os bois que puxam o arado para a preparação da terra ou que conduzem, mediante orientação, o carro de boi. A título de ilustração apresentamos a Figura XIII⁴² que contém o desenho de diferentes tipos de *cangas*.

⁴² A imagem apresentada, bem como as informações nela contidas, estão disponíveis em: <http://museudocarrodeboi.com.br/historia.php>. Acesso em: 06 dez 2012.

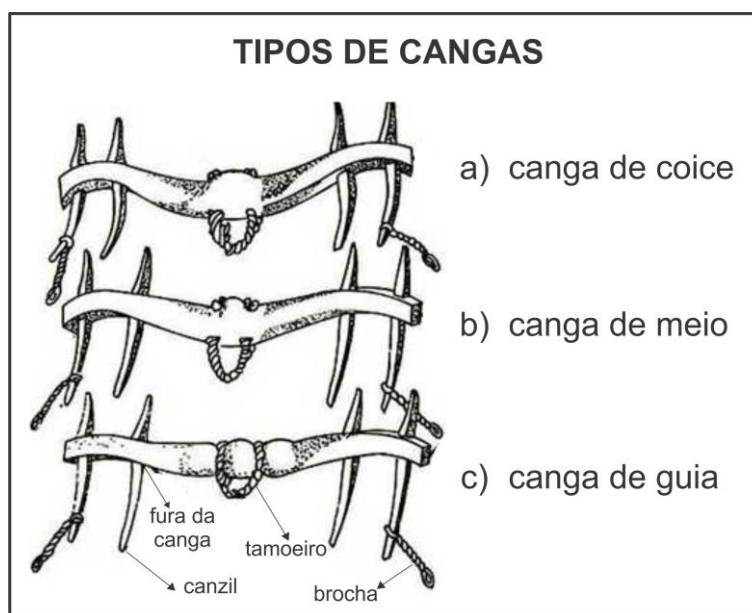


Figura XIII – Tipos de canga do boi

Cabe mencionar ainda que Bluteau (1712-1728) registra no verbete *canga* a seguinte acepção: “[...] a que chamam de cangalhas”, o que evidencia que a variante *cangalha* também pode ser utilizada para nomear o referente em causa, assim como esclarece o informante idoso de Cuiabá.

Neste estudo, também foram catalogadas unidades lexicais que nomeiam outros referentes relacionados ao carro de boi ou arado. O item lexical *juvu*, por exemplo, não está dicionarizado nas obras consultadas, porém, tanto em Houaiss (2001) como em Aulete (2006) consta a expressão *espinho-de-juvu*, que dá nome à árvore de madeira com forte cheiro, por isso também recebe outros nomes como *pau-de-alho*, *pau-de-fedorento*. Logo, é provável que essa forma tenha sido usada por extensão de sentido, em que o nome *juvu*, que dá nome à madeira, passa a nomear a armação feita de madeira. Parece tratar-se de um item lexical de origem africana, conforme atestou a informante idosa de Vila Bela da Santíssima Trindade. Ao consultar a ferramenta Google South África, essa variante aparece com frequência aproximada de 884.000 resultados, nomeando os mais diversos referentes, dentre outras banda de música e canal de rádios, entre outras.

Ocorreram ainda as variantes *cabeçalho* e *cambão*, unidades lexicais que nomeiam peças de madeira também utilizadas no carro de boi para unir a *canga* do animal ao arado. Cabe destacar que a primeira unidade lexical também foi documentada como resposta para a questão 53 do QSL, que busca designações para “as duas partes em que a pessoa segura para

empurrar”, o carrinho de mão, e também para a questão 54 do QSL, que tem como referente “armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais para não atravessarem a cerca”.

As variantes *cabeçalho*⁴³ e *cambão* nomeiam peças de madeira que funcionam como presilhas. A primeira nomeia a ferramenta que une o carro ao pescoço do animal, enquanto a segunda dá nome ao “aparelho com que se unem duas juntas de bois à mesma carroça” (AULETE, 2006). A figura XIV⁴⁴ mostra o objeto utilizado no carro de boi e nomeado por *cambão*.



Figura XIV – Aparato *cambão* utilizado no carro de boi

Esse aparato é inserido na *canga* do boi e quanto mais bois forem colocados na *canga*, mais cambões serão utilizados. Houaiss (2001) define *cambão* como objeto de madeira utilizado para unir o animal ao carro de boi, enquanto Ferreira (2004) atribui-lhe a acepção de “peça de pau que se junta ao cabeçalho do carro puxado por mais de uma junta de bois”. Nota-se, pois, que *cambão* é nome da peça que é colocada na *canga*. Também, nesse caso, a falta de familiaridade com esse referente tipicamente rural pode ter gerado o equívoco quanto ao uso de *cambão*.

As unidades lexicais *quaieira*, *alforje* e *forquilha* também foram documentadas como respostas ligadas ao universo rural. A primeira não está dicionarizada nas obras pesquisadas, apenas foi identificada por meio da ferramenta Google, com baixa frequência, como acessório

⁴³ Análise detalhada desse item lexical foi realizada no exame das respostas obtidas para a pergunta 52/QSL. Na ocasião também foi apresentada uma figura ilustrativa do carro de boi que permite identificar a parte nomeada por *cabeçalho*.

⁴⁴ Essa imagem está disponível em <http://madeiraminhamaneira.blogspot.com/>.

para cavalo. Já *alforje*⁴⁵, que também foi obtido como resposta para as questões 55 e 58 do QSL, de acordo com os dicionários consultados, dá nome à bolsa de couro usada para transportar objetos, portanto uma resposta não válida para a pergunta 56/QSL. O mesmo se pode dizer de *forquilha*, forma mais produtiva para nomear o referente expresso na questão 54 do QSL. Assim, é possível que os informantes tenham atribuído ao referente em causa o nome de *forquilha* por se tratar de aparelho de madeira utilizado no animal.

Enfim, o estudo semântico-lexical das unidades léxicas obtidas como resposta para a pergunta 56/QSL demonstrou desconhecimento, por parte dos falantes urbanos, de um referente tão particular do universo rural ligado ao carro de boi ou arado e, por extensão, dos nomes a ele atribuídos. Observou-se ainda que apenas as unidades léxicas *canga* e *cangalha* apresentam carga semântica que pode ser associada ao referente em causa. Já o registro das demais unidades léxicas (*cabeçalho*, *cambão*, *quaieira*, *alforje* e *forquilha*) ratifica que, para o homem contemporâneo, não há a necessidade de diferenciar esses instrumentos, já que, na maioria dos casos, não fazem parte do seu cotidiano.

4.1.4 – BOLSA/BRUACA – QSL/58 – “objetos de couro, com tampa, para levar farinha, no lombo do cavalo ou do burro”.

4.1.4.1 – Análise geossociolinguística

O levantamento realizado nas 108 entrevistas realizadas com os habitantes da região Centro-Oeste para nomear a questão em análise resultou em dezenove unidades lexicais, que estão mostrados nos Quadros XXI, XXII, XXIII e XXIV. O primeiro apresenta as variantes catalogadas no Estado de Mato Grosso, o segundo, no Mato Grosso do Sul e o terceiro em Goiás, bem como a identificação do perfil do informante que mencionou cada item lexical.

⁴⁵ Outras informações semânticas referentes ao termo *alforje* são apresentadas na análise das respostas fornecidas para a questão 58/QSL que busca resposta para “objetos de couro, com tampa, para levar farinha, no lombo do cavalo ou do burro”.

QUADRO XXI – QUESTÃO 58/ QSL – MATO GROSSO /INTERIOR																																
Localidade variante	Aripuanã				São Félix [...]				Diamantino				Poxoréu				Vila Bela [...]				Barra do Garças				Cáceres				Alto Araguaia			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
Bruaca											•	•			•	•				•			•			•	•			•	•	
Bolsa													•												•							
Surrão																•								•								
Baú/de couro									•										•													
Balaio														•																		
Boroca					•																											
Caçua								•																								
Bornal																									•							
Fuso			•																													
Alforje																										•						
Caixote/de couro						•																										
NF							•																									
NR	•	•		•						•							•	•			•	•					•	•				

QUADRO XXII – QUESTÃO 58/QSL – MATO GROSSO DO SUL /INTERIOR																				
Localidade Variante	Coxim				Corumbá				Paranaíba				Nioaque				Ponta Porã			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Bruaca				•			•								•				•	•
Alforje			•													•				
Surrão							•													
Cangalha			•																	
Baú													•							
Sapicuá					•															
NR	•	•				•		•	•	•	•	•		•			•	•		

QUADRO XXIII – QUESTÃO 58 /QSL – GOIÁS /INTERIOR																																
Localidade Variante	Porangatu				São Domingos				Aruanã				Formosa				Goiás				Jataí				Catalão				Quirinópolis			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Buraca					•	•	•	•				•							•	•												
Bruaca			•	•							•				•								•			•						
Bolsa	•	•								•											•	•			•							
Capanga		•																			•											
Mala		•								•																						
Caixote De couro						•																										
Cofo												•																				
Baú de couro																																
Silhão																•																
NR									•				•	•			•	•			•				•		•		•	•	•	•

QUADRO XXIV – QUESTÃO 58 /QSL – CAPITAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE																								
Localidade Variante	Cuiabá								Campo Grande								Goiânia							
	Informantes								Informantes								Informantes							
	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8
Bruaca			•	•			•	•			•								•				•	
Alforje												•												
Bolsa		•																						
Baú de couro																								•
Baú																						•		
Caixa de couro																								•
Capanga																		•						
NF	•				•	•			•	•			•	•	•	•	•			•	•			

O Gráfico VIII, a seguir, demonstra os percentuais de ocorrência das variantes listadas nos quadros anteriores que evidenciaram maior índice de produtividade.

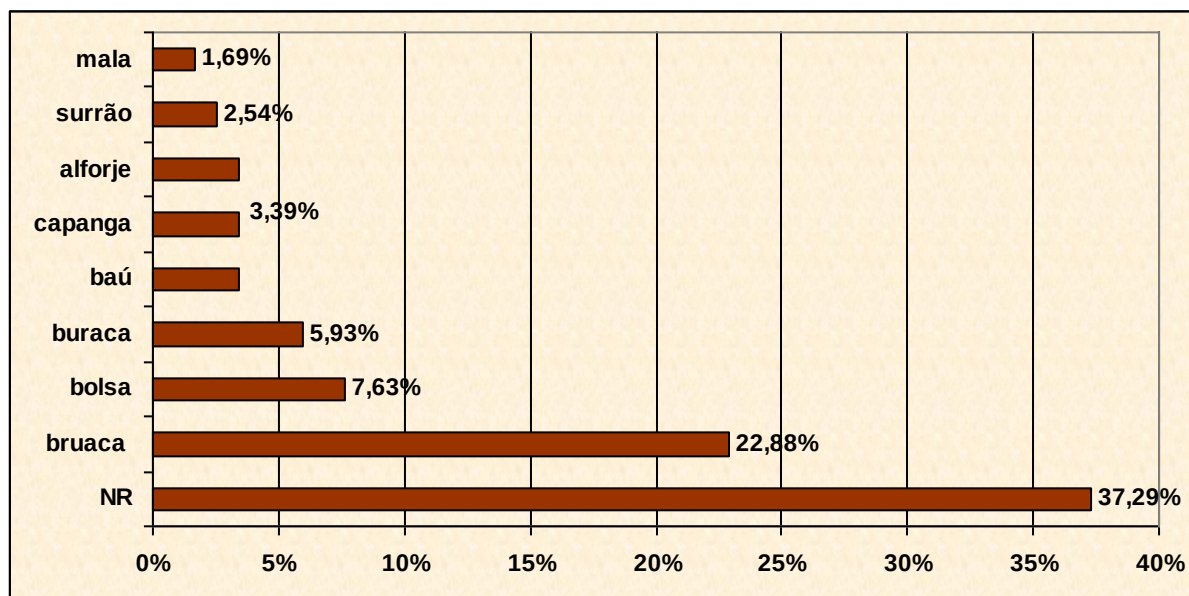
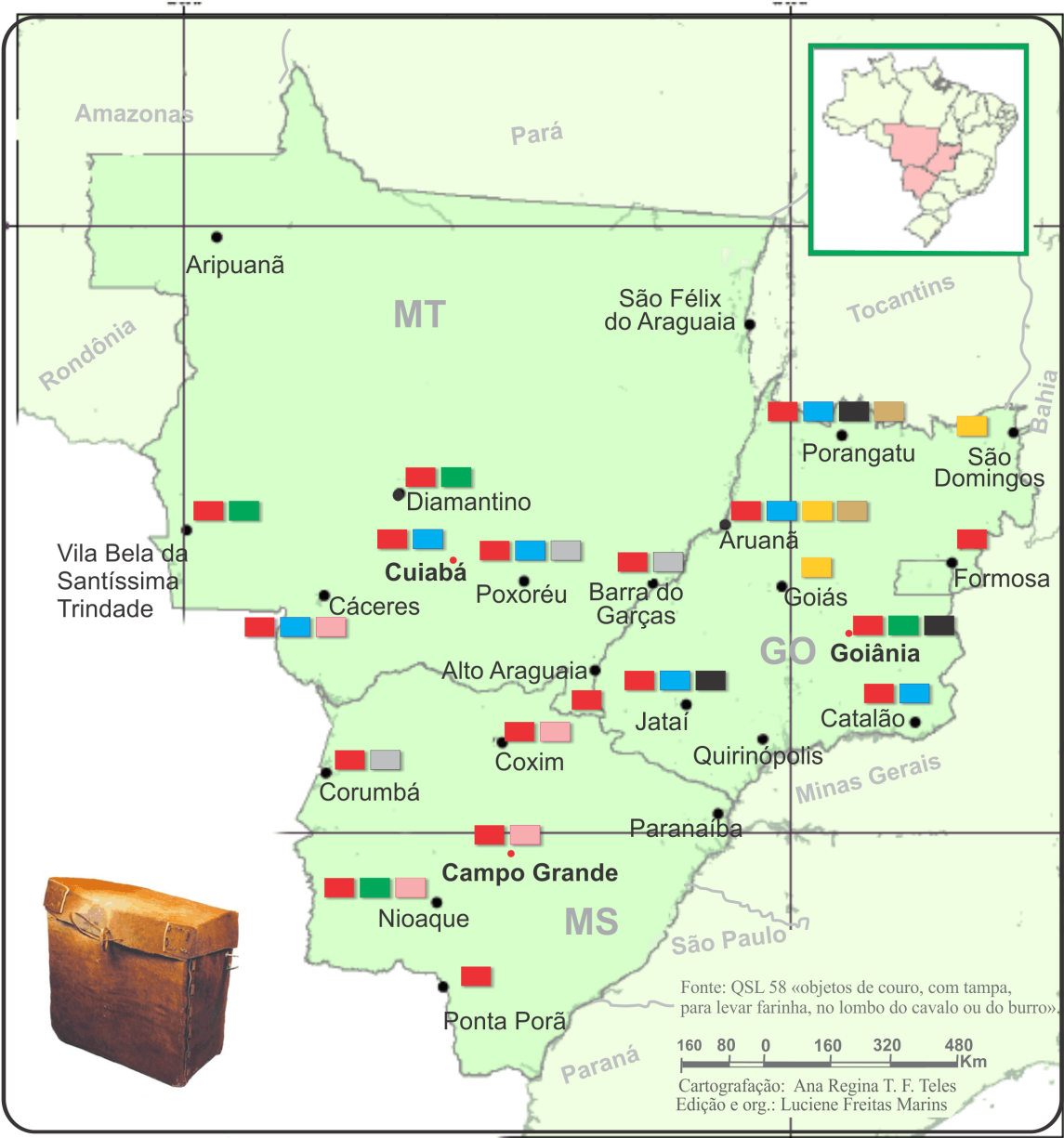


Gráfico VIII – Produtividade das respostas para a pergunta 58/QSL na região Centro-Oeste.

Nota-se, pelos dados do Gráfico VIII, que a unidade léxica *bruaca* foi a mais produtiva no universo investigado, seguida de *bolsa* e de *buraca*. Já os itens lexicais *baú*, *capanga* e *alforje* tiveram o mesmo percentual de ocorrência, enquanto *surrão* e *mala* foram menos produtivas. As demais variantes – *cofo*, *baú de couro*, *caixa de couro*, *caixote de couro*, *balaio*, *boroca*, *caçuá*, *bornal*, *cangalha*, *fuso*, *silhão* e *sapicuá* – que não figuram no Gráfico VIII obtiveram registros únicos, com 0,85% cada.

Já o mapeamento dos dados geolinguísticos permite visualizar a distribuição diatópica dessas variantes, no caso, na Carta 04.a, a seguir, que mostra a distribuição das variantes segundo a localidade em que foi mencionada. Para facilitar a demonstração dos dados, optamos por mapear apenas as oito unidades léxicas mais produtivas, e, portanto, a legenda foi organizada em ordem decrescente em termos de produtividade.

CARTA 04a: BRUACA
Respostas à questão 58/QSL - Região Centro-Oeste



- | | | | |
|--------|--------|---------|--------|
| bruaca | buraca | capanga | surrão |
| bolsa | baú | alforje | mala |

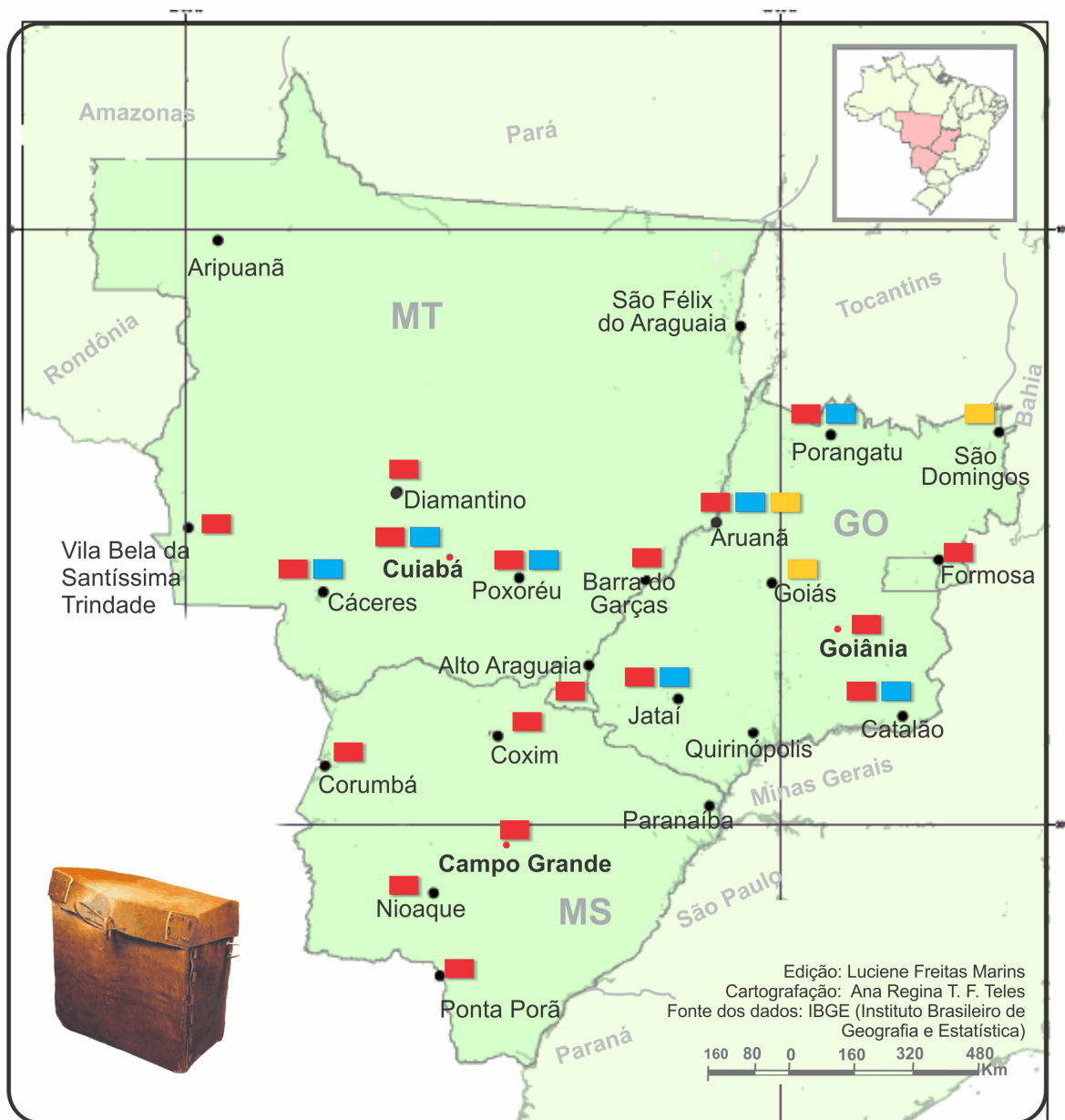
Observa-se que o *bruaca* predominou em quase todas as localidades da região Centro-Oeste, exceto no Estado de Mato Grosso (Aripuanã e São Félix do Araguaia), no Estado de Mato Grosso do Sul (Paranaíba) , e no território goiano (Quirinópolis, cidade de Goiás e São Domingos).

A forma *buraca* mapeada apenas na cidade de Goiás, em Aruanã e em São Domingos, configura-se como um regionalismo do Estado de Goiás. O mesmo ocorreu com o registro da unidade lexical *capanga*, documentada apenas no território goiano, o que do ponto de vista diatópico pode ser justificado ao se considerar que esse termo é de uso comum na fala de garimpeiros e, como se sabe, o território goiano teve seu povoamento inicial motivado pela mineração, já que territorialmente localiza-se próxima ao Estado de Minas Gerais, maior polo da extração de minérios durante o século XVIII. O item lexical *surrão*, por sua vez, foi documentado apenas na região do baixo pantanal (Corumbá/MS) e na parte sudeste do território mato-grossense (Poxoréu e Barra do Garças). Já o uso de *mala* ocorreu apenas noroeste e norte de Goiás (Aruanã e Porangatu). Diferentemente de *baú*, que foi mencionada nos três Estados pesquisados, em pontos diferentes.

Para melhor visualização desses dados, a Carta 04.b, a seguir apresenta o mapeamento de três unidades léxicas mais produtivas na região Centro-Oeste.

CARTA 04b: BRUACA

Respostas à questão 58/QSL - três designações mais produtivas



bruaca

bolsa

buraca

Ainda considerando a dimensão diatópica, a seguir apresentamos, nos Gráficos IX, X e XI, os resultados diatópicos e percentuais obtidos em cada um dos três Estados pesquisados⁴⁶, considerando o registro apenas das unidades léxicas mais produtivas. Posteriormente, são apresentados os Quadros XXV, XXVI, e XXVIII, que trazem a distribuição diatópica das unidades léxicas catalogadas com ocorrência única.

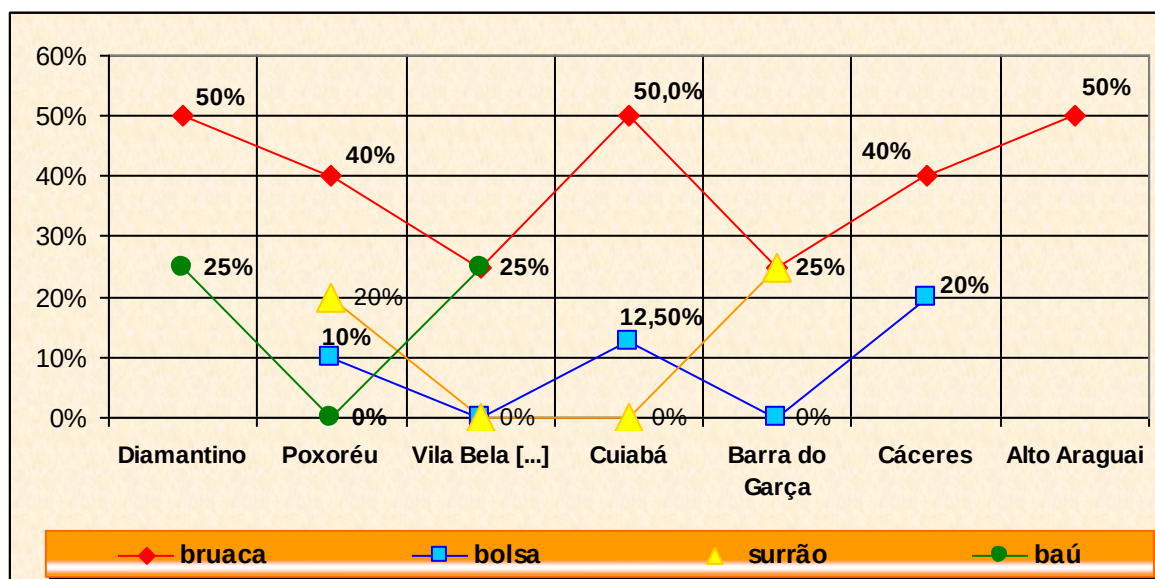


Gráfico IX – Distribuição percentual das unidades léxicas obtidas como resposta para a questão 58/QSL no Estado do Mato Grosso.

Nota-se, que, no território mato-grossense, o item lexical *bruaca* foi o mais produtivo nas sete localidades em que foi documentado, exceto na cidade de Vila Bela, em que atingiu o mesmo resultado do item lexical *baú*. Cabe mencionar ainda que, além dessas quatro variantes que tiveram maior índice de ocorrência no Estado do Mato Grosso, também foram documentados outros itens lexicais, com ocorrência única, como visualiza o Quadro XXV, a seguir:

⁴⁶ Não são apresentados nos gráficos os valores percentuais relativos à ocorrência de não resposta, porém, cabe mencionar que, tanto no Estado do Mato Grosso como em Mato Grosso do Sul, o índice de informantes que não souberam a resposta foi superior aos demais registros (28,26% e 56,67%, respectivamente), enquanto que no Estado de Goiás o percentual registrado foi de 28,26% de não registro.

MATO GROSSO	UNIDADE LEXICAL	LOCALIDADE	PERCENTUAL
	<i>Alforje</i>	Cáceres	20%
	<i>Balaio</i>	Poxoréu	20%
	<i>Bornal</i>	Cáceres	20%
	<i>Boroca</i>	São Félix [...]	25%
	<i>Caçua</i>	São Félix [...]	25%
	<i>caixote de couro</i>	São Félix [...]	20%
	<i>Fuso</i>	Aripuanã	25%

Quadro XXV - Ocorrências únicas no Estado do Mato Grosso para nomear a *mala de couro rústica*

Já no Gráfico X, na sequência, é possível visualizar as variantes que foram mais produtivas nas cidades sul-mato-grossenses:

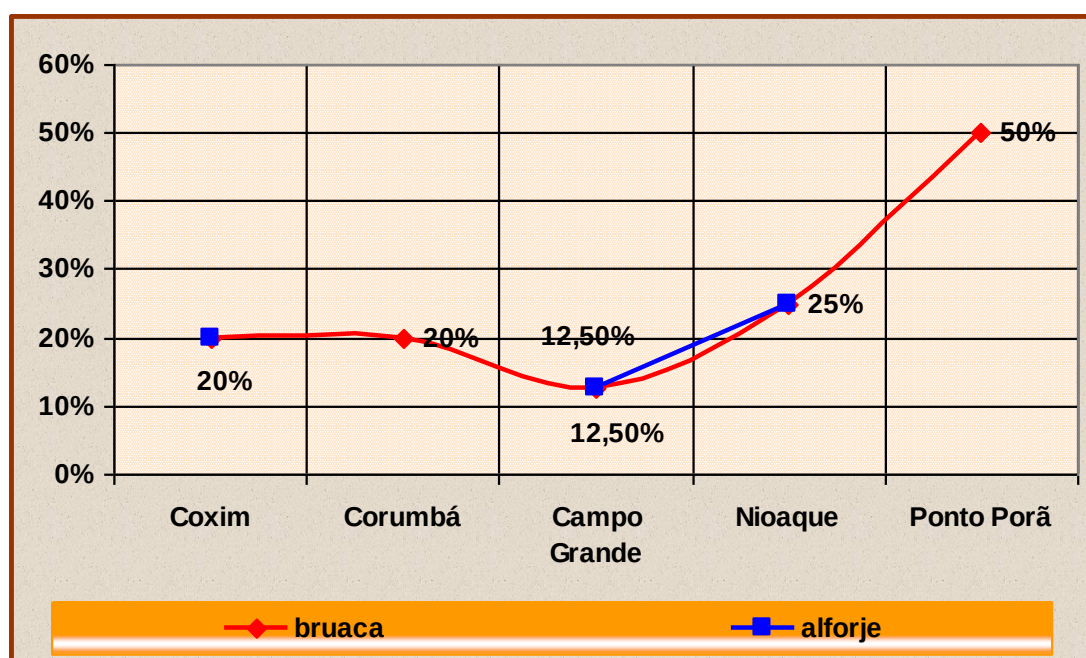


Gráfico X – Distribuição percentual das unidades léxicas *bruaca* e *alforje* no Estado do Mato Grosso do Sul.

Nota-se que, que no Estado do Mato Grosso do Sul, não houve registro de *bruaca* e bem *alforje*, por isso não figura no Gráfico X. A unidade lexical *bruaca*, por sua vez, foi a mais produtiva em Ponta Porã e em Nioaque, obtendo a menor ocorrência na capital, fato justificável já que os habitantes das capitais têm pouco ou nenhum contato com referentes rurais, sobretudo *bruaca*, objeto usado nas comitivas de transporte de gado, ao passo que nas

cidades do interior sul-mato-grossense o contato com o universo rural ainda é mais expressivo. Além dessas unidades léxicas nas cidades, sul-mato-grossenses, foram documentados outros itens léxicos com ocorrência únicas, conforme se visualiza no Quadro XXI a seguir:

MATO GROSSO DO SUL	UNIDADE LEXICAL	LOCALIDADE	PERCENTUAL
	<i>Baú</i>	Nioaque	25%
	<i>Cangalha</i>	Coxim	20%
	<i>Sapicuá</i>	Corumbá	20%
	<i>surão</i>	Corumbá	20%

Quadro XXVI – Ocorrências únicas no Estado do Mato Grosso do Sul para nomear a “mala de couro rústica”

Passamos agora aos resultados obtidos nas cidades do Estado de Goiás que estão visualizados no Gráfico XI.

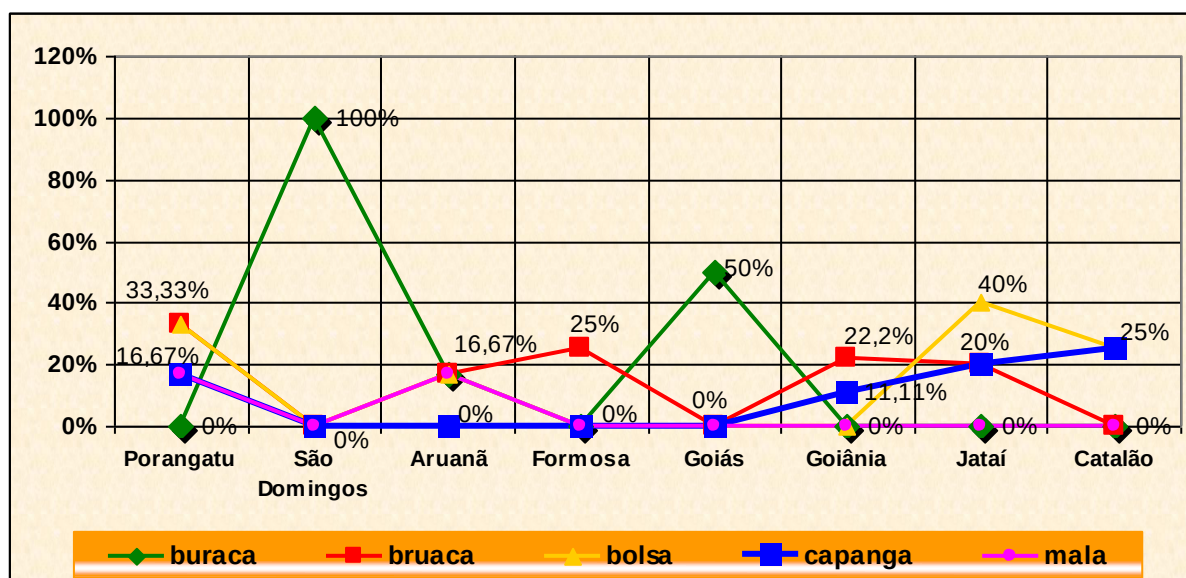


Gráfico XI – Distribuição percentual das unidades léxicas obtidas como resposta para a questão 58/QSL no Estado de Goiás

Nota-se que em Goiás a variante *bruaca*, diferentemente dos demais Estados, não foi a mais produtiva. Já o item lexical *buraca*, que não foi documentado em nenhum outro Estado da Região Centro-Oeste, foi produtivo em São Domingos, em Aruanã e em Goiás. A unidade lexical *capanga*, por sua vez, foi mencionada em Goiânia, Jataí e Catalão. Assim como nos demais Estados, também houve ocorrência única nas cidades goianas, conforme ilustra o Quadro XXVII a seguir:

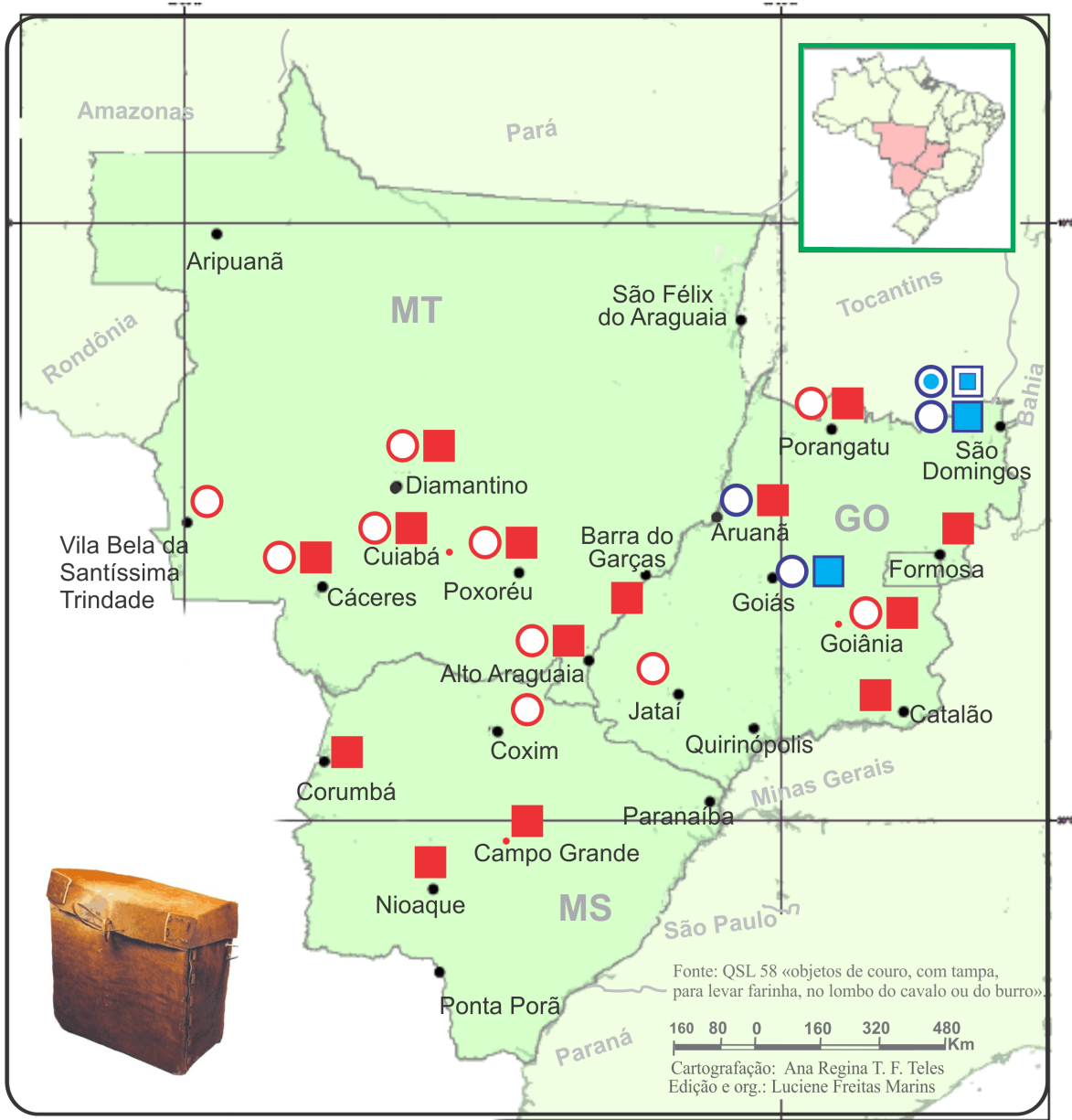
GOIÁS	UNIDADE LEXICAL	LOCALIDADE	PERCENTUAL
	<i>Baú</i>	Goiânia	11,11%
	<i>baú de couro</i>	Goiânia	11,11%
	<i>caixa de couro</i>	Goiânia	11,11%
	<i>Cofo</i>	Aruanã	16,67%
	<i>Silhão</i>	Formosa	25%

Quadro XXVII - Ocorrências únicas no Estado de Goiás para nomear “a mala de couro rústica”

Em suma, os resultados apresentados nos gráficos evidenciaram que a variante *bruaca* teve maior índice de produtividade, sobretudo no em Mato Grosso do Sul apenas em Paranaíba não houve a documentação de *bruaca*. No Estado de Goiás, nota-se que a unidade lexical *buraca* configura-se como um regionalismo, presente na fala de todos os informantes de São Domingos e apenas na dos idosos de Goiás e de Aruanã.

Olhando para os dados na perspectiva da oposição cidade da interior versus capital, esses resultados mostram-se diferentes, uma vez que apenas na capital mato-grossense *bruaca* foi documentada independentemente da variação diasssexual. Já em Goiânia e Campo Grande esse item foi mencionado apenas pelos informantes idosos do sexo masculino. A documentação de *bruaca* entre homens relaciona-se ao tipo de atividade exercida pelo homem do Centro-Oeste, onde predominam as atividades agropastoris. Assim, cabia aos homens, os “chefes do lar”, o exercício de atividades relacionadas ao campo, incluindo, o labor com o gado. Não raro, os habitantes do sexo masculino da região Centro-Oeste participavam de comitivas de gados, enquanto suas esposas e filhos ficavam cuidando de suas moradias. Logo, é natural que os homens tenham mais facilidade para nomear objetos relacionados às atividades agropastoris. A Carta 04.c, a seguir, visualiza os resultados aqui discutidos.

CARTA 04c: BRUACA (58/QSL)
Variação diageracional e diassexual / Região Centro-Oeste



Metátese em estudo		PERFIL	
		MULHER	HOMEM
bruaca			
buraca			
	Jovem		
	Idoso		

Já entre as variantes documentadas, constam algumas que não nomeiam o referente em causa, mas outros objetos que também – em certas atividades – servem para transportar alimentos: *cofo*, *cangalha*, *capanga*, *caçua*, *boroca*, *sapicuá*, *alforje*, *surrão*, *bornal*, *balaio*, *fuso silhão*, conforme o Quadro XXIII, a seguir:

	FAIXA I			FAIXA II	
	LOCALIDADE	INF 1	INF 2	INF 3	INF 4
MT	Aripuanã	–	–	fuso	–
	São Félix [...]	boroca	–	–	caçua
	Poxoréu	–	balaio	–	surrão
	Barra do Garças	–	–	–	surrão
	Cáceres	bornal	alforje	–	–
MS	Coxim	–	–	alforje, cangalha	–
	Corumbá	sapicuá	–	Surrão	–
	Nioaque	–	–	–	alforje
	Campo Grande	alforje	–	–	–
GO	Porangatu	–	capanga	–	–
	Aruanã	–	–	–	cofo
	Formosa	–	–	–	silhão
	Jataí	–	capanga	–	–
	Catalão	–	capanga	–	–
	Goiânia	–	capanga	–	–

Quadro XXVIII – Unidades léxicas ligadas a outras atividades do mundo rural, na região Centro-Oeste, segundo a faixa etária e o sexo.

Nota-se pelos dados do Quadro XXIII que a variável diassexual, para os itens *capanga* e *balaio*, demonstraram-se significativos, pois foram fornecidos apenas pelas informantes do sexo feminino da primeira faixa etária, enquanto as unidades léxicas *boroca*, *bornal*, *sapicuá* e *capanga* foram produtivas apenas entre os jovens. Já *fuso*, *caçua*, *surrão*, *cofo*, *silhão*, *cangalha* foram citadas apenas pelos idosos. O item *alforje* foi o único mencionado tanto na fala dos jovens quanto na dos idosos, conforme se visualiza no Quadro XXIX que reúne as variantes segundo a faixa etária dos falantes, além de relacioná-las às atividades a que os referentes por elas nomeados estão vinculados:

ATIVIDADES RURAIS	1º FAIXA ETÁRIA	2º FAIXA ETÁRIA
Pesca	—	cofo
Garimpo	capanga, boroca	—
Boiadeiros	—	cangalha, caçuá
viajantes	sapicuá, alforje	alforje, silhão
lida no campo	bornal, balio,	surrão,

Quadro XXIX – Unidades léxicas que nomeiam referentes ligados universo rural, segunda faixa etária.

A variante *cofo* foi mencionada apenas em Aruanã, cidade que fica às margens do rio Araguaia e em que o exercício da pesca é uma atividade comum entre os moradores da cidade. Já as variantes *capanga* e *boroca* foram citadas nos dois Estado da região Centro-Oeste em que o início do processo de povoação foi motivado pela mineração: Goiás e Mato Grosso. A primeira variante foi fornecida pelas jovens de Porangatu, de Jataí, de Catalão e de Goiânia, o que evidencia o uso comum dessa variante nessa localidade, sobretudo entre as mulheres. Já *boroca* foi citada apenas pelo jovem de São Félix do Araguaia/MT. Nota-se que, na falta do conhecimento específico do referente em causa, os jovens valem-se do seu conhecimento de mundo, para responder a pergunta formulada pelo inquiridor.

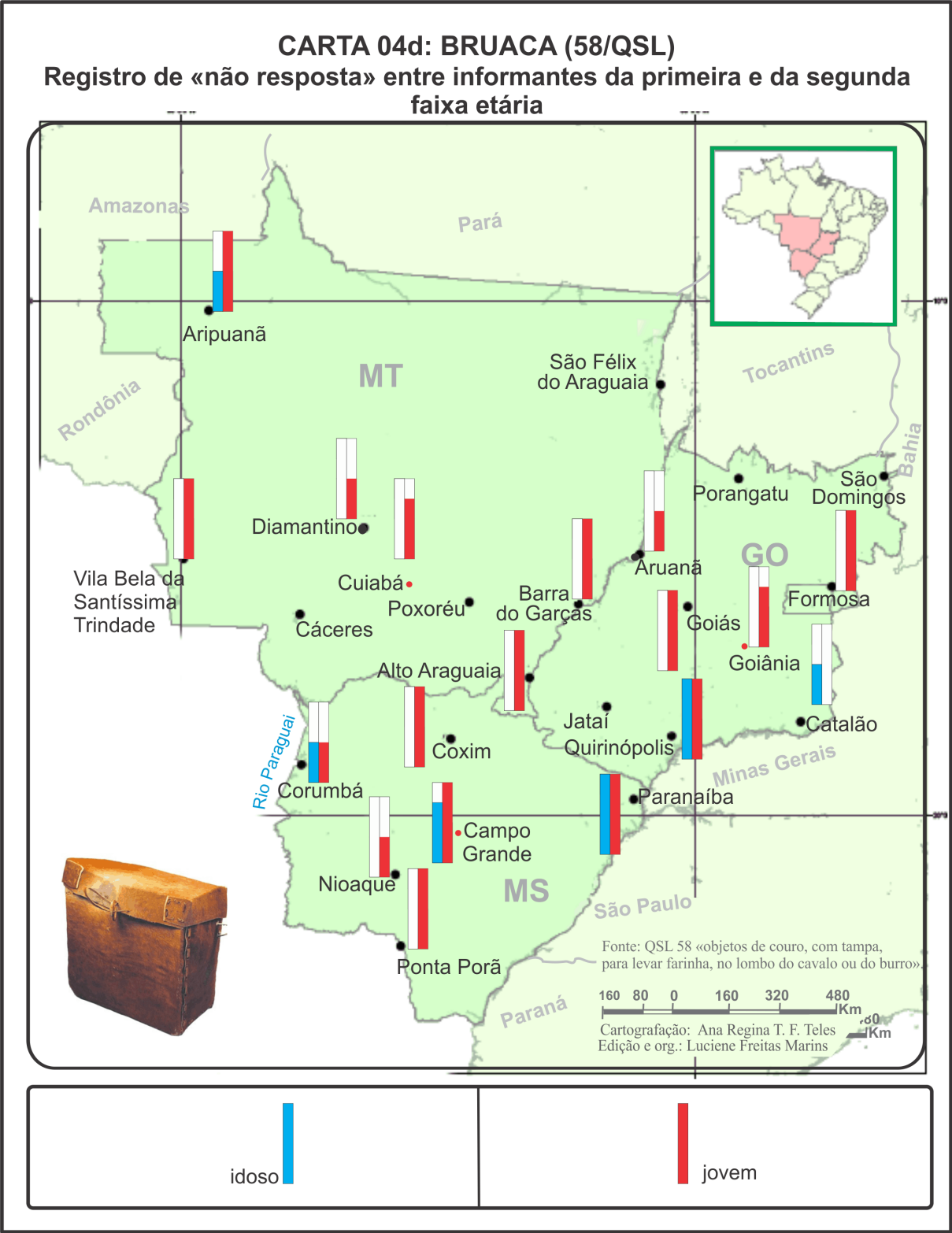
As unidades léxicas *caçuá* e *cangalha*, por seu turno, nomeiam utensílios de uso comum em viagens a cavalo. A primeira, de origem tupi, foi mencionada pela informante idosa de São Félix do Araguaia, e configura como uma herança indígena, pois nessa localidade ainda há grande concentração de povos indígenas que, durante muitos séculos, foram os únicos a habitar essa região geograficamente afastada e de difícil acesso. O segundo item lexical, *cangalha*, foi citada em Coxim/MS, pelo informante idoso e não nomeia o referente em causa.

O mesmo pode-se dizer as unidades léxicas *sapicuá*, *alforje* e *silhão* que nomeiam objetos outros objetos utilizados por viajantes, foram documentadas em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso e em Goiás. A primeira forma, de origem guarani, foi mencionada pelo jovem corumbaense. Cabe mencionar que Corumbá fica localizada na fronteira do Brasil com a Bolívia, país que, entre outras línguas, fala o guarani. Assim, nesse caso, parece ter havido a influência do contato linguístico na área de fronteira do Brasil com a Bolívia. Já o item lexical *alforje* foi citado pelos jovens de Cáceres e de Campo Grande e na fala do idoso de Nioaque. A unidade léxica *silhão*, por sua vez, nomeia na região Nordeste do País a armação de

madeira que coloca no lombo do cavalo para a mulher sentar, o que justifica o uso dessa variante em Formosa localidade próxima da divisa com a Bahia, Estado em que essa unidade léxica é usual conforme registra Cardoso e Ferreira (2000, p.92).

Outras variantes também documentadas neste estudo como resposta para a questão 58 do QSL foram *surrão*, *bornal* e *balaio*, que nomeiam objetos utilizados no campo. O primeiro item lexical foi documentado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apenas na fala dos informantes idosos. Em Poxoréu e em Barra do Garças, foi citado pela informante do sexo feminino e, em Corumbá, na fala do entrevistado do sexo masculino. Já a segunda forma foi fornecida pelo jovem do sexo masculino de Cáceres. A última, por sua vez, também foi citada pelo jovem de Poxoréu e, por fim, *fuso* foi mencionado pelo idoso de Aripuanã.

Outro dado importante registrado neste estudo foi o alto índice de não resposta (75% entre os jovens e apenas 25% entre os idosos). A Carta 04.d, a seguir, visualiza esses resultados.



Em Mato Grosso praticamente todos os informantes jovens da capital e das localidades do interior não souberam o nome do conceito expresso na pergunta 58/QSL, com exceção apenas dos idosos de Aripuanã. O mesmo ocorreu na capital do Estado de Mato Grosso do Sul, em que todos os informantes jovens e mais os dois idosos do Ensino Superior também demonstraram não conhecer o referente em causa e, conseqüentemente, o seu respectivo nome. Esse fenômeno parece justificável, uma vez que os habitantes das capitais não possuem contato direto com referentes rurais e, com o decorrer do tempo, acabam esquecendo os seus respectivos nomes.

De modo geral, as respostas para a questão 58 do QSL confirmam que o desconhecimento do referente, sobretudo pelos mais jovens, interferem no domínio lexical de base rural. Além disso, confirma que a localização geográfica pode interferir na fala dos habitantes de cidades circunvizinhas, como ocorre com *sapicuá*, do guarani, documentada em Corumbá, cidade vizinha da Bolívia.

Também foi notória, neste estudo, a mineração dos itens lexicais que remetem a determinadas atividades, como *capanga* e *boroca*, do vocabulário dos garimpeiros, e *cofo*, do acervo lexical dos pescadores. Enfim, os dados aqui analisados confirmam a importância do estudo do léxico como forma de resgate da história social de uma comunidade de fala.

4.1.4.2 – Análise léxico-semântica

As unidades documentadas como resposta para a questão 58 do QSL podem ser agrupadas segundo três categorias: (i) as que nomeiam o referente em causa, sendo subdivididas entre os itens lexicais específicos (*bruaca* e *buraca*) e unidades léxicas genéricas (*bolsa*, *mala*, *caixa de couro*, *baú* e *baú de couro*); (ii) itens lexicais que nomeiam outros referentes utilizados para o transportar o pescado (*cofo*), por garimpeiros (*capanga* e *boroca*), por boiadeiros (*cangalha*, *sapicuá* e *silhão*) e por camponeses (*surrão*, *alforje*, *balaio*, *caçuá* e *bornal*) e (iii) os neologismos semânticos (*fuso*). A Figura XV a seguir ilustra o exposto:

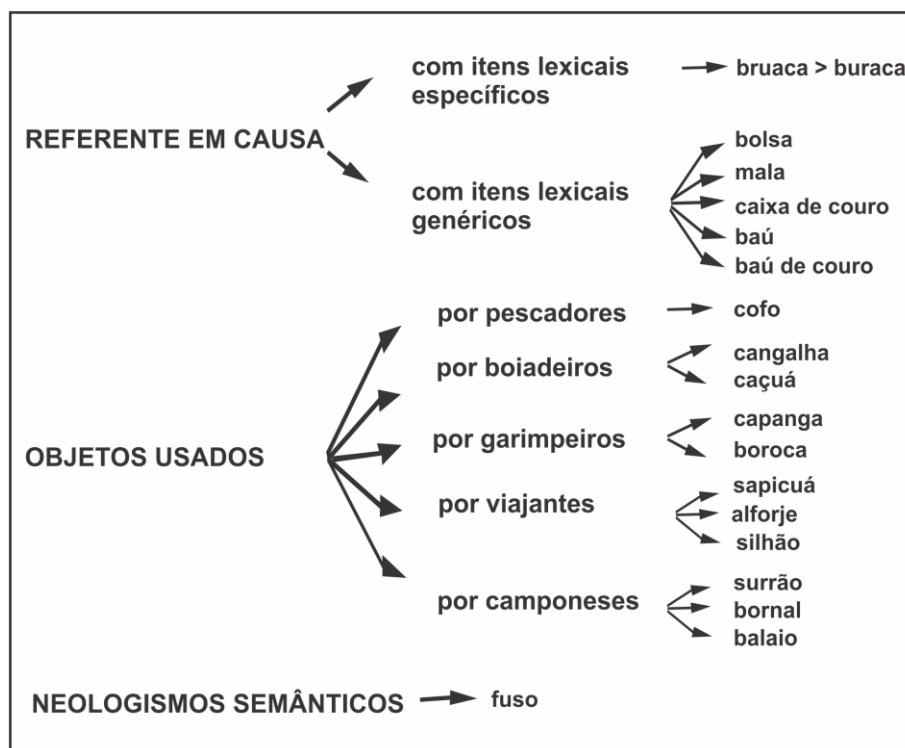


Figura XV – Distribuição das variantes catalogadas na questão 58/QL, segundo a natureza do referente nomeado.

O agrupamento apresenta no topo da Figura XV as unidades léxicas que nomeiam o objeto: *bruaca* e *buraca*. A primeira reúne item lexical está registrada nos dicionários contemporâneos na acepção utilizada pelos informantes. Em Houaiss (2001), entre outras, apresentam-se duas definições para a variante *bruaca*: “cada um dos sacos ou das malas rústicas de couro cru us. para transportar objetos, víveres e mercadorias sobre bestas, e que se prendem, a cada lado, nas suas cangalhas, ou vão atravessadas na traseira da sela (mais us. no pl.)” e “bolsa de couro cru que se usa a tiracolo”. Ferreira (2004), por sua vez, também contempla essas mesmas acepções: “saco ou mala de couro cru, para transporte de objetos e mercadorias sobre bestas” e “bolsa de couro”.

Já a variante *buraca* não está documentada nas obras lexicográficas pesquisadas. Embora se configure como variante de *bruaca* foi mantida como forma independente pelo fato de fato de ela ter sido produtiva apenas no Estado de Goiás com alta produtividade, sendo de 100% em São Domingos, de 50% na cidade de Goiás e de 25% em Aruanã e Jataí, configurando-se, portanto, como norma lexical do grupo investigado. É possível *buraca* tenha sofrido um processo de transposição que, de acordo com Botelho e Leite (2005, p.5), ocorrem “por deslocamento de posição de fonemas em um vocábulo ou por transposição do acento tônico da palavra”. Nesse contexto, esses autores apresentam o caso de metátese, que “é o

nome dado à transposição de um fonema em uma mesma sílaba de um vocábulo” (BOTELHO; LEITE, 2005, p.5).

Neste estudo, também foram documentados quatro itens lexicais como designação do conceito em causa: *bolsa*, *mala*, *caixa/caixote de couro* e *baú/baú de couro*. O uso dessas unidades léxicas pode ter sido motivado pelo traço semântico “objeto de couro” contido no texto da pergunta 58/QSL ou ainda pela descrição do referente (quadrado, com tampa e fecho) visualizada na gravura do objeto apresentada ao informante, provavelmente, devido ao fato de os entrevistados desconhecerem o termo específico para nomear no ato da entrevista valem-se de itens lexicais que nomeiam objetos similares utilizados especificamente para o transporte de alimentos.

No conjunto dos dados catalogados, também foram documentadas dez unidades lexicais que nomeiam outros referentes também utilizados para o transporte de algum objeto ou alimento. Embora essas respostas tenham sido consideradas não válidas para nomear o objeto da questão 58 do QSL, são importantes para este estudo, uma vez que deixam transparecer o desconhecimento de objetos do espaço rural pelos informantes citadinos e apresentam pistas relacionadas a outras atividades também ligadas ao universo rural, que caracterizam a história sociocultural da região Centro-Oeste: *cofo*, *cangalha*, *caçuá*, *capanga*, *boroca*, *sapicuá*, *alforje*, *silhão*, *surrão*, *bornal* e *balaio*.

A variante *cofo*, por exemplo, pertence ao vocabulário da pesca e nomeia a uma variedade de cesto alongado usado por pescadores (HOUAISS, 2001). Essa definição também é contemplada por Aulete (2006), que define *cofo* como “cesto bojudo para carregar pescado, caranguejo etc.”, e aponta origem do “Gr. kóphinos, pelo lat. cophinus 'cesto’”.

A unidade lexical *cangalha*, por sua vez, configura-se como nome de objeto comum na atividade dos boiadeiros ou cargueiros. Nesse caso, parece ter havido uma inversão na escolha lexical, uma vez que *cangalha* nomeia a armação de madeira que leva o objeto de couro supracitado e não o objeto preso na *cangalha* para transportar alimentos. Outro item lexical que também é comum entre os boiadeiros como aparato do cavalo cargueiro é *caçuá*. Houaiss (2001) atribui-lhe origem africana ou tupi que nomeia o “cesto grande e comprido de vime, cipó ou bambu, sem tampa e com alças para prender às cangalhas no transporte de gêneros diversos em animais de carga”. Já Ferreira (2004) documenta a origem tupi que dá nome ao “cesto grande e oblongo, feito de cipós rijos, vime ou fasquias de bambu, com aselhas, pelas quais se prende às cangalhas, e usado no transporte de gêneros em alimárias”.

Já as unidades lexicais *capanga* e *boroca* pertencem ao vocabulário do garimpo. A primeira está definida em Houaiss (2001), entre outras acepções, como “bolsa pequena, de

tecido, couro ou plástico, us. a tiracolo por viajantes, esp. comerciantes de pedras preciosas”, marcada com a rubrica “garimpo” e como “regionalismo” de Mato Grosso para nomear “partida de diamantes comprada por capangueiro”. Ferreira (2004) também define esse item lexical como “espécie de bolsa pequena que os viajantes usam a tiracolo para conduzir pequenos objetos”, definições essas também contempladas por Cunha (1996), que atribui a unidade lexical a acepção de “espécie de bolsa (1881)” e acrescenta ainda que *capanga* é “de origem africana, mas de étimo indeterminado”. Já o segundo item lexical, *boroca*, está definido apenas no Dicionário Informal da língua portuguesa (2006-2011), como “ditado popular dos garimpeiros para nomear bolsa”, com a seguinte abonação: *o garimpeiro coloca a rede na boroca*.

As unidades lexicais *sapicuá* e *alforje*, por seu turno, pertencem ao acervo lexical dos viajantes e nomeiam um tipo de saco em que se carregam utensílios e comida. A unidade lexical *sapicuá* é classificada por Houaiss (2001) como regionalismo do Brasil oriundo do guarani *hapiku'a* e designa o “saco grosseiro de viajantes”. Ferreira (2004) também marca *sapicuá* como um brasileirismo na acepção de “saco de matalotagem”. Aulete (2006), por sua vez, apresenta-lhe a seguinte definição: “saco grosseiro, que os viajantes trazem na garupa do cavalo”. Nessas três obras consultadas consta a remissiva “picuá” que, por sua vez, está definida pelos lexicógrafos como espécie de cesto ou saco em que se coloca comida ou roupas. A unidade lexical *alforje*, por sua vez, está assim definida em Bluteau (1712-1728): “[a]cola de couro, ou de outro materia dividida em duas algibeiras, em que se mete provi[er]ão de necess[ar]ia para jornada, & nas be[st]as se poem nas ancas, ou huma, & outra parte do arç[ou]o de [e]llas, & na gente de pé se carrega nos ombros co huma parte no peito, & a outra nas co[st]as”.

Já Moraes (1813) atribui a *alforje* a acepção de “dois sacos, ou bolsões pesados, em que se leva provisões de roupas, ou comida para jornada”. Essas definições se conservam em Houaiss (2001) e Ferreira (2004), o primeiro registra-se “duplo saco, fechado em ambas as extremidades e aberto no meio (por onde se dobra), formando duas bolsas iguais; us. ao ombro [...]” e segundo “duplo saco, fechado nas extremidades e aberto no meio, formando como que dois bornais, [...] sendo a carga transportada no lombo de cavalgaduras ou ao ombro de pessoas”. Cunha (1996), por sua vez, registra a origem árabe da forma *alforje* como designação do “duplo saco, fechado nos extremos e aberto no meio”. Nota-se que, de acordo com as definições dos lexicógrafos, a diferença entre o “[...] objeto de couro, com tampa, para levar farinha, no lombo do cavalo ou do burro” e o *alforje* consiste no fato de o primeiro ser

um objeto único carregado no lombo do animal, e o segundo, embora seja de couro, é um objeto duplo levado ao corpo do viajante.

Já *surrão*, *bornal* e *balaio* nomeiam utensílios utilizados nas atividades do campo para carregar alimentos ou produto da colheita. *Surrão* é definido por Houaiss (2001) e Ferreira (2004) como sacola ou bolsa grande de couro, ger. us. por pastores; sarrão. Já Aulete (2006), entre outras acepções, apresenta a definição de “bolsa ou sacola de couro para levar mantimentos; bornal” e de “saco de couro que resguarda da chuva os objetos (esp. cereais)”. Nota-se que, Aulete (2006), na definição de *surrão*, faz remissiva para *bornal* que, por sua vez, está definido em Bluteau (1712-128) como “saco de pano, em que os cavalos comem a cevada na câpanha”. Já Moraes (1813) remete o consulente ao item lexical *burnal*, que, por seu turno, remete a *embornal*, definido, entre outras acepções, como “saco que se dá cevada, ou milho as bestas, mettendo-lho o fucinho”. Entre os dicionários contemporâneos, Houaiss (2001) e Ferreira (2004), definem *bornal* como “sacola de pano, couro, ou outro material, com alça longa, us. ger. a tiracolo para se carregar provisões, ferramentas etc.”.

A forma *balaio*, de acordo com Machado (1987) e com Cunha (1996), é derivada do francês ‘balai’, de origem gaulesa. Bluteau (1712-1728) define esse item lexical como “bailo ou balayo. Teiga. Celto de Saloyas. Celto como redondo, feito de huma palhinha negra, & parda, que vem da Angola”. Cabe mencionar que *teiga* é o mesmo que vaso de palha e *Saloya* um topônimo que nomeia uma localidade rural nas proximidades de Lisboa e também quem nasce nesse lugar. Moraes (1813) define a unidade lexical *balaio* como “especie de cesta de palhinha, de que usão as saloyas; outros há que vem do Brasil, matizado de cores, de palha mais grossa, para vários usos”. Os dicionários contemporâneos definem *balaio* como “cesto grande feito de palha, taquara, bambu, cipó etc., us. para transporte ou para guardar objetos” (HOUAISS, 2001) e como “cesto de palha, de talas de palmeira, ou de cipó, com tampa ou sem ela, geralmente com formato de alguidar, patuá” (FERREIRA, 2004). Os termos *alguidar* e *patuá*, de acordo com esse mesmo dicionarista, nomeiam, respectivamente, o “vaso de barro ou de metal, baixo, em forma de tronco de cone invertido, e com diversos usos domésticos”.

Já em relação ao item lexical *fuso*, apenas Machado (1987) registra essa unidade léxica como “do latim *fusu*, [...]. Séc. XVI [...]”, porém não apresenta uma definição preciso da definição dessa unidade léxica. Já *silhão* é mencionada apenas pela informante idosa de Formosa e consta no glossário, *O Léxico rural*, de Cardoso e Ferreira (2000, p.92) como designação de “sela para mulher: *como cadeira* [...]; *para se montar de banda, ele é cercado do lado, só tem lado só dela se montar*”. É possível que, devido ao desconhecimento do referente, tenham sido atribuídos ao conceito o item léxico, que se configura, neste estudo,

como um neologismo semântico e a unidade lexical *silhão* considerada aqui como resposta inválida para a pergunta 058/QSL, provavelmente motivada pela associação com o instrumento utilizado para carregar.

No conjunto dos dados catalogados, observamos que algumas variantes, embora não nomeiem o referente em causa, designam elementos do universo rural, ligados à história sócio-econômico-cultural da região Centro-Oeste, como, os itens lexicais *capanga* e *caçuá*, ligados ao garimpo e as unidades léxicas *cangalha* e *caçuá*, ligadas à atividade econômica da criação de gado. Notou-se ainda que a catalogação de itens lexicais que não nomeiam o conceito contemplado na pergunta 58/QSL foi superior ao número de unidade lexicais válidas. Muitos dos informantes alegaram ter visto o objeto descrito apenas pela televisão ou em museus, o que ratifica a falta de familiaridade desses informantes com esse artefato e, por extensão, com a forma de nomeá-lo, o que os leva a associações com nomes de outros referentes que fazem parte da realidade da região investigada.

Por fim, além disso, este estudo confirma os dados do estudo realizado por Isquerdo (2007b) que também analisou a relação entre o rural e o urbano na fala de brasileiros residentes em grandes centros urbanos, com base em dados de inquéritos do Projeto ALiB (2001) realizados em capitais de 03 regiões administrativas do Brasil: Centro-Oeste, Norte e Sudeste. Para esse estudo, a pesquisadora pautou-se nas respostas fornecidas pelos informantes das capitais dessa região, para mesma pergunta aqui discutida. Entre os resultados obtidos, no que se refere às capitais da região Centro-Oeste, concluiu que os informantes ainda “mantêm traços do mundo rural, sobretudo por abrigar o bioma Pantanal, onde as «comitivas» de gado ainda são frequentes, sobretudo na época das cheias” (ISQUERDO, 2007b, p.144).

4.1.5 – BORRALHO – QSL/172 – “a cinza quente que fica dentro do fogão a lenha”.

4.1.5.1 – Análise geossociolinguística

Neste tópico são analisadas designações para um referentes rural associado ao fogão a lenha: *borralho*, *cinza*, *brasa*, *cinza quente*, *carvão*, *borra* e *vapor quente*. Os Quadros XXX, XXXI, XXXII e XXXIII, a seguir, apresentam essas unidades léxicas, distribuídas segundo a localidade e o perfil dos informantes.

QUADRO XXX – QUESTÃO 172/QL – MATO GROSSO /INTERIOR																																
Localidade Variantes	Aripuanã				São Félix [...]				Diamantino				Poxoréu				Vila Bela [...]				Barra do Garças				Cáceres				Alto Araguaia			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Cinza			•	•			•	•	•		•				•	•				•	•	•	•					•			•	
Borrvalho												•				•	•					•	•		•			•		•		•
Brasa	•	•			•					•																						
Cinza quente																		•							•							
NR													•					•									•					

QUADRO XXXI – QUESTÃO 172/QSL – MATO GROSSO DO SUL /INTERIOR																				
Localidade Variante	Coxim				Corumbá				Paranaíba				Nioaque				Ponta Porã			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Borrvalho		•	•			•	•	•		•	•	•		•	•	•			•	•
Cinza	•			•					•									•		
Brasa																	•			
NR					•								•							

QUADRO XXXII – QUESTÃO 172/QL – GOIÁS /INTERIOR																																
Localidade Variante	Porangatu				São Domingos				Aruanã				Formosa				Goiás				Jataí				Catalão				Quirinópolis			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Borrvalho	•		•			•		•					•	•	•	•			•				•				•			•	•	
Cinza		•		•	•						•	•					•	•		•				•			•					
Brasa							•		•																	•						
Carvão																										•	•					
Cinza quente																			•													
NR												•								•		•						•				

QUADRO XXXIII – QUESTÃO 172/QL – CAPITAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE																											
Localidade Variante	Cuiabá								Campo Grande								Goiânia										
	Informantes								Informantes								Informantes										
	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8			
Borrvalho			•	•			•	•			•	•				•			•	•			•				
Brasa	•	•								•				•				•						•			
Cinza		•			•												•	•				•					
Cinza quente									•						•												
Borra							•																				
Carvão														•													
Vapor quente						•																					
NR													•								•						

Observa-se que a pergunta 172 do QSL motivou o registro de sete itens lexicais, dentre os quais *vapor quente* e *borra* atingiram o menor percentual de ocorrência, conforme visualiza o Gráfico XII.

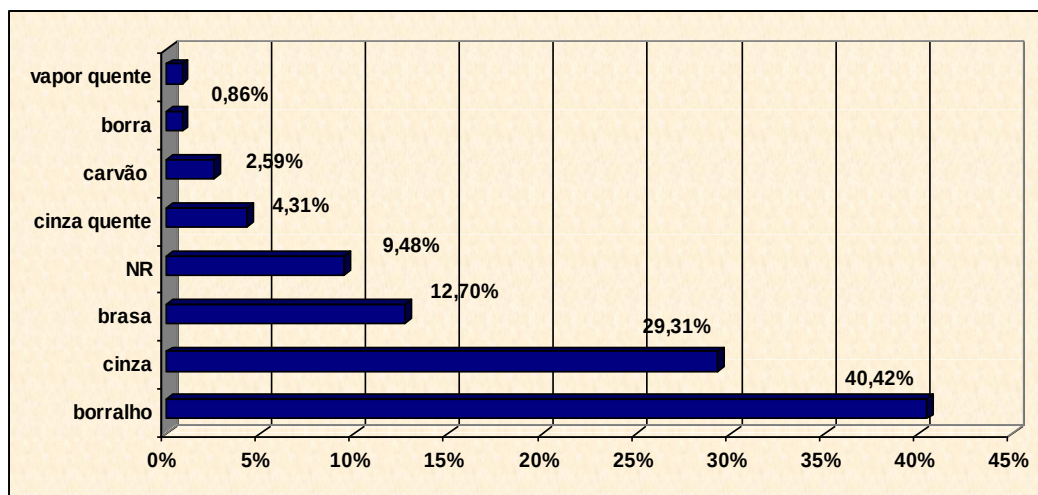


Gráfico XII – Produtividade das respostas para a questão 172/QSL na região Centro-Oeste.

Observa-se, no Gráfico XII, que, além de *borralho*, as unidades léxicas mais produtivas foram *cinza* e *brasa* e que o percentual de não responder é superior à ocorrência de *cinza quente*, *carvão*, *borra* e *vapor quente*. O Gráfico XIII ilustra os resultados obtidos em cada Estado da região Centro-Oeste.

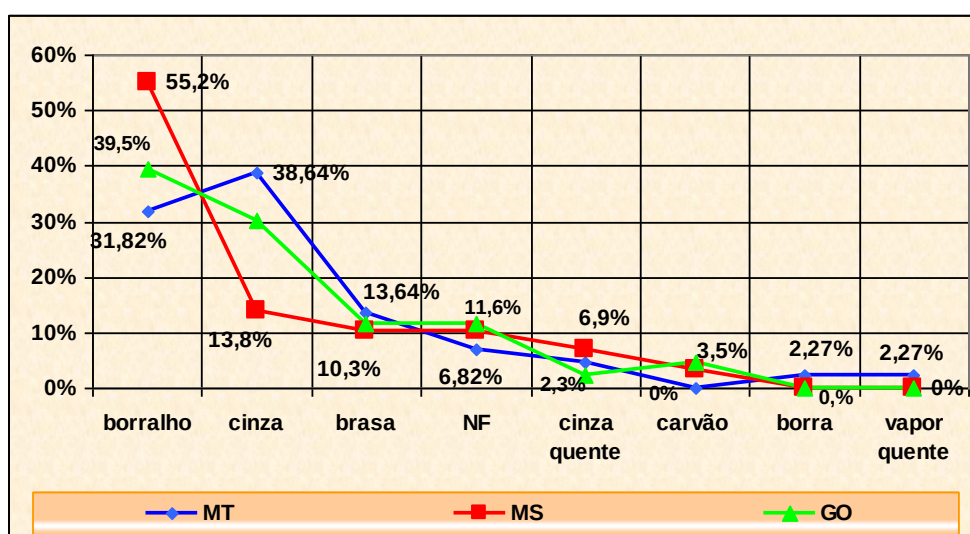
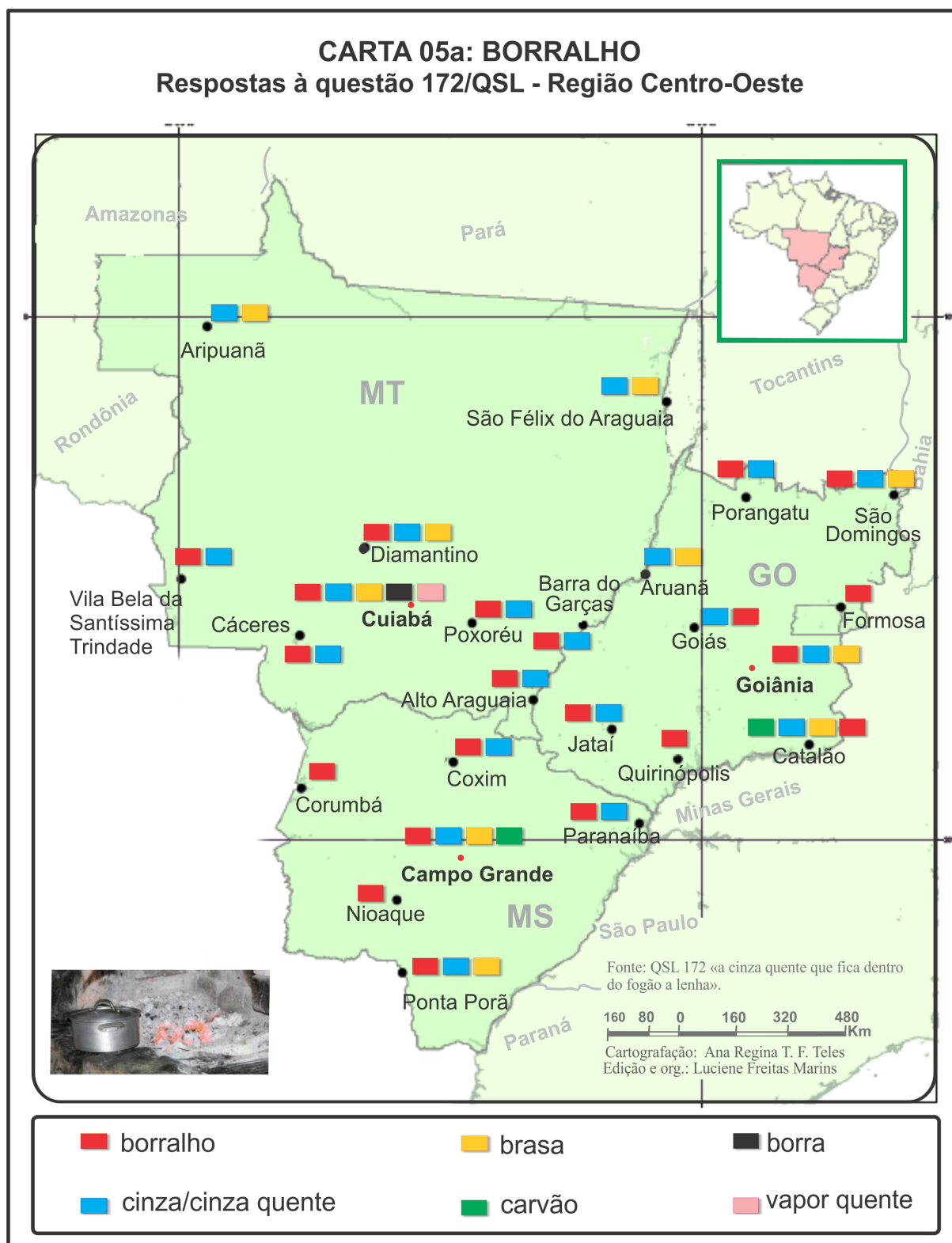


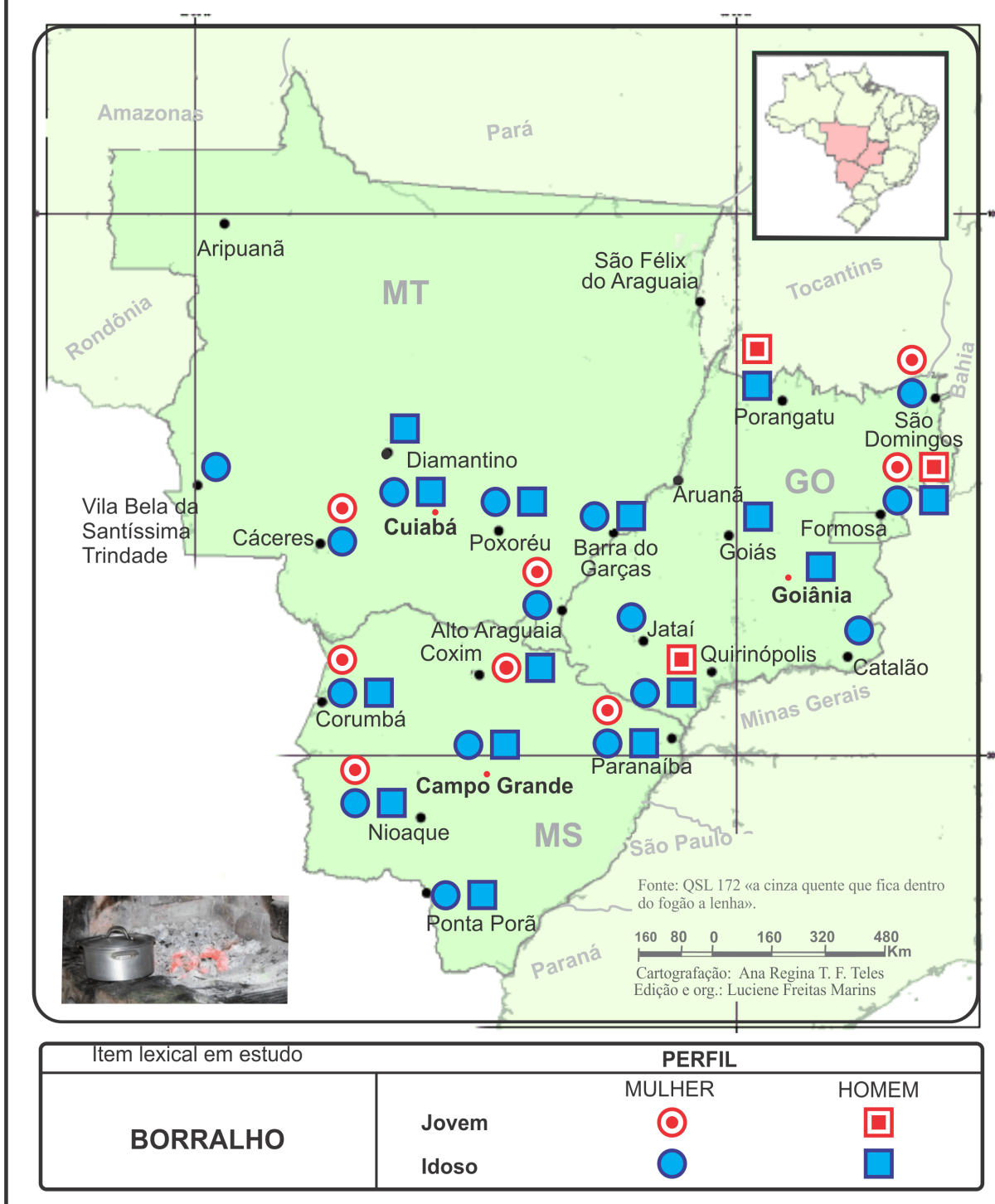
Gráfico XIII – Distribuição percentual dos itens lexicais que nomeiam “a cinza quente que fica dentro do fogão à lenha” nos Estados da região Centro-Oeste.

Os dados do Gráfico XIII confirmam o item *borralho* como o mais produtivo, como também a documentação das unidades lexicais *borra* e *vapor quente* foram produtivas apenas no território mato-grossense. Na Carta 05.a, a seguir, apresentamos a distribuição dos itens lexicais catalogados como resposta para a pergunta 172/QSL aqui examinada.

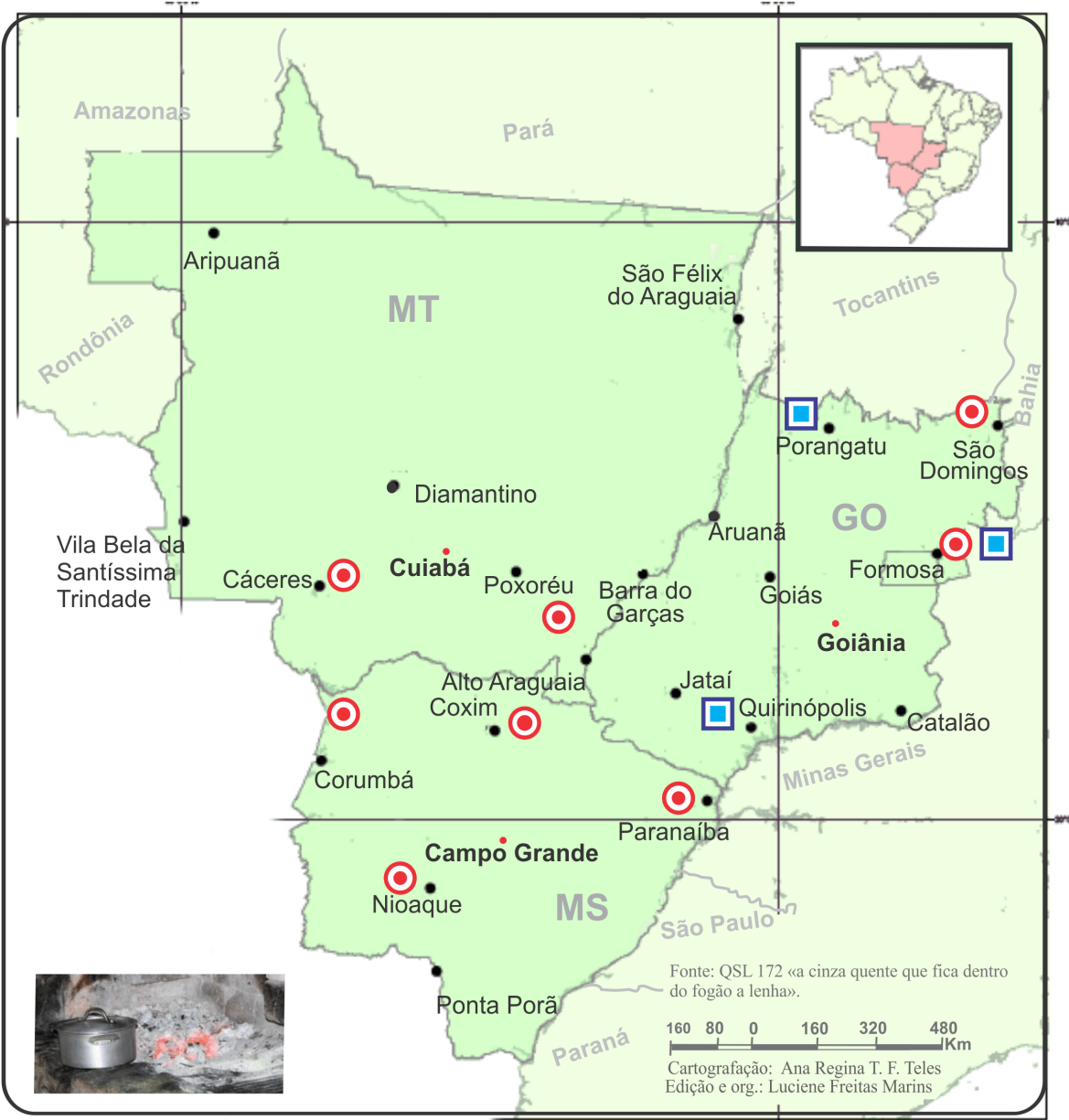


Do ponto de vista diatópico, a unidade léxica *borralho* espalha-se por quase todas as localidades da região Centro-Oeste, exceto no norte e nordeste do Mato Grosso (Aripuanã e São Félix do Araguaia) e em Aruanã, região noroeste de Goiás. Já Mato Grosso do Sul foi o único Estado em que esse item lexical foi documentado em todas as cidades pesquisadas, o que evidencia tratar-se de uma variante comum na norma lexical dos habitantes desse Estado da Federação. Já a unidade lexical *cinza* foi citada em todas as localidades do Mato Grosso e quatro no Mato Grosso do Sul, enquanto em Goiás, foi documentada em sete localidades, conforme visualiza a Carta 05.a.

Cabe ainda destacar que nas capitais foi obtido maior número de unidade léxicas para nomear o referente em causa do que nas cidades do interior. Analisando os itens obtidos nas capitais, percebe-se que são de uso mais genérico, o que pode evidenciar que, devido ao fato de os entrevistados não terem tanto contato com o fogão a lenha, citam mais nomes que se assemelham com o referente em causa, ao passo que os entrevistados das cidades interioranas já apresentam termos mais específicos. As Cartas 05.b e 05.c, a seguir, visualizam a documentação da unidade léxica, típica do rural, segundo o informante. A primeira com enfoque na dimensão diageracional e a segunda carta com enfoque na dimensão diassexual.



CARTA 05c: BORRALHO (172/QSL)
Variação diasssexual para «borralho» / Região Centro-Oeste



Item lexical em estudo	PERFIL	
	MULHER	HOMEM
BORRALHO	Jovem ●	●

Nota-se nas dados apresentados nas cartas 05.b e 05.c que o uso de *borralho* foi predominante na fala dos informantes da segunda faixa de idade. Entre os jovens, no território sul-mato-grossens houve o maior índice de ocorrência. Porém, diferentemente da documentação de *canga* para nomear a *peça de madeira que se coloca no pescoço do boi*, que foi mais produtiva entre os jovens do sexo masculino, a unidade lexical *borralho* foi, entre os jovens sul-mato-grossenses, mais produtiva entre as entrevistadas do sexo feminino, conforme se pode visualizar no Gráfico XIV a seguir:

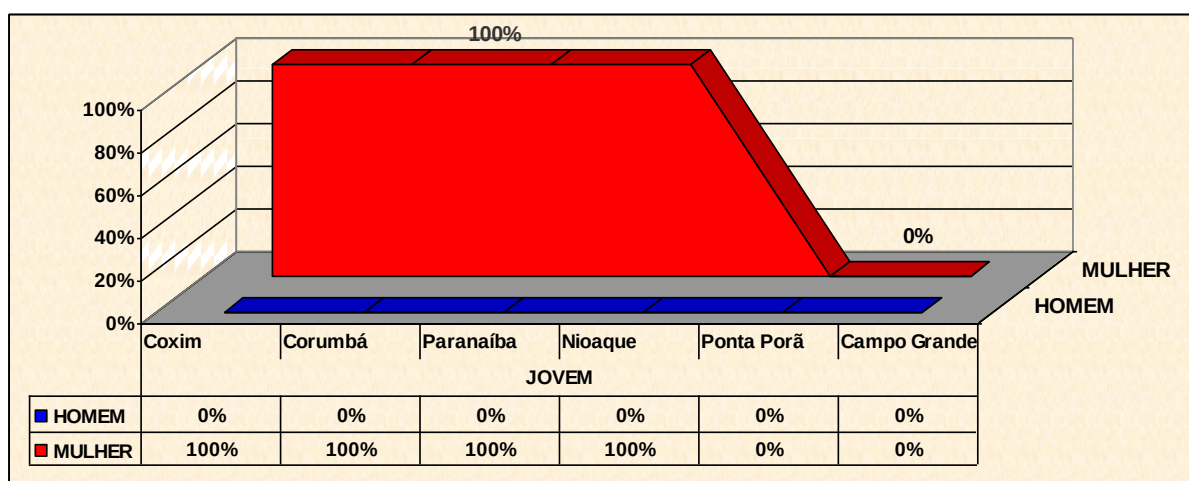


Gráfico XIV – Índice de ocorrência da variante *borralho* entre os jovens sul-mato-grossenses.

Conforme o exposto na Carta 05.c, nota-se que a unidade lexicais *borralho* foi documentada, à exceção de Cáceres (MT), apenas na fala dos informantes jovens das cidades mais distantes das capitais, o que pode evidenciar que os jovens das localidades próximas às áreas mais urbanizadas não conhecem o termo *borralho* ou o próprio referente em causa, talvez porque não usam fogão à lenha. Prova disso é que não houve documentação desse termo tipicamente rural nas capitais.

Em síntese, no conjunto dos dados coletados na região Centro-Oeste (capital e interior), como resposta para “a cinza quente que fica dentro do fogão a lenha” nota-se a manutenção de variantes tipicamente rurais na fala do homem citadino, sobretudo da segunda faixa etária, o que confirma que o vocabulário rural tem se mantido na fala dos habitantes da região Centro-Oeste, no caso das cidades do interior, na fala dos jovens e idosos, mesmo quando o referente está em vias de desaparecimento.

Por fim, a análise das unidades léxicas selecionadas evidenciou que, dependendo do grupo social em que o falante está inserido, determinadas unidades léxicas são de uso específico dessas comunidades.

4.1.5.2 – Análise léxico-semântica

Dividimos as unidades lexicais documentadas como reposta para a questão 172 do QSL em grupos segundo três semas que identificam estados diversos da combustão da madeira: (i) “madeira em estado de carvão incandescente” – *brasa*; (ii) “resíduo decorrente da combustão da madeira” – *carvão*, *cinza/cinza quente*, *borralho* e *borra* e (iii) “exalação decorrente da queima da madeira” – *vapor quente*. A Figura XVI, a seguir, ilustra o exposto:

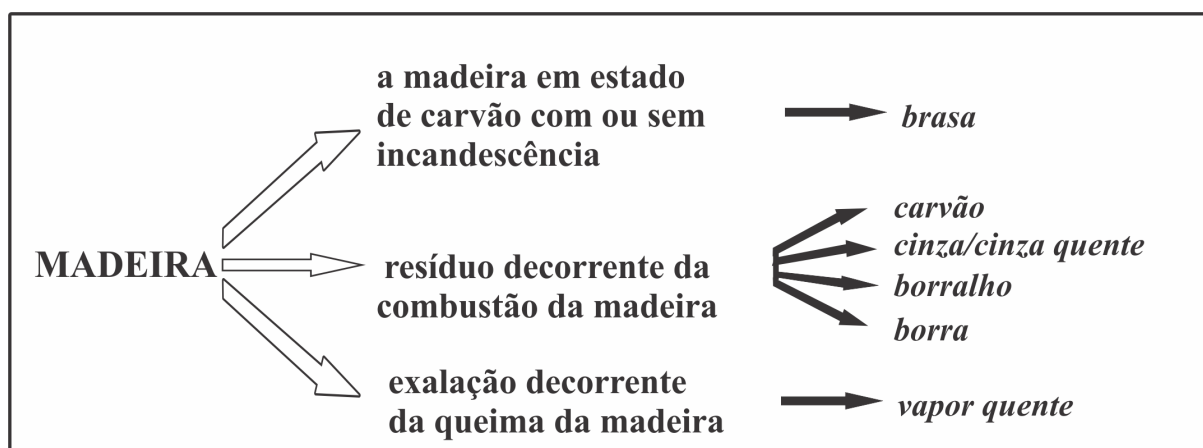


Figura XVI – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 172/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.

No topo da Figura I, situa-se o item lexical *brasa* que foi registrado nos três Estados da região Centro-Oeste. Em oposição a essas definições, tem-se a forma *carvão* que, segundo os dicionários consultados, nomeia a matéria não incandescente. Provavelmente, o uso das formas *brasa* e *carvão* para nomear o referente em causa tenham sido motivados pelo próprio desconhecimento do termo específico, já que essas unidades lexicais nomeiam a madeira em estado de incandescência ou já resfriada que, comumente, fica dentro do fogão à lenha até ser transformada, pelo efeito do fogo, em cinza. Nota-se que os informantes do Projeto ALiB utilizam o nome genérico *cinza* – nome do resíduo da combustão da madeira – que aparece no texto da pergunta para nomear o conceito requisitado, mais característico do meio rural, fato que evidencia o desconhecimento de nomes específicos para o referente em questão. O mesmo ocorre com a designação *cinza quente*. Nesse caso, é possível que o informante tenha se valido de parte da pergunta - *cinza quente* – como resposta, muito provavelmente em decorrência do desconhecimento e/ou do uso não frequente desse designativo.

Ao contrário do observado na documentação das formas já analisadas (*brasa*, *carvão* e *cinza/cinza quente*) de uso mais genérico, *borralho* configura-se como um termo de uso mais

específico para nomear esse referente tipicamente rural. O uso de *borralho* evidencia um traço de conservadorismo linguístico no vocabulário do grupo analisado, haja vista tratar-se de uma unidade lexical que se mantém em uso desde épocas pretéritas da história da língua portuguesa e definida em dicionários dos séculos XVIII e XIX, na mesma acepção em que foi usada pelos habitantes das três capitais da região Centro-Oeste. Já a forma *borra* não consta nos dicionários consultados na acepção em que foi empregada no âmbito desta pesquisa. É possível que o informante tenha mencionado *borra* como diminutivo de *borralha*, variante ortográfica de *borralho* já dicionarizada.

Além dos itens lexicais agrupados segundo os traços semânticos “madeira em estado de carvão com ou sem incandescência” e o “resíduo decorrente da combustão da madeira”, foi apurada a unidade lexical *vapor quente*, provavelmente resultante de analogia estabelecida com a “exalação decorrente da queima da madeira”. A expressão *vapor quente* não está dicionarizada nas obras consultadas, apenas a forma *vapor*. O uso de *vapor quente* para nomear o conceito em causa provavelmente tenha sido motivado pela associação à noção de “vapor”, associada ao qualificativo “quente”, dando origem à forma composta *vapor quente*. Trata-se de um recurso metonímico em que foi tomado o efeito pela causa.

Do ponto de vista léxico-semântico, foi notória a utilização de vários termos genéricos para nomear o referente em causa, provavelmente em decorrência da falta de convívio com o referente em questão e, conseqüentemente, do desconhecimento do nome específico para nomear “a cinza quente que fica dentro do fogão a lenha”, o que resulta na nomeação a partir de um processo associativo com algum elemento que faz parte da realidade social do falante.

O resultado da análise das cinco perguntas vinculadas ao universo rural demonstrou que (i) os informantes da segunda faixa etária têm mais familiaridade com designações que remetem ao mundo rural; (ii) os informantes do sexo masculino demonstraram maior familiaridade com variantes que nomeiam aparatos ligados à lida com o gado; (iii) a maioria dos jovens não soube responder as perguntas voltadas mais diretamente ao espaço não urbano; (iv) os informantes, sobretudo os jovens, ao responderem perguntas relacionadas a este estudo valeram-se do seu conhecimento de mundo, por isso, forneceram unidades léxicas específicas do vocabulário de garimpeiros, pescadores, boiadeiros, entre outras, para nomear os conceitos requisitados.

4.2 – NOVOS FALARES: MARCAS DO FALAR URBANO

Além da análise de designações de referentes voltados especificamente ao universo rural, também consideramos as nomeações típicas do mundo urbano. Para tanto, selecionamos cinco perguntas do QSL/ALiB – 194, 195, 196, 198 e 200 – vinculadas à área semântica da *vida urbana*, que totalizam 43 variantes. Com o intuito de agrupar as unidades léxicas documentadas na região Centro-Oeste.

4.2.1 – SINALEIRO / QSL/194 – “Na cidade, o que costuma ter em cruzamentos movimentados, com luz vermelha, verde e amarela”.

4.2.1.1 – Análise geossociolinguística

Os cento e oito informantes entrevistados na região Centro-Oeste pela equipe do Projeto ALiB forneceram sete itens lexicais como resposta para a pergunta 194/QSL: *sinaleiro*, *semáforo*, *sinal*, *farol*, *senalização*, *farolete* e *luminoso*. Os Quadros XXXIV, XXXV, XXXVI e XXXVII ilustram a distribuição diatópica dessas formas lexicais, segundo o perfil do informante:

[illegible]

QUADRO XXXVII – QUESTÃO 194/QSL – CAPITAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE																								
Localidade Variante	Cuiabá								Campo Grande								Goiânia							
	Informantes								Informantes								Informantes							
	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8
Sinaleiro	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•			•	•	•	•	•		•	•	•	•
Semáforo		•	•				•	•						•	•	•	•			•			•	•
Sinal				•									•							•	•	•	•	
Luminoso																							•	

Os dados registrados nos Quadros XXXIV, XXXV, XXXVI e XXXVII demonstram que apenas no Estado de Goiás, nas cidades do interior, Formosa e Quirinópolis, houve casos de não respostas, ao contrário dos resultados obtidos na capital goiana, que computou o maior número de itens lexicais, isso se justifica pela criação do Distrito Federal, próximo a essa capital, que gerou uma injeção de investimentos públicos voltados ao planejamento urbano. Nas demais localidades, todos os informantes, mesmo aqueles que moram em localidades em que não há esse tipo de sinalização, souberam nomear o referente em causa, sendo mais produtivas as forma *sinaleiro* e *semáforo*. A produtividade das unidades léxicas documentadas e visualizada no Gráfico XV:

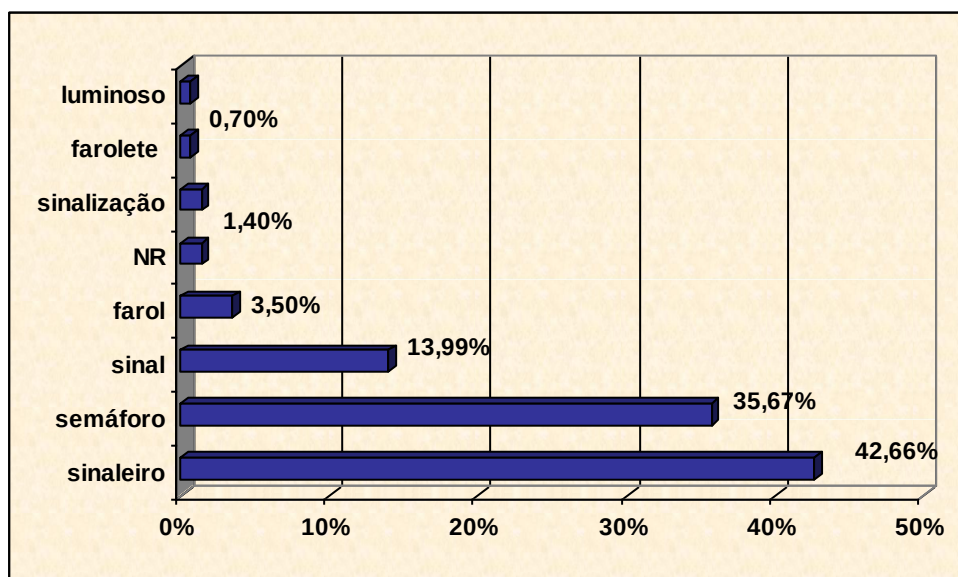
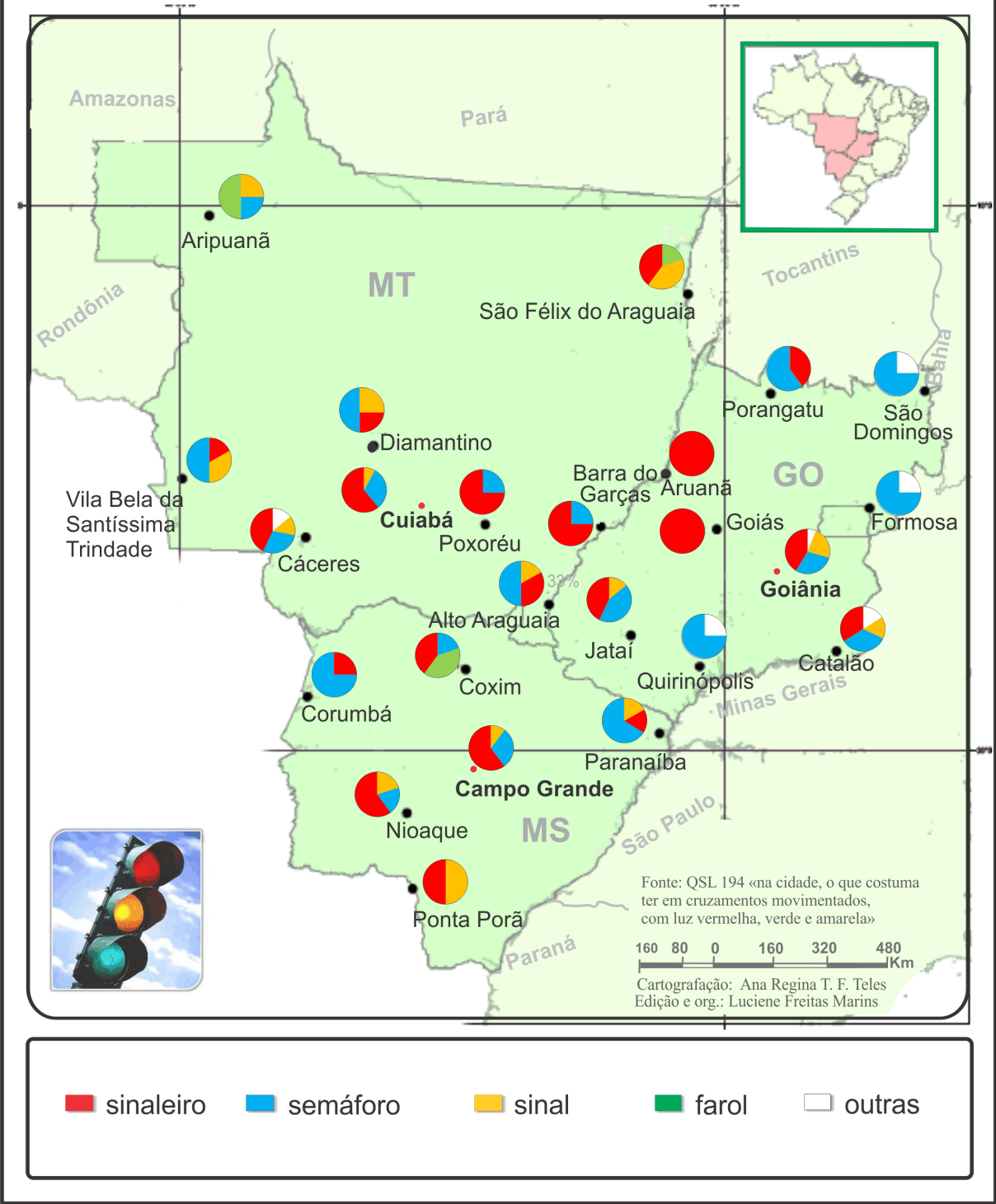


Gráfico XV – Produtividade das respostas para a pergunta 194/QL na região Centro-Oeste.

Observa-se que as três unidades lexicais mais comuns no vocabulário dos informantes inquiridos foram *sinaleiro*, *semáforo* e *sinal*, seguidas por *farol*, índice de não resposta e *sinalização*, enquanto as *farolete* e *luminoso* tiveram baixa ocorrência. Para melhor visualização dessas variantes em termos diatópicos, a Carta 06.a, a seguir, apresenta o mapeamento das unidades léxicas mais produtivas relacionadas ao conceito em causa aqui estudado.

CARTA 06a: SINALEIRO
Resposta à questão 194/QSL - Região Centro-Oeste



Observando-se a Carta 06.a, nota-se que a unidade lexical *sinaleiro* foi produtiva em todas as cidades do Estado de Mato Grosso do Sul e em quase todas de Mato Grosso e de Goiás. Em Aripuanã (norte mato-grossense), em Quirinópolis (sul goiano) e em São Domingos e Formosa (nordeste de Goiás) não foi documentada essa unidade léxica. É possível que a variante não tenha sido registrada nessas localidades devido à proximidade com outras regiões brasileiras, o que pode ter influenciado a escolha lexical dos falantes dessas localidades. Resultado similar ocorreu com o registro de *semáforo*, que não foi documentado em São Félix do Araguaia (no norte de Mato Grosso), em Ponta Porã (sudoeste do Mato Grosso do Sul) e em Aruanã e Goiás (noroeste de Goiás).

Observando-se esses resultados apresentados na carta 06.a, percebe-se ainda que, nas capitais da região Centro-Oeste houve os resultados semelhantes, havendo divergência apenas no interior. Por isso, na sequência, apresentamos o Gráfico XVI, que registra a produtividade das unidades lexicais *sinaleiro* e *semáforo*, segundo o registro nas cidades do interior e na capital de cada Estado.

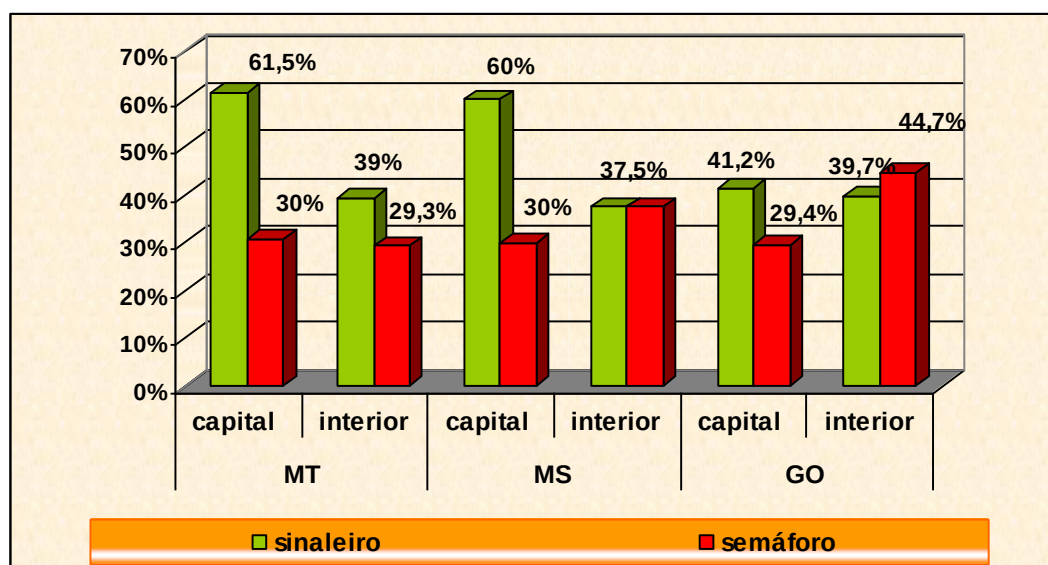
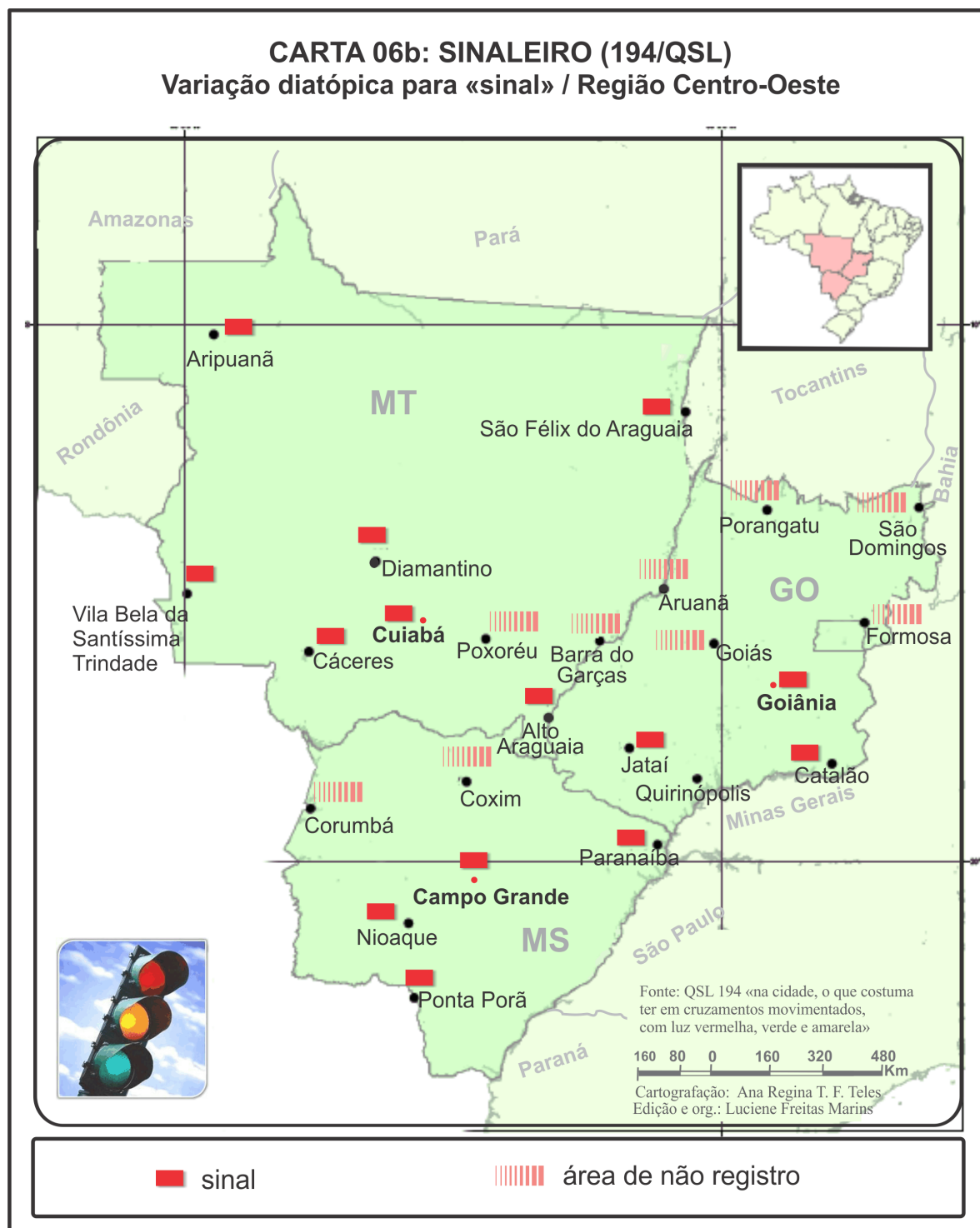


Gráfico XVI – Produtividade de *sinaleiro* e *semáforo* no interior e na capital de cada Estado da Região Centro-Oeste.

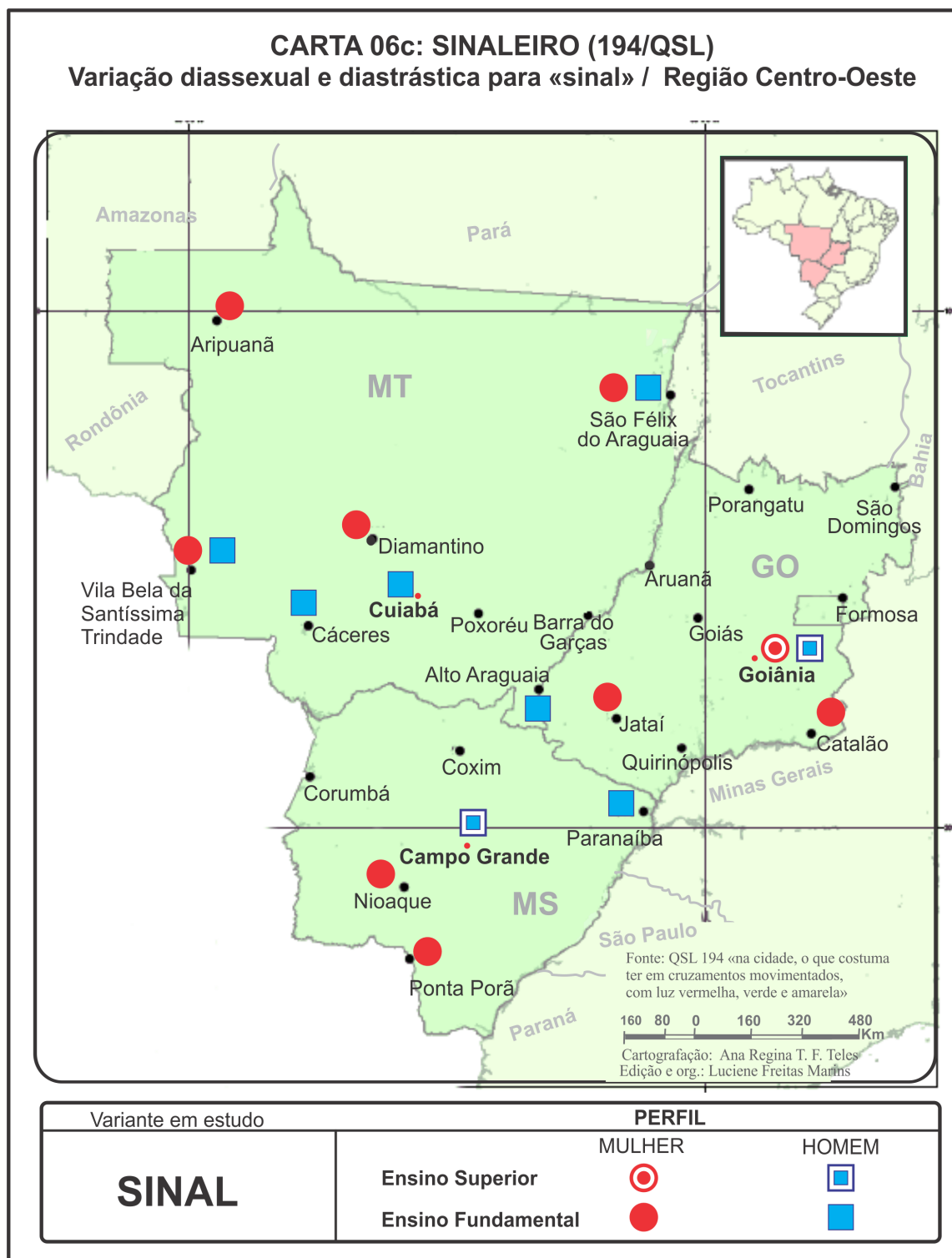
Nota-se que a unidade lexical *sinaleiro*, em relação ao item lexical *semáforo*, foi mais produtiva na capital e no conjunto de cidades do interior do Estado de Mato Grosso. O mesmo ocorreu nas capitais de Mato Grosso do Sul e de Goiás, o que não corresponde aos dados apurados nas localidades do interior desses dois Estados, pois, no território sul-mato-grossense, não houve diferença de produtividade entre *sinaleiro* e *semáforo*, enquanto no

Estado de Goiás *semáforo* foi mais produtivo que *sinaleiro*. Isso demonstra que a variante *sinaleiro* é de uso corrente nas capitais da região Centro-Oeste e nas cidades do interior de Mato Grosso. Já em Mato Grosso do Sul concorrem as variantes *sinaleiro* e *semáforo* e, em Goiás, e mais usual é *semáforo*.

A variante *senal* obteve índice considerável de produtividade tanto nas cidades do interior quanto nas capitais de cada Estado. A Carta 06.b, a seguir, apresenta a distribuição da variante *senal* na região Centro-Oeste e o Gráfico XVIII, sequencialmente, indica os valores obtidos nas capitais e no interior de cada Estado.



Os dados apresentados na Carta 06.b demonstram a produtividade da unidade lexical *sinal* foi produtiva nos três Estados, porém na faixa do centro-norte de Goiás ao sudeste de Mato Grosso e norte do Mato Grosso do Sul essa unidade lexical não foi documentada. Já a Carta 06.c, a seguir, apresenta a distribuição da variante *sinal*, segundo o sexo e o nível escolar.



Observa-se, na Carta 06.c, que a unidade lexical *sinal* foi produtiva apenas na fala dos informantes com Ensino Superior nas capitais sul-mato-grossense e goiana. Fato que não ocorreu em Cuiabá. Já o Gráfico XVII ilustra a distribuição dessa produtividade nos três Estados do Centro-Oeste.

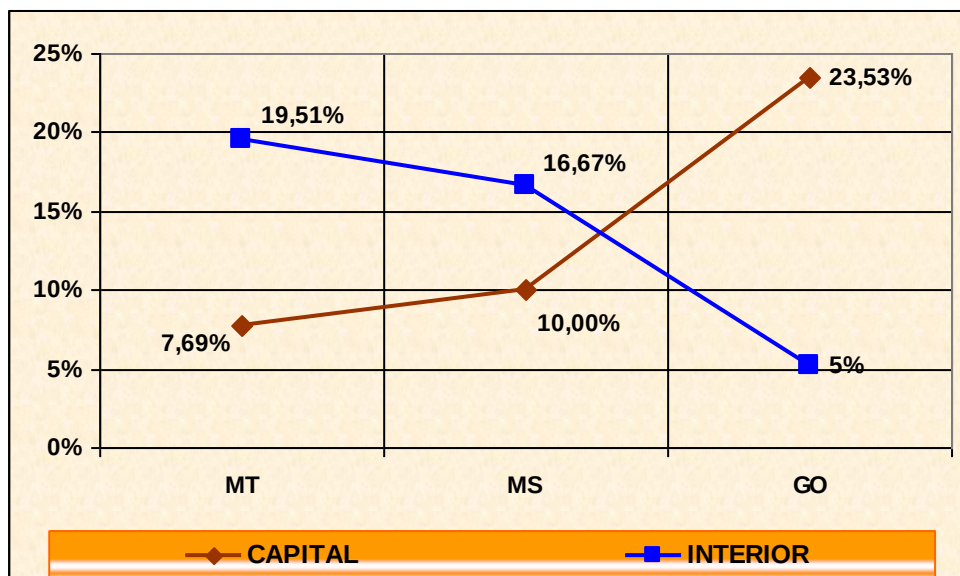


Gráfico XVII – Produtividade de *sinal* nas cidades do interior e nas capitais dos Estados da região Centro-Oeste

Nota-se pelo Gráfico XVII, que a produtividade da unidade lexical *sinal* mais produtivo na capital goiana, enquanto nas capitais mato-grossense e sul-mato-grossense alçou índice próximos de ocorrência. Situação inversa ocorre nas localidades do interior, já que em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul essa unidade lexical foi mais produtiva do que em Goiás. É possível que a forma *sinal* tenha sido mais produtiva na capital goiana em virtude da proximidade com o Distrito Federal, que atrai maior quantidade de pessoas oriundas de diversas partes do País, o que pode estar interferindo na norma linguística da capital goiana. Já *farol* não foi tão produtiva no Brasil Central, tendo sido documentada apenas no interior do Mato Grosso do Sul, em Coxim, e no interior de Mato Grosso, em Aripuanã e em São Félix do Araguaia. O mesmo ocorreu com o item lexical *sinalização*, identificado ao norte de Mato Grosso e de Goiás respectivamente, em Aripuanã e em São Domingos, e com as variantes *farolete* e *luminoso*, mencionadas por um único informante da capital de Goiás, o que pode evidenciar tratar de respostas motivadas pelo desconhecimento do nome específico para nomear aquilo que na cidade, “costuma ter em cruzamentos movimentados, com luz vermelha, verde e amarela”.

Notou-se ainda que tanto *sinaleiro* como *semáforo* apresentaram variação diageracional, conforme ilustram os Gráficos XVIII e XIX a seguir:

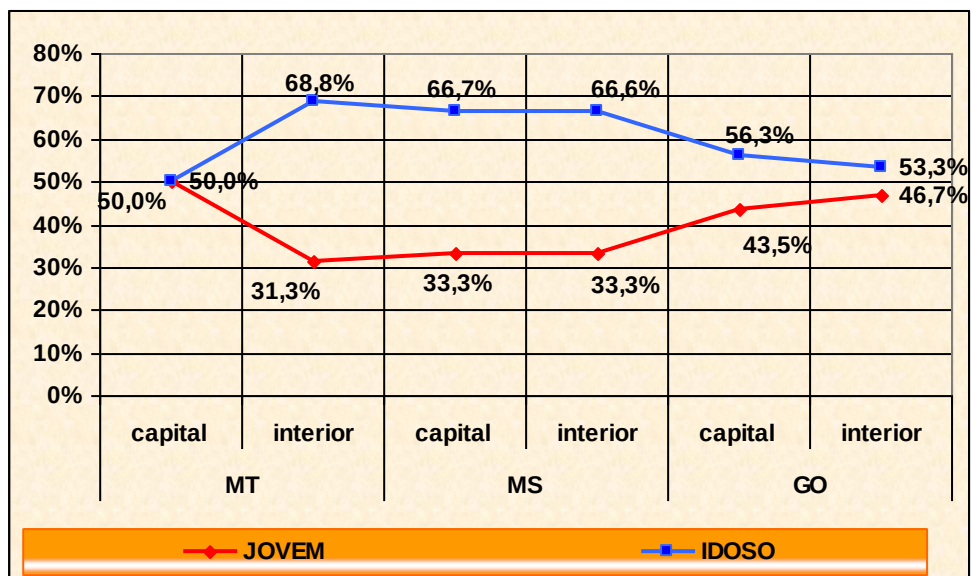


Gráfico XVIII– Variação diageracional no uso do item lexical *sinaleiro* na região Centro-Oeste.

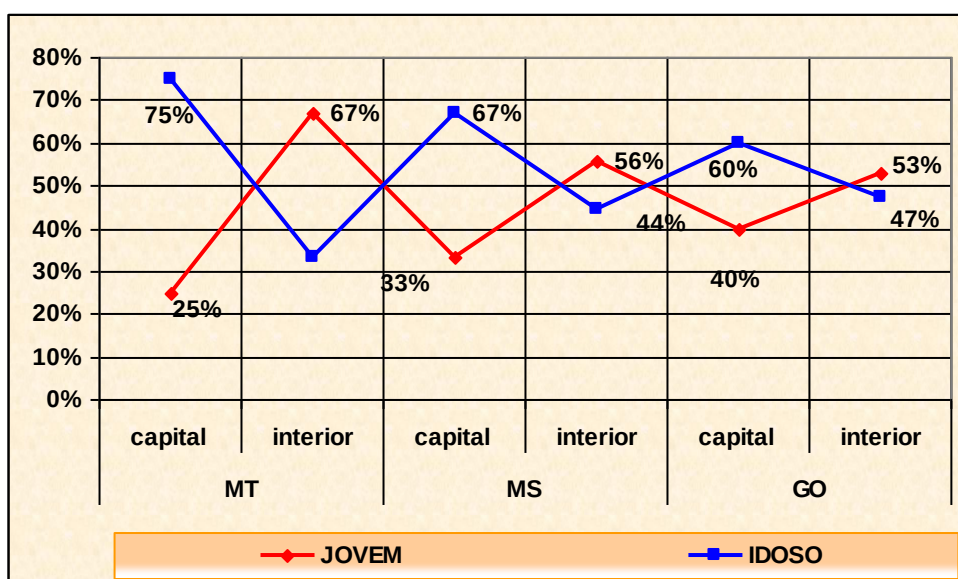


Gráfico XIX – Variação diageracional no uso do item lexical *semáforo* na região Centro-Oeste

De acordo com os resultados visualizados nos Gráficos XIX e XX, nota-se que não houve diferença diageracional no uso da variante *sinaleiro* na capital de Mato Grosso. Porém, nas demais localidades, tanto no interior quanto na capital, o item lexical *sinaleiro* foi mais produtivo entre os idosos. Isso não ocorreu com o uso da variante *semáforo*, pois apenas nas capitais ela foi mais produtiva entre os idosos, tanto entre o ensino Fundamental como com curso Superior. Já nas localidades do interior, essa unidade léxica foi mais produtiva entre os jovens.

Como síntese, a variante *sinal* (conforme mostra o Gráfico XVII) foi documentada com maior frequência entre os jovens, registrada praticamente em todo o Estado do Mato Grosso, exceto na região sudeste, que faz divisa com Goiás. Já em Mato Grosso do Sul, a unidade lexical *sinal* demonstrou-se igualmente produtiva tanto entre os jovens quanto entre os idosos. Já conforme mostra o Gráfico XIX pode-se concluir que o uso do item lexical *sinaleiro*, sobretudo entre os informantes idosos, aponta para uma tendência de enfraquecimento do uso dessa variante na fala dos mais jovens.

4.2.1.2 Análise léxico-semântica

A unidade lexical *sinaleiro* está dicionarizada apenas em Houaiss (2001), com datação de 1881. Ferreira (2004) atribui-lhe duas acepções: “aparelho utilizado para sinalizar a passagem ou a chegada dos navios, por meio de bandeiras ou luzes” e “aparelho de sinalização urbana que orienta o tráfego por meio da alteração das cores das luzes”.

O uso de *sinaleiro* para nomear esse aparato tipicamente urbano tem origem no vocabulário náutico e, contemporaneamente, também passou a nomear o aparelho para ordenar o tráfego de carros, motivado pela similaridade das funções entre os aparelhos sinalizadores. Embora o objeto *sinaleiro* tenha a mesma função tanto no perímetro da costa marítima como do tráfego citadino, ele remete a duas realidades opostas, mas com funções semelhantes. De um lado, nomeia de um referente do universo fluvial, ambiente comum sobretudo para os homens dos séculos passados, quando o transporte marítimo era o principal meio de locomoção de mercadorias e de pessoas e, por outro lado, designa um elemento do universo urbano, utilizado para sinalizar, orientar e organizar o trânsito de pedestres e veículos em cidades populosas.

Dicionarização semelhante ocorre com a unidade lexical *semáforo* em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004). Houaiss (2001) define esse item lexical como “que ou o que dá sinais”, “diz-se de ou indivíduo encarregado da sinalização nos diferentes meios de transportes”, enquanto Ferreira (2004), além da acepção “indivíduo incumbido de dar sinais a bordo”, define *semáforo* como “aquele que nas estações de estrada de ferro faz sinal aos trens para avisar que a linha se acha desimpedida”.

Nota-se que, diferentemente da forma *sinaleiro*, as acepções registradas para *semáforo* não remetem ao universo marítimo, mas ao das ferrovias, o que significa que o uso dessa variante para nomear o referente expresso na pergunta 194 do QSL pode ser de uso apenas no

espaço urbano. De acordo com Ferreira (2004), essa forma nomeia objeto que nas vias férreas, nomeia o objeto de orientação dos trens, função de certa forma mantida pelo referente em causa na contemporaneidade. O uso desse item lexical pode ter sido fortalecido no léxico do português falado no Brasil, no século XIX, em virtude do advento e a expansão das ferrovias, estimuladas pelo capital nacional e estrangeiro. Esse feito proporcionou maior crescimento industrial ao território brasileiro, uma vez que possibilitou o transporte de produtos agrícolas e minerais produzidos, em especial, no interior do Brasil até os crescentes centros urbanos. Sabe-se que, na região Centro-Oeste, até então menos significativa no contexto da economia nacional por ser praticamente desabitada, a instalação de estradas de ferro estimulou um desenvolvimento vertiginoso.

A unidade lexical *sinal*, por seu turno, é definida por Bluteau (1712-1728) e por Moraes (1813) como “qualquer coisa que indica algo”. Já Houaiss (2001) e Ferreira (2004) definem esse item, entre outras acepções, como *sinal de trânsito*, locução que, por sua vez, é definida por “aparelho de sinalização urbana”. Nota-se, pelas definições registradas nas obras lexicográficas antigas, que *sinal* que era definido genericamente. Já os dicionários contemporâneos define também como um objeto que tem como função específica emitir sinal de luz para orientar o trânsito. Houve, portanto, uma especialização de sentido.

A variante *farol*, por sua vez, está dicionarizada em Bluteau (1712-1728) e em Moraes (1813) na acepção de espécie de lampião ou lanterna grande colocada no alto da popa do navio para iluminar o caminho. Já Houaiss (2001) e Ferreira (2004), além dessas acepções, acrescentam-lhe, entre outras, “sinal luminoso de trânsito”. Houaiss (2001) classifica ainda *farol* como regionalismo do Estado de São Paulo. É possível que essa variante, comum na fala dos moradores da região Sudeste, tenha sido documentada na fala dos habitantes da região Centro-Oeste em virtude da influência, tanto de processos migratórios como dos meios de comunicação de massa.

O uso da forma *sinalização* indica uma associação com a palavra sinal. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) definem essa unidade lexical como “ato ou efeito de sinalizar, sejam em aeroportos, mares, estradas, ferrovias, entre outros, por meio de sinais luminosos, visuais ou sonoros”, ou seja, com o sentido mais geral, designando tudo aquilo que se sinaliza em um dado local, como é o caso do referente em questão.

A variante *farolete*, por sua vez, é definida por Houaiss (2001) como “farol de pequeno porte que se instala próximo à entrada de canais, portos e estreitos” e como “cada um dos pequenos faróis, dianteiros e traseiros, que, num veículo, assinala sua presença em situações de pouca visibilidade”. Definição similar é apresentada por Ferreira (2004). Assim,

como em *sinalização* ocorre associação com a palavra *sinal* , pode ter ocorrido a associação entre *farolete* e *farol* , remetendo-se, assim, ao sema “com luz”.

O mesmo pode ter acontecido com a forma *luminoso* . Houaiss (2001) e Ferreira (2004) apresentam apenas definições para essa variante como relativo à luz ou a feixe luminoso, aquilo “que emite, difunde, espalha luz (própria ou refletida)”.

Enfim, no conjunto das variantes catalogadas, notou-se que as acepções contemporâneas dos itens lexicais *farolete* , *semáforo* , *sinaleiro* e *sinalização* não constam dos dois dicionários da língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX consultados para este trabalho, fato explicado pelo uso atual dessas unidades léxicas para nomear referentes do universo urbano. Considerando-se o português falado no Brasil, esses itens lexicais são de uso comum na fala da maioria dos habitantes das cidades, até mesmo daquelas que não possuem *sinaleiro* , pois os moradores residentes nas áreas interioranas que possuem acesso aos meios de comunicação têm algum conhecimento do referente e da sua respectiva nomeação.

4. 2. 2 – QUEBRA-MOLAS / QSL/195 – “aquele morrinho atravessado no asfalto para os carros diminuïrem a velocidade”.

4.2.2.1 - Análise geossociolinguística

Ainda considerando a análise de variantes ligadas à área semântica da *vida* urbana, para a questão 195/QSL, foram documentados cinco itens lexicais: *quebra-molas* , *lombada* , *tartaruga* , *cabeça de baiano* e *ondulação* , que podem ser visualizados nos Quadros XXXVIII, XXXIX, XL e XLI.

QUADRO XL – QUESTÃO 195/QSL – GOIÁS /INTERIOR																																
Localidade Variante	Porangatu				São Domingos				Aruanã				Formosa				Goiás				Jataí				Catalão				Quirinópolis			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes							
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
Quebra-molas	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•				
Lombada			•																	•	•											
Ondulação																				•												

QUADRO XLI – QUESTÃO 195/QSL – CAPITAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE																									
Localidade Variante	Cuiabá								Campo Grande								Goiânia								
	Informantes								Informantes								Informantes								
	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	
Quebra-molas	•	•			•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		•	•				
Lombada			•	•															•			•	•		
Tartaruga								•																	
Cabeça de baiano																								•	

O Gráfico XX, a seguir, mostra a produtividade das cinco variantes em estudo:

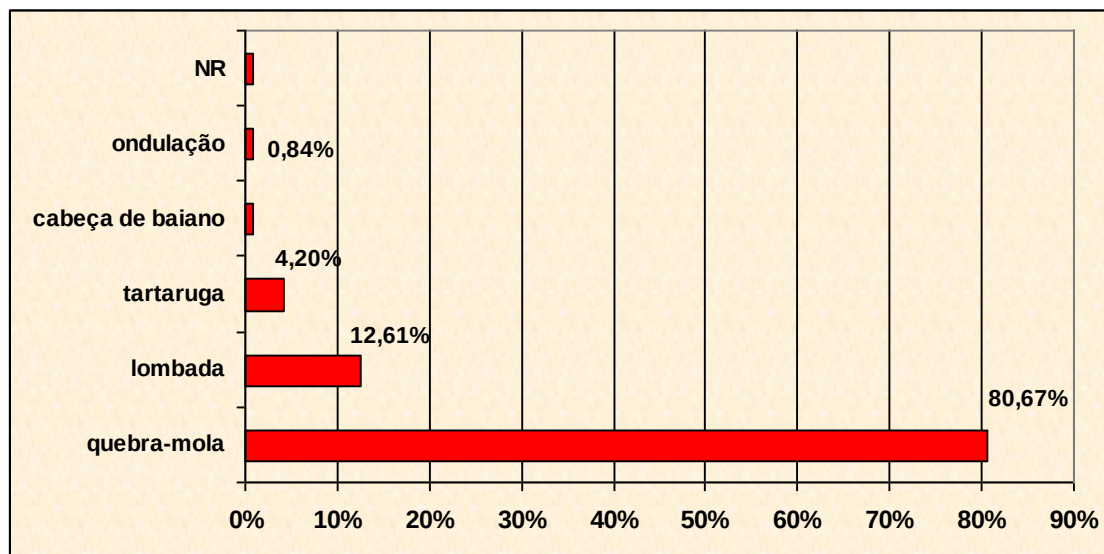
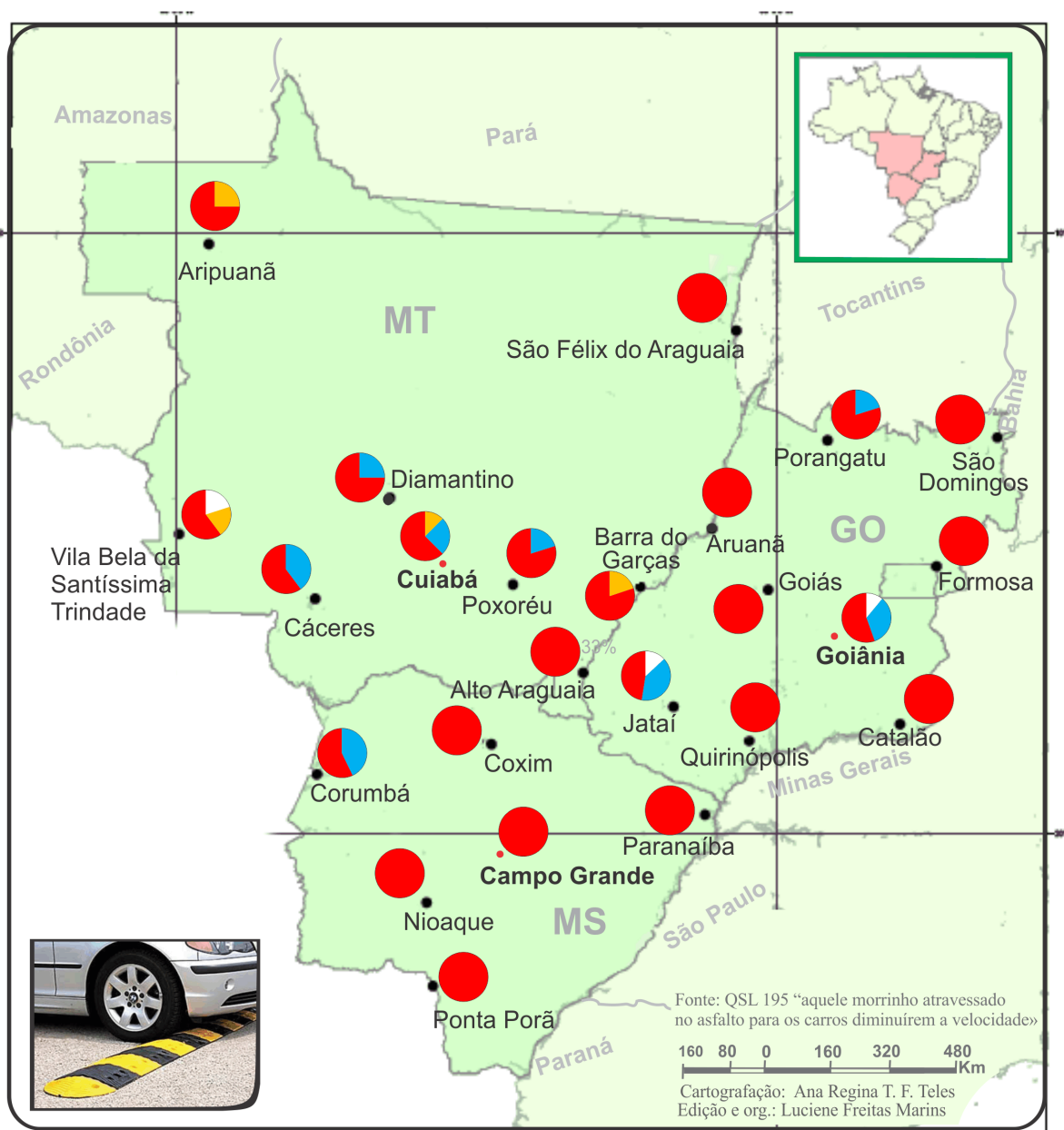


Gráfico XX – Produtividade das respostas para a pergunta 195/QSL na região Centro-Oeste.

Os dados visualizados no Gráfico XX mostram que o item lexical *quebra-mola* é o mais usual na região Centro-Oeste para nomear o referente buscado na pergunta 195 do QSL, ao passo que as formas *lombada*, *tartaruga* tiveram baixo índice de ocorrência. Já as variantes *cabeça de baiano* e *ondulação* tiveram ocorrência única. A Carta 07a, a seguir, apresenta a distribuição diatópica dessas unidades lexicais.

CARTA 7a: QUEBRA-MOLAS
Resposta à questão 195/QSL - Região Centro-Oeste



quebra-malas lombada tartaruga outras

Observa-se pelos dados organizados, na Carta 07a, que o item lexical *quebra-molas* foi mapeada em todos os pontos investigados neste estudo. A forma *lombada*, embora tenha

sido registrada nos três Estados pesquisados obteve menor índice de produtividade, enquanto a unidade lexical *tartaruga* foi citada apenas em Mato Grosso. Também foram documentadas como ocorrência única as unidades léxicas *cabeça de baiano* e *ondulação* mapeadas, por sua vez, apenas no Estado de Goiás.

Os Gráficos XXI, XXII, XXIII e XXIV, a seguir, apresentam o índice de produtividade das unidades lexicais segundo cada Estado em que foram documentadas. Os três primeiros reúnem dados oriundos das cidades do interior e o último dados coletados nas capitais do Centro-Oeste.

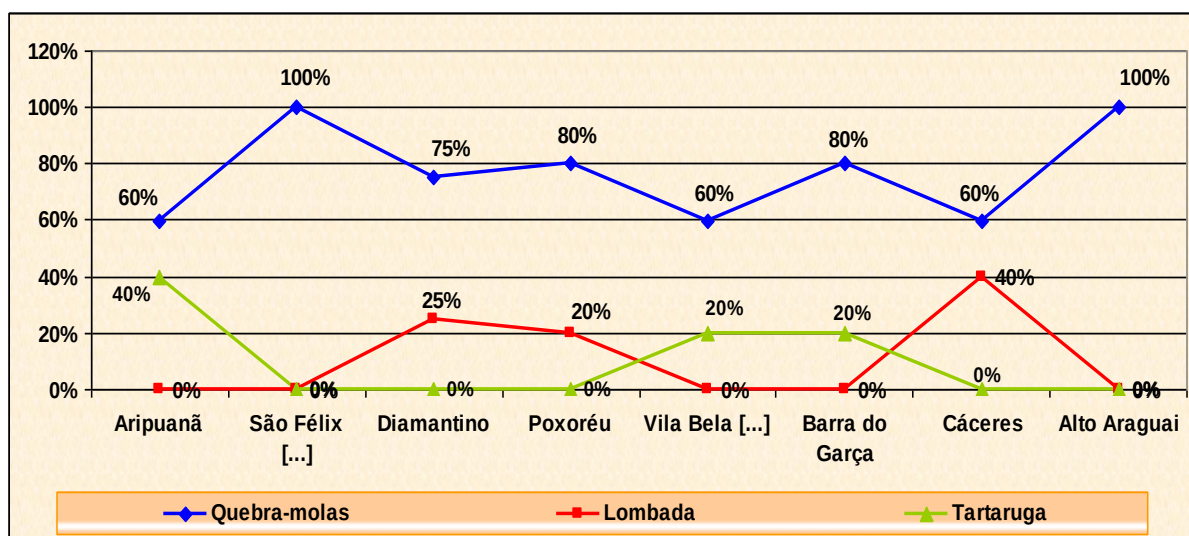


Gráfico XXI – Produtividade das respostas para a questão 195/QSL nas cidades do interior do Estado do Mato Grosso.

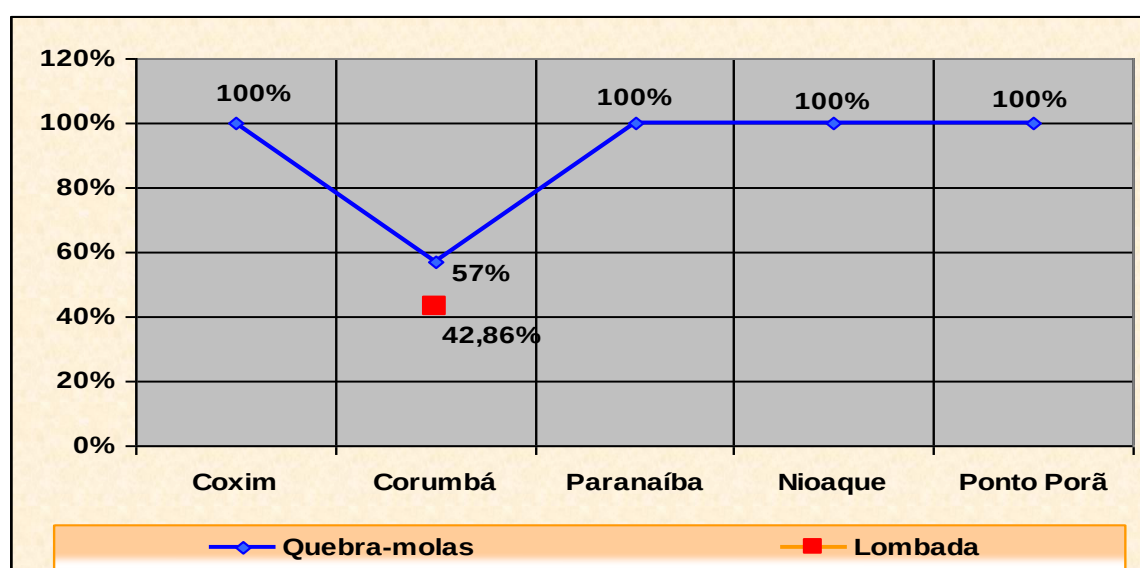


Gráfico XXII – Produtividade das respostas para a questão 195/QSL nas cidades do interior do Estado do Mato Grosso do Sul.

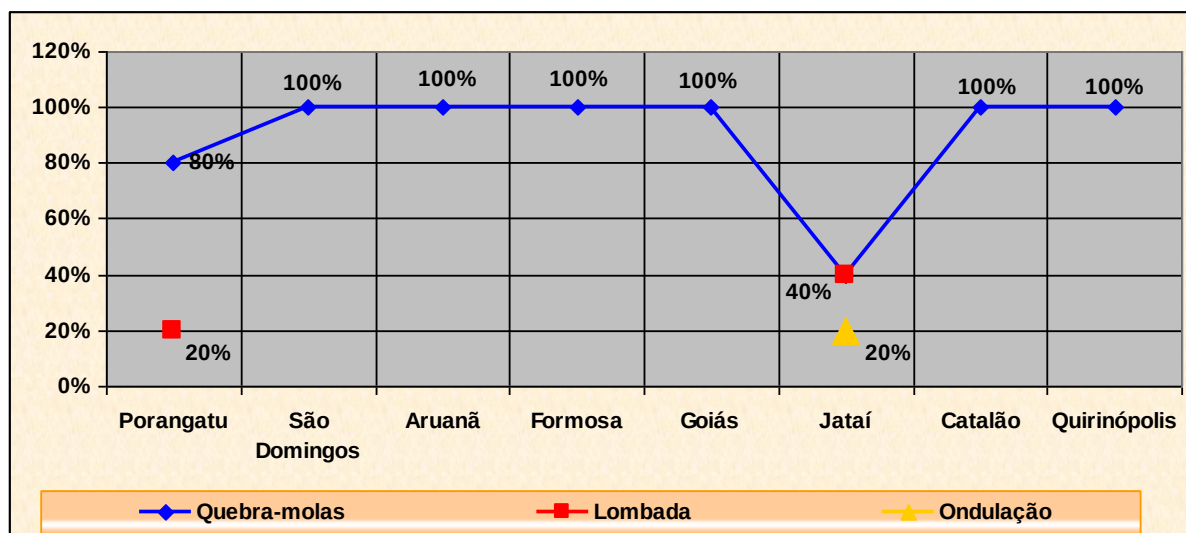


Gráfico XXIII – Produtividade das respostas para a questão 195/QSL nas cidades do interior do Estado de Goiás.

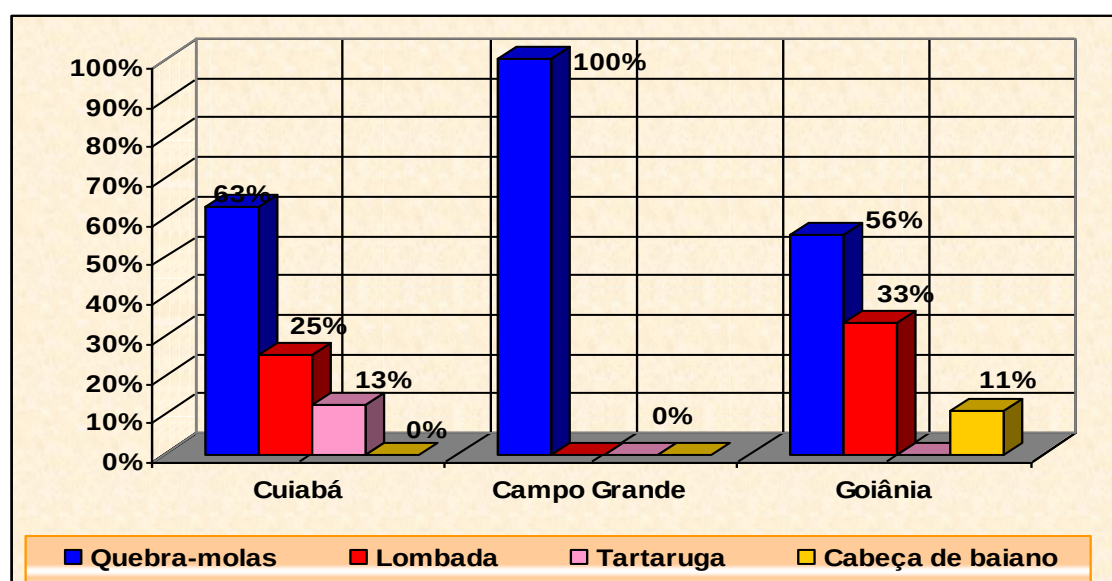


Gráfico XXIV – Produtividade das respostas para a questão 195/QSL nas capitais da região Centro-Oeste.

Observa-se, nos Gráficos XXI, XXII, XXIII e XXIV, que *quebra-molas* foi mais o item lexical mais produtivo em todas as localidades do Centro-Oeste, tanto no interior como nas capitais. No território mato-grossense, essa unidade léxica foi a mais produtiva em São Félix do Araguaia e em Alto Araguaia, obtendo 100% de produtividade. Já a unidade lexical *tartaruga* foi documenta em Barra do Garças, Vila Bela da Santíssima Trindade e Aripuanã. Os dados obtido nos Estado do Mato Grosso do Sul também confirmam a popularidade da

variante *quebra-molas* no Estado: apenas em Corumbá esse item lexical divide espaço com a variante *lombada*.

Já no interior de Goiás, assim como ocorreu em Mato Grosso do Sul, em quase todas localidades *quebra-molas* foi registrada com 100% de produtividade. A cidade goiana de Jataí foi a que documentou o menor índice de respostas para *quebra-molas*.

Ao se verificarem os resultados obtidos nas capitais, nota-se que, em Campo Grande, todos os informantes mencionaram a variante *quebra-mola*. Já em Cuiabá, essa unidade lexical divide espaços com outras designações como *lombada* e *tartaruga* e em Goiânia registraram-se *lombada* e *cabeça de baiano*.

Do ponto de vista diageracional, não houve diferença significativa quanto ao uso da variante *quebra-molas*. Já *lombada* e *tartaruga* foram mais produtivas entre os informantes da segunda faixa etária. A Carta 7b, na sequência, apresenta a distribuição da variante *lombada*, segundo o sexo e o nível escolar e o Gráfico XXV visualiza a produtividade tanto da unidade lexical *lombada* como *tartaruga*.

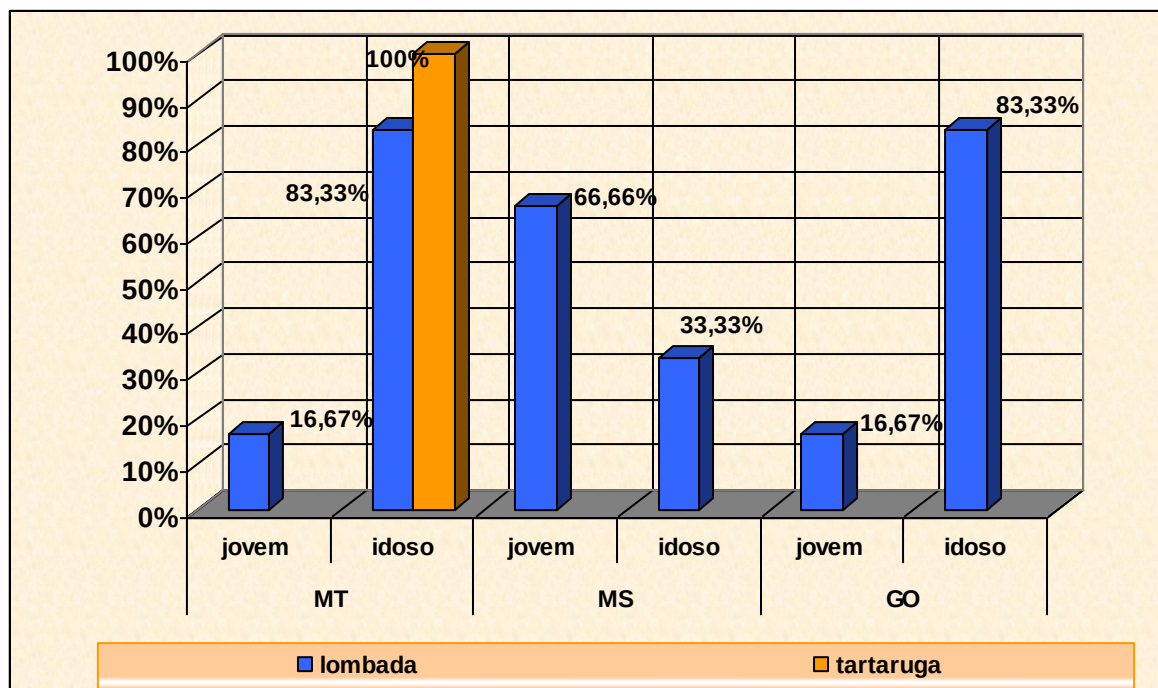


Gráfico XXV – Produtividade dos itens lexicais *lombada* e *tartaruga* na fala de jovens e idosos na região Centro-Oeste.

Enfim, o estudo das designações coletadas como resposta para a questão 195 do QSL ratifica a popularidade da variante *quebra-molas* na fala dos habitantes da região Centro-Oeste, independentemente do perfil ou da localidade e, por extensão, evidencia o enfraquecimento da unidade léxica *lombada*, tão popular nas demais regiões brasileiras, além de apresentar a forma *tartaruga*, em termos de Centro-Oeste, específica do Estado de Mato Grosso, tanto na capital como no interior.

4.2.2.2 Análise léxico-semântica

Houaiss (2001) e Ferreira (2004) atribuem à variante *quebra-molas* a acepção de “obstáculo em relevo ou em concavidade nas ruas, estradas, etc.; para obrigar a redução da velocidade dos veículos”. Houaiss (2001) classifica essa unidade lexical como um regionalismo do Brasil, de uso informal.

Já a forma *lombada* é definida por Houaiss (2001) como “declividade de pequenas elevações; lomba”, configurando-se como um regionalismo do Sudeste e Sul do Brasil, o mesmo que *quebra-molas*. Também em Ferreira (2004) documenta-se *lombada* como sinônimo de *quebra-molas* e como brasileirismo do Sudeste e Sul do País.

Observa-se que o uso desse item lexical na região Centro-Oeste pode ser uma herança paulista e sulista, haja vista que essa região “começa a despontar no cenário brasileiro a partir do avanço da frente pioneira paulista, em meados do século 20” (CUNHA, 2006, p.87). Tempos depois os paulistas ocuparam o norte do Paraná e se expandiram para o sul do antigo Estado de Mato Grosso para o desenvolvimento da pecuária de corte. “Em seguida, nos anos 60, houve a entrada de gaúchos e paranaenses que se dedicavam à cultura do trigo e da soja” (CUNHA, 2006, p. 87).

A unidade lexical *tartaruga*, por sua vez, é definida nos dicionários de Bluteau (1712-1728) apenas no sentido lato “anfíbio de concha, tem pés, da concha se fazem dentes” e por Moraes (1813) como “animal aquático muito feyo mas cuberto de hua bella concha”. O mesmo ocorre com os dicionários contemporâneos, que também só apresentam definições voltadas para o universo da zoologia. Logo, a unidade léxica *tartaruga* adquiriu um novo sentido no português contemporâneo, ainda não dicionarizado. Esse novo uso pode ter sido motivado por um processo de associação entre as características físicas do animal aquático (que tem sobre o corpo uma cobertura dura em formato de revelô) e as do obstáculo construído transversalmente nas ruas, estradas, cuja forma lembra uma concha alongada que remete ao casco do animal. É importante destacar que a declividade de pequena elevação designa *quebra-molas* e fica atravessado na rua de uma lateral a outra, enquanto *tartaruga* designa pequenos morrinhos que formam um pontilhado, e ambos configuram como formas de sinalização urbana que visam ao controle do excesso de velocidade do condutor. Outra peculiaridade no conjunto das unidades lexicais catalogadas como resposta para a questão do QSL/195 foi a forma *cabeça de baiano* documentada na fala da informante idosa com Curso Superior de Goiânia, também não dicionarizada nas obras pesquisadas. Trata-se de uma variante com conotação pejorativa, carregada de preconceito em relação aos habitantes da Bahia e, por extensão, aos nordestinos, surgindo da associação entre o suposto formato da cabeça do baiano/nordestino e o formato das partes que compõem a “tartaruga”.

A unidade lexical *ondulação*, por seu turno, mencionada apenas pela jovem de Jataí, está definida como “movimento lento que lembra o das ondas” (HOUAISS, 2001) e “forma ou linha sinuosa; sinuosidade; flexuosidade” (FERREIRA, 2004). Logo, a acepção atribuída essa unidade lexical pelos informantes do ALiB não está dicionarizada. O uso dessa unidade lexical para nomear o referente em causa talvez resulte de um processo associativo com a característica do referente. Cabe destacar que a informante jovem do Ensino de Superior Goiânia mencionou que, nas placas de sinalização dessa capital, consta “ondulação” para nomear o referente em causa, porém essa unidade lexical não é de uso comum entre os

goianos. É possível então que a jovem de Jataí tenha mencionado *ondulação* por influência das placas de sinalização.

Enfim, no conjunto dos dados catalogados como resposta para a questão 195 do QSL, exceto *quebra-molas* e *lombada*, as não estão dicionarizadas no sentido mencionado pelos informantes, o que as configura, por ora, como neologismos léxicos.

4.2.3 – CALÇADA/PASSEIO QSL/196 – “Na cidade, os automóveis andam no meio da rua e as pessoas nos dois lados, num caminho revestido de lajes ou ladrilhos. Como se chama este caminho”

4.2.3.1 - Análise geossociolinguística

Este tópico apresenta o resultado do estudo do recorte lexical obtido como resposta para a questão 196/QSL, que também corresponde sete designações: *calçada*, *passaio*, *passarela*, *beirada*, *acostamento*, *lateral* e *guarda-mão*. Os Quadros XLII, XLIII, XLIV e XLV, na sequência, apresentam essas unidades lexicais segundo o perfil do informante e a localidade em que foram mencionadas.

Os dados registrados nos quadros anteriores evidenciaram a alta produtividade da unidade lexical *calçada* na região Centro-Oeste para nomear o referente em causa, seguida de *passeio*, *beirada* e *acostamento*, enquanto *lateral* obteve apenas um registro. O Gráfico XXVI a seguir ilustra o exposto.

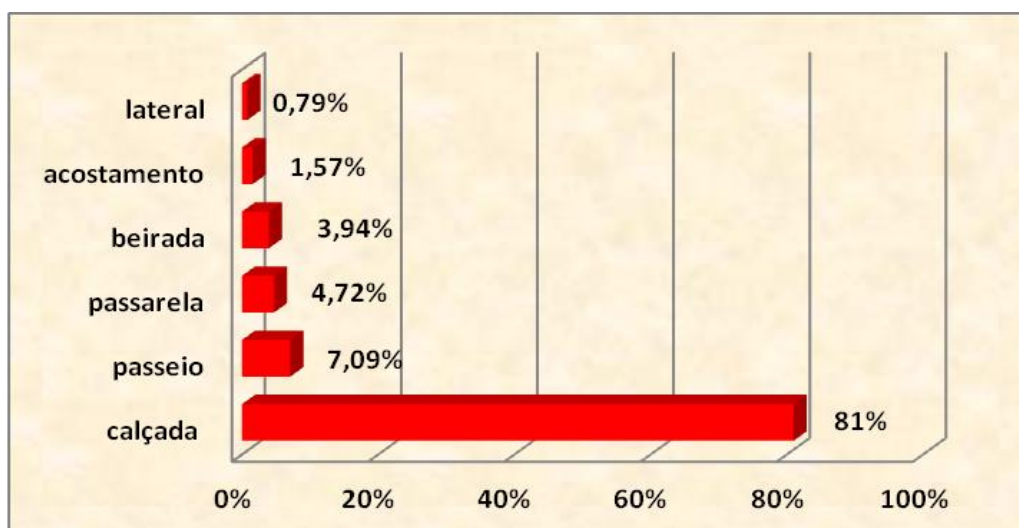
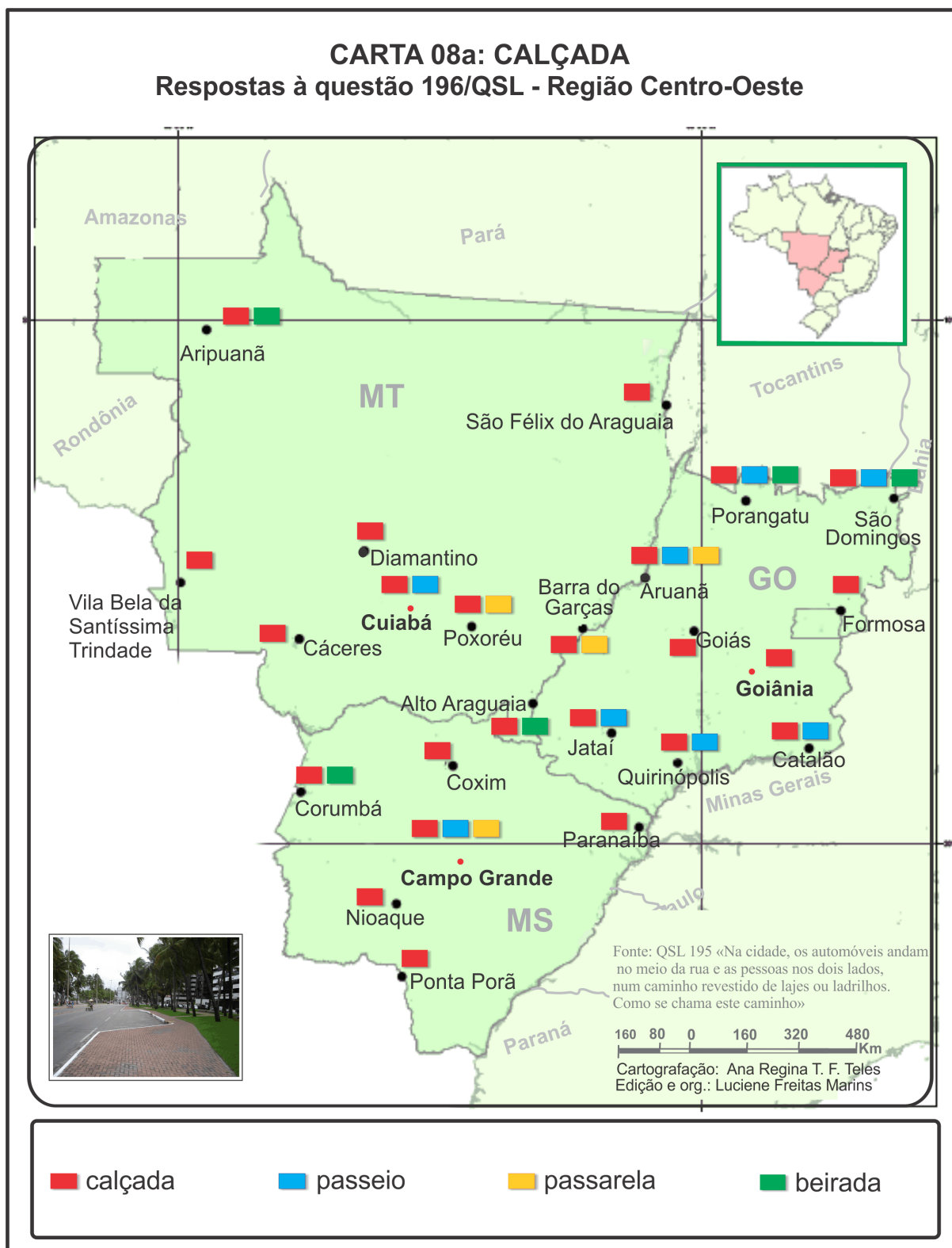


Gráfico XXVI – Produtividade das respostas para a pergunta 196/QSL na região Centro-Oeste.

A Carta 08.a, a seguir, apresenta essas unidades léxicas válidas distribuídas segundo as localidades em que foram documentadas.



Conforme já assinalado, a unidade lexical *calçada* foi registrada em todas as cidades investigadas na região Centro-Oeste com alto índice de ocorrência. Já os itens lexicais *passeio*, *passarela* e *beirada*, embora documentados nos três Estados pesquisados, alcançaram índice bem menor de produtividade.

O Gráfico XXVII, a seguir, apresenta produtividade das quatro unidades lexicais mais produtivas na região Centro-Oeste, segundo a dimensão espacial capital e interior.

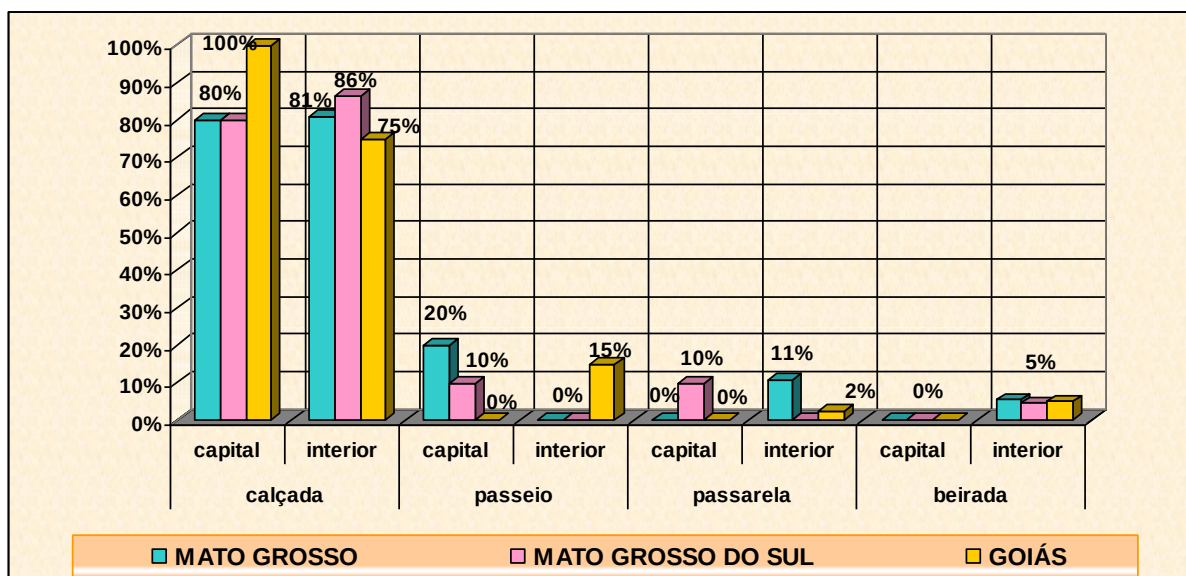


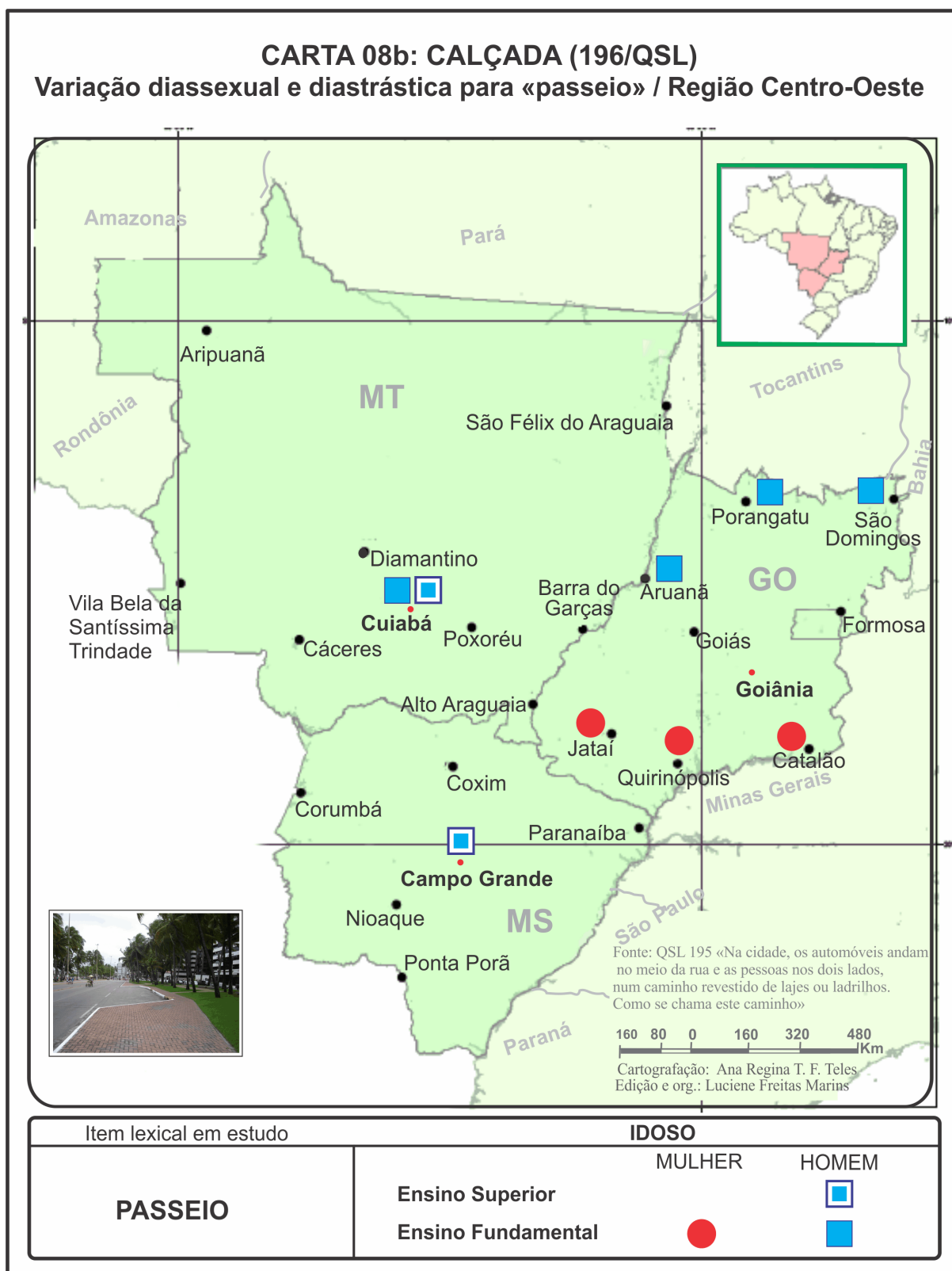
Gráfico XXVII – Produtividade das unidades lexicais *calçada*, *passeio*, *passarela* e *beirada* nas capitais e no interior dos três Estados da região Centro-Oeste.

Nota-se que a unidade lexical *passeio*, entre as capitais, foi documentada apenas em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, sendo mais produtiva na capital mato-grossense. Ao se considerar os resultados obtidos nas cidades do interior, esse resultado foi inverso, pois em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul não houve registro de *passeio*, ao contrário das localidades do interior de Goiás em que esse item lexical foi produtivo em quase todas as localidades, exceto em Formosa e em Jataí. Cabe mencionar que o registro da forma *passeio* no interior de Goiás indica traço conservador da língua, uma vez que essa unidade lexical é usual até os dias atuais em Portugal. É possível, pois, que a unidade lexical *passeio* seja uma herança linguística do colonizador português que permanece no léxico ativo dos habitantes do interior de Goiás.

Ainda de acordo com os resultados apresentados no Gráfico XXVIII, a unidade lexical *passarela* foi registrada apenas na capital do Mato Grosso do Sul e nas cidades do interior de Mato Grosso e de Goiás. Remetendo-nos aos resultados apresentados na Carta 8.a, observa-se a ocorrência dessa unidade léxica nas cidades interioranas de Mato Grosso e de Goiás, obtidas na mesma faixa territorial. Já o uso de *beirada* foi documentado apenas no interior, provavelmente pelo desconhecimento de outras formas de dada a pouca familiaridade com o referente – em cidades de pequeno porte nem sempre a calçada é um serviço disponível para

população, haja vista, inclusive, pelo grande número de ruas não asfaltadas. Cabe destacar que a unidade lexical *beirada* não nomeia, necessariamente, uma parte da calçada, isto é, a revestida de lajes ou ladrilhos. Logo, é comum, nas cidades do interior de pequeno porte, a falta dessa pavimentação na lateral das ruas e, assim sendo, justifica-se o uso de *beirada* ou *passarela* apenas nas localidades do interior da região Centro-Oeste, em cidades distantes da capital. Outra unidade lexical obtida como resposta para a questão 196/QSL foi *acostamento* registrado no Estado do Mato Grosso do Sul apenas em Corumbá e no Estado de Goiás, em Porangatu. Cabe lembrar que contemporaneamente essa unidade léxica nomeia outro referente, portanto não figura na Carta 8.a.

Do ponto de vista diageracional, a única dessas variantes que apresentou variação significativa, considerando-se o perfil do informante, foi a unidade léxica *passeio*, registrada apenas entre os informantes idosos. A Carta 08.b, a seguir, apresenta o perfil do informante, bem como a distribuição diatópica para *passeio* na fala dos informantes idosos da região Centro-Oeste.



Nota-se pelos registrados na Carta 08.b que a unidade léxica *passeio* foi documentada apenas na fala de informantes da segunda faixa etária, com maior frequência entre os informantes do sexo masculino, predominando no nível fundamental de escolaridade. Já na

fala das informantes idosas, *passeio* foi registrado apenas entre as de baixa escolaridade. Nota-se ainda que, no interior de Goiás, esse item lexical foi documentado ao norte, apenas entre os informantes idosos do sexo masculino e, ao sul, apenas entre as informantes idosas.

Enfim, no estudo das designações relacionadas à pergunta 196/QSL foram identificadas tanto unidades lexicais de uso comum em todas as localidades, como arcaísmos linguísticos evidenciados apenas na fala dos informantes da segunda faixa etária, como foi o caso do item lexical *passeio*. O registro dessa variante também foi importante porque revelou a diferença entre a fala dos informantes do interior de Goiás e a dos falantes do interior do Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

4.2.3.2 - Análise léxico-semântica

A unidade lexical *calçada* está definida em Moraes (1813) como “pancada com alça”, enquanto Houaiss (2001) e Ferreira (2004) a definem como um caminho que é calçado ou pavimentado, onde é possível a circulação de pedestres. Ressaltam também ser um lugar geralmente mais elevado. Logo, *calçada* está definida no sentido mencionado pelos entrevistados do Projeto ALiB.

Já *passeio* é definida por Bluteau (1712-1728) como “lugar do paísejo. Paísejo descoberto. Paísejo coberto” e por Moraes (1813) como “ato de passear. Modo de andar, e mover os passos [...] lugar, ou jardim onde passeyá”, acepção referendada pelos dicionários contemporâneos. Houaiss (2001), por exemplo, atribui-lhe a acepção de “caminho destinado à circulação de pedestres, quase sempre mais alto que a parte da rua em que trafegam os veículos; calçada” e Ferreira (2004) o define como “caminho um pouco elevado que ladeia as ruas junto às casas e se destina ao trânsito dos pedestres; calçada”. Nota-se que o uso do item lexical *passeio* evidencia um traço de conservadorismo linguístico no vocabulário dos informantes idosos do interior de Goiás e das capitais mato-grossense e sul-mato-grossense.

A unidade lexical *passarela*, por seu turno, é definida pelos dicionários contemporâneos na acepção de ponte destinada a pedestres que estão sobre ruas ou estradas. É possível que o uso pelos entrevistados para nomear o conceito em causa tenha sido motivado pela presença do sema “pedestre” na definição da palavra.

A unidade léxica *beirada*, por sua vez, não está dicionarizada na acepção em que foi utilizada. Moraes (1813) a define como “borda, ribanceira, do mar, do rio: margem, aba do

telhado, as telhas que saem fora do corpo do edifício”, enquanto Houaiss (2011) atribui-lhe a acepção “parte pequena ou estreita que se tira de um todo, junto à sua borda”. Ferreira (2004) apresenta-lhe a acepção de “beira, margem, borda”.

Nota-se, assim, que as acepções apresentadas pelos lexicógrafos têm sentido genérico. Dessa forma, as jovens de Aripuanã e Porangatu e os idosos de Alto Araguaia, Aruanã e Corumbá podem ter nomeado o referente em causa de *beirada* como forma de dar nome àquilo que fica na beira ou beirada da rua. A mesma motivação genérica pode ter ocorrido com o registro da variante *lateral*, mencionada pelo idoso de Corumbá que, por sua vez, está definida por Bluteau (1712-1728) como “que está em hum lado, ou nos lados” e por Moraes (1813) como algo que é do lado. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) definem o termo em causa como aquilo que é relativo a lado. Logo, nem *passarela* e nem *beirada* nomeiam o referente em causa.

O mesmo ocorreu com o registro da unidade léxica *acostamento* que também sofreu alteração de sentido na fala do grupo investigado. Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813) definem *acostamento* como o nome atribuído a uma dada moradia, enquanto Houaiss (2001), além de apresentar a acepção “moradia ou ordenado que os reis ou os fidalgos davam a seus seguidores”, acrescenta-lhe “área junto ao meio-fio de uma rua ou à margem de uma estrada, us. para estacionar veículos”, definição essa referendada por Ferreira (2004): “na superfície de uma rodovia, faixa contígua à direita da pista de rolamento, destinada à parada eventual de veículos, ao trânsito de pedestres e ao de veículos em caso de emergência”.

Observa ainda que nenhuma das obras consultadas apresentou a acepção que nomeia o referente buscado na questão 196/QSL. Provavelmente, essa unidade lexical, na vida contemporânea, esteja adquirindo um novo sentido, uma vez que até então *acostamento* era utilizado para nomear uma dada moradia e atualmente dá nome à pista lateral das rodovias. É possível também que o uso desse item léxico tenha sido motivado pela associação entre a faixa contígua à direita da pista de rolamento, destinada à parada eventual de veículos com o caminho revestido de lajes ou ladrilhos onde as pessoas andam.

Enfim, as respostas obtidas para a questão 196 do QSL demonstram que apenas a forma *calçada* está dicionarizada no sentido mencionado pelos informantes, além de *passeio*, que se configura, como um arcaísmo linguístico presente na fala dos habitantes das capitais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e nas cidades do interior de Goiás. Dessa forma, o estudo das variantes aqui estudadas configura-se importante por permitir o mapeamento de uma unidade léxica que está em via de desaparecimento, na acepção de “calçada”.

4.2.4 – ROTATÓRIA – QSL/196 – “trecho da rua ou da estrada que é circular, que os carros têm que contornar para evitar o cruzamento direto”.

4.2.4.1 - Análise geossociolinguística

Foram apuradas como resposta à questão 198 do QSL dez itens lexicais: *rotatória*, *contorno*, *trevo*, *queijo/queijinho*, *rótula*, *retorno*, *balão*, *redondo*, *bola*, *cruzamento* e *anel viário*. Essas designações estão visualizadas nos Quadros XLVI, XLVII, XLVIII e XLIX, que ilustram a distribuição diatópica das unidades catalogadas de acordo com o perfil do informante e a localidade pesquisada.

QUADRO XLVI – QUESTÃO 198 /QSL – MATO GROSSO /INTERIOR																																
Localidade Variantes	Aripuanã				São Félix [...]				Diamantino				Poxoréu				Vila Bela [...]				Barra do Garças				Cáceres				Alto Araguaia			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Trevo									•	•	•		•	•		•																•
Contorno						•						•							•	•						•						
Rotatória/rodatória					•			•													•	•						•				
Retorno	•																•								•						•	
Redondo			•											•		•																
Queijo/queijinho																					•		•	•								
Balão																													•			
Anel viário																•																
NR		•		•			•					•						•												•		

QUADRO XLVII – QUESTÃO 198 /QSL – MATO GROSSO DO SUL /INTERIOR																				
Localidade Variante	Coxim				Corumbá				Paranaíba				Nioaque				Ponta Porã			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Rotatória/rodatória			•		•	•	•	•	•	•	•	•	•		•	•	•		•	
Contorno															•					
Trevo				•																
Bola											•									
NR	•	•												•				•		•

O Gráfico XXVIII, a seguir, apresenta as variantes aqui estudadas de acordo com o índice de produtividade.

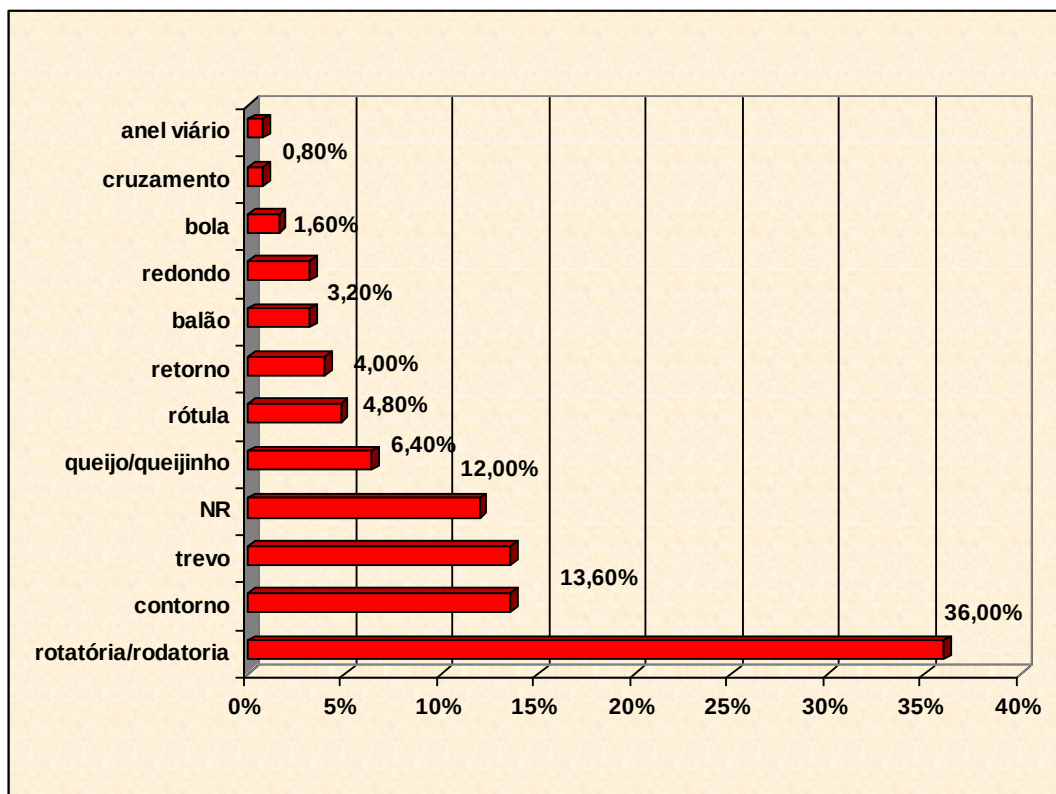
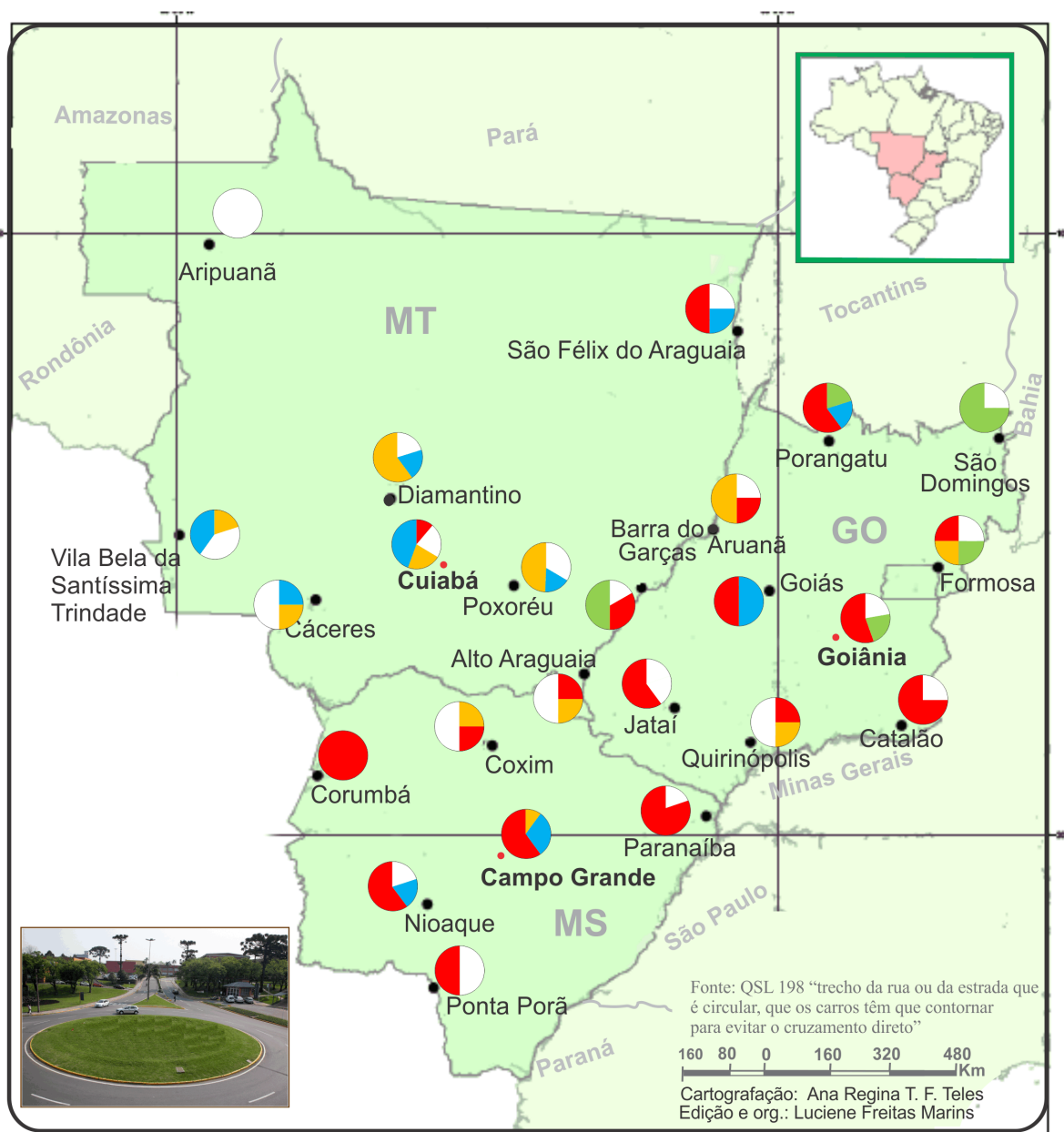


Gráfico XXVIII – Produtividade das respostas para a questão 198/QL na região Centro-Oeste

Observa-se que a forma *rotatória/rodatória* foi a mais produtiva, seguida de *contorno* e de *trevo*. Também foram registradas as variantes *queijo/queijinho*, *rótula* e *retorno*, essas duas últimas atingiram quase a mesma produtividade. O mesmo ocorreu com os itens lexicais *redondo* e *bola*, que tiveram a mesma produtividade. Outros itens documentados na região Centro-Oeste com baixa produtividade foram *bola*, *cruzamento* e *anel viário*. A Carta 09.a, a seguir, possibilita a visualização espacial das quatro variantes mais produtivas.

CARTA 09a: ROTATÓRIA

Resposta à questão 198/QSL - Região Centro-Oeste



■ rotatória
 ■ contorno
 ■ trevo
 ■ queijinho
 ■ outras

Nota-se, na Carta 09.a, que a unidade lexical *rotatória* foi a mais produtiva no universo pesquisado, apesar de não ter sido documentada em todas as localidades. Percebe-se também que o registro de *rotatória* concentra-se na faixa do território do Mato Grosso do Sul,

Goiás e uma parte do Estado do Mato Grosso. A unidade léxica *trevo*, por sua vez, foi produtiva na parte central da região Centro-Oeste, o que não ocorreu com a forma *queijo/queijinho*, documentada apenas em Goiás e em Mato Grosso divisa com Goiás. O Gráfico XXIX, a seguir, apresenta a produtividade dessas variantes apresentadas na Carta 9.b segundo cada Estado em que foi mapeada.

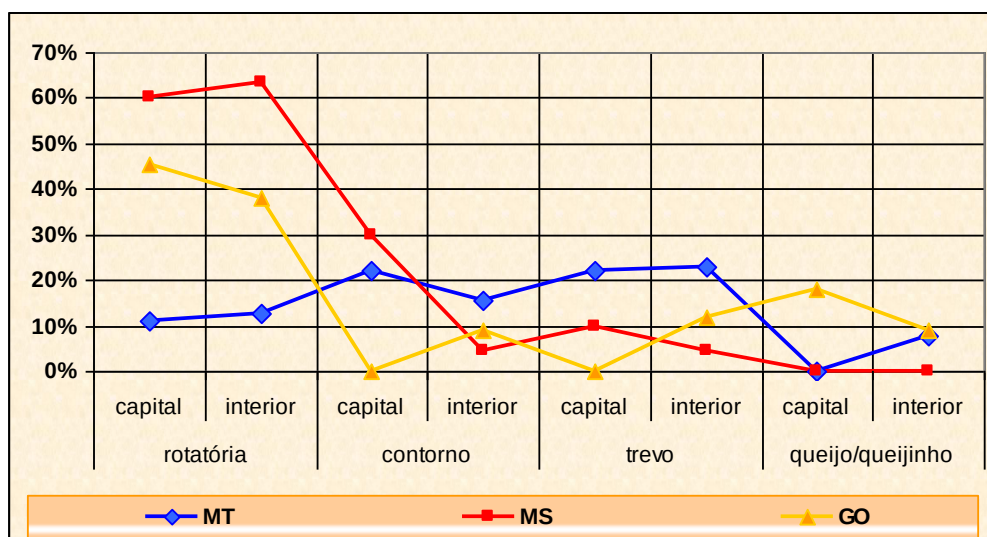


Gráfico XXIX – Itens lexicais mais produtivos para a questão 198/QSL na região Centro-Oeste.

Nota-se, pelos dados apresentados no Gráfico XXIX, que a unidade lexical *rotatória* foi mais produtiva nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, tanto nas capitais quanto no interior. Já Mato Grosso esse item lexical obteve baixo índice de produtividade, sendo que nas cidades interior *rotatória* foi mais produtiva entre os informantes jovens. Já *contorno* obteve alta produtividade entre os campo-grandenses e baixa nas cidades do interior do Mato Grosso do Sul, enquanto em Mato Grosso e em Goiás essa unidade léxica obteve percentuais semelhantes. Já a forma *trevo* foi mais produtiva em Mato Grosso. *Queijo/queijinho* ocorreu apenas na capital e nas cidades do interior de Goiás e em uma localidade de Mato Grosso, localizada na divisa com Goiás.

Neste estudo também foram registradas outras unidades lexicais, como, *rótula*, *bola*, *cruzamento* e *anel viário*. *Rótula* documentada apenas no Estado de Goiás, o que pode evidenciar um regionalismo desse Estado. O mesmo ocorreu com o uso de *redondo*, registrado apenas em Mato Grosso, enquanto as unidades léxicas *balão* e *retorno* foram mencionadas tanto em Mato Grosso quanto em Goiás: a primeira foi coletada em Cáceres (MT) e em São Domingos e Formosa (GO), essas últimas cidades situadas ao leste Goiano, na fronteira, respectivamente, com a Bahia e Minas Gerais.

Já a unidade lexical *bola* foi documentada para nomear o referente em causa apenas em Mato Grosso do Sul, na cidade de Paranaíba, como segunda resposta, e no Estado de Goiás em Quirinópolis. O registro dessa variante está situado entre o nordeste do Mato Grosso do Sul e o sul de Goiás, correspondendo, portanto, a uma faixa de fronteira entre os dois Estados. Quanto às formas *cruzamento* e *anel viário*, houve registro único, o primeiro na cidade de Jataí (GO) e o segundo em Poxoréu (MT) e devem ser resultantes de associações entre os referentes por essas unidades lexicais e o complemento pela pergunta 198/QSL/ALiB.

Julgamos importante destacar ainda que a forma *rótula* apresentou marcas diageracionais, uma vez que no interior de Goiás, tanto em Jataí como em Catalão, foi mencionado pelos informantes idosos. Já a forma *retorno* também apresentou variação quanto ao perfil do informante, pois foi documentada apenas na fala dos informantes do sexo masculino.

Quanto aos informantes que não souberam responder a questão em causa, observamos maior dificuldade para a pergunta em análise, entre os informantes do sexo feminino, o que, no conjunto dos dados, traduziu-se em 76,47% de mulheres que não souberam responder a resposta, contra 23,32% de não resposta no grupo dos informantes do sexo masculino. Esse dado revela a pouca familiaridade das mulheres com esse referente do universo nomeado.

4.2.3.2 - Análise léxico-semântica

Para fins de análise semântica, as variantes foram distribuídas em dois grupos, considerando-se os semas “movimento” e “forma física do referente”, conforme exposto na Figura XVII:

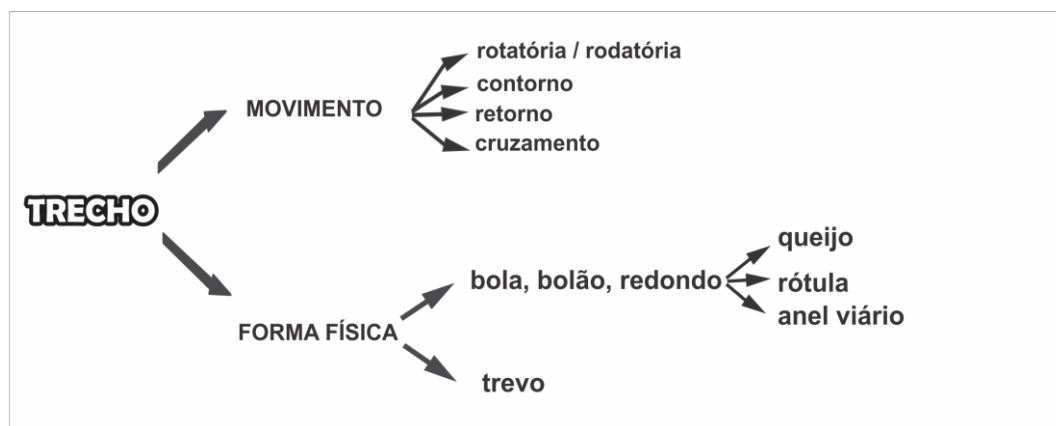


Figura XVII – Distribuição dos itens lexicais documentados na questão 198/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.

A forma *rotatória* foi a que obteve o maior índice de produtividade, no conjunto dos dados. Ferreira (2004), registra apenas, *rotatório*, como “relativo à rotação”, que é definida como “ato ou efeito de rotar; movimento giratório em torno de um eixo fixo; revolução, giro”. Nota-se que as acepções registradas por Ferreira (2004) para *rotação* podem justificar o uso de *rotatória* para nomear o referente em questão – *trecho da rua ou da estrada que é circular, que os carros têm que contornar para evitar o cruzamento direto* –, haja vista o movimento “rotatório” que o condutor efetua para contornar o trecho em pauta. Cabe lembrar ainda que, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro⁴⁷, o objeto de sinalização *rotatória* é utilizado para ordenar os veículos nos cruzamentos em que não houver sinalização, por isso o condutor que entrar primeiro em uma rotatória tem a preferência.

Já a forma *rodatória* foi mencionada em Quirinópolis, Campo Grande, Nioaque e em Coxim pelo idoso do sexo masculino com Curso Fundamental, enquanto em Cuiabá, foi citada pela informante jovem do Curso Superior. Essa forma não está dicionarizada nas obras pesquisadas.

Ao observar a etimologia dessa variante, constata-se que *rodatória* deriva de *roda*. Da mesma forma que a palavra *rotatória* originou-se de *rota*. Nesse sentido, do ponto de vista semântico, o neologismo *rodatória* está relacionado ao contexto de *rodar*. Outra hipótese é *rodatória* configurar-se como uma variante fonética de *rotatória*. A mesma associação ao sema movimento pode ter motivado o uso de unidade lexical *contorno*, definida por Houaiss (2001) como “caminho opcional; desvio, volta” e por Ferreira (2004) como “circuito, volta, periferia”. Logo, designa o caminho utilizado para contornar ou fazer uma volta. Assim, o uso de *contorno* para nomear o referente em pauta resultou da associação entre o conteúdo da pergunta, “aquilo que os carros têm que contornar para evitar o cruzamento direto”, e o formato do referente.

A unidade lexical *retorno*, por sua vez, está definida como “o pago do benefício recebido” (BLUTEAU, 1712-1728) e como “a fazenda que se leva em troca da que se levou para negociar” (MORAIS, 1813). Já Houaiss (2001) define como “ato ou efeito de retornar; regresso, volta, retornado, retornância” e Ferreira (2004) como “nas rodovias, desvio próprio para retornar”. Nota-se então que a definição apresentada por Ferreira (2004) corresponde ao sentido atribuído a essa variante pelo grupo investigado, indicando que com o advento da vida moderna, o item lexical *retorno* também passou a nomear, além do ato de receber algo, o objeto instalado nas ruas para evitar o cruzamento direto, possibilitando, pois,

⁴⁷ De acordo com o Art. 29 da Lei nº 9.503, de setembro de 1997. Informação disponível em: <http://www.denatran.gov.br/ctb.htm>. Acesso em: 03 nov 2011.

ao condutor, fazer um retorno. Assim, o nome do ato de retornar, contemporaneamente, passou a nomear o próprio objeto que é contornado.

Já unidade lexical *cruzamento*, mencionada apenas pelo jovem de Jataí, está definida por Bluteau (1712-1728) como oriunda do verbo *cruzar*. Já Moraes (1813) registra com a acepção de “o gilváz, o que se dá na cara. O cruzamento da minha cara, *não o irá ao soalheiro*”, isto é, o golpe cruzado que se dá na face do adversário. Houaiss (2001) e Ferreira (2004), por sua vez, registram a acepção contemporaneamente do item léxico: “ponto ou lugar onde alguns caminhos, como, ruas, estradas, avenidas se cruzam” que não necessariamente se assemelha ao espaço nomeado como rotatória.

Pode-se dizer que, embora Houaiss (2001) e Ferreira (2004) não registrem para *cruzamento* a acepção que corresponda especificamente ao conceito requisitado pela pergunta 198/QSL, o item lexical *cruzamento* está definido como forma de nomear o referente ligado ao tráfego urbano. Logo, o informante jovem de Jataí, que provavelmente desconhece o referente, associou-o ao nome do objeto circular que propicia essa situação, nomeando-o como *cruzamento*, termo de uso mais genérico, uma vez que os *cruzamentos* não têm, necessariamente, uma *rotatória* ou um *sinaleiro*.

Já o uso das unidades lexicais aqui agrupadas segundo o sema “forma física do referente” – *bola*, *balão* e *redondo* – decore de um processo de associação estabelecida entre nome e referente, ou seja, o processo de nomeação foi motivado pela forma circular do objeto.

A unidade lexical *bola*, por exemplo, esta é definida por Bluteau (1712-1728) como objeto “redondo”, e por Moraes (1813) como “peça de madeira ou marfim sólida, oca, esférica”. Houaiss (2001) e Ferreira (2004), por seu turno, define o item lexical como qualquer objeto ou coisa em formato esférico. Já *balão*, nos dicionários contemporâneos, está definida como qualquer objeto esférico: uma bola ou um globo.

A forma *redondo*, por seu turno, também está dicionarizada nas obras antigas como designação do objeto que “tem figura circular”, definição essa referendada nas obras contemporâneas, como objeto “que tem forma de rolo; círculo, anular”. Nota-se, portanto, que tanto *bola* quanto *balão* e *redondo* nomeiam objetos com representação geométrica circular.

Outra unidade léxica documentada no Estado de Goiás é *queijo/queijinho* está dicionarizada apenas como termo da culinária, na acepção de “qualquer alimento com a forma ou consistência de queijo” (HOUAISS, 2001). É possível que o termo *queijo* ou *queijinho* também tenha seu uso motivado para nomear o referente em questão devido à forma circular desse trecho da rua, atribuindo-se, portanto, um novo sentido à palavra *queijo*. Trata-se de um regionalismo de Goiás.

Já a unidade léxica *rótula*, documentada apenas no Estado de Goiás, pode ter adquirido novo sentido com o advento da modernização, uma vez que, nas obras lexicográficas antigas, está definida como “paleta o joelho; obra de madeira, com gelosias para tapar as janelas” (BLUTEAU, 1712-1728) e como “rôtula ou pateleta do joelho” (MORAIS, 1813). Houaiss (2001) atribui-lhe a definição de “denominação substituída por *patela*” que, por sua vez, está definida como “osso sesamóide situado na parte anterior do joelho [Anteriormente denominado *rótula*]”. Ferreira (2004), por seu turno, define *rótula* como “cada um de dois ossos situados adiante da articulação de cada fêmur com a tíbia homolateral” e como “articulação situada entre dois elementos de uma estrutura, e destinada a permitir seus deslocamentos angulares relativos”. Também nesse caso, a possível motivação para o uso de *rótula* poder ter ocorrido por associação a forma circular do referente em questão.

Outra unidade lexical catalogada neste estudo foi *anel viário*, dicionarizada apenas em Houaiss (2001) com a rubrica de urbanismo na acepção de “rodovia que contorna uma área urbana”. Já Aulete (2006) define *anel rodoviário*, como “conjunto de rodovias que circunda uma cidade ou área urbana”. Nota-se que tanto a unidade léxica *anel viário* como *anel rodoviário* nomeiam outro referente relacionado ao processo de urbanização das cidades, diferente do conteúdo contemplado pela pergunta 198/QSL.

Já o item lexical *trevo* está dicionarizado nas obras lexicográficas dos séculos XVIII e XIX apenas com a acepção de “hervas”. Houaiss (2001), além da acepção tipo de ervas, classifica esse item lexical como termo da engenharia e do urbanismo, na acepção de “complexo de vias elevadas e/ou rebaixadas, para evitar cruzamentos de nível em rodovias de tráfego intenso”. Já Ferreira (2004) o classifica com brasileirismo na acepção de “entroncamento de vias elevadas e/ou rebaixadas, que se entrelaçam lembrando a forma de um trevo e se destinam a evitar cruzamentos em pontos de tráfego muito movimentado”. Nota-se, assim, que o termo *trevo*, antes utilizado apenas para nomear plantas ou ervas cujas folhas se dividem em partes, na atualidade, passa a dar nome ao trecho circular da rua que tem a forma geométrica dessa planta.

Enfim, no conjunto dos dados catalogados para a questão do QSL 198, que busca designações para *trecho da rua ou da estrada que é circular, que os carros têm que contornar para evitar o cruzamento direto*, observou-se que várias unidades léxicas catalogadas para esta questão foram motivadas pela forma circular do objeto, sendo elas: *bola*, *balão*, *queijo*, *redondo*, *rótula* e *anel viário*. Já outras foram motivadas pelo movimento giratório que o condutor ao circular esse tipo de trecho, como, *rotatória*, *rodatória*, *contorno*, *retorno*. Além

dessas, *cruzamento* indica o movimento transitório e *trevo* pode ter sido obtida por extensão de sentido. Trata-se de uma pergunta do QSL que reuniu designações para um referente tipicamente urbano.

4.2.5 – ÔNIBUS URBANO – QSL/200 – “a condução que leva mais ou menos quarenta passageiros e faz o percurso dentro da cidade”.

4.2.5.1 - Análise geossociolinguística

Passamos agora para os resultados obtidos na última questão que compõe o grupo das perguntas que contemplam conceitos voltados diretamente para referentes do mundo urbano. Nessa questão, foram catalogadas treze unidades lexicais: *ônibus*, *ônibus coletivo/transporte coletivo*, *ônibus circular*, *micro-ônibus/miniônibus*, *van*, *ônibus urbano*, *jardineira*, *cata-corno*, *baú*, *lotação*, *baleia*, *besta* e *balança mas não cai*. Os Quadros L, LI, LII e LIII, a seguir, visualizam a distribuição diatópica, diageracional, diafásica e diastrática desses dados lexicais.

[illegible]

QUADRO LI – QUESTÃO 200 DO QSL – MATO GROSSO DO SUL /INTERIOR																				
Localidade Variante	Coxim				Corumbá				Paranaíba				Nioaque				Ponta Porã			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Ônibus circular	•	•	•	•					•	•	•	•	•	•	•		•	•		•
Ônibus				•	•	•	•						•		•	•	•		•	
Ônibus coletivo/transporte coletivo					•		•	•											•	

Para a visualização do índice de produtividade das unidades lexicais em exame apresentamos o Gráfico XXX:

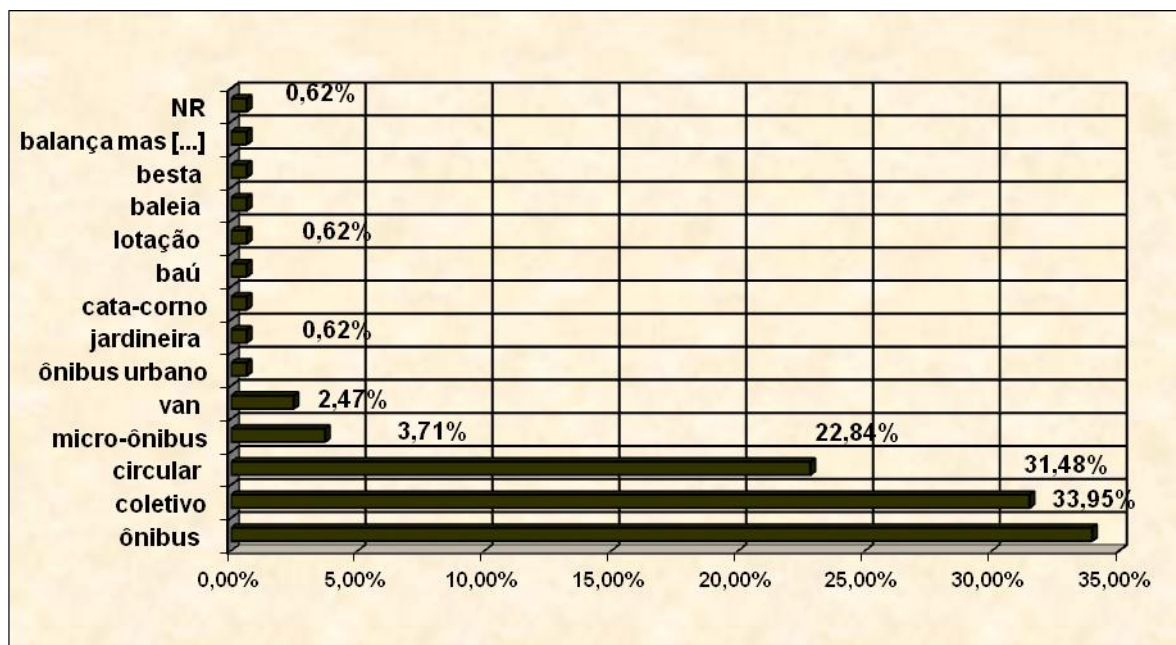


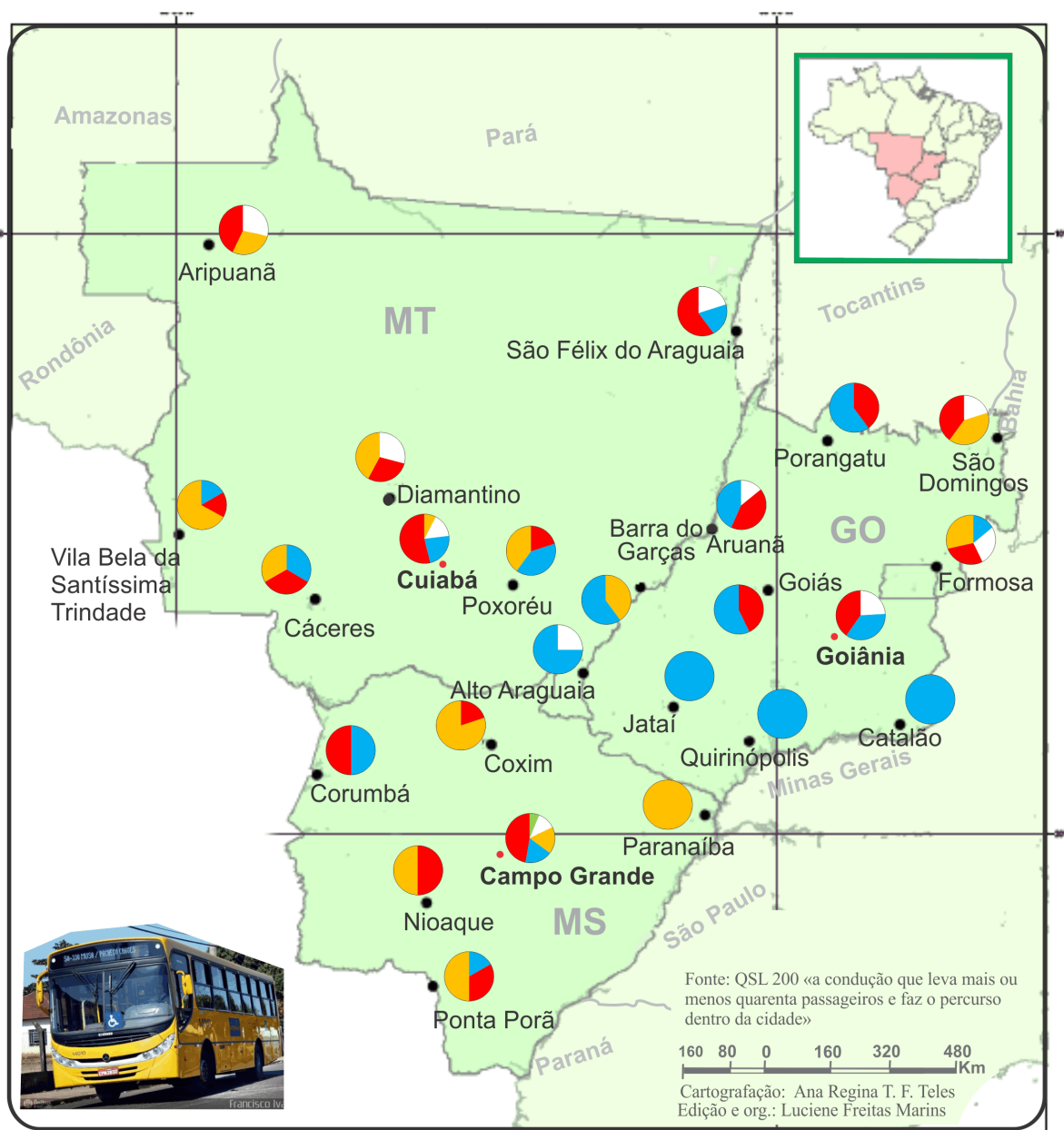
Gráfico XXX – Produtividade das resposta para a questão 200/QSL na região Centro-Oeste.

Observa-se, no conjunto geral, a unidade léxica *ônibus* foi a mais produtiva, seguida de *ônibus coletivo* e *ônibus circular*, que também tiveram altos índices de produtividade, diferentemente das formas *micro-ônibus/miniônibus* e *van*, aparece com baixa produtividade. Já os itens lexicais *ônibus urbano*, *jardineira*, *cata-corno*, *baú*, *lotação*, *baleia*, *besta* e *balança mas não cai* tiveram ocorrências únicas, assim como houve apenas um registro de não resposta.

A Carta 10, a seguir, possibilita visualizar a distribuição diatópica das variantes que tiveram mais de um registro no conjunto geral dos dados.

CARTA 10: ÔNIBUS URBANO

Resposta à questão 200/QSL - Região Centro-Oeste



ônibus

coletivo

circular

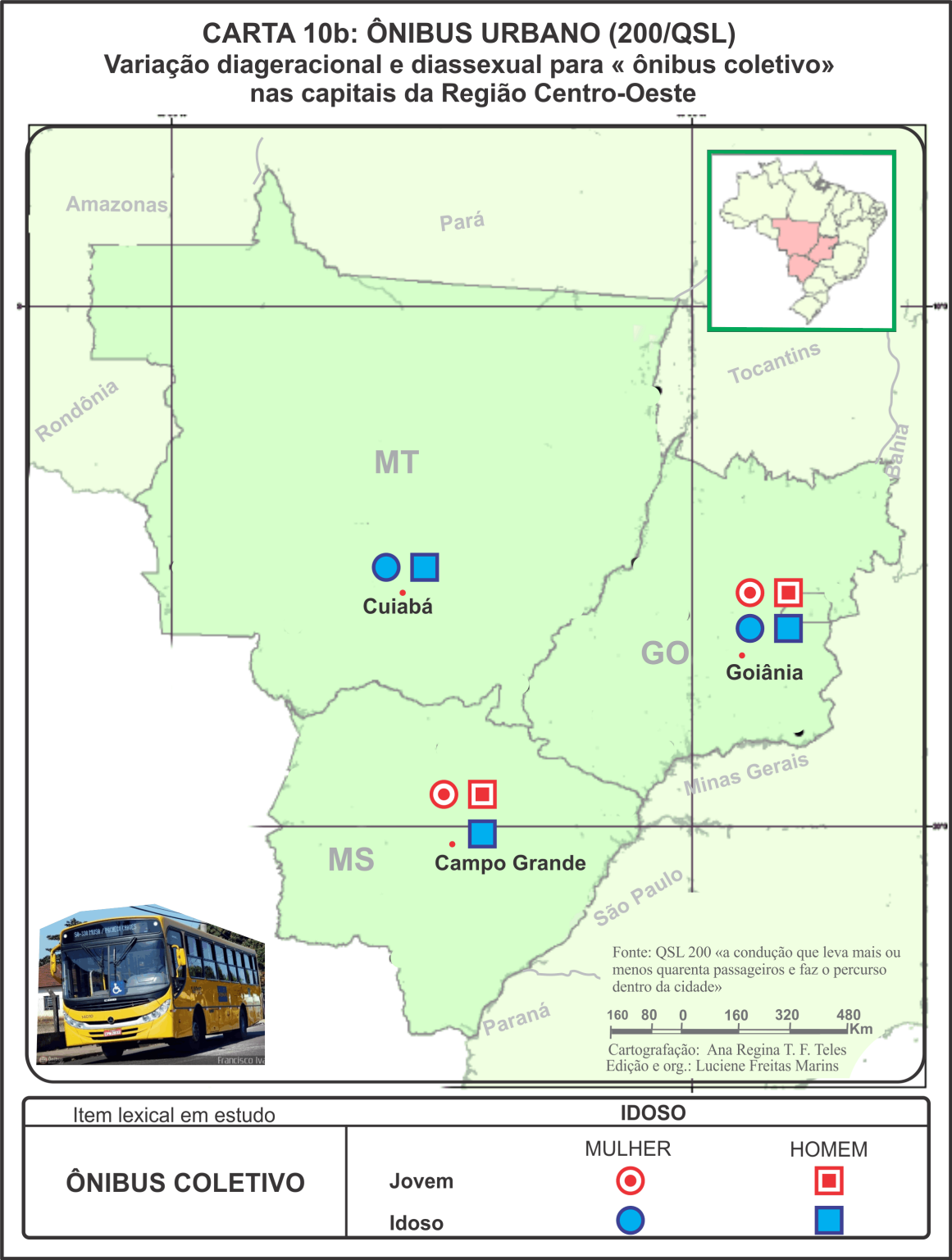
urbano

outras

De acordo com os resultados apresentados na Carta 10a, pode-se observar que *ônibus* e *ônibus circular* foram registrados praticamente em toda a região Centro-Oeste, sendo exceção apenas a faixa sul de Goiás na divisa com o sudeste de Mato Grosso, em que essas formas não foram mencionadas. A variante *ônibus coletivo* também foi predominante em toda a região pesquisada, tendo sido mais produtiva no Estado de Goiás, sobretudo faixa sul, onde foi o único item lexical documentado.

Em relação as cidades do interior, o percentual da unidade lexical *coletivo* no Estado do Mato Grosso, é superior em Alto Araguaia e Barra do Graças, cidades que fazem divisa com o Estado de Goiás, onde foi documentado o maior percentual dessa unidade lexical, sobretudo em Jataí (cidade vizinha de Alto Araguaia), Quirinópolis e em Catalão. Tal fato não ocorreu do lado sul-mato-grossense, onde, na cidade de Coxim não foi documentada a forma *coletivo*, ocorreram as variantes *ônibus* e *ônibus circular*, de uso comum na fala dos habitantes desse Estado.

Cabe destacar ainda que a variante *ônibus coletivo* foi a mais produtiva nas cidades do interior dos três Estados independentemente do perfil do informante, o que não ocorreu nas capitais, em que a produtividade maior foi variante *ônibus coletivo* na fala dos idosos, conforme ilustra o Carta 10.b



Observa-se que o índice de produtividade de *ônibus coletivo* foi maior entre os informantes idosos, especialmente em Cuiabá, onde não foi registrado esse item lexical na fala dos jovens. Já nas demais capitais, houve registro dessa variante, embora com menor índice de produtividade.

Em termos de produtividade, as unidades lexicais *ônibus*, *ônibus coletivo* e *ônibus circular* registraram diferenças, se compararmos as cidades do interior com as capitais de cada Estado da região Centro-Oeste, conforme o visualizando no Gráfico XXXI:

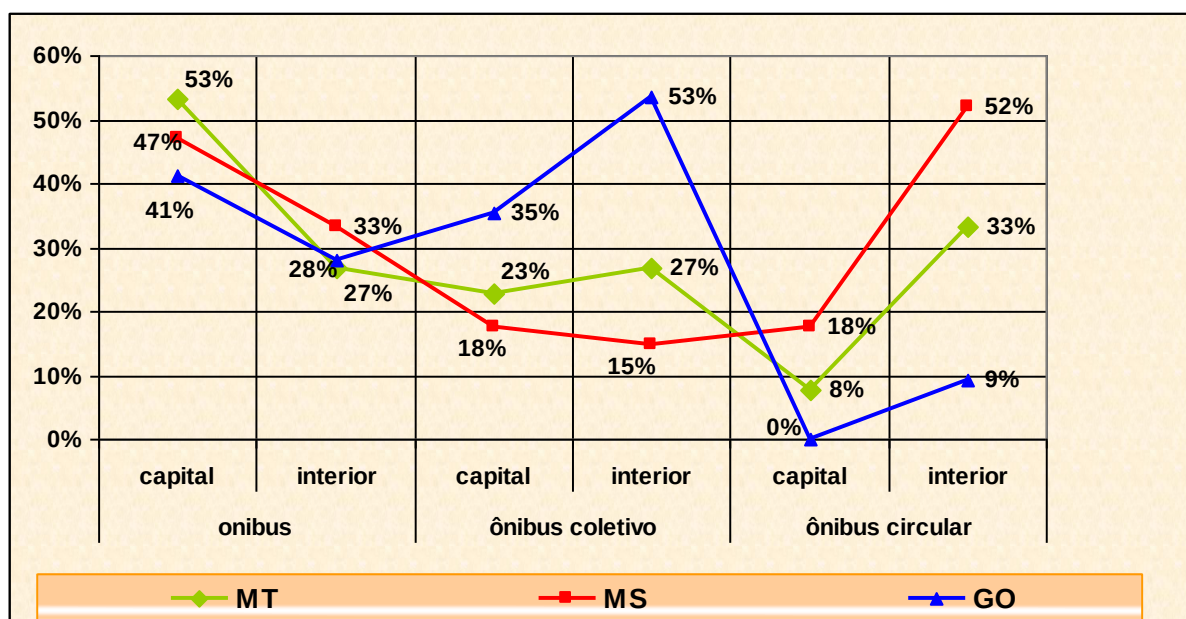


Gráfico XXXI – Itens lexicais mais produtivos na região Centro-Oeste para a questão 200/QSL, considerando-se a dimensão capital/interior.

Observa-se que, entre as três capitais, a unidade lexical *ônibus* foi a mais produtiva. Em relação às cidades do interior da região Centro-Oeste, esse termo foi o mais produtivo apenas em Mato Grosso do Sul, enquanto, no interior de Mato Grosso, a forma mais usual foi *ônibus circular*, e em Goiás, *ônibus coletivo*.

Cabe lembrar que além das unidades lexicais *ônibus*, *ônibus coletivo*, *ônibus circular* e *ônibus urbano* que nomeiam especificamente o conceito em questão, também foi obtida como resposta a forma *micro-ônibus/miniônibus* registrada apenas na parte norte e nordeste de Mato Grosso e leste e nordeste do interior de Goiás, além da capital (área central) goiana. A unidade lexical *van*, por sua vez, foi produtiva em Goiânia, Formosa e Diamantino.

Do ponto de vista diageracional, as ocorrências únicas também chamam a atenção, uma vez que cinco das oito variantes foram citadas por informantes idosos. As formas *balança mais não cai*, *baleia* e *ônibus urbano* foram indicadas, por exemplo, pelo idoso de Cuiabá do Ensino Superior (as duas primeiras), e a última, em Campo Grande, pelo idoso do

Ensino Fundamental. O mesmo ocorreu na documentação dos itens lexicais *besta* e *jardineira*, registrados apenas na fala das informantes idosas do sexo feminino – a primeira variante documentada em Diamantino e a segunda, em Campo Grande. De acordo com a fala da informante idosa campo-grandense reforça o caráter conservador dessa variante: *antigamente era jardineira. Num falava ônibus de jeito nenhum. Todo mundo era: eu vou de jardineira. Carro quase ninguém tinha, né, o carro era a jardineira. Agora hoje ninguém fala mais. É ônibus!*

A mesma informação também registra na fala da informante idosa de Paranaíba que mencionou: *antigamente todos falavam vou de jardineira, como quase ninguém tinha carro todo mundo fala jardineira*. Cabe destacar essa informante idosa afirma que usa apenas a variante *ônibus circular* para nomear o referente em causa.

Já as unidades léxicas *baú*, *cata-corno* e *lotação* foram registradas apenas entre os jovens – a primeira em Campo Grande, a segunda em Aruanã e a última em Goiânia.

Enfim, no conjunto dos dados catalogados como resposta para a questão 200 do QSL, foram identificadas diferentes formas de nomear esse referente tão popular no perímetro urbano, como *ônibus circular*, mais produtivo nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tanto nas capitais como interior; e *ônibus coletivo*, predominante sobretudo no sul de Goiás além da e a unidade lexical *jardineira* que, em anos passados, nomeava o veículo de transporte das zonas rurais até a cidade. Diante disso, pode-se afirmar que as diversas formas de nomear aqui estudadas apresentaram, ora marca diatópica, ora marca diageracional.

4.2.5.5 - Análise léxico-semântica

A unidade lexical *ônibus*, tão comum no léxico português contemporâneo, está definida por Houaiss (2001) como regionalismo do Brasil e de Angola na acepção de: “veículo grande, automóvel, us. para o transporte coletivo (urbano, interurbano, intermunicipal, interestadual etc.) de passageiros [...]” e em Ferreira (2004) como “veículo automóvel para transporte público de passageiros, com itinerário preestabelecido”. Nota-se que, segundo as acepções apresentadas pelos dois lexicógrafos, a unidade lexical *ônibus* nomeia tanto o veículo de circulação urbana quanto interurbana, demonstrando que esse item é de uso geral para nomear a condução em questão dentro e fora do perímetro urbano.

A unidade léxica *ônibus coletivo*, por sua vez, está registrada na obra de Houaiss (2001) também como regionalismo do Brasil na acepção de o “veículo para transporte coletivo (ônibus, bonde etc.) e por Ferreira (2004) como um brasileirismo que dá nome ao

“veículo de transporte coletivo”. O item lexical *coletivo* configura-se como uma forma reduzida de ônibus coletivo que nomeia o veículo de uso comum a toda a população para se locomover de um lugar para outro.

O mesmo pode ser observado no uso do item lexical *circular*, registrado em Bluteau (1712-1728) e em Moraes (1813) com duas entradas: como adjetivo no sentido do que nomeia objeto redondo, em forma de círculo e como verbo, na acepção de aquilo que se movimenta de forma circular. Essas acepções são referendadas pelos dicionários contemporâneos: de Houaiss (2001) e de Ferreira (2004). Porém, nenhuma das obras lexicográficas consultadas registra a acepção em que foi utilizada pelos informantes do Projeto ALiB. Desse modo, é possível que a forma *circular* na acepção de “ônibus coletivo” seja de uso mais recente da língua por isso ainda não está dicionarizada. O uso do item lexical *circular* nessa acepção resulta da extensão de sentido, já que o tipo da trajetória por ele designado circula pela cidade, logo, o homem contemporâneo da região Centro-Oeste passa a designar de *circular*.

Não distante desse resultado, encontra-se a documentação da forma *urbano*, registrada apenas em Ferreira (2004) e em Aulete (2006) na acepção de “transporte urbano”. Já o item lexical *lotação*, das obras consultadas, apenas Houaiss (2001) define como “pequeno ônibus us. como transporte coletivo”. É possível que o uso dessa variante tenha sido motivado em virtude de esse veículo estar constantemente lotado de passageiros.

Além das designações que indicam alguma particularidade do objeto nomeado, também foram catalogadas aquelas que fazem menção a tipos específicos de *ônibus*: *micro-ônibus/miniônibus*.

A unidade lexical *micro-ônibus* está definida por Houaiss (2001) como regionalismo do Brasil que nomeia o “veículo de transporte coletivo, menor do que o ônibus” e por Ferreira (2004) como “veículo de transporte coletivo, em geral com duas portas e menor que o ônibus”. O uso desse item lexical sugere não se tratar do transporte em questão, conforme mencionado pelos informantes de São Domingos e Formosa, uma vez que a unidade léxica *micro* indica pequenez, indicando, portanto, se tratar de um tipo específico de condução. O mesmo pode-se concluir do uso da unidade lexical *mini-ônibus* que também nomeia um veículo de transporte menor que o ônibus convencional. Vale destacar também que essa forma não está dicionarizada em nenhuma das obras consultadas.

Algumas variantes registradas configuram-se como a marca do veículo destinado ao transporte de passageiros, no caso, *van* e *besta* foram mencionadas apenas no Estado de Goiás, em Formosa e Goiânia. A primeira está dicionarizada em Houaiss (2001) como oriunda do inglês (*van*), que nomeia o “veículo automóvel para transporte coletivo de um

número limitado de passageiros (ger. entre oito e 16); tb. adaptado para comércio ambulante [...]”. O uso desse estrangeirismo deixa transparecer a influência da língua inglesa no português do Brasil, registrada, sobretudo, em virtude da urbanização. Nota-se que a variante *van* nomeia um tipo de automóvel muito frequente nos grandes centros urbanos, e que, de acordo com os dicionaristas, é destinada ao transporte de cargas e de pessoas. Como esse tipo de veículo se popularizou como opção de transporte no meio urbano, por um processo metonímico, a marca passou a designar o próprio veículo. O mesmo se aplica à unidade lexical *besta* que corresponde, no setor automobilístico, ao modelo de carro do tipo Van e também se popularizou no Brasil, ocorrendo, portanto, na linguagem, um processo metonímico, em que o tipo do produto passa a nomear o próprio produto.

A unidade léxica *jardineira*, por seu turno, mencionada apenas pela informante idosa de Campo Grande, está registrada em Houaiss (2001) como regionalismo do Brasil usado para nomear o “veículo pouco espaçoso, adaptado para transporte de passageiros em cidades do interior”, acrescentando-se ainda a classificação de regionalismo do Rio Grande do Sul que designa o “carro de quatro rodas, puxado a cavalo e de uso nas estâncias”. Essas mesmas acepções são contempladas por Ferreira (2004) que, além de classificar *jardineira* primeiramente como brasileirismo na acepção de “grande carro de transporte coletivo [...]”, também registra a acepção “carro de quatro rodas, puxado a cavalo, de uso nas estâncias”, marcada como brasileirismo do Rio Grande do Sul.

De acordo com o jornalista David Arioch (2010), a condução *jardineira* foi criada em 1939 pelo empresário Celso Garcia Cid para transportar os moradores da Fazenda Velha Brasileira (atual Paranavaí, no Estado do Paraná) para a capital do Paraná. Ainda segundo Arioch (2010, s.p), “os insetos circulavam livremente no interior do veículo. Isso acontecia porque os ônibus eram abertos como bondes” e acrescenta, partindo do relato da pioneira Inês Colombelli, que esse transporte também servia para a população do Paraná receber informações dos acontecimentos: “sempre às 11h e às 14h, mulheres e crianças corriam até os ônibus para saber das notícias [...]. Era o único jeito de a população se informar sobre o que acontecia no Paraná, no país e no mundo” (ARIOCH, 2010, s.p). Esse tipo de veículo transpôs fronteiras e se constituiu em forma de transporte intermunicipal no interior de São Paulo e de Mato Grosso nas décadas de 40 a 50 do século XX. A Figura XVIII, a seguir, ilustra veículo nomeado por *jardineira*:



Figura XVIII – Foto da *jardineira* de Francisca Shuerof (ARIOCH, 2010, s.p)

Nota-se que o item lexical *jardineira*, citado pela informante campo-grandense da segunda faixa etária com Curso Superior, evidencia um traço de conservadorismo léxico, já que o termo *jardineira* nomeava um tipo de transporte utilizado no Brasil no século passado.

Também foram documentadas as expressões idiomáticas *cata-corno* e *balança mas não cai*. Primeiramente, cabe mencionar que qualquer unidade léxica é capaz de refletir a cultura de uma sociedade, atuando como mecanismo de identidade. Assim, determinadas expressões não são passíveis de terem seu sentido literal traduzido, mas, de certa forma, trazem marcas culturais de determinada região ou país.

Em muitos casos, esse fenômeno linguístico é formado por gírias e/ou ditos populares que são passados de geração em geração e tendem a se cristalizar ao longo do tempo, como pode ser o caso dessas variantes *cata-corno* e *balança mas não cai*. A primeira está registrada apenas no Dicionário Informal da Língua Portuguesa (2006-2011) no sentido mencionado pela jovem de Aruanã/GO. Nesse dicionário, *cata-corno* está definido como sinônimo de ônibus e com a seguinte abonação: *lá vem o cata-corno atrasado*. Já a expressão *balança mas não cai*, embora não esteja dicionarizada nas obras pesquisados, é de uso comum na sociedade brasileira para nomear tudo aquilo que parece instável. É possível que essas expressões idiomáticas tenham surgido em virtude de esse veículo estar próximo ao cotidiano popular, razão pela qual, recebe os mais variados nomes ou apelidos.

Além desses fraseologismos, houve também o registro das metáforas *baleia* e *baú*. A forma *baleia* consta documentada em Bluteau (1712-1729) e Morais (1813) como peixe do mar muito grande. Essa acepção também é contemplada por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004), que lhe acrescenta a acepção por extensão de sentido de “indivíduo muito gordo”. Logo, a designação do veículo em questão pode ter sido motivada pelo traço semântico

comum ao animal marinho (grande e gorda). O mesmo ocorre com a forma *baú*, que é definida por Bluteau (1712-1728) e Morais (1813) como “objeto redondo com tampa, semelhante a uma arca” e por Houaiss (2001), entre outras acepções, como regionalismo de Portugal que nomeia “os caminhões, a parte traseira destinada à carga (quando fechada)” e, na linguagem dos delinquentes portugueses, o “carro de condução de presos”.

Nota-se que, mesmo que a unidade lexical *baú* ainda não esteja dicionarizada como o nome da condução destinada ao transporte de pessoas dentro da cidade, o uso da forma *baú* está relacionada ao setor de transporte, seja como transportador de cargas ou de pessoas marginalizadas.

Enfim, os dados obtidos demonstraram diversas formas de nomear esse transporte típico do universo urbano. E essa diversidade manifesta-se tanto pela identificação de novas unidades léxicas presentes no português contemporâneo, ainda não dicionarizados, quanto pela catalogação de itens lexicais próprios da língua portuguesa falada no Brasil.

4.3 – NOVOS E VELHOS FALARES DIVIDINDO O MESMO ESPAÇO

Apresentamos, por fim, o último grupo de análise, que se refere ao conjunto de respostas obtidas para as perguntas 52, 53, 171, 174 e 201 do QSL que reúnem 42 itens lexicais relacionados tanto ao universo rural quanto ao mundo urbano, além daqueles usados nas duas realidades. Cabe destacar que essas questões vinculam-se à áreas semânticas das *atividades agropastoris, habitação e vida urbana*.

4.3.3 – CARRINHO DE MÃO / CARRIOLA – QSL/52 – “um veículo de uma roda, empurrado por uma pessoa, para pequenas cargas em trechos curtos”

4.3.3.1 - Análise geossociolinguística

O estudo da primeira pergunta do grupo *rurbano*, isto é, o conjunto dos itens lexicais voltados tanto para o universo rural quanto para o urbano que nomeia o conceito contemplado pela pergunta 52/QSL, resultou em seis variantes: *carrinho de mão/carro de mão*, *carriola*, *carrinho*, *carroça/carrocinha*, *carrinho de ferro/carro de ferro*, e *trole*. Os Quadros LIV, LV, LVI e LVII apresentam a distribuição dessas variantes segundo o perfil dos informantes, bem como a localidade em que foram mencionadas.

Para melhor visualizar os dados apresentados nos Quadros LIV, LV, LVI e LVII, em termos de produtividade, segue o Gráfico XXXII:

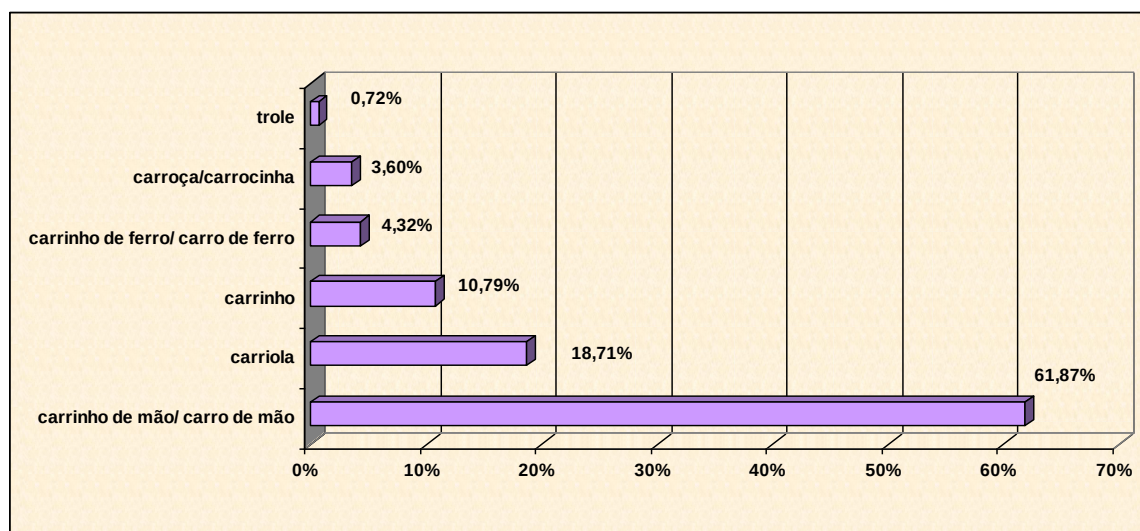
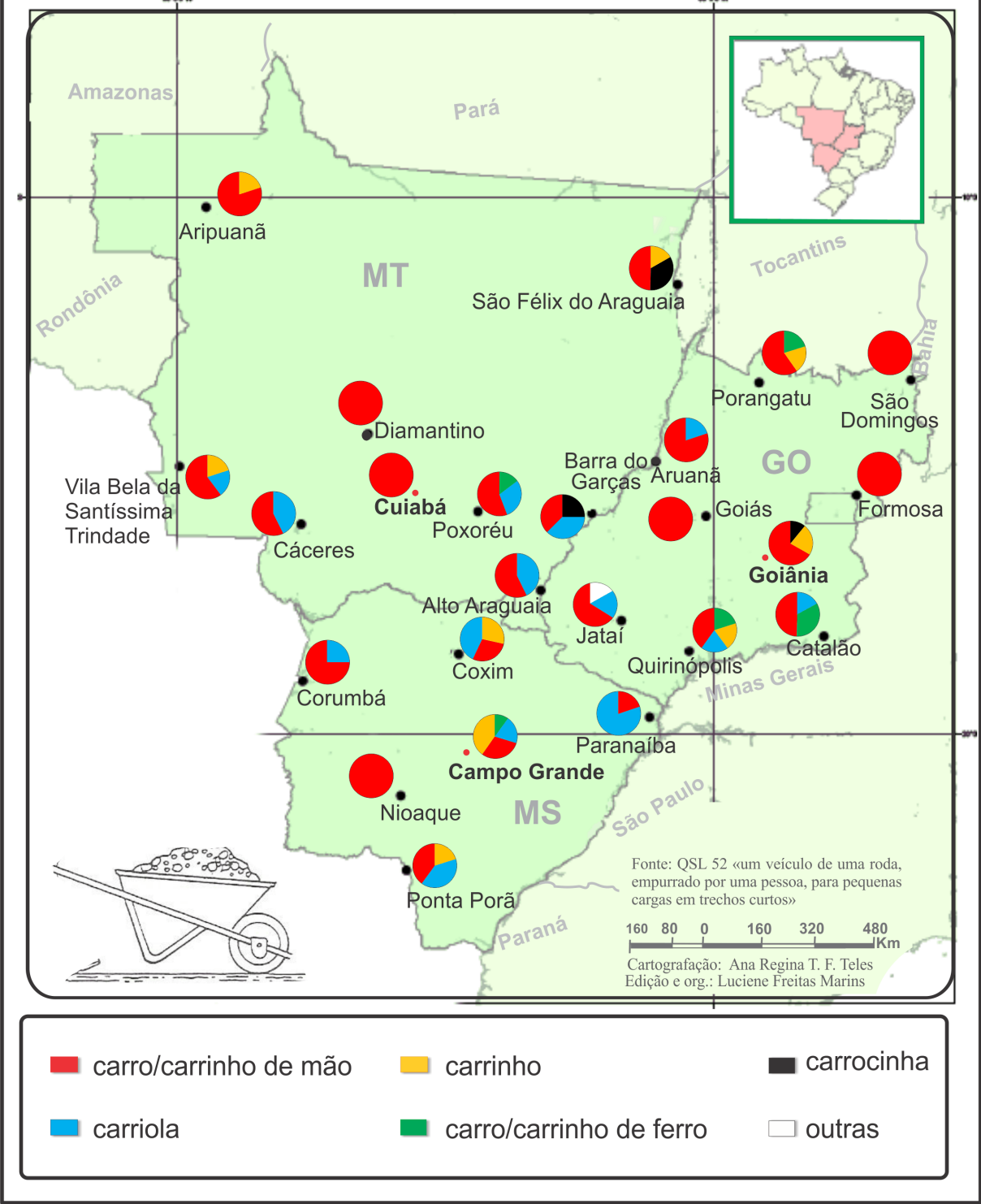


Gráfico XXXII – Produtividade das respostas para a pergunta 52/QSL na região Centro-Oeste.

Como se pode observar, a forma *carrinho de mão/carro de mão* foram as mais produtivas na região Centro-Oeste, seguida dos itens lexicais *carriola* e *carrinho*. *Carrinho de ferro/carro de ferro* e *carroça/carrocinha*, por sua vez, foram respostas menos produtivas, assim como *trole*, que obteve apenas um registro. A Carta 11 ilustra a distribuição diatópica dessas variantes:

CARTA 11: CARRINHO DE MÃO
Resposta à questão 52/QSL - Região Centro-Oeste



Os resultados apresentados na Carta 11 demonstram que a forma *carrinho de mão* foi a mais produtiva em todas as localidades pesquisadas, o que a caracteriza como de uso comum nos três Estados do Centro-Oeste, na fala de todos os falantes, independente do perfil ou da localização geográfica. Tal fato não ocorreu com a unidade lexical *carriola*, que não foi documentada no norte e nordeste de Mato Grosso e de Goiás. Já os itens lexicais *carrinho*, *carrinho de ferro* e *carroça* também não alcançaram alto índice de produtividade. O item lexical *trole*, por sua vez, que não figura na Carta 11 foi registrado com ocorrência única na cidade de Jataí (GO). Observa-se, ainda, na Carta 11, que no interior de Mato Grosso do Sul *carriola* foi a forma mais produtiva, diferentemente do que ocorreu no interior de Goiás, onde a unidade lexical *carrinho de mão* obteve maior produtividade. O Gráfico XXXIII, a seguir, apresenta a produtividade das unidades lexicais *carriola* e *carrinho de mão* nas capitais e no interior do Centro-Oeste.

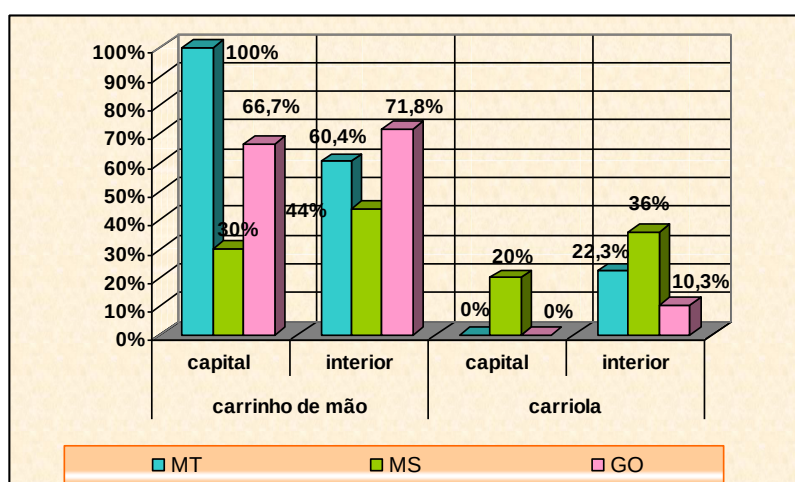


Gráfico XXXIII – Produtividade das unidades lexicais *carrinho de mão* e *carriola* na Centro-Oeste, capital e interior.

Observa-se que a variante *carrinho de mão* foi mais produtiva nas três capitais e com 100% de ocorrência em Cuiabá, enquanto no interior foi mais produtiva em Goiás 71,8%, mas com pouca diferença de Mato Grosso onde esse item lexical alcançou 60,4% de produtividade. Já no território sul-mato-grossense, esse mesmo item lexical foi o menos produtivo tanto na capital como no interior, o que não ocorreu com o registro do item lexical *carriola*, que foi mais produtivo tanto na capital como no interior de Mato Grosso do Sul. Em termos de capitais, cabe mencionar ainda que a forma *carriola* foi documentada apenas em Campo Grande 20%.

4.3.3.2 - Análise léxico-semântica

Para fins de análise léxico-semântica, as seis unidades lexicais em evidência foram divididas, considerando-se os “veículo de feito de ferro”: *carrinho de mão/ carro de mão*, *carriola*, *carrinho* e *carrinho de ferro/ carro de ferro* e “veículo feito de madeira”: *carroça/carrocinha*. A Figura XIX, a seguir, ilustra o exposto:

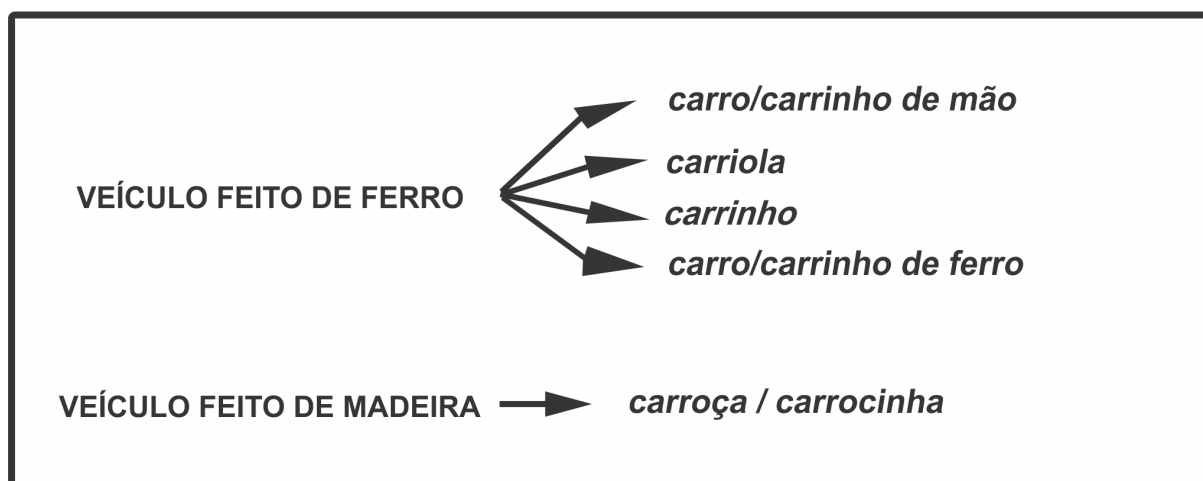


Figura XIX – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 52/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.

A forma *carrinho de mão* não está dicionarizada em nenhuma das obras pesquisadas. Uma busca pela ferramenta “Google” contabilizou 4.820.00 registros da unidade lexical “carrinho de mão”, indicando que, embora ainda não esteja dicionarizada essa unidade lexical, é de uso corrente no português do Brasil, conforme atestam os dados documentados neste estudo.

Já a unidade léxica *carriola* está definida por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004) como “carro de duas rodas, pequeno e ordinário”. Nota-se que os dicionários contemporâneos definem essa unidade lexical na acepção próxima em que foi usada pelos informantes entrevistados.

O item lexical *carrinho*, por sua vez, é definido por Bluteau (1712-1728), dentre outras, na acepção de carro pequeno, em que se pode carregar diversas coisas usadas no campo, e por Moraes (1813) como “dim. de carro. Alguns há de uma só roda, com dois braços, de carregar terra; trabalho que se dá em castigo a soldados”. Houaiss (2001), dentre outras, define-o como “viatura ligeira, de duas rodas, puxada por um cavalo”, enquanto Ferreira (2004) registra-lhe “carro metálico que é us. no transporte de bagagens, em aeroportos, estações ferroviárias, etc., e em lojas ou armazéns de auto-serviço, para o

transporte de compras”. Nota-se que pelas definições apresentadas pelos lexicógrafos que a unidade lexical *carrinho* está nomeando outro referente.

Nota-se que a forma *carrinho* nos dicionários de Bluteau (1712-1728) de Moraes (1813) e de Houaiss (2001) é definido como objeto utilizado nas atividades do campo, enquanto em Ferreira (2004), apresentam acepções relacionadas a um tipo de carro utilizado também no cotidiano da vida urbana.

Os itens lexicais *carrinho de ferro* ou *carro de ferro* não estão documentados nas obras pesquisadas, sendo possível que os informantes de Poxoréu, Campo Grande, Porangatu, Catalão e Quirinópolis tenham mencionado essa forma por associação com o material de que é feito esse carrinho.

Além das itens lexicais comuns tanto a ambientes rurais quanto a urbanos, houve o registro da variante *carroça/carrocinha*, tipicamente rurais, e que, segundo os entrevistados pela equipe de pesquisa Projeto ALiB na região Centro-Oeste, nomeia o objeto em causa, ou seja, o “veículo de uma roda, empurrado por uma pessoa, para pequenas cargas em trechos curtos” feito de madeira. Em Bluteau (1712-1728) aparece a seguinte definição no verbete *carroça* como “toma[se muitas vezes por Coche, & també [se diz a carroça do Sol”, em que se entende *coche* na acepção de “carruagem de quadro rodas, tiradas por mulas, ou cavalos”. Em Houaiss (2001) figuram várias acepções, dentre elas: “coche ('carruagem') luxuoso” com marca diacrônica; “carro grosseiro quase sempre feito de madeira, ger. puxado por animais, us. para transporte de carga”, com marca de “Regionalismo: Brasil. Uso: informal: veículo que se movimenta vagarosamente”. Ferreira (2004), por sua vez, compartilha praticamente das mesmas acepções de Houaiss, definindo *carroça* como “coche suntuoso” e como “carro grosseiro, ordinariamente de tração animal, para transportar cargas; carreta”.

Outro dado que chamou a atenção neste estudo foi o registro da unidade lexical *trole* obtida em ocorrência única que está dicionarizada em Houaiss (2001) como oriunda do inglês (trolley) para nomear “pequeno carro descoberto, ou plataforma sobre rodas, que desliza sobre os trilhos nas ferrovias, movido a força humana; truque, vagonete”. Ferreira (2004) também apresenta a mesma definição para essa unidade lexical: “pequeno carro descoberto que anda sobre os trilhos das ferrovias e é movido pelos operários por meio de varas ou paus ferrados” e como “carruagem rústica que se usava nas fazendas e nas cidades do interior antes da introdução do automóvel”.

Nota-se que o uso desse anglicismo, embora nomeia outro referente, deixa transparecer questões históricas da região Central do Brasil manifestadas no léxico, uma vez que essa localidade foi marcada, dentre outros fatos, pela construção das ferrovias, sobretudo

na região próxima a Brasília (DF). De acordo com Ilari e Basso (2009, p.140), “no século XX, o Brasil fez sua industrialização sob a influência americana e, nas últimas décadas, aferiu cada vez mais a uma economia de mercado globalizada, cuja língua é o inglês”. Tal fato pode justificar a não documentação de *trole* nos dicionários dos séculos XVIII e XIX, uma vez que é provável que esse termo tenha sido introduzido na fala dos operários brasileiros apenas a partir do século XX, com a vinda dos ingleses para as construções das ferrovias brasileiras.

Enfim, no estudo léxico-semântico dessas variantes, pode-se perceber que os informantes ora nomearam o referente utilizando o conhecimento de mundo voltado ao universo rural, como o uso de *carroça*, ora utilizaram o conhecimento voltado ao mundo urbano, como o uso da variante *trole*, comum em ferrovias.

4.3.2 – HASTE DO CARRINHO DE MÃO - QSL/53 – “as duas partes em que a pessoa segura para empurrar o (a) _____ (cf. item 52)”?

4.3.2.1 - Análise geossociolinguística

Na questão 53 busca-se o nome da as parte em que pega no carrinho de mão para empurrá-lo. Foram catalogadas doze variantes como resposta para essa pergunta: *braço*, *cabo/cabinho*, *alça*, *mão/ mão de pau*, *pega-mão*, *pegador/pegador de mão*, *varal*, *roda mão*, *cabeçalho*, *rabo*, *volante*, *segurador* e *corrimão*. A seguir apresentamos os Quadros LVIII, LIX, LX e LXI que contêm a distribuição diatópica dessas unidade lexical e identificação do perfil do informante.

QUADRO LVIII – QUESTÃO 53/QL – MATO GROSSO /INTERIOR																																
Localidade Variantes	Aripuanã				São Félix [...]				Diamantino				Poxoréu				Vila Bela [...]				Barra do Garças				Cáceres				Alto Araguaia			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
Braço							•			•	•		•		•	•	•		•				•				•			•		
Cabo			•	•	•			•											•		•					•			•			
Alça	•								•														•									
Mão																		•									•					
Pega-mão												•												•								
Pegador/pegador de mão						•																	•									
Rabo																							•									
Segurador		•																														
Corrimão																							•									
NR													•														•					

QUADRO LIX – QUESTÃO 53/QSL – MATO GROSSO DO SUL /INTERIOR

Localidade Variante	Coxim				Corumbá				Paranaíba				Nioaque				Ponta Porã			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Cabo				•				•	•		•				•			•		
Braço		•	•										•			•	•			
Pega-mão					•		•													•
Alça						•							•	•						
Roda mão												•								
Cabeçalho																			•	
NR	•									•										

QUADRO LX – QUESTÃO 53/QSL – GOIÁS /INTERIOR

Localidade Variante	Porangatu				São Domingos				Aruanã				Formosa				Goiás				Jataí				Catalão				Quirinópolis			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
braço	•	•	•	•						•	•		•	•	•	•		•			•	•	•			•			•	•		•
cabo/cabinho							•					•				•			•	•	•			•	•		•	•				
mão/ mão de Pau						•		•									•															
alça					•																•											
volante									•																							
NR																													•			

QUADRO LXI- QUESTÃO 53/QSL – CAPITAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE																								
Localidade Variante	Cuiabá								Campo Grande								Goiânia							
	Informantes								Informantes								Informantes							
	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8
Braço	•	•		•	•				•	•			•					•			•			
Cabo											•	•				•			•				•	
Alça														•			•							•
Mão							•	•																
Pega-mão			•																					
Varal															•									
Pegador				•																				
Roda mão																		•						
NR						•													•		•			

Para melhor visualização dos resultados registrado nos Quadros LVIII, LIX, LX e LXI, na sequência, segue o Gráfico XXXIV que mostra a produtividade das unidades lexicais que tiveram mais de uma ocorrência no universo pesquisado.

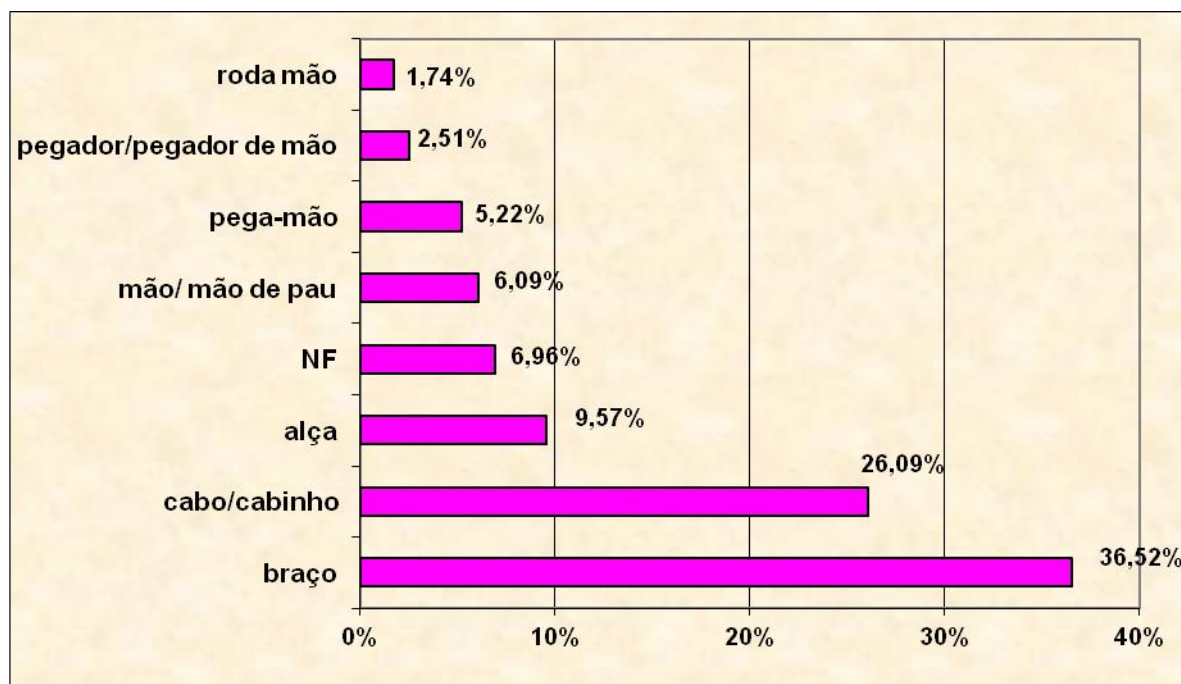
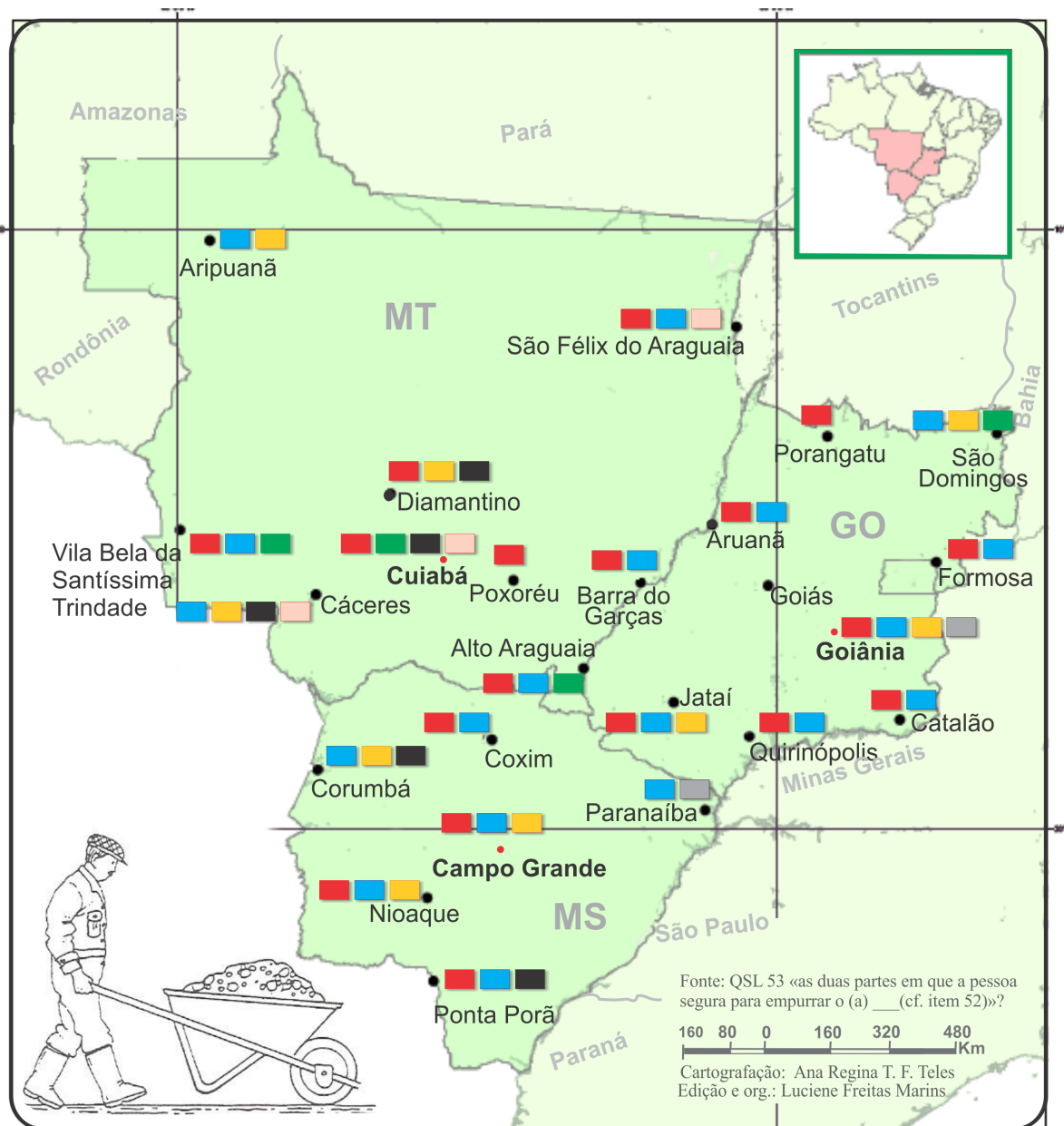


Gráfico XXXIV – Produtividade das respostas para a pergunta 53/QL na região Centro-Oeste.

Os dados do Gráfico XXXIV demonstram que a variante *braço* foi a mais produtiva, seguida das formas *cabo/cabinho* e *alça*. Já formas *mão/mão de pau*, *pega-mão* tiveram produtividades similares, enquanto os itens lexicais *pegador/pegador de mão* e *roda mão* tiveram baixo índice de ocorrência. Cabe destacar ainda que, além dessas unidades lexicais apresentadas no Gráfico XXXIV foram documentadas outras seis unidades lexicais que tiveram registros únicos: *varal*, *rabo*, *cabeçalho*, *volante*, *segurador* e *corrimão* que, em termos percentuais, somam 0,87% cada variante. Na sequência, a Carta 12.a visualiza a distribuição diatópica desses dados lexicais.

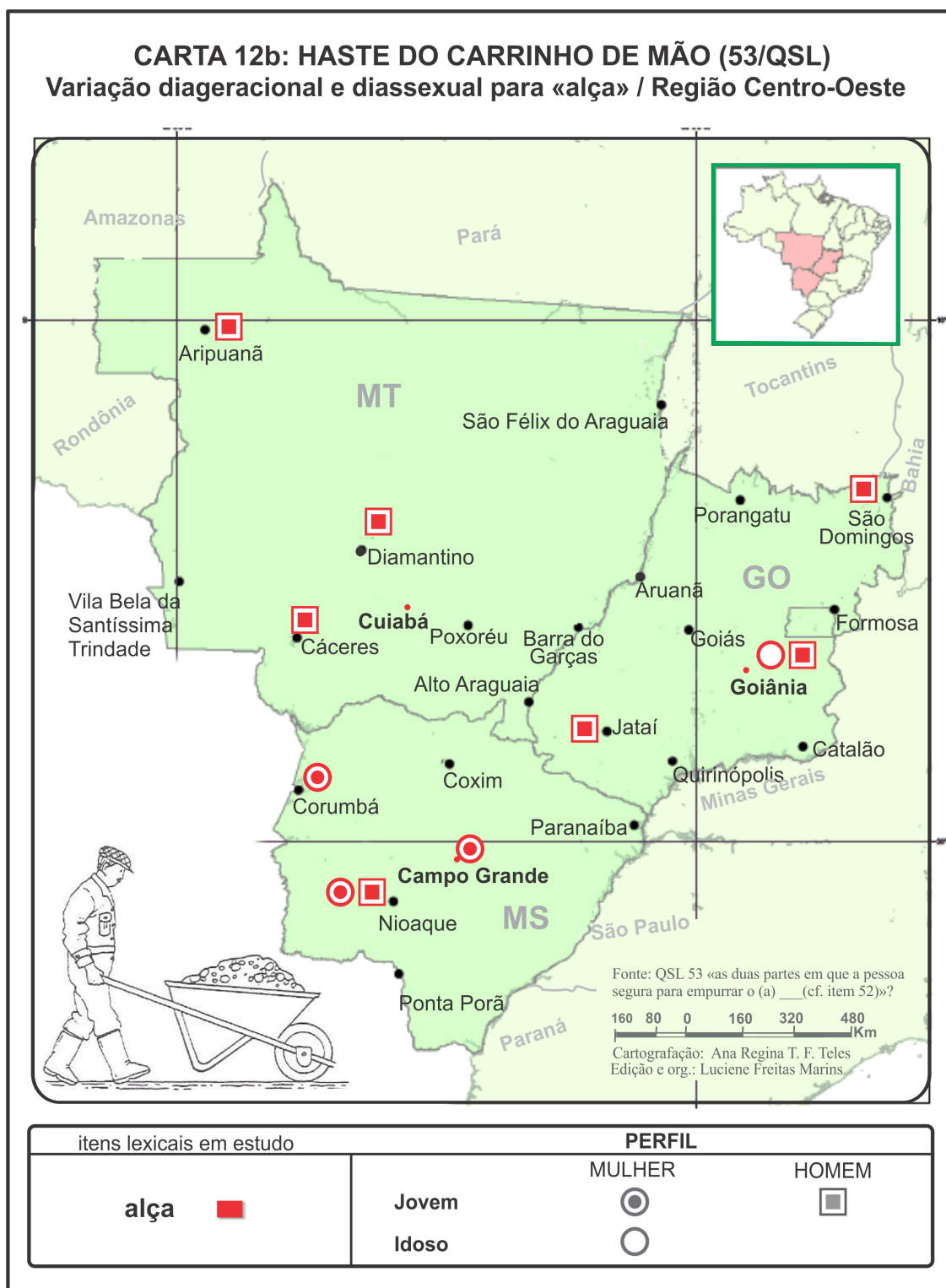
CARTA 12a: HASTE DO CARRINHO DE MÃO
Respostas à questão 53/QSL - Região Centro-Oeste



- | | | |
|--|--|--|
| ■ braço | ■ mão/mão de pau | ■ roda mão |
| ■ cabo/cabinho | ■ pega-mão | |
| ■ alça | ■ pegador/pegador de mão | |

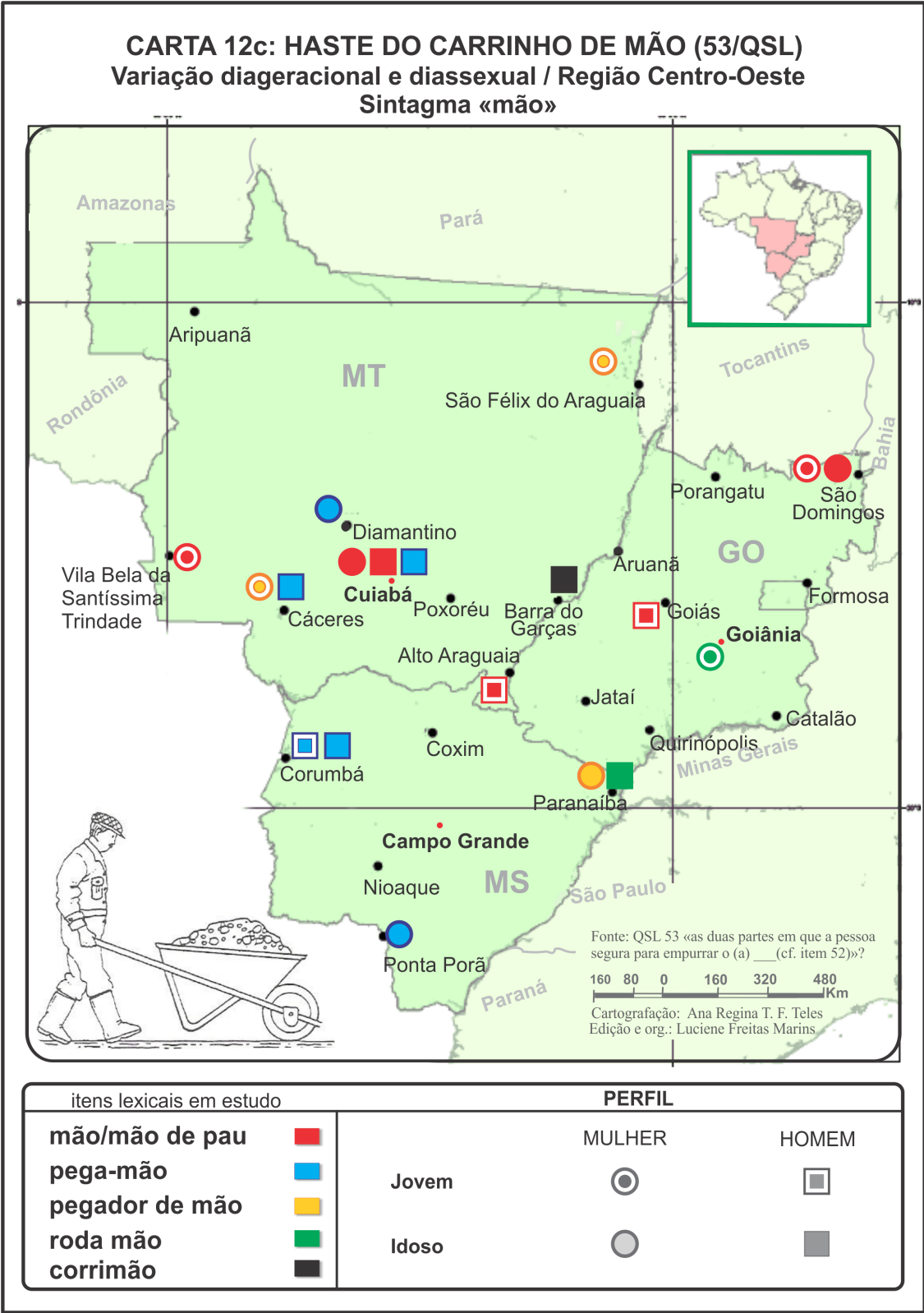
Conforme a Carta 12a, o item lexical *braço*, no conjunto geral dos dados, obteve o maior índice de produtividade. Em Mato Grosso foi documentado em quase todas as cidades, exceto em Aripuanã e Cáceres. No Estado do Mato Grosso do Sul essa unidade léxica foi registrada apenas em Corumbá e em Paranaíba, enquanto Estado de Goiás não foi mapeada apenas em São Domingos. A forma *cabo/cabinho* também foi documentada em quase todas as cidades da região Centro-Oeste, não havendo registro apenas, no Mato Grosso, em Cuiabá, Poxoréu e Diamantino e, em Goiás apenas em Porangatu. O mesmo pode-se dizer da documentação da unidade lexical *alça* que do ponto de vista diatópico, não se distribui por uma área específica, enquanto o registro da unidade lexical *mão/mão de pau* foi registrada apenas nos Estados de Mato Grosso e Goiás. A variante *pega-mão* foi coletada nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, enquanto a forma *pegador/pegador de mão* foi documentada apenas em Cáceres e em Cuiabá. Cabe destacar que nessas duas localidades também foi fornecida a unidade lexical *pega-mão*, cuja definição, como se pode observar, contém o sema “pegar com a mão”. Dessa forma, é possível que tanto a variante *pega-mão* como *pegador/pegador de mão* seja usual nessas localidades da região Centro-Oeste. A forma *roda-mão*, por seu turno, foi documentada apenas na capitais de Goiás e no interior do Mato Grosso do Sul, em Paranaíba.

Ao considerar a variação diageracional dessas unidades lexicais apresentadas na Carta 12.a, nota-se que as formas *braço* e *cabo* foram produtivas na fala de todos os informantes, independentemente do perfil, enquanto as unidades lexicais *alça* figura mais produtiva, em especial na fala dos informantes jovens, conforme figura a Carta 12.b a seguir:



Conforme observado na Carta 12.b, a unidade lexical *alça* obteve registro apenas entre os jovens com Ensino Fundamental, exceto em Goiânia que também foi mencionada pela idoso com Ensino Superior. Nota-se que em Mato Grosso esse item lexical ocorreu apenas entre os informantes jovens do sexo masculino, enquanto em Goiás e em Mato Grosso do Sul

tanto entre os informantes do sexo feminino como masculino. Já a Carta 12.c visualiza a ocorrência das unidades léxicas em que aparece o sintagma “mão”.



Conforme observado na Carta 12.c, a unidade lexical *mão/mão de pau* foi mapeada apenas em Mato Grosso e Goiás obtendo maior registro entre os jovens. Cabe destacar que a forma *mão de pau* que foi mencionada pela informante idosa de São Domingos. O uso dessa unidade lexical não ratifica o que foi dito pelo informante idoso de Barra do Garças ao ser interrogado sobre a questão 52 do QSL: que se o carrinho for de ferro recebe o nome de *carrinho de mão* e se for de madeira é chamado de *carrocinha*, uma vez que a informante de São Domingos que mencionou *mão de pau* forneceu como resposta para a questão 52 do QSL (CARRINHO DE MÃO). Não é demais ressaltar que, para a realidade do informante de Barra do Garças (MT) e de São Domingos (GO), esse referente é feito de madeira, o que indica uma possível marca de ruralidade na fala dos habitantes dessas duas localidades, uma vez que nas grandes cidades não é comum o carrinho de madeira.

A forma *pega-mão*, por sua vez, obteve maior produtividade entre os informantes idosos. No Estado do Mato Grosso, não houve registro entre os informantes jovens, ao passo que em Mato Grosso do Sul apenas na cidade de Corumbá. Já o uso do item lexical *pegador de mão* chama a atenção neste estudo, pois foi mencionado apenas pela as informantes do sexo feminino, independentemente da faixa etária.

Diferentemente do uso das variantes *alça*, *mão* e *pega-mão*, a forma *pegador de mão* foi produtiva apenas entre as informantes do sexo feminino do Ensino Fundamental no Estado do Mato Grosso. Nas duas cidades interioranas essa unidade léxica foi mencionada pelas jovens, enquanto na capital cuiabana foi dita pela informante da segunda faixa etária a unidade léxica *pegador*. Por isso na Carta 12.c não figura essa ocorrências, já que não foi mencionado o sintagma “mão”.

Outro aspecto a ser destacado entre as respostas para essa questão são as que tiveram ocorrências únicas: *volante*, *varal*, *cabeçalho*, *rabo*, *segurador* e *corrimão*. O Quadro LXII, na sequência, contém o registro desses unidades léxicas dados aqui estudadas.

UNIDADE LEXICA	LOCALIDADE	INFORMANTE
<i>volante</i>	Aruanã(GO)	1
<i>varal</i>	Campo Grande (MS)	7
<i>cabeçalho</i>	Ponta-Porã (MS)	3
<i>segurador</i>	Aripuanã (GO)	2
<i>corrimão, rabo</i>	Barra do Garças (MT)	3

Quadro LXII- Ocorrências únicas obtidas como resposta para a questão 053/QSL na região Centro-Oeste.

Essas unidades léxicas que estão relacionadas tanto ao mundo urbano, como o uso de *volante* pela jovem de Aruanã (GO) como ao universo rural com a documentação das formas *varal*, *cabeçalho*, *corrimão* e *rabo* na fala dos informantes idosos. Cabe destacar que essas últimas formas estão relacionadas ao universo rural, pois são unidades léxicas que nomeiam referentes ligados ao carro de boi, como assinalado na análise semântico-lexical desses itens lexicais, na sequência deste estudo.

4.3.2.2 - Análise léxico-semântica

Dividimos os estudos das respostas vinculadas à pergunta 53/QSL em dois grupos considerado as *formas de uso comum*, tanto no espaço urbano quanto no rural e as formas motivadas por três tipos de associações: (i) *lugar em que se põe a mão* (ii) *peça do automóvel* e (iii) *a peças do carro de boi*. A Figura XX a seguir ilustra o exposto:

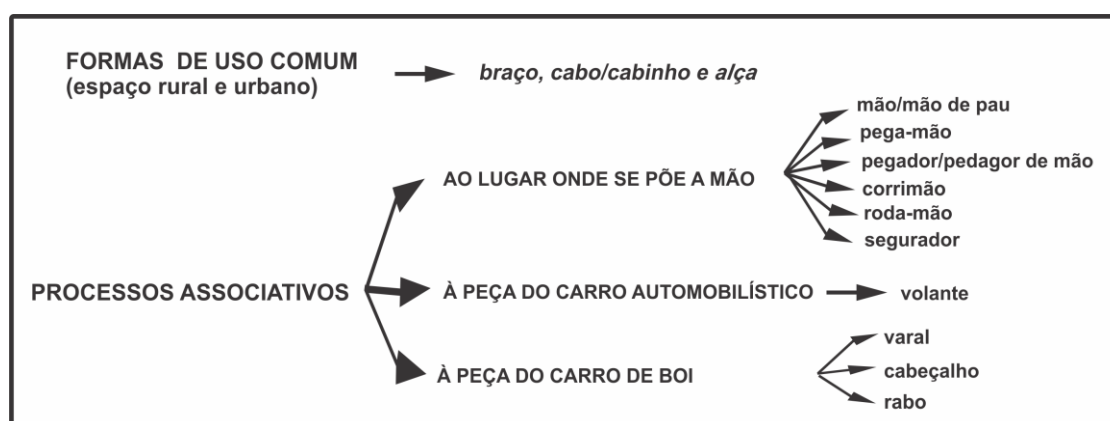


Figura XX – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 53/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.

A unidade lexical *braço* que foi a mais produtiva na região Centro-Oeste está registrada em Bluteau (1712-1728) como termo do náutico “[...] ão huns cabos, que vem da ponta da verga” e em Morais (1813) como “membro do corpo humano”. Houaiss (2001) e Ferreira (2004), entre outras acepções definem esse item lexical como “qualquer objeto cuja forma [...] lembre o do braço” (HOUAISS, 2001) ou “[...] haste afixada a qualquer objeto, para sustentação ou manuseio” (FERREIRA, 2004). Nota-se, segundo as acepções registradas pelos lexicógrafos, que esse item lexical pode nomear qualquer objeto que possui a forma de um “braço”. Logo, é possível que o uso da forma *braço* para as hastes do *carrinho de mão* ou *carriola* tenha ocorrido por um processo de associação à função do braço humano. O mesmo ocorre com o uso da forma *cabo* que está definida por Bluteau (1712-1728) e por Morais

(1813) como parte de um instrumento. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) também apresentam definição similar, como, parte por onde se segura ou maneja algum objeto. Isso justifica o uso da forma genérica *braço* para nomear o referente em questão.

Ainda associado ao grupo dos itens lexicais de uso genérico, situa-se a unidade lexical *alça*, que não consta nos dicionários antigos Bluteau (1712-1728) e Morais (1813) na acepção atual, enquanto nas obras contemporâneas, Houaiss (2001) e Ferreira (2004), é definida como espécie de argola permite erguer, puxar ou transportar algo com mais facilidade. É possível que *alça* tenha sido motivado pela associação aos semas “erguer” e “transportar para algum lugar”. Nota-se que o uso da forma *alça*, diferentemente, das unidades lexicais *braço* e *cabo*, que foram motivadas pela forma física, foi associada à função do instrumento nomeado.

Já entre as unidades lexicais agrupadas segundo o processo associativo ao lugar em se põe a mão para empurrar o carrinho, situam-se as formas *mão/mão de pau*, *pega-mão*, *pegador/pegador de mão*, *roda mão*, *segurador* e *corrimão*.

A unidade léxica *mão*, por exemplo, está dicionarizada nas obras consultadas como qualquer coisa que sugira a forma de mão ou ainda porção de coisas que se apreende com a mão. É possível que o informante tenha nomeado o referente em causa por *mão*, por associação à função dessa, parte do corpo que, no caso, faz com que o carrinho ande, já que se trata de um instrumento movido pela força humana. O mesmo pode-se dizer da motivação do registro da forma composta *mão de pau*, em que a forma “pau” remete ao material de que é feito a parte em que se segura no *carrinho de mão*. Fato similar ocorre no uso das unidades *pega-mão*, *pegador/pegador de mão*, *roda mão* e *segurador* que não estão registradas nas obras consultadas na acepção em que foram usadas pelos entrevistados. É possível que o uso dessas unidades lexicais para nomear o referente em causa resulte da associação entre o objeto e o próprio ato de pegar com a mão a parte do carrinho.

Já a unidade *corrimão* está definida por Bluteau (1712-1728) como “he nas e[scadas das ca]ças hum enco[st]o de madeyra, ou pedra, em que se de[sc]an[ça] as ma[os], de quem [o]be” e por Morais (1813) também como “peça de madeira, ou de ferro, ou de pedra, que está ao lado das escadas, e onde põe, e vai correndo as mãos [...]”. A mesma acepção é fornecida pelos dicionários contemporâneos, Houaiss (2001) e Ferreira (2004), que atribuem a *corrimão* a acepção de peça ao lado de uma escada, em que serve de apoio para a mão, de quem sobe ou desce as escadas ou rampas. Provavelmente, o uso desse item lexical tenha sido motivado pelo desconhecimento do referente, uma vez que o uso de *corrimão* pode ter sido para o informante a única alternativa de resposta.

Já no conjunto dos dados agrupados segundo o processo associativo com peças de carro automobilístico (produto da modernidade), foi registrado o item lexical *volante* também um objeto cujo uso depende das mãos. Esse termo está dicionarizado nas obras antigas como “he tecido muito ralo, e[st]reito & comprido” (BLUTEAU, 1712-1728) também pode ser entendido por algo “não fixo, se não se assenta” (MORAIS, 1813). Já nas obras contemporâneas *volante* está definida por Houaiss (2001), dentre outras acepções, como “que não é fixo, que pode ser facilmente movido” e como “nos veículos a motor, essa peça que, manipulada pelo condutor do veículo, dá rumo a este”. Ferreira (2004), por sua vez, atribui-lhe a definição de “peça circular, presa transversalmente a um eixo, e que serve para fazê-lo girar”. De acordo com as definições apresentadas pelos dicionários contemporâneos - peça circular e que serve para girar algo - é possível que o seu uso para nomear a parte do carrinho de mão tenha ocorrido por uma associação entre a função do objetos cujo uso depende das mãos do condutor do veículo.

Já ao grupo das unidades lexicais motivadas pela associação com peças do carro de bois foram reunidos os itens lexicais *varal*, *cabeçalho* e *rabo* que não estão dicionarizados na acepção em que foram utilizados pelos informantes do Projeto ALiB. A forma *varal* está registrada em Bluteau (1712-1728) na acepção de “pao comprido [...]” e em Moraes (1813) como “vara longa e grossa para vários usos”. Já Houaiss (2001) e Ferreira (2004) definem *varal* como cada uma das duas varas grossas atreladas aos veículos puxados por animal, dentre outras acepções.

O item lexical *cabeçalho*, por seu turno, está dicionarizado apenas nas obras lexicográficas atuais na definição de peça do carro de tração animal em que é possível prender as cangas. Já *rabo* é definida por Houaiss (2001), dentre outras acepções, como “a parte pela qual se pega em um utensílio ou instrumento” e por Ferreira (2004) como “cabo de certos utensílios ou instrumentos de trabalho”. Nota-se que o uso de *varal*, de *cabeçalho* e de *rabo* para nomear as “duas partes em que a pessoa segura para empurrar o carrinho de mão/carriola” decorre da associação com os instrumentos utilizados no carro de boi, o que demonstra que os informantes têm familiaridade com esse veículo típico do universo rural.

Para ilustrar o exposto, a Figura XXI⁴⁸, a seguir, apresenta o desenho do carro de boi com a identificação da peça *cabeçalho*, a Figura XXII, ilustra peças *varal de ferrão* e *rabo* ou *rabado*, também partes do carro de boi.

⁴⁸ Imagem obtida no site do Museu do Boi que está disponível em <<http://museudocarrodeboi.com.br/historia.php>> Acesso em 06 de dez 2011. Figura editada pela autora deste trabalho.

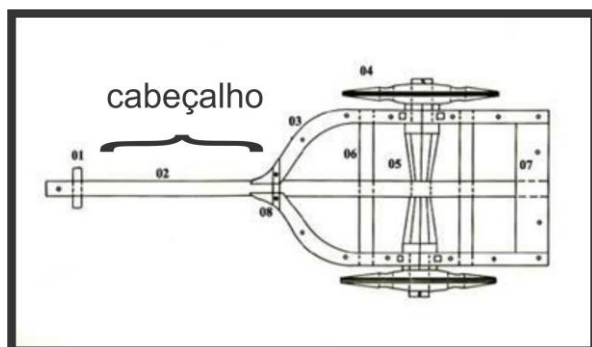


Figura XXI – Ilustração do cabeçalho no carro de boi.

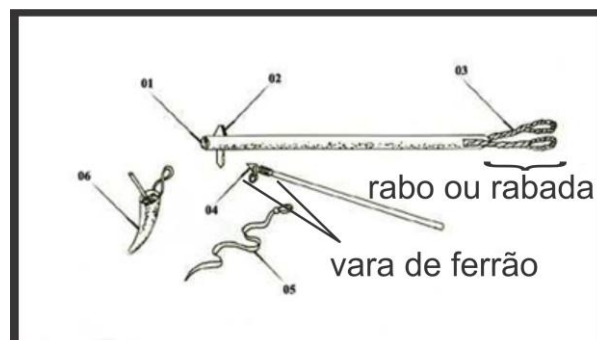


Figura XXII – Ilustração do vara de ferrão e rabo.

Nota-se, portanto, a manutenção de aspectos do vocabulário rural e a presença de traços de urbanização na fala dos habitantes das cidades da região Centro-Oeste, como o registro de formas tipicamente rurais dos referentes mostrados nas Figuras XXI e XXII, *cabeçalho* e *varal*, bem como a forma *rabo*, aqui também estudada, que nomeiam referentes também ligados ao carro de boi. Cumpre destacar que essas últimas unidades lexicais foram documentadas apenas na fala dos informantes idosos. Já *volante*, fruto do processo de modernização, foi citada apenas por um jovem. Em contrapartida, a *carrinho* nomeia tanto referente do meio rural quanto do urbano. Enfim, o estudo evidencia a importância das pesquisas geolinguísticas para a identificação de marcas diacrônicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas, além de revelar marcas de ruralidade e de urbanização em convívio na fala dos habitantes da região Centro-Oeste.

4.3.3 – PICUMÃ QSL/171 – “aquilo, preto, que se forma na chaminé, na parede ou no teto da cozinha, acima do fogão a lenha”

4.3.3.1 - Análise geossociolinguística

A questão 171 do QSL está relacionada à área semântica da *habitação* e motivou a documentação de doze unidades lexicais: *picumã/pucumã/tucumã*, *fumaça*, *carvão*, *teia*, *fuligem*, *tisna*, *carburação*, *rolinho*, *pluma preta*, *brasa*, *borra* e *picão*. Os Quadros LXII, LXIII, LXIV e LXV contêm a distribuição diatópica dessas formas e a identificação do perfil dos informantes que as mencionaram.

QUADRO LXII – QUESTÃO 171/QL – MATO GROSSO /INTERIOR																																	
Localidade Variantes	Aripuanã				São Félix [...]				Diamantino				Poxoréu				Vila Bela [...]				Barra do Garças				Cáceres				Alto Araguaia				
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
Picumã/Pucumã/tucumã			•								•				•	•			•	•			•	•				•		•	•	•	
Carvão							•														•	•					•						
Fumaça								•		•			•																				
Teia		•							•																								
Brasa																											•						
Tisna	•																																
NR				•	•	•						•		•			•	•									•			•			

QUADRO LXIII – QUESTÃO 171/QLS – MATO GROSSO DO SUL /INTERIOR																				
Localidade Variante	Coxim				Corumbá				Paranaíba				Nioaque				Ponta Porã			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Picumã		•		•		•	•	•	•	•	•	•			•	•			•	•
Rolinho																		•		
Picão			•																	
NR	•				•								•	•			•			

Para melhor visualização das unidades lexicais catalogadas neste estudo como resposta para a pergunta 171/QSL o Gráfico XXXV visualiza a produtividade das unidades lexicais documentadas com mais de uma resposta.

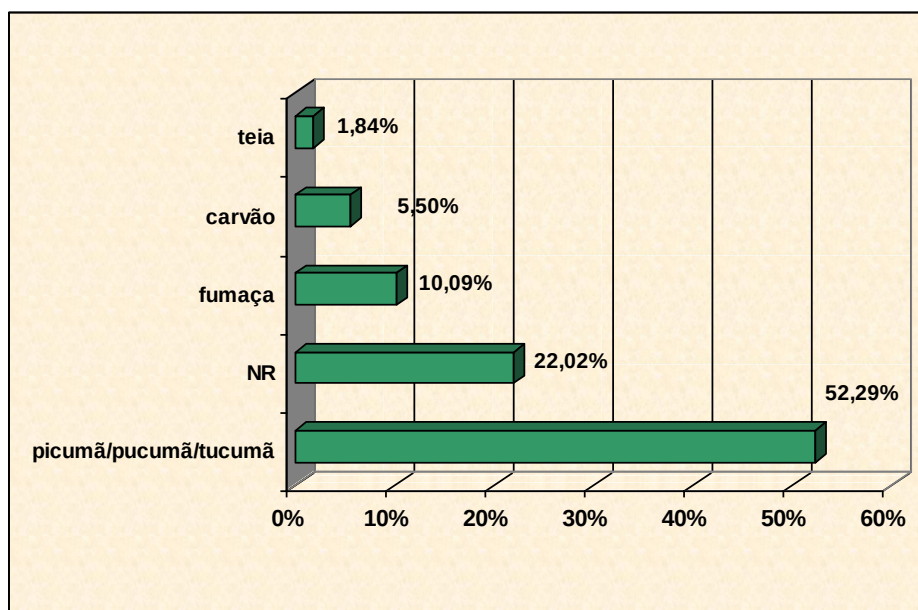
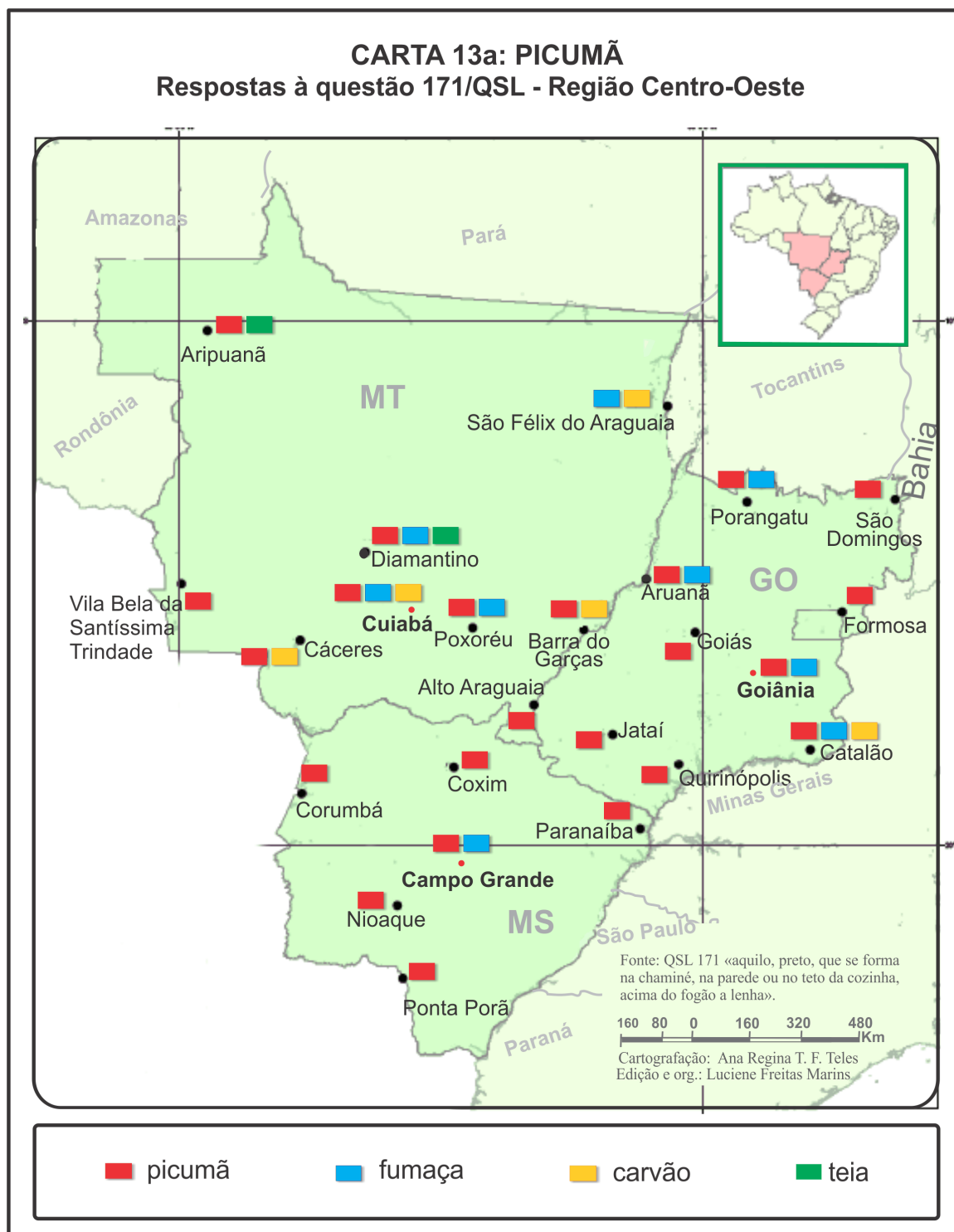


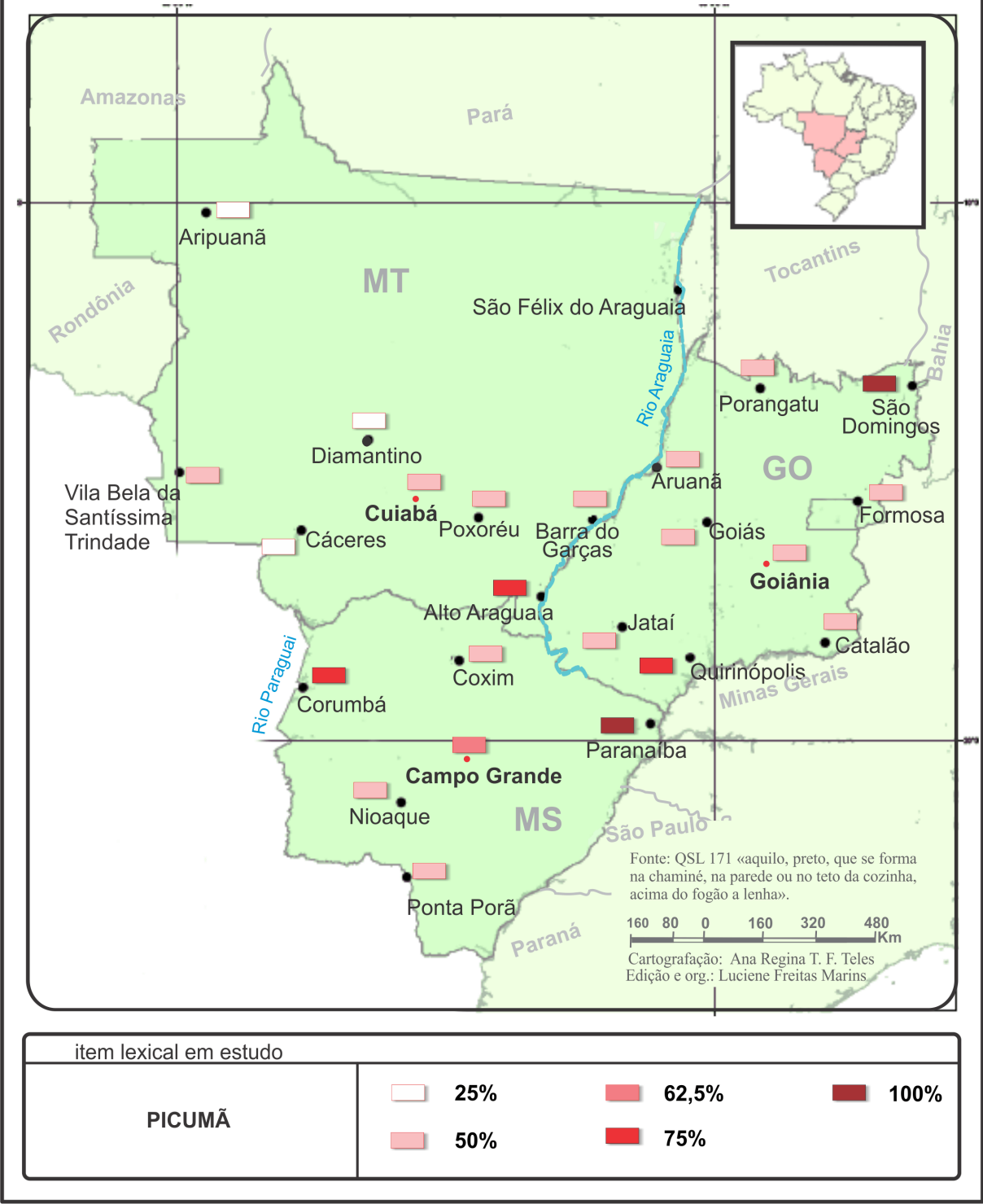
Gráfico XXXV – Produtividade das respostas para questão 171/QSL na região Centro-Oeste.

Observa-se pelo Gráfico XXXV que a variante *picumã/pucumã/tucumã* foi a mais produtiva na região Centro-Oeste. Já a unidade lexical *fumaça*, entre o conjunto de variantes obtidas, atingiu o segundo lugar, seguida das unidades lexicais *carvão* e *teia*. A Carta 13.a, a seguir, apresenta a distribuição diatópica dessas variantes.



Observa-se na Carta 13.a que a forma *picumã/pucumã/tucumã* não foi registrada apenas em São Félix do Araguaia, nordeste de Mato Grosso, evidenciando uma significativa marca de ruralidade no falar dos habitantes do Centro-Oeste, uma vez que a forma *picumã*, de caráter rural, é marcada no vocabulário da população. Na sequência, a Carta 13.b indica o nível de produtividade da unidade lexical *picumã/pucumã/tucumã* na região Centro-Oeste.

CARTA 13b: PICUMÃ (171/QSL)
Distribuição diatópica de *picumã* / Região Centro-Oeste



Os dados mapeados na Carta 13.b indicam que a unidade léxica *picumã* e suas respectivas variantes, típica do ambiente rural, obteve maior índice de produtividade no Estado do Mato Grosso do Sul, em Paranaíba, e no Estado de Goiás, em São Domingos, onde todos os informantes mencionaram a forma em questão. As cidades de Alto Araguaia (MT), Quirinópolis (GO) e Corumbá (MS) também evidenciaram alto índice de registro dessa unidade lexical (75%). De modo geral o Estado do Mato Grosso do Sul apresentou o maior índice de produtividade desse item lexical *picumã*, não se verificando diferenças percentuais entre as ocorrências de *picumã* entre o Estado do Mato Grosso e o Estado de Goiás. O Gráfico XXXVI, a seguir, informa a produtividade desse item lexical nas cidades do interior e na capital de cada Estado.

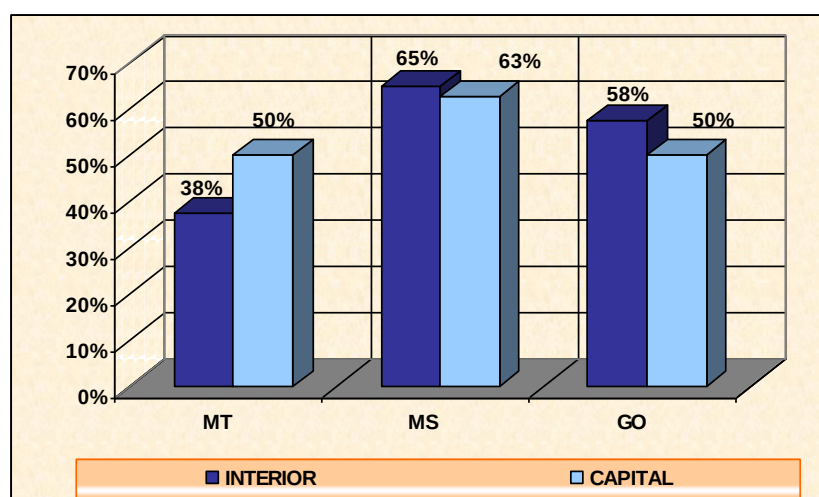
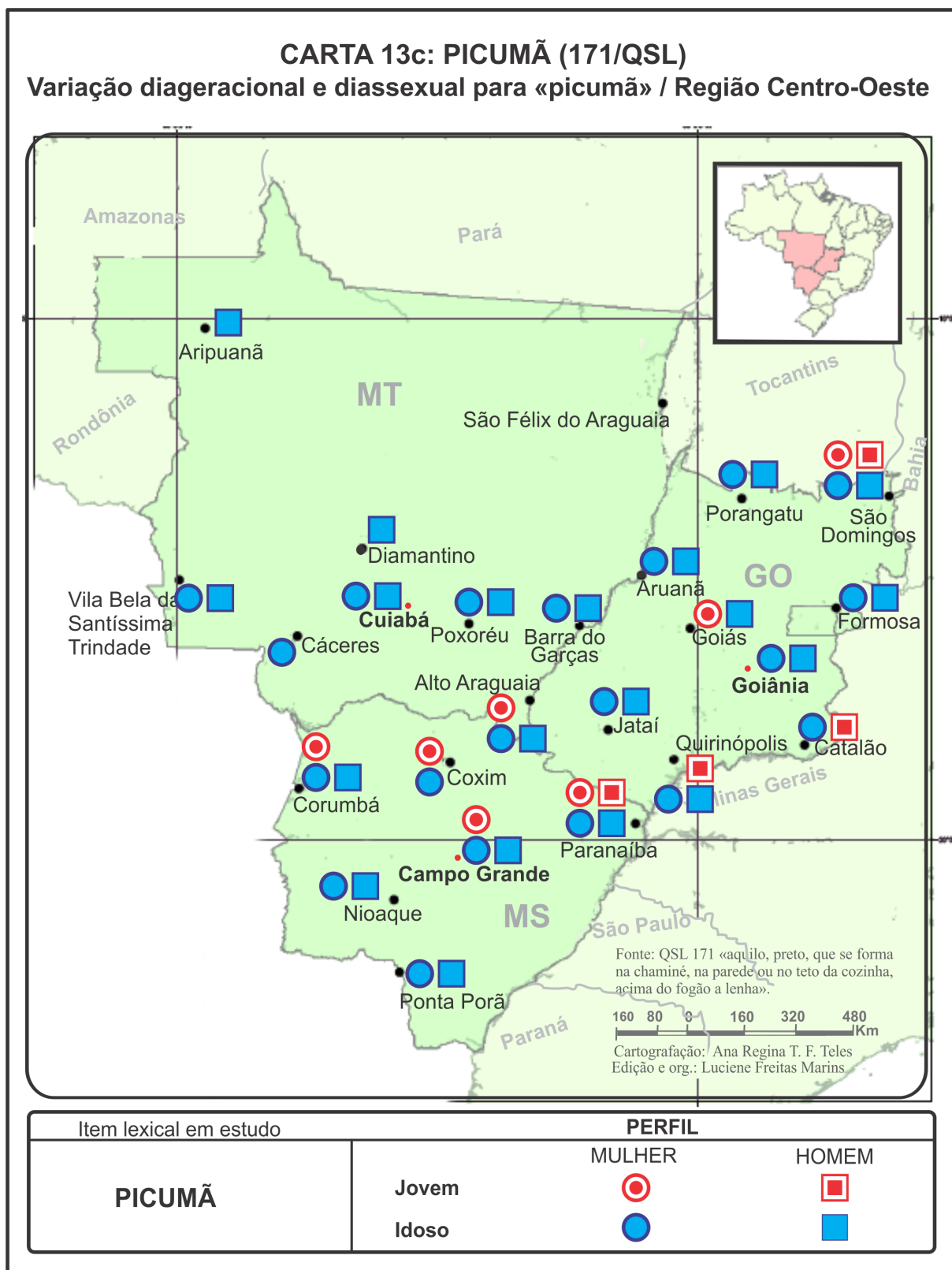


Gráfico XXXVI – Produtividade da unidade lexical *picumã* nas capitais e nas cidades do interior da região Centro-Oeste

Todavia, considerando as capitais desses Estados, Goiânia registrou o maior índice dessa unidade lexical. Cabe destacar ainda que, do ponto de vista diageracional, essa unidade léxica foi mais produtiva entre os informantes da segunda faixa etária, conforme ilustra a Carta 13.c, a seguir:



Nota-se pela Carta 13.c que a unidade lexical *picumã* foi mais produtiva na fala dos informantes idosos, havendo registro entre os jovens, sobretudo na faixa central da região Centro-Oeste, que corresponde ao centro-norte do Mato Grosso do Sul com o sul do Mato

Grosso que se estende para o centro-sul do território goiano. Cabe assinalar ainda que, fora dessa faixa, essa unidade lexical foi registrada na fala dos jovens apenas na cidade de São Domingos ao norte de Goiás, um pequeno centro urbano que conserva fortes traços de ruralidade. Cabe lembrar que nas cidades de Coxim, de Corumbá, Paranaíba, Alto Araguaia, Quirinópolis e São Domingos foram documentadas na fala dos jovens tanto a forma *picumã* (QSL 171) como *borralho* (QSL 172), perguntas que buscam nomeações para referentes relacionados ao fogão a lenha. Esse fato evidencia que os jovens dessas cidades têm contato com os referentes em causa, uma vez que souberam responder as duas perguntas relacionadas a esse aparato da cozinha, em especial das residências rurais.

Ao contrário dos dados obtidos com relação à unidade lexical *picumã*, as formas *fumaça*, *carvão* e *teia* foram mencionadas com maior produtividade entre os jovens. Também foram documentados oito itens lexicais de ocorrência única que ora nomeiam o referente em causa, como, as unidades lexicais *fuligem* e *tisna* ora nomeiam outros referentes como as formas *carburação*, *rolinho*, *pluma preta*, *brasa*, *borra* e *picão*. O Quadro LXVI visualiza a distribuição desses itens lexicais e respectivas localidades em foram mencionadas, bem como os respectivos números dos informantes.

	ITEM LEXICAL	LOCALIDADE	INFORMANTE
MT	<i>Tisna</i>	Aripuanã (MT)	1
	<i>Brasa</i>	Cáceres (MT)	3
MS	<i>Carburação</i>	Campo Grande (MS)	1
	<i>Rolinho</i>	Ponta Porã (MS)	2
	<i>Picão</i>	Coxim (MS)	3
GO	<i>Borra</i>	Goiânia (GO)	5
	<i>Fuligem</i>	Goiânia (GO)	6
	<i>pluma preta</i>	Catalão (GO)	3

Quadro LXVI - Ocorrências únicas catalogadas na questão 171/QSL para nomear “picumã”.

Observa-se no conjunto de ocorrências únicas que tanto na fala do jovem de Aripuanã quanto na da jovem de Goiânia foram documentadas unidades léxicas que nomeiam o referente em questão (*tisna* e *fuligem* respectivamente).

O índice de não resposta aqui apurado aponta para um possível desuso de variantes específicas para nomear esse referente ligado ao fogão a lenha. Entre as capitais, apenas o informante jovem com Ensino Superior não soube responder a pergunta em questão, enquanto nas cidades do interior, além do informante jovem do sexo masculino, as informantes do sexo feminino (da primeira e da segunda faixa etária) também não souberam responder a pergunta.

O índice menor de ocorrência de não resposta foi documentada na fala das informantes da segunda faixa etária.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as análises diatópica e geossociolinguística das unidades lexicais aqui discutidas demonstraram a manutenção de vocábulos rurais na fala dos moradores urbanos da região Centro-Oeste, sobretudo, entre os idosos, como é o caso da unidade lexical *picumã*, além de ter sido identificada a falta de familiaridade dos jovens com esse referente tipicamente rural, sobretudo, entre os informantes do sexo masculino.

4.3.3.2 - Análise léxico-semântica

Distribuímos as unidades lexicais estudadas neste tópico em três grupos, considerando a natureza do referente nomeado. O primeiro reuniu as itens lexicais, cujo sentido lato remete aos “efeitos do fogo” – *picumã*, *fuligem*, *fumaça*, *tisna* e *teia*; o segundo grupo reúne as unidades lexicais associadas, do ponto de vista semântico, ao sema “madeira em processo de queima” – *borra*, *carburação*, *carvão* e *brasa* – enquanto o terceiro agrupa itens lexicais que contêm semas associados à “forma física” do referente nomeado – *picão* e *rolinho*. A Figura XXIII a seguir ilustra o exposto:



Figura XXIII – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 171/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.

No topo situam *picumã*, a mais produtiva dentre as respostas para a pergunta 171 QSL, que estão registradas apenas nos dicionários atuais. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) definem *picumã* como “teia de aranha tornada negra, enegrecida, pela ação da fuligem” (FERREIRA, 2004). Cabe destacar que Houaiss (2001) registra *picumã* como sinônima de *fuligem*, enquanto Ferreira (2004) faz remissiva para *fuligem*. Cunha (1998) registra a seguinte origem

para a variante fuligem: “T. apeku’mã ‘fuligem’]. Fuligem, negro de fumo; teia de aranha enegrecida pela fuligem”.

A variante *fuligem* está definida por Bluteau (1712-1728) como *fuligem* de chaminé que corresponde à “*fuligem* da boca do forno”. Morais (1813), por sua vez, a define como “entre os médicos, é vapor, que de escrementos adustos se levanta à cabeça para mutir os cabellos”. Definição semelhante é apresentada em Machado (1987): “de fumo espesso; pó negro para tingir as sobrancelas”. Houaiss (2001) atribui à *fuligem*, dentre outras, a definição de “matéria preta, gordurosa, na forma de diminutas partículas, oriunda da queima de um combustível que se desprende e adere aos canos de chaminés e a superfícies em geral”. Ferreira (2004) também define esse item lexical como “substância preta que a fumaça deposita nas paredes e teto das cozinhas e nos canos das chaminés; tisne, picumã, pucumã”.

A unidade léxica *tisna*, por sua vez, está dicionarizada nas obras lexicográficas consultadas. Bluteau (1712-1728) registra o verbo *tisnar* na acepção de “tingir, ou fazer negro com tição apagado”, enquanto Morais (1813) define *tisna* como do verbo *tisnar*. A unidade lexical é definida como “a mancha negra que suja o corpo, e com que alguém talvez por desatento se suja” e o segundo como “enegrecer com carvão, feligem [...]”. O mesmo pode-se verificar em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004) que atribuem ao termo *tisnar* a definição de “ato ou efeito de *tisnar* (-se); *tisnadura*” e *tisna* a definição de substância que enegrece algo. Observa-se que as variantes *picumã/pucumã/tucumã*, *fuligem* e *tisna* nomeiam especificamente o referente em questão e estão registradas em obras lexicográficas antigas com acepções que ratificam a característica rural do referente por elas nomeado.

Já as unidades lexicais *fumaça* e *teia*, embora também pertençam ao conjunto das unidades léxicas agrupadas segundo o sema “efeito do fogo”, não nomeiam o referente em questão, conforme se pode observar nas acepções apresentadas pelos lexicógrafos consultados. *Fumaça* está definida por Bluteau (1712-1728) como “o fumo, que com hum bocado de papel voltado em redondo & acefo se aſſopra nos narizes de quem deſmayou, ou de quem eſtá dormindo, para acordar” ou “o fumo da pólvora, que nas atalayas se acende de dia, para dar algum final”. Morais (1813) apresenta para *fumaça*, entre outras, a definição de “o fumo, que sai fogo”. As obras contemporâneas definem essa unidade lexical como “porção de vapor resultante de um corpo em chamas” (HOUAISS, 2001) e por “grande porção de fumo; fumaçada, fumaraça, fumeiro” (FERREIRA, 2004). Já a unidade lexical *teia* está registrada em Bluteau (1712-1728) e em Morais (1813), dentre outras acepções, como *teia-de-aranha*, termo definido como “tecido de fios onde ele está, e habita”. Já nos dicionários contemporâneos, *teia* no sentido de *teia-de-aranha*, está registrada como tudo aquilo que

prende algo, que emaranha. Nota-se que tanto o uso de *fumaça* como de *teia* para nomear a teia de aranha enegrecida decorreu de um processo metonímico, tomando o feito pela causa, ou pela falta de conhecimento específico dos referentes por não conhecer o fogão a lenha.

O último grupo conjunto de itens lexicais documentado como designações para o referente em pauta – *borra*, *carburação*, *carvão* e *brasa* –, aqui agrupados segundo o sema *madeira em processo de queima*. Nenhuma dessas unidades lexicais estão registradas nas obras lexicográficas consultadas na acepção em que foram usadas pelos informantes do Projeto ALiB. A unidade lexical *borra*, por exemplo, é definida por Houaiss (2001) e Ferreira (2004), dentre outras acepções, como “substância sólida ou pastosa que, depois de haver estado em suspensão num líquido, deposita-se no fundo do recipiente ou é separada do líquido por meio de filtragem” (HOUAISS, 2001). No Dicionário Etimológico, de Machado (1987) aparece *borralha* como forma derivada de *borra* a quem é atribuída, dentre outras, a acepção de *cinza*, ou seja, o “pó ou resíduo da combustão de certas substâncias”, segundo o mesmo dicionário. O uso do termo *borra* pode ter sido motivado pela associação com a cinza da madeira, cuja queima gera a fumaça e, conseqüentemente, o *picumã*. Trata-se de mais uma manifestação do desconhecimento do referente no universo vocabular do homem citadino.

O mesmo se pode deduzir do registro da unidade lexical *carburação* que não está dicionarizada nas obras antigas aqui consultadas. Já Houaiss (2001) e Ferreira (2004) registram no verbete *carburação* a acepção “processo pelo qual se aumenta o teor de combustível numa mistura destinada à queima ou à explosão num motor de explosão” (HOUAISS, 2001). Nota-se que o uso desse termo denuncia uma marca da contemporaneidade na fala dos centroestinos entrevistados, uma vez que esse processo de provocar a combustão em motores de explosão é representação fiel do avanço tecnológico, já que se constitui um recurso fundamental para a movimentação dos automóveis, e como no caso da *borra* denuncia desconhecimento do referente nomeado.

As unidades lexicais *carvão* e *brasa*, que também remetem à madeira em Estado de queima incompleta, configuram-se, como termos comuns tanto do universo rural quanto do urbano. Cabe lembrar que esses dois itens lexicais também foram catalogados como resposta para a questão 172 do QSL que busca nomeações para “a cinza quente que fica dentro do fogão a lenha”. A primeira está definida tanto nos dicionários antigos como nos contemporâneos como madeira queimada em que se conserva o fogo e que possui a cor negra. Compartilhando em parte da mesma acepção, Cunha (1996) define *carvão* como “substância combustível, sólida, negra, resultante da combustão incompleta de materiais orgânicos”, atribuindo-lhe a origem latina: *carbûncûlus* (carburação). Já a unidade léxica *brasa* está

registrada em Bluteau (1712-1728) como “*brasa*, he o carvão, ou lenha, ou outra materia combustível aceza, & abrazada” e por Moraes (1813) como “carvão ardendo em fogo”. Houaiss (2001) e Ferreira (2004), por seu turno, atribuem à unidade lexical *brasa* a definição de “carvão em incandescência”, isto é, em chamas. O uso das unidades léxicas *brasa* ou *carvão* para nomear o referente “picumã” pode ter sido motivado pelo desconhecimento do termo específico. Cabe destacar ainda que o uso de *brasa*, *carvão* e de *carburação* para designar “picumã” que se formam nos telhados de dependências que abrigam os fogões à lenha tradicionais pode ter sido motivado indiretamente por um processo metonímico de associação entre causa e efeito. Afinal, o processo de queima da madeira provoca combustão, provocada também pela carburação de vapores, gera carvão e, nesse processo de queima, a fumaça é uma constante. Já as itens lexicais *rolinho* e *picão* não estão dicionarizadas em nenhuma obra consultada no sentido mencionado pelo informante do Projeto ALiB e evidencia o desconhecimento do termo específica para nomear o referente em causa.

Enfim, a análise das unidades lexicais que, segundo os informantes do Projeto ALiB, nomeiam a “teia de aranha enegrecida pela ação da fumaça” demonstrou a manutenção de vocábulos rurais na fala dos moradores da região Centro-Oeste, com o uso das formas *picumã/pucumã/tucumã*, *fuligem* e *tisna* e de marcas de urbanização com o registro da forma *carburação*, bem como termo comuns tanto ao universo rural quanto urbano, como é o caso das variantes *teia*, *carvão* e *brasa*.

4.3.4 – LANTERNA / QSL 174 – “aquele objeto que se usa para clarear no escuro e se leva na mão”

4.3.4.1 – Análise geossociolinguística

Nesta seção analisamos as doze unidades lexicais coletadas como resposta para a pergunta 174 do QSL: *lanterna*, *lamparina*, *farolete*, *farol*, *vela*, *lampião*, *lâmpada*, *candeia*, *celebrim*, *tocha*, *foco* e *bico*. Primeiramente cabe esclarecer que dessas respostas apenas *lanterna*, *farolete* e *farol* são que nomeiam estritamente o conceito em causa. Porém, as demais respostas também serão, analisadas neste estudo, pois, de certa forma, refletem a realidade social do falante, ora voltada à ruralidade ora à marca da vida urbana. Os Quadros LXVII, LXVIII, LXIX e LXX reúnem esses itens lexicais, distribuídos segundo a localidade em que foram documentadas.

QUADRO LXVII – QUESTÃO 174 /QSL – MATO GROSSO /INTERIOR																																
Localidade Variantes	Aripuanã				São Félix [...]				Diamantino				Poxoréu				Vila Bela [...]				Barra do Garças				Cáceres				Alto Araguaia			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Lanterna	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Farolete			•												•	•			•													
Vela															•											•						
Lamparina															•											•						
Farol															•														•			
Celebrim							•																									
Tocha															•																	
Lâmpada															•																	

QUADRO LXVIII – QUESTÃO 174/QSL – MATO GROSSO DO SUL /INTERIOR																				
Localidade Variante	Coxim				Corumbá				Paranaíba				Nioaque				Ponta Porã			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Lanterna	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Farol									•			•		•						
Farolete															•					
Lampião													•							

QUADRO LXIX – QUESTÃO 174/QSL – GOIÁS /INTERIOR																																
Localidade Variante	Porangatu				São Domingos				Aruanã				Formosa				Goiás				Jataí				Catalão				Quirinópolis			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
Lanterna	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•				
Lamparina																		•									•			•		
Lampião																					•							•				
Vela																															•	
Candeia																															•	
Lâmpada																															•	

[illegible]

A seguir, o Gráfico XXXVII sintetiza a produtividade das quatorze unidades lexicais recolhidas como designação do conceito em questão.

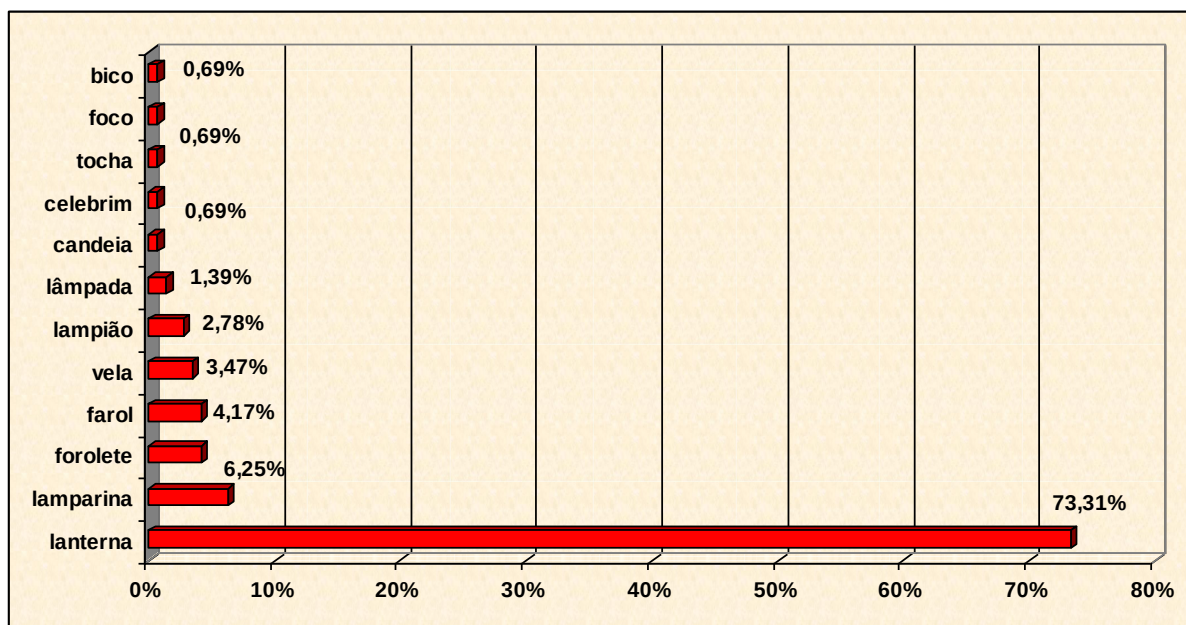
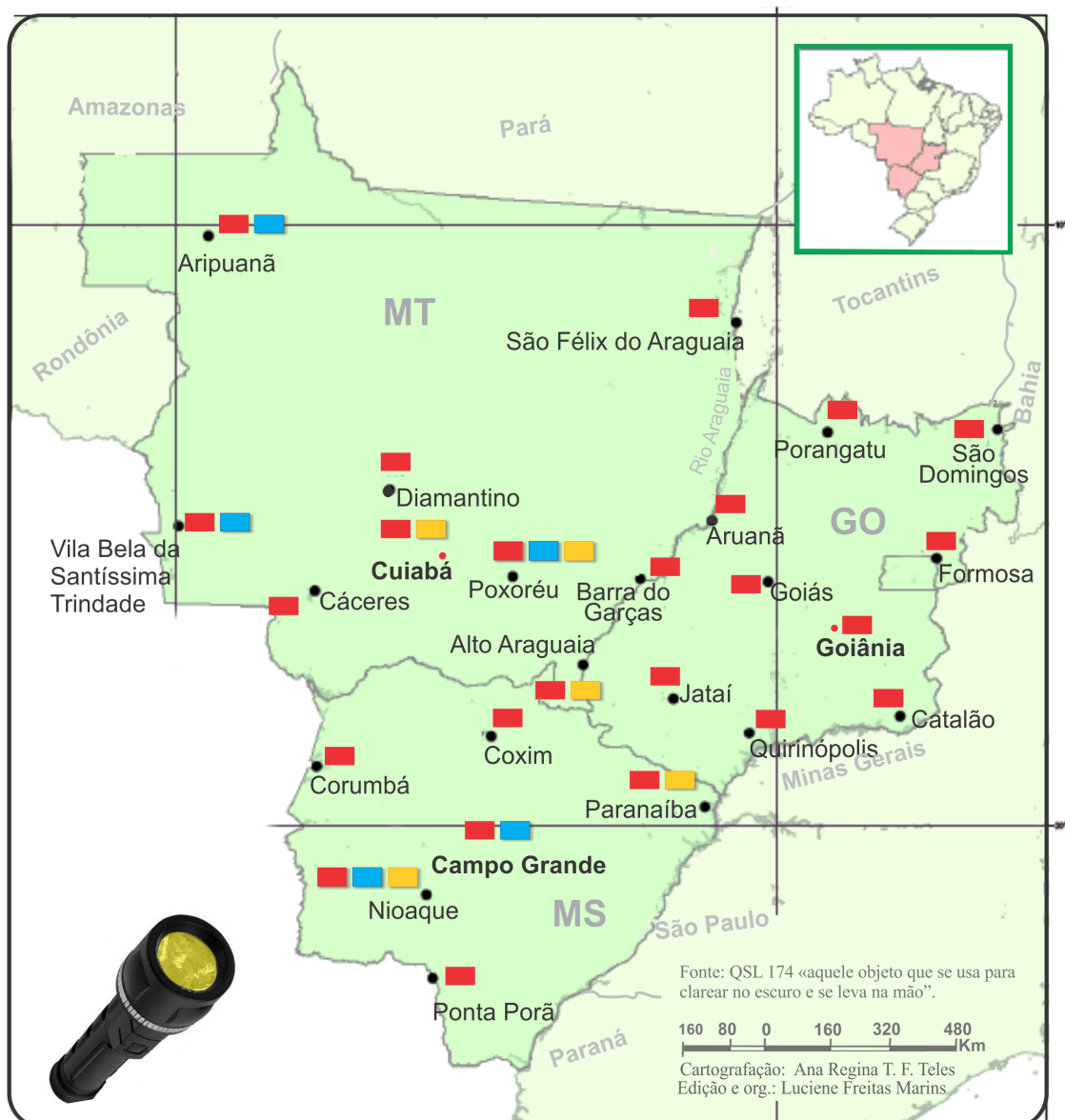


Gráfico XXXVII – Produtividade das respostas para a pergunta 174 do QSL, na região Centro-Oeste.

Observa-se no Gráfico XXXVII que a unidade lexical *lanterna* foi mais produtiva no universo pesquisado e *lamparina*, embora tenha atingido o segundo lugar de ocorrência, evidencia baixo índice de registro, assim como as formas *farolete*, *farol*, *vela*, *lâmpião* e *lâmpada*. As variantes *candeia*, *celebrim*, *tocha*, *foco* e *bico* foram documentadas como ocorrência única. Para visualização da distribuição diatópica das unidades lexicais que nomeia o referente em causa elaboramos a Carta 14.a, a seguir.

CARTA 14a: LANTERNA
Respostas à questão 174/QSL - Região Centro-Oeste

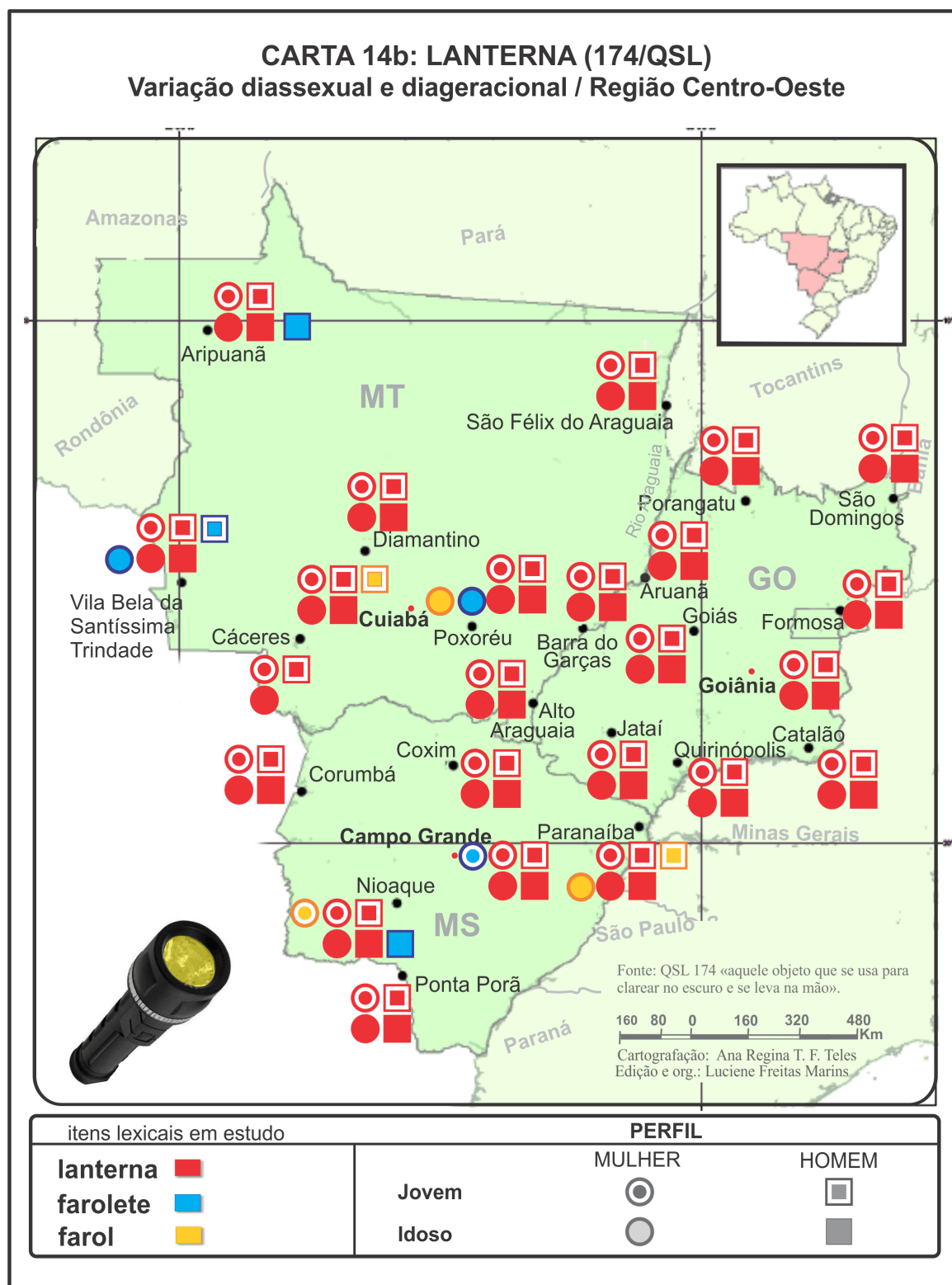


lanterna

farolete

farol

Nota-se que a unidade lexical *lanterna* foi mapeada em toda a região Centro-Oeste, o que indica se tratar de uma variante comum a todas as cidades dessa parte do território brasileiro. Cabe esclarecer que a variante *lanterna* foi citada por todos os informantes, independentemente do perfil, exceto o informante idoso com Ensino Fundamental de Cáceres, conforme o exposto na Carta 14.b:



Nota-se que em apenas uma localidade, Cáceres, não houve 100% de produtividade de lanterna, onde o informante idoso do Ensino Fundamental não mencionou essa unidade léxica. A unidade léxica *farolete*, em termos de capital, foi mapeada apenas em Campo Grande e *farol* apenas em Cuiabá. Cabe destacar ainda que esses itens lexicais, no conjunto

geral dos dados analisados, foram documentados com maior índice de produtividade na região Centro-Oeste na fala dos informantes idosos.

Já os itens lexicais *lamparina*, *vela* e *lâmpião* – como já mencionados – não nomeiam estritamente o conceito em causa. Porém, serão analisadas neste estudo, já que refletem a realidade social do falante, ora voltada à ruralidade ora à marca da vida urbana. Já o Quadro LXXI, na sequência, apresenta a ocorrência dessas unidades lexicais.

	ITENS LEXICAIS	LOCALIDADE	INFORMANTE
GO	<i>lamparina e vela</i>	Goiás	2
	<i>lamparina</i>	Goiânia	2
	<i>lamparina</i>	Catalão	2
	<i>lamparina e vela</i>	Quirinópolis	3
	<i>Vela</i>	Jataí	4
	<i>lâmpião</i>	Jataí	2
	<i>lâmpião</i>	Catalão	4
MS	<i>lamparina e lâmpião</i>	Campo Grande	7
	<i>Lâmpião</i>	Nioaque	1
MT	<i>lamparina</i>	Cuiabá	2
	<i>lamparina e vela</i>	Cáceres	3
	<i>Vela</i>	Poxoréu	4

Quadro LXXI - Ocorrências das repostas não válidas para a questão 174/QSL na região Centro-Oeste.

A forma *lamparina*, por seu turno, só não foi citada em Campo Grande, enquanto em Cuiabá foi mencionada pela jovem do Ensino Fundamental e em Goiânia tanto pela jovem de baixa escolaridade quanto pela idoso de Nível Superior. Em termos de interior, a unidade lexical *lamparina* foi documentada apenas entre os informantes da segunda faixa etária das cidades do interior de Mato Grosso. Em Poxoréu foi citada pela informante idosa do sexo feminino e em Cáceres pelo idoso do sexo masculino, o que não ocorreu no interior de Goiás onde houve dois registros, um na fala da jovem da cidade de Goiás e o outro na fala do idoso de Quirinópolis.

Cabe mencionar que o informante idoso de Cáceres, interior de Mato Grosso, ao responder essa questão acrescentou o seguinte: *muitos aqui [Cáceres] por não ter energia ainda usam vela ou lamparina*. Fato que demonstra que o uso do item lexical *lamparina* não corresponde a função da lanterna, porém ratifica o contato que esse informante possui com referentes típicos do universo rural. Em oposição a esse esclarecimento, o informante idoso de Goiânia, um grande centro urbano, demonstra não ter contato com o referente *lamparina* ao

informar que na *roça usa muito* [lamparina]. Nota-se que, de acordo com o morador dessa capital, local mais urbanizado, *lamparina* é usada apenas na roça, ao passo que, de acordo com o informante da cidade do interior de Mato Grosso (Cáceres), o uso da *lamparina* também é uma realidade dos moradores citadinos. Logo, são duas realidades sociais opostas em termos de espaço geográfico, cultural e social, que confirmam o exposto por Veiga (2002) de que no Brasil a classificação de cidade é apenas uma questão administrativa, já que não são consideradas as características da localidade. Fica evidente, pois, que muitas cidades brasileiras têm características de zona rural, como é caso de algumas cidades da região Centro-Oeste como está confirmando este estudo.

Já o Quadro LXXII, na sequência, apresenta as variantes que tiveram ocorrência única.

	UNIDADE LEXICAL	LOCALIDADE	INFORMANTE
MT	Tocha	Poxoréu	3
	Celebrim	São Félix [...]	4
MS	Foco	Campo Grande	7
	Bico	Campo Grande	2
GO	Candeia	Catalão	4
	Lâmpada	Catalão	3

Quadro LXXII – Ocorrências únicas para a questão 174/QSL na região Centro-Oeste, segundo o perfil do informante.

Observa-se que os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tiveram o mesmo índice de ocorrência de respostas únicas, mencionadas por informantes da segunda faixa etária, exceto *bico* que foi citada pelo jovem campo-grandense. Pode-se dizer que, do ponto de vista geossociolinguístico, as unidades lexicais aqui estudadas confirmaram que o falante, ao nomear um referente, deixa transparecer sua experiência, sua visão de mundo.

4.3.4.2 – Análise léxico-semântica

Para fins de análise semântica, as unidades lexicais foram reunidas em dois grupos: aquelas que nomeiam objetos movidos a pilhas – *lanterna*, *foco*, *celebrim*, *farol* e *farolete* – e a outras substâncias, que foi subdividido em unidades léxicas que evidenciam o caráter rural

– *vela*, *lâmparina*, *lampião*, *candeia* e *tocha* – e aquelas que evidenciam o caráter urbano – *lâmpada* e *bico*. A Figura XXIV a seguir ilustra o exposto.

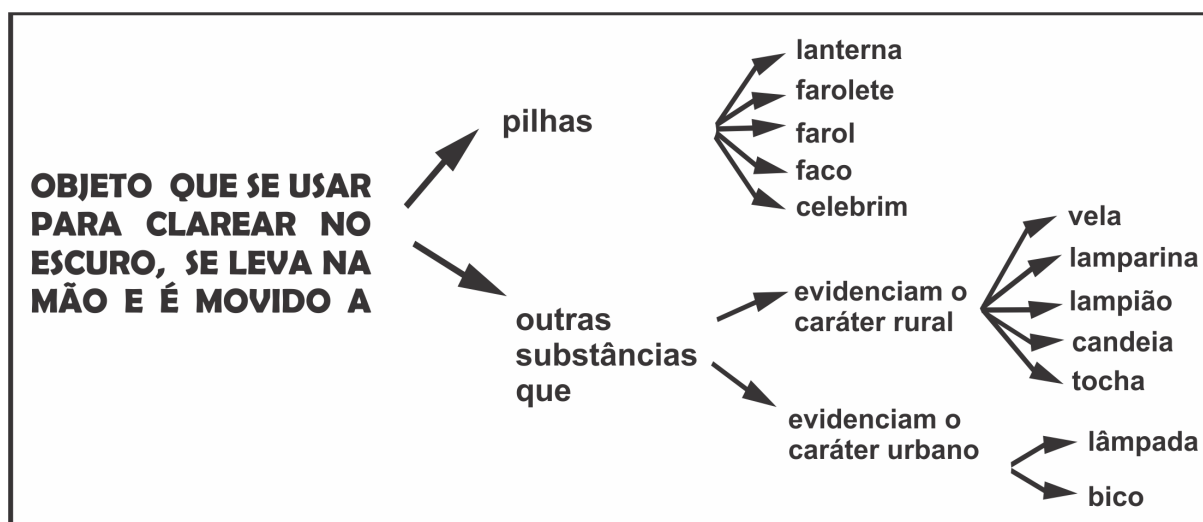


Figura XXIV – Distribuição dos itens lexicais catalogados como resposta na questão 174/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.

O item lexical *lanterna* está registrado em Bluteau (1712-1728) como “[...] abrigo da luz huma vela, ou candeia contra o vento [...]” e como “obra pequena de madeira, ou outra matéria, com seus vãos, & aberturas para dar luz a modo de lanterna no alto dos edificios [...]” e em Moraes (1813) como “instrumento feito de um cilindro de lata, ou prata, crivado, com sua portinha; na base vai posta uma luz de vela [...]”. Houaiss (2001) define *lanterna* como “aparelho para iluminar, portátil ou fixo, constituído de uma caixa de material transparente ou translúcido no interior da qual se acha uma fonte luminosa” e por “aparelho para iluminar, portátil, que consiste de pilhas e uma pequena lâmpada elétrica encerradas, em geral, num cilindro de metal ou plástico”. Ferreira (2004), por sua vez, também atribui-lhe as definições de “utensílio feito ou guarnecido de matéria transparente, como o vidro, no qual se põe uma luz protegida contra o vento” e de “lâmpada elétrica portátil alimentada por pilhas”. Nota-se que os dicionários Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813) apresentam as acepções de instrumento em forma de cilindro, onde se coloca uma fonte luminosa, podendo ser uma vela, ao passo que Houaiss (2001) e Ferreira (2004) a definem como instrumento de lâmpadas elétricas que contém pilhas. Observa-se que as definições desses dicionários correspondem às apresentadas pelos informantes do Projeto ALiB.

O item lexical *farolete*, por sua vez, está definido em Houaiss (2011) como “farol de pequeno porte que se instala próximo à entrada de canais, portos e estreitos” e Ferreira (2004)

por *farolim* que, por seu turno, é definido por “pequeno farol; farolete”, um brasileirismo que nomeia “cada um dos pequenos faróis” e remete para a terceira acepção apresentada para o verbete *farol*, que consiste em “dianteiros e traseiros, destinados a assinalar no escuro a presença de um carro em movimento”. Observa-se que o item lexical *farolete* corresponde à definição de *farol* que, por sua vez, nomeia aquilo que é usado para clarear algo.

O item lexical *farol*, por sua vez, está registrado em Bluteau (1712-1728), entre outras acepções, como “lâmpião, ou especie de lanterna grande no alto da popa de hum navio [...] fazer farol, he lançar o parceyro huma carta de naype, de que tem o Rey” e em Moraes (1813) como “lâmpião de poupa do navio; fazer farol; alluminar aos navios para seguirem a mesma estreira de noite”. O mesmo pode ser observado nas obras contemporâneas que registram, entre outras acepções, “a aparelhagem que produz esse foco luminoso” (HOUAISS, 2001) e o “candeeiro ou lanterna, em embarcação, para indicar sua presença e posição” (FERREIRA, 2004). Nota-se que tanto nos dicionários antigos quanto nos contemporâneos essa unidade léxica nomeia o objeto com feixe de luz que serve para clarear algo. É possível que, devido a esse sentido figurado de coisa que ilumina ou guia, o conceito em causa tenha recebido essa nomeação.

Já a unidade lexical *foco* consta de Moraes (1813) na acepção de “ponto que se unem os rayos de luz reflexos do espelho ustorio, ou retractos por lentes, é como a ponta de um cone [...] a luz queima de ordinário os corpos que se lhe chegam, e talvez, funde os corpos, que resistem ao fogo mais intenso”. Já Houaiss (2001) a classifica como um regionalismo do Brasil no sentido de “pequena luminária orientável, composta de uma lâmpada de alta potência e de refletor que concentra a luz num feixe estreito”, enquanto Ferreira (2004) a define como “lâmpada elétrica, ger. pequena, mas de alta potência, dotada de refletor que concentra a luz num feixe estreito”. Nota-se que nenhuma das obras consultadas atribui à variante *foco* a acepção de “instrumento que se leva com a mão”, porém é possível que o informante idoso de Campo Grande não faça a diferença entre o objeto que serve para clarear que se leva na mão, como qualquer outro o objeto que serve para clarear.

A unidade léxica *celebrim*, por sua vez, resulta de um processo metonímico, uma vez que a marca dá nome ao objeto. Nesse caso, *celebrim* é modelo do objeto que serve para clarear. Sabe-se que, entre outros modelos, existe o *Celebrim Tocha* que, por ser um modelo popular para esse tipo de instrumento, o informante tenha nomeado o referente pelo nome do modelo do produto. A Figura XXV a seguir reproduz o modelo referendado.



Figura XXV – Lanterna no modelo *Celebrim*

Dando continuidade, analisaremos os itens lexicais que nomeiam outros referentes, distintos da lanterna, porém também servem para clarear no escuro. As unidades lexicais *vela*, *lamparina*, *lâmpião*, *candeia* e *tocha*, que nomeiam objetos que servem para clarear, e são comuns em ambientes rurais, o que evidencia o traço de rural ainda presente na fala do homem centroestino, uma vez que se sabe que antes do advento da modernidade esses objetos eram utilizados, com frequência, para clarear os cômodos das casas, já que não existia energia elétrica. Não se desconsidera aqui que, na contemporaneidade, não raro, muitas cidades ainda fazem uso desses tipos de iluminação.

A unidade lexical *vela*, por exemplo, está registrada, entre outras acepções, como “composição de febo, ou de cera, no meyo da qual fica envolto hum pavio, que fe acende para alumear” (BLUTEAU, 1712-1728) e como “peça de cera ou outra substância gordurosa, de forma ger. cilíndrica, tendo no centro um pavio, cuja chama serve para alumiar” (HOUAISS, 2001). Observa-se que é possível que o informante idoso de Jataí e a jovem de Goiânia tenham mencionado a variante *vela* para nomear o referente em causa por ser aparato comum no cotidiano das pessoas, tanto em recintos rurais como urbanos e que serve, entre outras funções, para clarear.

A unidade lexical *lamparina* está dicionarizada na acepção de “pequena lâmpada que fornece luz de pouca intensidade, composta de um reservatório para líquido combustível [...] no qual se mergulha um pavio que traspassa uma pequena rodela de madeira e se acende na outra extremidade; griseta, luminária” (HOUAISS, 2001) e “pequeno recipiente com um líquido iluminante [...] no qual se mergulha um pequeno disco de madeira, de cortiça ou de metal traspassado por um pavio que, aceso, fornece luz atenuada” (FERREIRA, 2004). Machado (1987) acrescenta que “será talvez derivado de *lâmpada*”.

Já a forma *lâmpião* está dicionarizada em Bluteau (1712-1728) como *lampadário*, que por sua vez, está definido como “lampada, ou caſtiçal grande, do qual ſahe[m] muitos ramos, & no cabo de cada hum delles hua luz, como ſaõ os que ſe vem ſuſpenſos nos palácios, ou nas igrejas [...]”. Machado (1987) define *lâmpião* como “do fr. *lampion*, este do it., *lampionne*, aumentativo de *lampa* [...]”. Já em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004) *lâmpião* é definido como “grande lanterna elétrica ou a combustível, portátil ou fixa em um teto, esquina ou parede” e, por extensão de sentido, como “poste de iluminação pública”. Observa-se que os semas “levar com a mão” não aparecem definição *lamparina* nem para a de *lâmpião*, porém, tenham feito a associação com os semas “objeto utilizado para clarear no escuro e quando necessário pode ser carregado de um lugar para o outro”, um dos traços que identificam a definição dos dois objetos. O mesmo pode ter ocorrido com a documentação da unidade lexical *candeia* que é definida por Moraes (1813) por “vaso de metal para luz [...]” e por Houaiss (2001) como “pequeno aparelho de iluminação, de folha-de-flandres ou de barro, abastecido com óleo ou gás inflamável e provido de mecha; usa-se ger. no alto, pendente de um prego preso à parede”. A mesma definição encontra-se em Ferreira (2004) como “pequeno aparelho de iluminação, que se suspende por um prego [...]”. Observa-se que a variante *candeia* dá nome ao objeto que serve para iluminar as casas e fica pendurado na parede. É provável que o sema “clarear no escuro” tenha motivado a informante idosa de Catalão a utilizar essa variante como resposta para a pergunta em causa.

A variante *tocha*, por seu turno, está definida como “vela grande de cera de quatro cantos, & de quatro pavios” (BLUTEAU, 1712-1728; MORAIS 1813) e por “vela grande e grossa de cera” (HOUAISS, 2001; FERREIRA, 2004). É possível que o uso da forma *tocha* possa estar relacionada ao sema “fogo” que emite luz, daí ter sido mencionada pelo entrevistado da segunda faixa etária de Poxoréu para nomear o referente em questão.

Passamos agora à análise das unidades lexicais que também nomeiam o objeto que serve para clarear, porém não é possível carregá-lo na mão, pois depende da eletricidade para emitir raios luminosos. As formas *lâmpada* e *bico* são aqui analisados, pois remetem aos espaços urbanos. No caso das variantes *lâmpada* e *bico* (em que fica subentendida a expressão *bico de luz*), que nomeiam o objeto comum do mundo contemporâneo, que serve para clarear e é alimentado por energia elétrica. Cabe destacar que a forma *lâmpada* está definida tanto nas obras lexicográficas antigas como nas contemporâneas como “vaso ou recipiente em que se coloca azeite para iluminar”, enquanto a forma *bico*, no sentido de *bico de luz*, não consta em nenhuma dessas obras. Observa-se, portanto, que a variante *lâmpada* não está documentada nem mesmo nas obras do século XXI com o sentido atual, o que confirma a

transformação da sociedade no decorrer dos séculos e com ela a dinamicidade lexical, já que os item lexical *lâmpada* e *bico* nomeiam contemporaneamente o recipiente instalado, geralmente, nos tetos das residências para iluminar o ambiente.

Observou-se que as unidades léxicas catalogadas para nomear “aquele objeto que se usa para clarear no escuro e se leva na mão” foram motivadas, em geral, pelo sema “clarear no escuro”. Cabe destacar que nas formas mapeadas identificaram-se marcas da mudança social ocorrida a partir do advento da luz elétrica, uma vez que as variantes *lamparina* e *lampião* que eram de uso comum no cotidiano das famílias que não dispunham de luz elétrica, no período atual, dividem espaço com as formas lexicais *lâmpada* ou *bico* de luz que adquiriram novos sentidos na contemporaneidade. Se de um lado *lamparina* e *lampião* refletem traços de ruralidade na fala do centroestino, por outro lado, *lâmpada* ou *bico* de luz evidenciam marcas de urbanização. Assim sendo, fica evidente que há um *continuum* de ruralidade e urbanização na fala dos informantes da região Centro-Oeste, onde o vocabulário rural divide espaço com o vocabulário urbano, isso porque conforme os hábitos sociais se alteram, o léxico também se modifica.

4.3.5 – BOTEÇO / QSL 202 - “um lugar pequeno, com balcão, onde os homens costumam ir beber [...] e onde também se pode comprar alguma outra coisa?”

4.3.5.1 – Análise geossociolinguística

A última pergunta selecionada para este estudo motivou quatorze unidades lexicais como resposta: *boteço/botequim/butiquim*, *bar/barzinho*, *bolicho*, *mercearia*, *venda/vendinha*, *quiosque/quiosquinho*, *lanchonete*, *mercado/mercadinho*, *armazém*, *empório*, *conveniência*, *quitanda*, *birosca* e *comércio*. Os Quadros LXXIII, LXXIV, LXXV e LXXVI reúnem esses dados do *corpus* catalogado para este estudo.

QUADRO LXXIV – QUESTÃO 202 DO QSL – MATO GROSSO DO SUL /INTERIOR

Localidade Variante	Coxim				Corumbá				Paranaíba				Nioaque				Ponta Porã			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Boteco/botequim/butiquim	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		•		
Bar /barzinho	•	•	•				•					•	•	•		•	•	•		•
Bolicho						•									•				•	
Mercearia							•												•	
Venda						•														
Quiosquinho																				•

QUADRO LXXVI – QUESTÃO 202 DO QSL – GOIÁS /INTERIOR

Localidade Variante	Porangatu				São Domingos				Aruanã				Formosa				Goiás				Jataí				Catalão				Quirinópolis			
	Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes				Informantes			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Boteco/botequim/ butiquim	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•				•	•			•	•			
Bar/barzinho	•		•	•	•	•	•	•	•			•		•				•		•	•	•		•	•	•	•	•	•			
Mercearia		•																		•												
Armazém																													•			
Venda/Vendinha		•																														
Lanchonete				•																												
Birosca																•																
NF																											•					

O percentual de produtividade das unidades lexicais registradas nos quadros anteriores aparece visualizado no Gráfico XXXVIII.

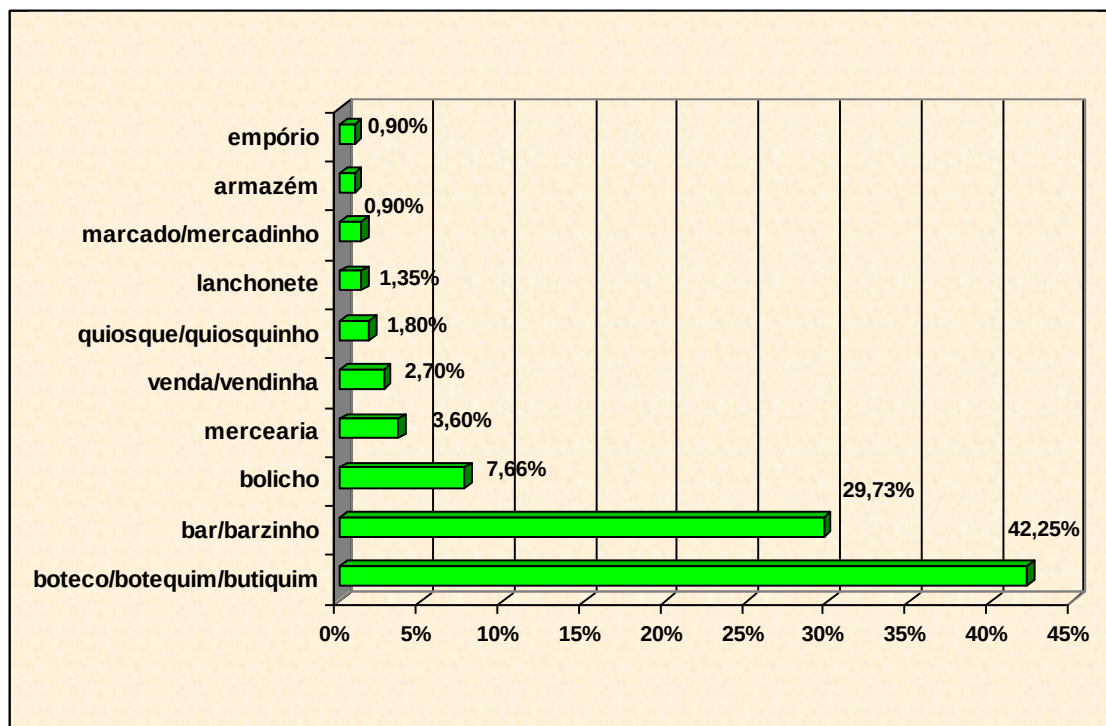


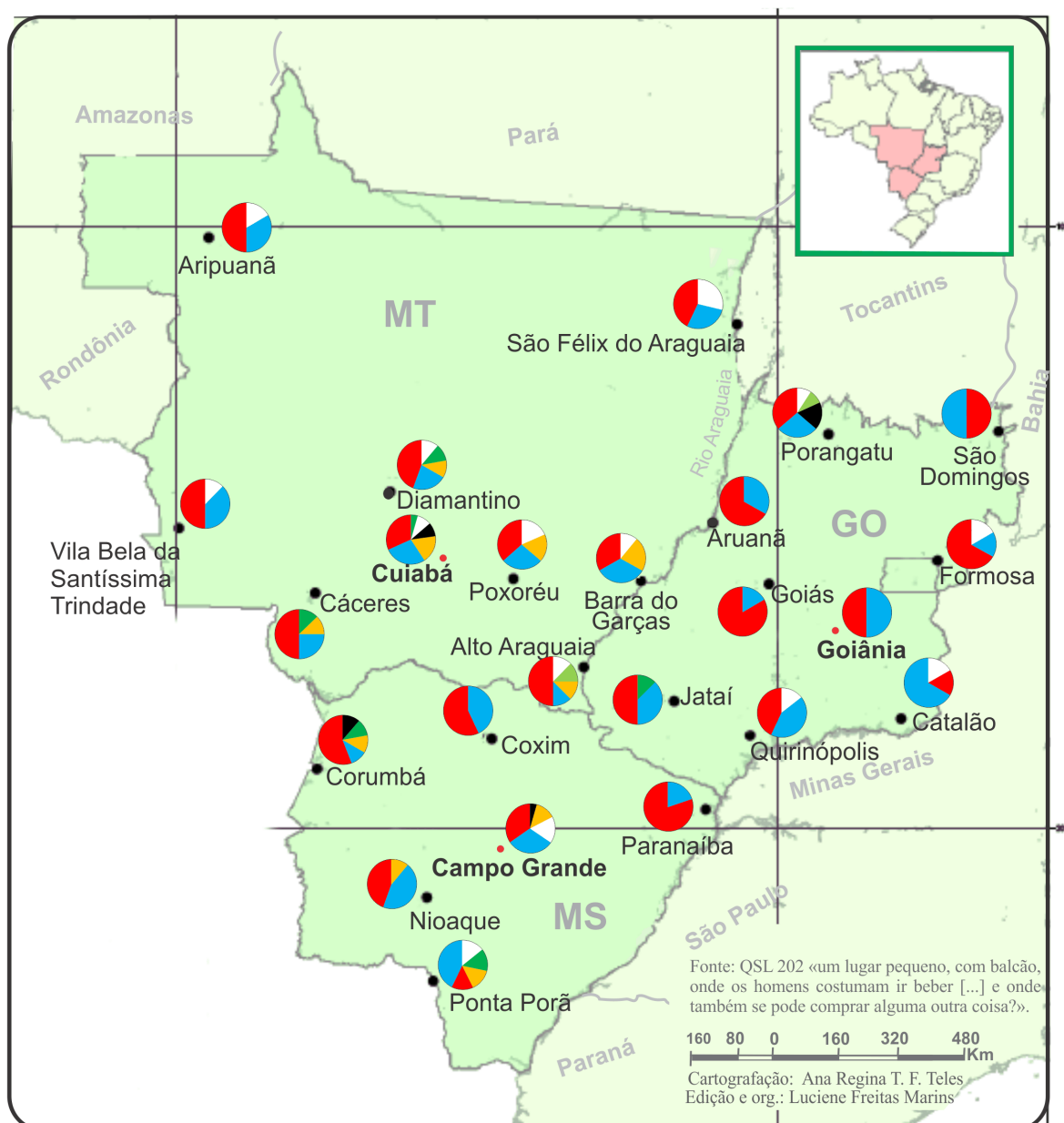
Gráfico XXXVIII – Produtividade das respostas para a pergunta 202 do QSL na região Centro-Oeste.

O Gráfico XXXVIII contempla todas as respostas que não foram de ocorrências únicas. Nota-se que a forma *boteco/botequim/butiquim* foi a mais produtiva no universo pesquisado, seguida de *barzinho* e de *bolicho*. As unidades léxicas *mercearia*, *venda/vendinha*, *quiosque/quiosquinho*, *lanchonete*, *mercado/mercadinho*, *armazém* e *empório*, por sua vez, foram documentadas com menores índices de ocorrências. Já as demais variantes - *conveniência*, *quitanda*, *birosca* e *comércio* - que não figuram nesse Gráfico também foram obtidas como resposta, porém, com registros únicos, somando 0,45% cada.

A Carta 15.a, a seguir, mostra a distribuição diatópica das seis unidades lexicais mais produtivas nesse universo dos dados.

CARTA 15a: BOTEÇO

Respostas à questão 202/QSL - Região Centro-Oeste



■ boteco/botequim/butiquim

■ bolicho

■ venda/vendinha

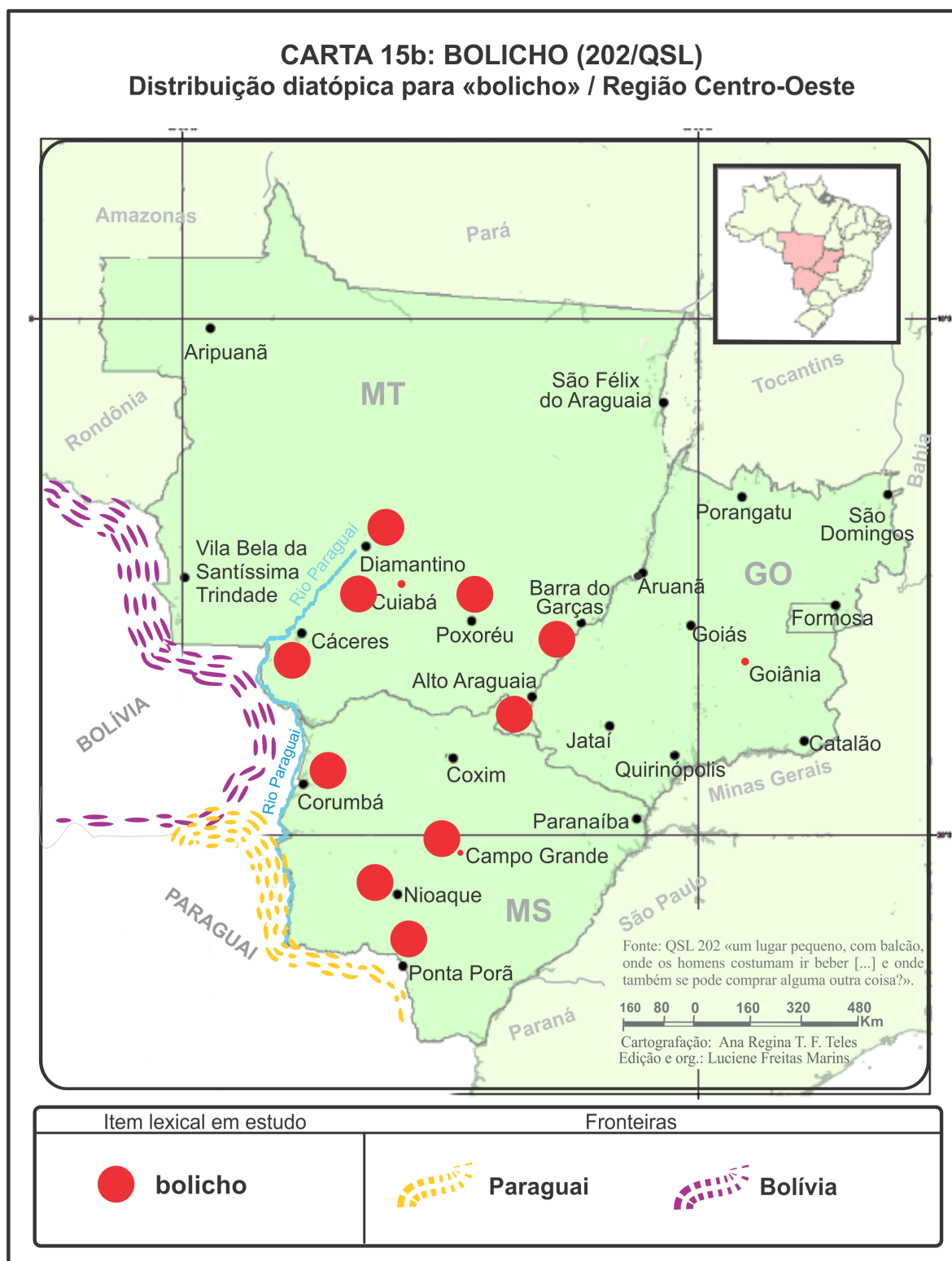
■ bar/barzinho

■ mercearia

Observa-se na Carta 15.a que a unidade lexical *boteco/botequim/butequim* foi produtiva em todas as localidades. Os dados obtidos nos três Estados demonstram que a variante *boteco/botequim/butiquim*, obteve alto índice de produtividade. Nota-se que apenas em Ponta Porã (MS) e Catalão (GO) o percentual de *boteco/botequim/butiquim* foi inferior ao de *bar/barzinho*. A forma *bar/barzinho* que foi de uso comum em praticamente todo o Centro-Oeste, ao passo que *bolicho* foi documentado apenas nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

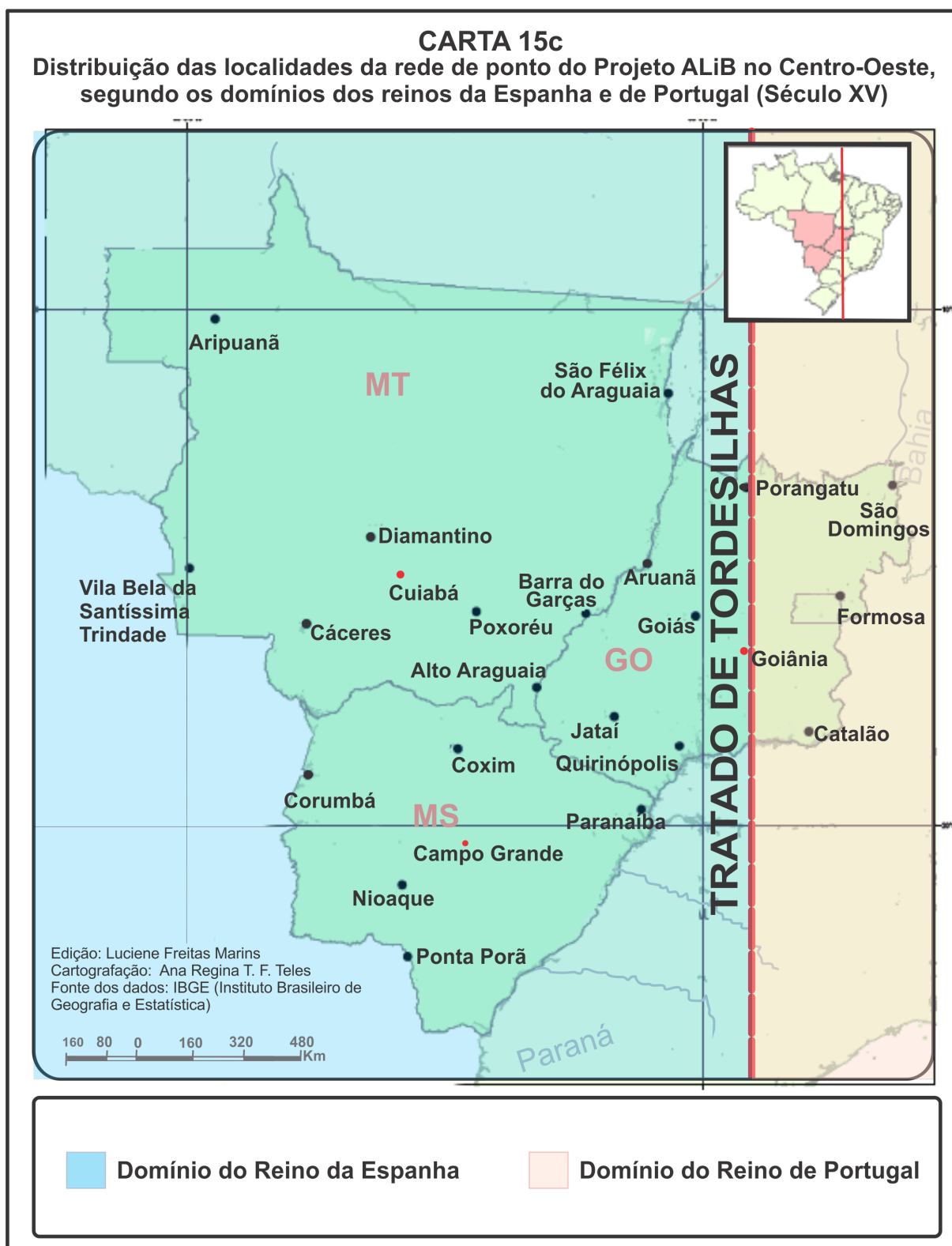
Cabe destacar que a produtividade do item lexical *bolicho* apenas nos de Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No território mato-grossense chama atenção, por não ter havido registro apenas nas cidades de Aripuanã, São Félix do Araguaia e Vila Bela da Santíssima Trindade. Já na área sul-mato-grossense a unidade lexical *bolicho* não foi registrada apenas em Coxim. É importante frisar que não houve registro da unidade lexical *bolicho* no Estado de Goiás. A unidade léxica *mercearia*, embora também tenha sido registrada nos três Estados da região Centro-Oeste, obteve menor índice de ocorrência. O mesmo ocorreu com a unidade léxica *venda/vendinha* documentada apenas nos três Estados.

A Carta 15.b, a seguir, confirma o exposto, com a visualização da documentação de *bolicho* na região Centro-Oeste.



Observa-se pela Carta 15.b que o item lexical *bolicho*, oriundo do espanhol, ocorreu apenas nos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Historicamente, no início da formação da sociedade brasileira, esses espaços geográficos pertenciam ao Reino da Espanha, já que pelo Tratado de Tordesilhas, assinado entre os Reinos da Espanha e de Portugal, no final do século XV, ficava em comum acordo a divisão das terras que fossem descobertas em

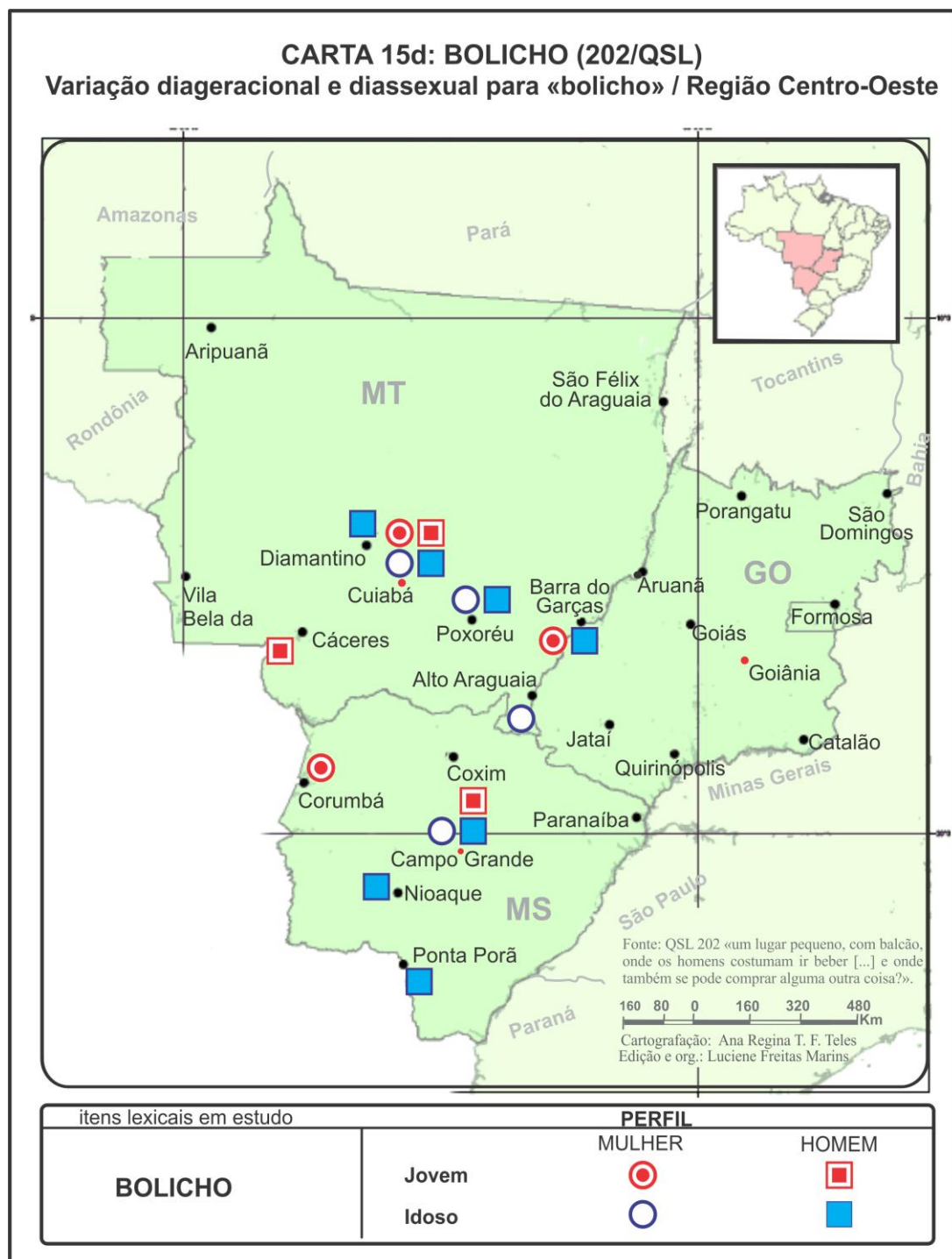
outras partes do mundo. Em virtude desse acordo, as terras encontradas até 370 léguas a oeste de Cabo Verde ficaram sob o domínio português e as terras ao oeste dessa linha imaginária que representava esse Tratado de Tordesilhas ficaram sob domínio da Espanha. Especificamente, essa parte destinada aos espanhóis, entre outras localidades, correspondeu ao atual Estado de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e uma pequena parte do Estado de Goiás. A Carta 15.c a seguir apresenta a identificação dessa linha imaginária sobre a atual divisão da região Centro-Oeste.



Nota-se que, do ponto de vista histórico-geográfico, o território dos atuais Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, antes de pertencer ao governo português e, posteriormente, fazer parte do atual território brasileiro, pertencia aos espanhóis, o que coincide com a área onde está disseminada a unidade léxica *bolicho* nos Estados de Mato

Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa particularidade histórica pode ter contribuído para a consolidação dessa forma linguística em ambos os Estados, lembrando também que, mesmo essas áreas geográficas se livrando da dominação espanhola, fazem divisa com a Bolívia e com o Paraguai, países cuja língua oficial é o espanhol.

Cabe destacar que, assim como das unidades lexicais *boteco/botequim/butiquim* e *bar/barzinho* que foram documentadas, independentemente do perfil dos informantes, a unidade léxica *bolicho* foi citada entre os informantes de todos os perfis, embora com maior índice de produtividade entre os informantes da segunda faixa etária, conforme se visualiza na Carta 15.d a seguir.



Nota-se, pelos dados observados na Carta. 15.d, que *bolicho* nas cidades do interior foi mais produtiva entre os informantes idosos do sexo masculino. É curioso observar que apenas em Mato Grosso houve a ocorrência dessa variante na fala dos informantes de todos os perfis aqui contemplados. O Gráfico XXXIX apresenta a ocorrência de *bolicho* nas cidades do interior.

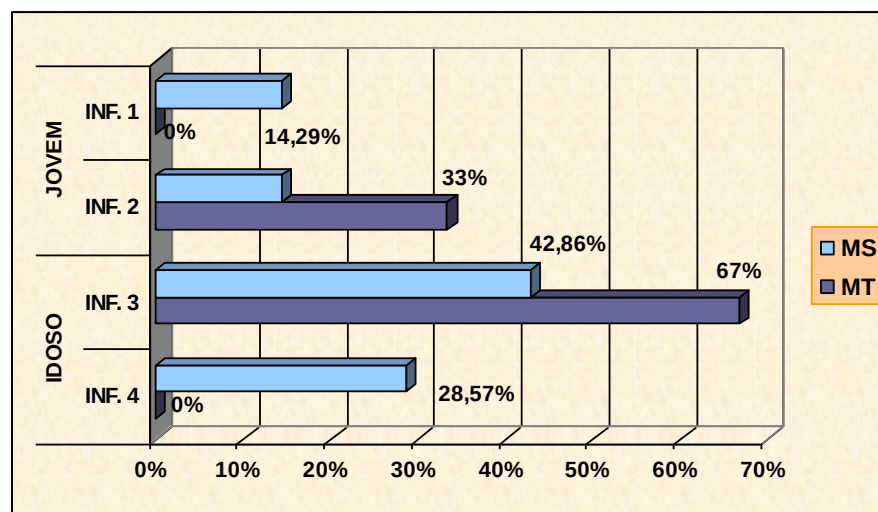


Gráfico XXXIX – Produtividade da unidade lexical *bolicho* nas cidades do interior da região Centro-Oeste, segundo a faixa etária.

Já o Gráfico XL, na sequência, traz os dados obtidos para a variante *bolicho* nas capitais da região Centro-Oeste.

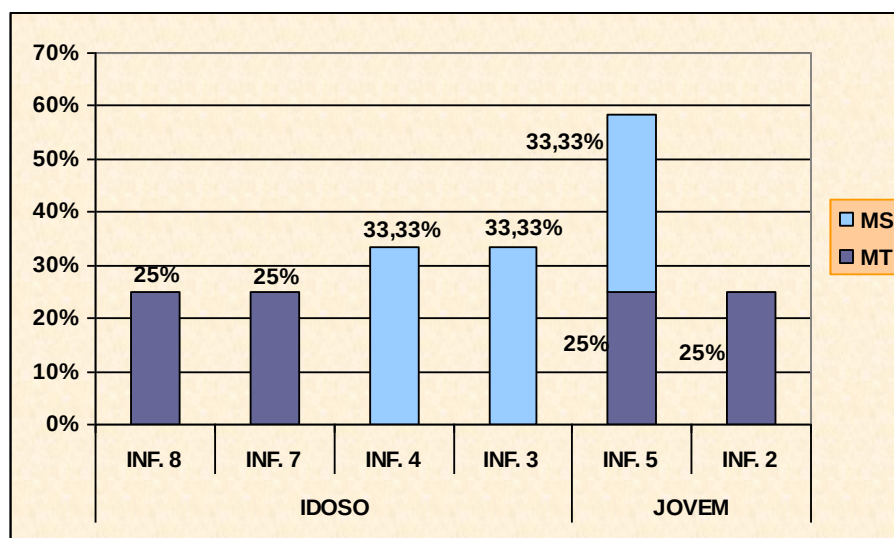


Gráfico XL – Produtividade da variante *bolicho* nas capitais da região Centro-Oeste, segundo a faixa etária.

A forma *bolicho* foi mencionada nas capitais foi produtiva na fala dos habitantes das capitais do Centro-Oeste independente do perfil. As unidades lexicais *armazém* e *empório*, por sua vez, foram produtivas apenas entre os informantes da segunda faixa etária, enquanto *mercado/mercadinho* foi mencionada apenas entre os informantes jovens. Outro aspecto identificado neste estudo foi a ocorrência do item lexical *venda/vendinha* apenas entre as informantes do sexo feminino, conforme ilustra o Quadro LXXVII a seguir.

	UNIDADE LEXICAL	LOCALIDADE	INFORMANTE
MT	venda/vendinha	Cuiabá	8
MS	venda/vendinha	Campo Grande	8
	venda/vendinha	Corumbá	2
GO	venda/vendinha	Porangatu	2

Quadro LXXVII – Ocorrência da unidade lexical *venda/vendinha* na região Centro-Oeste, segundo o idade das informantes femininas.

Observa-se a produtividade do item lexical *venda/vendinha* apenas na fala das informantes do sexo feminino. Segundo a informante jovem de Corumbá, os *mais antigos falavam bolicho. Meu pai fala bolicho! Agora falam venda!* Diante dessa afirmação é possível perceber que na fala das informantes do sexo feminino há menos conservadorismo, uma vez que a unidade lexical *bolicho* foi mais produtiva na fala dos informantes do sexo masculino, enquanto *venda/vendinha* apenas entre as mulheres. Considerando também a documentação das ocorrências únicas o Quadro LXXVIII indica o perfil dos informantes que mencionaram, distribuídas segundo o Estado do Centro-Oeste.

	UNIDADE LEXICAL	LOCALIDADE	INFORMANTE
MT	Conveniência	Diamantino	1
	Quitanda	Cuiabá	5
	comércio	Aripuanã	1
GO	Birosca	Formosa	4

Quadro LXXVIII – Ocorrências únicas catalogadas na região Centro-Oeste para a pergunta 202/QSL/ALiB.

Nota-se que no Estado do Mato Grosso houve o maior número de ocorrências únicas. O que mais chama atenção na documentação dessas peculiaridades lexicais é o fato de nomearem referentes ligados ao universo urbano. *Conveniência* e *comércio*, por exemplo, foram documentados entre os jovens, ao passo que as formas mais arcaicas, *quitanda* e *birosca*, entre os informantes da segunda faixa etária, dados que elucidam marcas de urbanização e de ruralidade na fala dos entrevistados.

Enfim, no conjunto geral dos dados catalogados como resposta para a questão 202/QSL, notou-se que formas como *boteco/botequim* e *bar* são de uso comum em toda a região Centro-Oeste, ao passo que o item lexical *bolicho* foi documentado apenas em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, com maior índice de produtividade na fala dos idosos. Já as unidades

lexicais *armazém* e *empório* foram mencionadas apenas pelos informantes da segunda faixa etária, enquanto *mercado/mercadinho* foi documentado somente entre os informantes jovens. Já *venda/vendinha* foi registrada apenas entre as informantes do sexo feminino.

No registro de ocorrências únicas também foram identificadas marcas diageracionais, como o uso das unidades lexicais *comércio* e *conveniência* entre os jovens e *quitanda* e *birosca* entre os informantes idosos. Esses resultados confirmam que, dependendo do perfil do informante, determinadas variantes podem ser não na produtivas.

4.3.5.2 – Análise léxico-semântica

Para fins de análise, do ponto de vista léxico-semântico, as dezesseis unidades lexicais foram distribuídas em três grupos considerando os semas “comércio simples e rústico comum em cidades pequenas”, divididos em duas categorias: (i) *venda*, sobretudo de bebidas e (ii) *venda*, sobretudo de produto alimentício; “comércio rústico ou moderno comum tanto em cidades pequenas como nas grandes” e “comércio moderno comum em cidades grandes”. A Figura XXVIII a seguir ilustra o exposto:

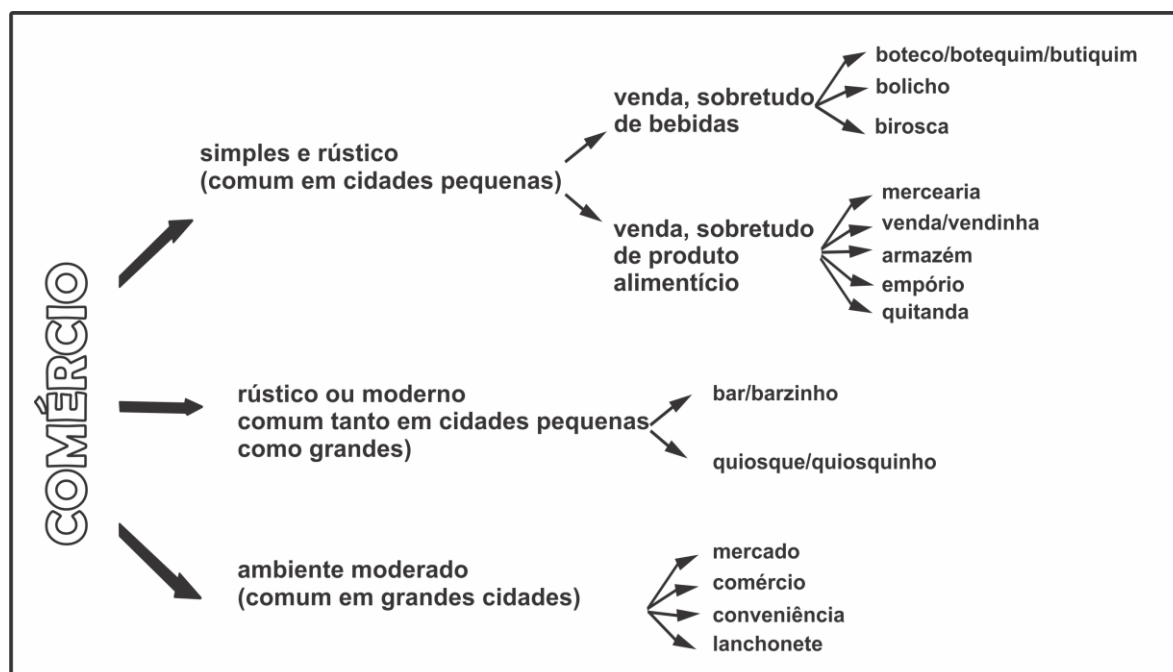


Figura XXVIII – Distribuição dos itens lexicais catalogados na questão 202/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.

A *boteco/botequim/butiquim* está dicionarizada em Machado (1987), como - “talvez do it. *Botteghino*”; também está definida em Houaiss (2001) como “pequena venda tosca

onde servem bebidas, algum tira-gosto, fumo, cigarros, balas, alguns artigos de primeira necessidade etc. ger. situada na periferia das cidades ou à beira de estradas; birosca”, o mesmo que botequim, unidade léxica definida pelo mesmo lexicógrafo como “estabelecimento comercial popular onde servem bebidas, lanches, tira-gostos e eventualmente alguns pratos simples, bar, boteco”. Bluteau (1712-1728), por sua vez, contempla o item lexical *butiqueiro* com a seguinte definição “[...] em Goa [Estado da Índia] Butiqueiros vendem toda a caſta de comeſtíveis, e também mezinhas, tabaco,&c”. É possível que a unidade léxica *butiquim* seja uma variante de *butiqueiro*, pois, se *butiqueiro* é o nome de quem vende coisas comestíveis, onde se encontra tabacos, é possível que as informantes tenham mencionado a unidade lexical *butiquim* no sentido de pequeno estabelecimento administrado por *butiqueiro*. É provável que a variante *butiquim* tenha se conservado na língua com o passar dos séculos, uma vez que, mesmo que ela não tenha sido documentada nas obras lexicográficas contemporâneas, ao pesquisar na ferramenta Google constam 199.000 registros desse item lexical que, em geral, são anúncios de estabelecimentos com essas características, o que evidencia ainda a popularidade do item lexical *butiquim* para nomear “um lugar pequeno, com balcão, onde os homens costumam ir beber [...] e onde também se pode comprar alguma outra coisa”.

Já o item lexical *bolicho* está dicionarizado por Houaiss (2001) e por Ferreira (2004) apenas como verbo *bolichar* ou *bolichear*. O primeiro dicionarista define essa variante como regionalismo do Rio Grande do Sul que corresponde ao ato de “fazer comércio em pequena escala”, enquanto o segundo autor o define como brasileirismo também do Rio Grande do Sul, oriundo do espanhol, que dá nome a quem exerce “a profissão de bolicheiro” e o ato de “vender em pequeno varejo; mascaterar”. Nesse particular, nota-se que há coincidência entre o léxico da região Sul com o léxico da região Centro-Oeste, ambos com parte do seu território fazendo fronteira com países hispanoamericanos, que têm o espanhol como língua oficial.

A variante *birosca*, por seu turno, é definida por Houaiss (2001) como regionalismo, de uso informal, na região Centro-Oeste do Brasil e no Rio de Janeiro que nomeia a “pequena venda, de instalações simples, ger. estabelecida num bairro pobre ou numa favela e que é misto de mercearia e bar” e acrescenta ainda que, por extensão de sentido, também recebe designações como *bar*, *boteco* ou *botequim*. Já Ferreira (2004) classifica *birosca* como brasileirismo do Rio de Janeiro que dá nome ao “estabelecimento comercial modesto, ger. instalado em comunidades pobres, e no qual se vendem gêneros de primeira necessidade e bebidas alcoólicas”. Nota-se que o uso de *birosca* na fala da informante da segunda faixa etária de Formosa confirma informação registrada por Houaiss (2001).

No grupo das unidades lexicais que nomeiam o comércio simples e rústico, que vende, sobretudo produtos alimentícios, situam-se também os itens lexicais: *mercearia*, *venda/vendinha*, *armazém*, *empório* e *quitanda*. *Mercearia*, por exemplo, está dicionarizada em Bluteau (1712-1728) como “mercador de mercearia. O que vende botões, fitas, pentens [sic], tezouras, & outras mercancias miúdas [...]”, enquanto Moraes (1813) a define esse item lexical como “mercearias, que vendem os mercieiros”. Já as obras lexicográficas contemporâneas atribuem a essa unidade lexical as definições de “estabelecimento em que se vendem gêneros alimentícios e mercadorias de uso doméstico; armazém, tenda, venda” (HOUAISS, 2001) e “loja onde se vendem a retalho gêneros alimentícios; loja de secos e molhados; armazém, venda” (FERREIRA, 2004). Logo é possível que os informantes do Projeto ALiB tenham atribuído ao conceito em causa essa designação por associação aos semas “estabelecimento pequeno” e “comprar bebidas e alguma coisa para comer” contidos no texto da pergunta.

O mesmo pode ter ocorrido com o registro de *venda/vendinha* que está definida em Bluteau (1712-1728), entre outras acepções, como “taverna de estrada. estalagem do campo [...]”. Já *taverna* é definida no mesmo dicionário como casa onde se vendem vinhos e alguma coisa para comer. Moraes (1813) também define essa unidade lexical como “lugar onde se vende” ou “taberna onde se vende”. Já Houaiss (2001) classifica *venda* como regionalismo do Brasil na acepção de “estabelecimento humilde aberto por negros egressos de escravidão” e “pequena mercearia ou bar em que funciona também uma pequena mercearia”, por extensão de sentido, *venda* pode ser o mesmo que *bar* ou *botequim*. Já Ferreira (2004) define esse termo como “pequeno estabelecimento comercial onde se vendem artigos variados” e por “botequim onde se vendem, sobretudo, bebidas a varejo e pequenos artigos, como velas, pilhas, sal, etc”. Observa-se que *venda/vendinha* figura tanto nos dicionários antigos como nos contemporâneos na acepção em que foi usada pelos habitantes do Brasil Central.

O mesmo não ocorre com a unidade lexical *armazém* que, com o decorrer dos séculos, sofreu alterações semânticas. De acordo com Bluteau (1712-1728) e Moraes (1813), *armazém* dá nome ao lugar em que se guardam armas e outros instrumentos usados nos navios, enquanto em Houaiss (2001) *armazém* é classificado como um regionalismo de Portugal que nomeia o “estabelecimento comercial onde se vendem ao público gêneros alimentícios e diversos utensílios caseiros; mercearia” e a “casa comercial em que se vendem bebidas; taberna”. Ferreira (2004), por seu turno, define item lexical como “depósito de mercadorias, de munições, etc”. Nota-se que a definição apresentada por Ferreira (2004) é semelhante à de Bluteau (1712-1728) e de Moraes (1813), ao passo que em Houaiss (2001) a

acepção corresponde àquela usada pelos informantes do Projeto ALiB. O uso da unidade lexical *armazém* representa um traço de conservadorismo lexical, já que *armazém* é marcado como um regionalismo de Portugal.

Já o item lexical *empório* está definido em Bluteau (1712-1728) como “He, pois, *Empório Praça* mercantil, de grande concurso de homens de negócio”, em por Moraes (1813) como “[...] *feira, onde se achavão todalas mercadorias*”. Machado (1987), por sua vez, definem *empório* como “do grego *empóron*”. Já Houaiss (2001) e Ferreira (2004), além dessas acepções, também acrescentam a acepção estabelecimento comercial onde são vendidos diversos tipos de mercadorias e que no Brasil também pode ser definido por “mercado de secos e molhados”.

Já a unidade lexical *quitanda* é registrada por Houaiss (2001) como regionalismo do Brasil e da Angola na acepção de “pequeno estabelecimento comercial; tenda” e por Ferreira (2004) como um angolanismo e brasileirismo que dá nome à “loja ou local onde se faz comércio” e à “pequena mercearia; tenda”, definição em parte retomada no Dicionário Etimológico de Cunha (1996) que também registra *quitanda* como “local onde se faz comércio”, atribuindo-lhe o étimo do Quimbundo “ki'tana||**quitandeiro** 1899”, informação essa já registrada em Machado (1987): “do quimbundo *kitanda*, ‘feira’ [...]”. O uso da forma lexical *quitanda* no português do Brasil, incluindo o Centro-Oeste do Brasil pode ser explicado por razões história. Sabe-se que Cuiabá, local onde foi registrada essa unidade léxica, recebeu grandes contingentes de escravos africanos, gerando o surgimento de quilombos, alguns deles ainda ativos no Estado de Mato Grosso.

Também foram documentadas as unidades lexicais *bar/barzinho* ou *quiosque/quiosquinho* que dão nomes a estabelecimentos rústicos ou modernos, podendo ser encontrados tanto nas cidades interioranas quanto nas capitais. A primeira unidade léxica está definida em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004) como local público e popular “composto por balcão e bancos, onde se vendem e servem bebidas e algumas refeições rápidas” com remissão para *botequim*. Ferreira (1987) e Cunha (1996), por sua vez, acrescentam que a variante *bar* o é “do inglês *bar* propriamente ‘barra’, de origem ‘barra’, de origem Frances.

Já a variante *quiosque/quiosquinho* está definida em Houaiss (2001), por extensão de sentido, como “pequena construção de madeira, em lugares públicos, comumente destinada à venda de jornais, cigarros, bebidas etc” e em Ferreira (2004) como “pequeno pavilhão de estilo oriental, para abrigo ou armação de praças e jardins”. Machado (1987) define essa unidade lexical como “do fr. *Kiosque*, este turco *kieuchk* (do persa *kouchk*) propriamente

‘pavilhão de jardim’ [...]”. Nota-se que o item lexical *quiosque/quiosquinho* na contemporaneidade está recebendo um novo sentido, já que é comum, sobretudo em shows e em clubes a instalação de *quiosques* para venda de bebidas e de guloseimas, portanto, é possível que, devido à popularidade dessa forma, os informantes de Poxoréu e de Corumbá tenham atribuído ao conceito em causa essa designação, mesmo que a arquitetura do estabelecimento *quiosque* seja bem distinta da forma física de um *bar* ou *boteco*.

Passemos ao exame das unidades lexicais de uso comum, sobretudo nos centros urbanos: *mercado*, *comércio*, *conveniência*, e *lanchonete*. A unidade lexical *mercado* em Bluteau (1712-1728) está definido como “feira. O lugar onde se compra, & vende. Mercado” e em Moraes (1813) como “mercar. Dar de mercado; vender barato, por baixo preço”. Já Houaiss (2001) define esse item lexical como “lugar público (coberto ou ao ar livre) onde negociantes expõem e vendem gêneros alimentícios e artigos de uso rotineiro” e Ferreira (2004), entre outras acepções, como “lugar onde se comerciam gêneros alimentícios e outras mercadorias”. Observa-se que o sentido de mercado é mais amplo, nomeia o estabelecimento destinado à venda de vários produtos. É possível que os jovens de São Félix do Araguaia, Poxoréu e de Cuiabá tenham usado esse item lexical por desconhecimento do referente e por associação aos diferentes tipos de mercado, que cada vez mais comercializam diversos produtos, na sociedade contemporânea.

O mesmo pode-se dizer do uso da unidade lexical *comércio* que está registrada em Bluteau (1712-1728) como “commercio, negócio mercancia, ou dinheiro com mercadores naturaes, e[st]ranhos” e em Moraes (1813) como “a troca de produções naturaes, ou arte, por outra mesma natureza, ou por dinheiro”. As obras contemporâneas, por sua vez, definem essa unidade lexical como “o conjunto dos estabelecimentos que exercem o comércio num país, numa cidade, num bairro etc” (HOUAISS, 2001) e como “permutação, troca, compra e venda de produtos ou valores; mercado, negócio, tráfico”. Cabe lembrar que, segundo as dez características elaboradas por Palen (1975, p.31), para definir a evolução urbana, a nona é o comércio, o que ratifica o uso dessa variante como marca de urbanização da fala do jovem centroestino.

Já a unidade léxica *conveniência* não está dicionarizada nos dicionários pesquisados no sentido apresentado pelo jovem de Diamantino - MT, porém, a pesquisa com o auxílio da ferramenta Google identificou 6.610.000 ocorrências desse item lexical, sendo a maioria deles anúncios de comércio, onde o principal produto é a bebida. Porém, nota-se que esse informante nomeou o referente associação à realidade em que ele está inserido, em que é comum nomear o estabelecimento em que se comprem bebidas por *conveniência*. O mesmo

ocorre com o uso de item lexicial *lanchonete* que está definido em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004) como oriunda do inglês, *luncheonette*. Esses lexicógrafos classificam essa unidade lexical como regionalismo do Brasil que nomeia “pequeno restaurante que serve refeições ligeiras, ger. no balcão” (HOUAISS, 2001) ou um brasileirismo que dá nome ao “estabelecimento especializado no preparo de refeições ligeiras, servidas ger. no balcão” (FERREIRA, 2004).

O estudo demonstrou que as formas *mercado*, *comércio*, *conveniência*, e *lanchonete* – comuns em grandes cidades – não nomeiam especificamente “um lugar pequeno, com balcão, onde os homens costumam ir beber”, mas se relacionam aos semas contidos na segunda parte do conceito “onde também se pode comprar alguma outra coisa”. O uso desses itens lexicais é comum no cotidiano dos habitantes citadinos, sobretudo os de origem inglesa que, de certa forma, também representam a influência linguística (cultural) dos norte-americanos na sociedade brasileira.

Diante do exposto, foi observada a influência de outras comunidades linguísticas na fala dos habitantes da região Centro-Oeste do Brasil, sendo uma delas na unidade lexical *boteço/botequim* que, segunda as obras consultadas é um termo usual na região Sul do Brasil; de *lanchonete*, influência da língua inglesa e o item lexical *armazém* que se configura como um regionalismo de Portugal. Também foi registrada a presença de unidade lexical oriunda das línguas africanas: *quitanda*. Já o uso *bolicho* apenas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul deixa transparecer aspectos da história social da região Centro-Oeste e confirma o léxico como o nível da língua que evidencia marcas históricas, culturais e sociais de uma comunidade de fala. De modo geral, os resultados obtidos por meio da análise do conjunto de questões “rurais” confirmam que não é possível estabelecer um limite preciso entre as variantes rurais e as urbanas, analisando-as meramente do ponto de vista dicotômico, considerando de um lado unidades léxicas rurais e do outro lado as urbanas.

Verificamos, pois, uma mescla em que unidades lexical tipicamente rurais dividem espaço com o mundo urbano. Nesse contexto, confirma-se na linguagem dos habitantes da região Centro-Oeste um *continuum* em que alguns referentes rurais foram nomeados por itens lexicais típicos do mundo urbano e referentes do mundo urbano nomeados por formas comuns em ambientes rurais, dados que ratificam o fato de na contemporaneidade esses dialetos (rural/urbano) dependerem um do outro. Segundo nossa percepção sempre haverá essa dependência, pois referentes rurais e urbanas sempre existirão e o falante nomeará cada realidade segundo a sua cultura, ora atribuindo-lhe designações distintas, ora designação que nomeiam outros referentes.

Considerações finais

Entende-se que as leituras referentes às questões de ordem geográfica, urbanística, sociológica, histórica, econômica e cultural contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, que resultou neste trabalho, uma vez que é no léxico que essas e outras questões estão refletidas. Ao tomar conhecimento da realidade sócio-histórica de uma localidade, o pesquisador obtém subsídios para compreender questões de ordem linguística presentes na fala do homem contemporâneo, sobretudo no que se refere ao caráter conservador do léxico e a casos de unidades léxicas que na contemporaneidade adquiriram novos sentidos.

A compreensão das diversas formas como os espaços rural e urbano foram interpretados ao longo dos séculos pela Sociologia rural e urbana e pela Geografia, foi fundamental para a análise dos dados linguísticos examinados. As discussões apresentadas acerca da noção de *dicotomia* e de *continuum* propiciaram uma reflexão sobre a forma de entender os espaços rural e urbano que, por extensão, proporcionaram uma reflexão acerca da natureza do vocabulário rural e urbano. Dessa forma, não é possível analisar as variantes ligadas ao universo rural e ao universo urbano por meio de uma visão *dicotômica* tradicional, em que o falar rural é visto como o velho e atrasado e o falar urbano como novo e o moderno, sim, considerar que tanto as unidades léxicas tipicamente rurais como aquelas oriundas do processo de urbanização enriquecem o sistema da língua e deixam transparecer a mudanças sócio-histórico-culturais que afetam um povo.

A análise das unidades lexicais reunidas nos três grupos estabelecidos para este estudo evidenciou as seguintes tendências: no grupo das perguntas cujo conteúdo remete especificamente a referentes do universo rural notou-se que os aspectos diageracional e diassexual foram mais produtivos, à medida que entre os informantes jovens foi documentado o maior índice de não resposta, o que evidencia o desconhecimento de unidades léxicas específicas do meio rural entre os informantes da primeira faixa etária. Já os informantes da segunda faixa etária demonstraram maior conhecimento de itens lexicais que nomeiam especificamente aparatos do mundo rural, o que não ocorreu entre as informantes do sexo feminino da primeira faixa etária, que tiveram mais dificuldade em atribuir designações a conceitos tipicamente rurais, sobretudo para os objetos ligados à atividade da pecuária. Nenhuma das entrevistadas desse perfil mencionou, por exemplo, as unidades lexicais *cangalha* ou *canga* que se relacionam à lida com o gado. Já no que se refere às questões relacionadas ao fogão à lenha, as informantes do sexo feminino com os referentes, o que se reflete nas respostas fornecidas.

Já no grupo das perguntas que contemplam conceitos voltados diretamente para referentes do mundo urbano notou-se especificidades, sobretudo do ponto de vista diatópico. No Estado de Goiás, observou-se tendências diferenciadas dos demais Estados pesquisados: (i) o uso do item lexical *semáforo* obtido como resposta para a pergunta 194/QSL, mais produtivo apenas no interior de Goiás; (ii) a ocorrência da unidade lexical *passeio* como resposta para a pergunta 196/QSL, no interior de Goiás, ao passo que nos demais Estados esse item lexical foi registrado apenas nas capitais. O uso dessa unidade lexical também evidencia traços de conservadorismo linguístico, já que foi mencionada apenas entre os informantes da segunda faixa etária; (iii) Goiás foi o único Estado onde não foi documentada a unidade lexical *bolicho*, de alta produtividade em todas as localidades dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul e (iv) a forma *buraca* (variante fonética de *bruaca*) na região Centro-Oeste foi documentada apenas no interior de Goiás independente do perfil do entrevistado.

Ainda no grupo das perguntas voltadas para o universo urbano, foram identificadas semelhanças lexicais, dentre outras: (i) os dados obtidos na cidade de Corumbá/MS evidenciam similaridades com das cidades Cáceres/MT, Cuiabá/MT e Diamantino/MT, como ocorreu com o registro de *lombada* resposta obtida na questão 195/QSL; (ii) os itens lexicais recolhidos em Paranaíba/MS aproximou-se com os coletados em Quirinópolis/GO, como ocorreu com a unidade lexical *bola* (também resposta para a pergunta 196/QSL) coletado apenas nessas duas localidades; (iii) o falar de Barra do Garça/MT se aproxima do falar goiano, como ilustra o uso, nessa cidade mato-grossense, da unidade lexical *queijinho* que se configura como uma variante típica de Goiás para nomear *rotatória* (questão 196/QSL).

Já as perguntas que abrigam conceitos relativos a referentes comuns aos dois espaços (rural e urbano) confirmaram a presença tanto de vocabulários rurais quanto urbanos na fala dos habitantes da região Centro-Oeste, o que aponta para a existência de um *continuum* em termos de marcas de urbanização e de ruralidade no léxico do homem centroestino. No conjunto dos dados analisados foi, ainda, identificada a influência de alguns termos oriundos de outras línguas na fala dos habitantes da região Centro-Oeste como: *sapicuí* do guarani; *bolicho* do espanhol; *lanchonete* do inglês; *alforge* do árabe e alguns termos oriundos da língua africana, como *capanga*, *quitanda* e *juvu*. Dentre os Estados investigados, Mato Grosso foi o que apresentou maior índice de unidades léxicas que deixam transparecer marcas do período da escravidão, como o uso de *quitanda* e de *juvu* (da língua africana) e o registro de *venda/vendinha*, unidade léxica que nos séculos passados dava nome ao estabelecimento humilde aberto por negros livres da escravidão. Esses dados confirmam a importância do léxico como um índice revelador da cultura de um povo.

Este estudo confirmou, enfim, que o acervo lexical de uma língua pode sofrer alterações, dependendo da história da região e das condições sociais do falante, como ficou evidenciado na amostra do léxico dos habitantes do Brasil Central, aqui estudada, por sua vez, ainda é bastante marcada por traços de ruralidade, em virtude das próprias características econômicas da região Centro-Oeste. Além dessas marcas que evidenciam o caráter conservador do léxico, o estudo identificou casos inovações lexicais fruto da contemporaneidade que é caracterizada por um processo vertiginoso de avanços tecnológicos.

Por fim, pôde-se constatar que o vocabulário dos habitantes da região Centro-Oeste contém unidades lexicais típicas tanto do mundo rural quanto do mundo urbano, o que aponta para a existência de um *continuum* em termos de marcas de urbanização e de ruralidade no léxico do homem centroestino.

Referências

- ABREU, Weider Rocha de. *Presença do léxico bandeirante no falar rural formosense*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade Federal de Brasília – UNB, Brasília. 2009.
- AGUIAR, Francismar Francisco Alves; PINHO, Reinaldo A.; *Paul-brasil: caesalpinia echinata Lam. Árvore nacional*. São Paulo: [s.e.] 2007. p. 1 - 35. Disponível em: http://www.pau.brasil.nom.br/PAU_BRASIL_2007_francismar.pdf Acessado em 23 de fev. 2011.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- AJARA, Cesar. População. In: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Geografia do Brasil – Região Centro-Oeste*. v.1. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, p.123-148.
- ALMEIDA, Joyce Eliane de. *www.fogãoalenha.com.br: a influência da urbanização na fala de informantes rurais*. 2004. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Linguística) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2004.
- ALVES, Maria Ieda. Lexicologia: uma entrevista com Ieda Maria Alves. *ReVEL*, v.9, n. 17, 2011, p.430-442. Disponível em http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/21/entrevistas/revel_17_entrevista_ieda_maria_alves.pdf>, acessado 22 ago 2011.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Est. Bibliogr. Por Affonso Taunay; notas de Fernando Sales. 3. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1982. (Reconquista do Brasil; nova série; v. 70).
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva; MENEZES, Cleuza Bezerra de. *Atlas Linguístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.
- _____. Os estudos geolinguísticos no Brasil: dos atlas regionais ao ALiB. In: CARDOSO, Suzana Alice Macelino; MOTA, Jacyra Andrade. (Orgs.) *Documentos 2 – Projeto Atlas lingüístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006.
- ARIOCH, David. A bela jardineira deixou saudades. In. *Jornalismo Cultural* [blog]. Paraná: Paranavaí, 16 ago 2010. Disponível em <http://davidarioch.wordpress.com/2010/08/16/a-velha-jardineira-deixou-saudades/> acesso em 03 dez 2011.
- ARISTÓTELES. *Política*. Brasília, Editora da UnB, 1985 (Biblioteca Clássica UnB).
- AUGUSTO, Vera Lúcia Dias dos Santos. Linguagem criptológica dos “laranjais” no município de Foz do Iguaçu fronteira: Brasil-Argentina. In: MARTINS, Evandro Silva; CANO, Waldenice Moreira; MORAES FILHO, Waldenor Barros (Orgs). *Léxico e morfologia: perspectivas e análises*. Uberlândia: EDUFU, 2006. P. 27-64 (Linguística in foco 4).
- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Editora Lexikon, 2006. Disponível em http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital Acesso em 03 de maio de 2011.
- BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. *A estrutura mental do léxico*. In: *Estudos de filologia lingüística*. São Paulo: Queiroz/EDUSP, 1981.

_____. *Teoria Linguística (teoria lexical e computacional)*. 2.ed. São Paulo: Martins Fonste, 2001a.

_____. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. de; ISQUERDO, A. N. (orgs). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2. Ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001b, p. 13-22.

_____. Léxico e vocabulário fundamental. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v.40, 1996. p. 27-46. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3994> acesso 27 de ago 2011.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. (Acervos on-line). Disponível no site <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em 03 de maio de 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora? sociolinguística & educação*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005. (Língua[gem]; 11).

BOTELHO, José Mario; LEITE, Isabelle Lins. Metaplasmos contemporâneos – um estudo acerca das atuais transformações fonéticas da Língua Portuguesa. In: *II Congresso de Letras da UERJ – São Gonçalo (II CLUERJ- SG)*, 2005, São Gonçalo. Anais do II CLUERJ- SG. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/cluerj-sg/anais/ii/completos/comunicacoes/isabellelinsleite.pdf>> Acesso em 29 dez 2011.

BRAGANÇA-JORNAL DIÁRIO, *Ciclo do pau-brasil, da Cana e do café no Brasil*. Bragança Paulista, 27 de nov. 2009. p.5. Disponível em: http://www.bjd.com.br/css/bjotinha271109_A.pdf.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL, Ministério do Interior Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). *Plano de desenvolvimento da Região Centro-Oeste*. 2.ed. Brasília, 1988.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El Rei D. Manuel. Dominus: São Paulo, 1963. [1500]. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2003)

[select_action=&co_obra=2003](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2003).

CARDOSO, Suzana Alice Macelino. A geolinguística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional?. *Revista GELNE* (Grupo dos Estudos Linguísticos do Nordeste), v.4, n.2, p.1-16, 2002. Disponível em <http://www.gelne.ufc.br/revista_ano4_no2_12.pdf>, acesso em 6 jun. 2011.

_____. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Língua[gem]; 40).

_____. Caminhos da Dialetologia brasileira. In: *ABRALIN: 40 anos em cena*. HORA, Demerval da; ALVES Eliane Ferraz; ESPÍNDOLA Lucienne Claudete. (orgs). João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

_____, FERREIRA, Carlota da Silveira. *O léxico rural: glossário, comentários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

_____; FERREIRA, Carlota. *A Dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Trad. Arlene Caetano. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1983. (Pensamento Crítico; v.48).

CASTRO, V. Sant'Ana. O perfil dos informantes do Atlas linguístico do Brasil (ALiB). Revista GEL (Grupo de Estudos Linguísticos). São Paulo, v.38, n.2, p.345-353, maio/ago.2009. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N2_27.pdf, acesso em 6 jun. 2011.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. La dialectología. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros, 1994.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. (2001) *Atlas Linguístico do Brasil: Questionário 2001*. Londrina: EDUEL.

COSERIU, Eugenio. *Teoria del lenguaje y linguistica general*: cinco estudios. 3. ed. Madrid: Gredos, 1978. (Biblioteca romanica hispanica ; 2. Estudios y ensayos ; 61).

_____. *O homem e a sua linguagem*: estudos de teoria e metodologia linguistica. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1982. (Coleção linguagem;16).

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

_____. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 4ª ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1998.

CUNHA, Celso. O português e sua origem rural. In: _____. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977, p. 67-85.

_____. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. (Coleção Diagrama; 10).

CUNHA, José Marcos de Pinto da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. *Revista Brasileira de Estudos da População*. 2006, vol.23, n.1, p.87-107. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a06.pdf> Acesso em 01 dez 2011.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Livro de ouro da História do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

DICIONÁRIO INFORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2006-2011. Disponível <http://www.dicionarioinformal.com.br/buscar.php>. Acessado em 08 nov 2011.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de estudos pedagógicos - INEP. Ministério da educação e cultura, 1960.

DUARTE, Aluísio Capdeville. O Centro-Oeste na organização regional do Brasil. In: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Geografia do Brasil – Região Centro-Oeste*. v.1. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, p.15-20; 244-267.

DUBOIS, Jean. et al. *Dicionário de lingüística*. [direção e coordenação geral da tradução Izidoro Blikstein]. São Paulo: Cultrix. 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *A norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERRAZ, Aderlande Perreira. Neologismo na publicidade impressa: processos mais frequentes no português do Brasil. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. *As Ciências do Léxico*. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. v. III, Campo Grande: Editora da UFMS, 2007, p. 53-75.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Curitiba: Positivo, 2004. Versão 5.0.

FERREIRA, Carlota, et. al. *Atlas Linguístico do Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Aracaju: Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

GOLGHER, André Braz; MARQUES, Denise Helena França. *A migração urbano/urbano, rural/urbano, urbano/rural e rural/rural no Brasil: a busca de padrões e de diferenças - implicações para a pobreza rural*. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. Realizado em Caxambu-MG, de 18 a 22 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_264.pdf.

GUIRAUD, Pierre. *A Semântica*. Rio de Janeiro: DEIFEL, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982. (Coleção documentos brasileiros).

HOUAISS, Antonio. *O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

INNOCENCIO, Ney Rodrigues. Hidrografia. In: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Geografia do Brasil – Região Centro-Oeste*. v.1. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, p.73-90.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Vocabulário regional na Amazônia acreana. *ALFA: Revista de Linguística* (ILCSE/UNESP), São Paulo, n.42 (n. especial) p. 93-107, 1998. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/issue/view/298/showToc>>, acesso 24 de agosto 2011.

_____. *Atlas regionais em andamento no Brasil: perspectivas metodológicas* In: AGUILERA, V. de A. (Org.) *A Geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Editora da UEL, 2005. (p. 333-356).

_____. Achegas para a discussão do conceito de regionalismos no Português do Brasil. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo: UNESP, v. 50, n. 2, 2006, p. 9-24. Disponível <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1408/1109>>, acesso em 12 maio 2012.

_____. A propósito de dicionários de regionalismos do português do Brasil. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. *As Ciências do Léxico*. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. v. III, Campo Grande: Editora da UFMS, 2007a, p. 193-208.

_____. Revisitando os conceitos de rural e urbano no português do Brasil: contribuição do Projeto AliB. Trabalho apresentado XXV CILPR - Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes. Innsbruck, 2007b. Aceito para publicação na Actes du XXV^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes. Max Niemeyer Verlag.

_____. Normas lexicais no português do Brasil e desafios para a lexicografia brasileira. In: MAGALHÃES, José Sueli; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Orgs). *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2008, 447-458.

LEITE, Yonne; FRANCHETTO, Bruna. 500 anos de língua indígena no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATOS e SILVA, R. V.

(Orgs). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

LIMA, Caline Genise de Oliveira. Léxico - o possível encontro entre língua, cultura e sociedade. *Dominium: Revista Científica da faculdade de Natal/FAL*. v. 2, n. 8, p.1-11, maio/ago, 2010. Disponível em <http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a8_v2/>, acesso 19 de set 2011.

LOPES, Michelly de Lourdes; GOUVEIA, Camilla Ferreira. As relações campo/cidade e rural/urbano no município de Tupaciguara-MG: um estudo de casos. In: *IV Seminário de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária*. Realizado em Niterói-RJ, de 29 de out. a 02 de nov. de 2009. Disponível em <<http://www.uff.br/vsinga/Trabalhos/Trabalhos%20Completo/Michelly%20de%20Lourdes%20Lopes.pdf>>, acesso em 02 fev. 2011.

LORENTE, L. A lexicologia como ponto de encontro entre a gramática e a semântica. In: *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. p.19 - 29.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. (Org.). *Linguística da norma*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 63-92.

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: J.Zahar. 1981.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

MAGALHÃES, Basílio. de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1935, vol.45 (Bibliotheca Pedagogica Brasileira, Série V, “Brasilândia”).

MARCELLO, Maria Francisca do Rosário Bueno. *Brasil do boi: análise dos meios, suas limitações e a busca de uma linguagem mais eficiente*. Campinas, 1996. (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000107484&fd=y>>, acesso 29 ago 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito do espaço de rural em questão. *Revista Terra Livre*. São Paulo, ano 18, n.19, p.95-112, jul./dez.2002. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/MARTA.pdf>>, acesso em 03 maio 2012.

MARTINS, Maria Sílvia Cintra. *Entre palavras e coisas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

MATEUS, Maria Helena Mira. Se a língua é uma factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes? In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (Orgs). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

MORAES, Luzia Elizaberth Prado de. *Relances de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Cortesia Matriz, 1979.

MORAIS SILVA, Antônio de. (1813) *Diccionario da Lingua Portuguesa* – Lisboa: Tipographia Lacérídina, Tomos I e II. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp> acesso em 10 maio. 2012.

MOTA, Jacyra Andrade. A UFBA lançará livro inédito de Atlas Linguístico Brasileiro. *A tarde*. Salvador. 19 de jun 2011. Disponível em <http://www.atarde.com.br/> acesso de 19 de jun 2011.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. II. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001.

PALEN, J. John. *O mundo urbano*. Trad. Ronaldo Sérgio de Biasy e Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

PAULA, Maria Helena de. *Rastro de velhos falares – léxico e cultura no vernáculo catalano*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Federal Júlio de Mesquita Filho. Araraquara. 2007.

PONTE, Karina Furini. (Re) pensando o conceito de rural. *Revista Nera* (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária). Presidente Prudente, ano7, n. 4, p.20-28, jan/jul, 2004. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/04/02_Karina.pdf>, acesso em 28 de mar. 2011.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 12ªed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

REIS, Douglas Sathler dos. O rural e o urbano no Brasil. In: *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 15, n.25, p 77-92, 2005. Disponível em <http://www.pucminas.br/documentos/geografia_25_art05.pdf>, acesso em: 29 de mar 2011.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1970 (Coleção Documentos Brasileiros).

RIBEIRO, José et al. *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura - Casa de Rui Barbosa - Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RODRIGUES, F. Contreiras. *Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana Belli. *Em busca de uma história para o léxico rural paranaense*. 2007. 378 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina.

ROSSI, Nelson. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1963.

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência: ensaios*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961. (Coleção Filologia e Linguística).

_____. *A Linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad. Joaquim Mattoso Câmara Junior. 2.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert; RIEDLINGER, Albert (Orgs.) 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA NETO, Serafim. *História da Língua Portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Presença [Brasília]: INL. 1986. (Coleção linguagens; 11).

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Clacso – Consejo Latinoamericano

de Ciencias Sociales, 2001. (Coleção Grupos de Trabalhos). p.67-79. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/osorio.pdf>>. Acesso em 03 dez. 2010.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano. (1929) In: Marins, J. S. Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1986.

TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas (Tomo II)*. 3º vol. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto; HESPAHOL, Antônio Nivaldo. A região Centro-Oeste no contexto das mudanças agrícolas ocorridas no período pós-60. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção de Três Lagoas/MS*. Três Lagoas, v.1, n.3, maio 2006. p. 52-66 Disponível em: www.cptl.ufms.br/revista-geo/jodenir_antonio.pdf. Acesso em 05 dez. 2010.

TEIXEIRA, José Aparecido. *Estudos de Dialectologia portuguesa. Linguagem de Goiás*. São Paulo: Editora Anchieta, 1944.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. *Revista Ciência e cultura*, abr/jun. 2004, vol.56, no2, p.26-29 Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a16v56n2.pdf>>, acessado 22 de mar de 2011.

_____. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

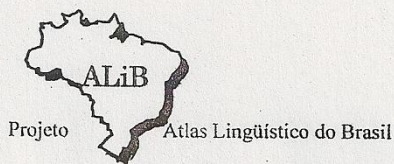
VIANNA, Hélio. *História do Brasil: Período Colonial*. v.1. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

ZÁGARI, Mário Roberto. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderli de Andrade (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 2005. p. 47-72 .

WERNER, Reinhold. La definición lexicográfica. In: HAENSCH, Günther; WOLF, Lothar; ETTINGER, Stefan; WERNER, Reinhold. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.p 21-94.

ANEXO I

Autorização para a utilização do banco de dados do Projeto ALiB



DECLARAÇÃO

Ao utilizar como referencial empírico do trabalho de Pós-Graduação, intitulado **Em busca do falar rural na região Centro-Oeste: um estudo geolinguístico**, que desenvolvo sob a orientação **Aparecida Negri Isquendo**, Diretor Científico do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (**Projeto ALiB**), dados do *corpus* desse Projeto, **declaro**:

1. Estar ciente de que os materiais do Banco de Dados do **Projeto ALiB** a mim facultados não podem ser repassados, enquanto conjunto de dados, a outro(s) pesquisador(es) e/ou interessado(s) na matéria.
2. Ter pleno conhecimento de que a divulgação parcial ou final do trabalho deve ser sempre acompanhada da indicação da fonte (Banco de Dados do Projeto ALiB) e da citação do nome do orientador.
3. Autorizar que os resultados da análise por mim efetuada sejam utilizados nas publicações do Atlas Lingüístico do Brasil, em quaisquer dos volumes que venham a integrar a coleção, mediante a indicação da fonte e a citação do meu nome.
4. Oferecer a minha contrapartida ao Atlas Lingüístico do Brasil colaborando, se requerido, na transcrição de dados, catalogação e cópia de materiais e em outras atividades que não impliquem a pesquisa de campo.

E por estar de acordo, firmo a presente DECLARAÇÃO que tem, também, o CIENTE do Orientador.

Campo Grande, 08 de fevereiro de 2010

Luciene Gomes Freitas
Luciene Gomes Freitas

RG: 00143241-7 – SSP/MS CPF: 005.764.581-71

CIENTE

[Assinatura]
 Orientador: Profa. Dra. Aparecida Negri Isquendo
 Diretor Científico

REGISTRADO no 009
 Projeto ALiB sob nº

[Assinatura]
 Projeto Atlas Lingüístico do Brasil
 Suzana Alice Marcelino Cardoso
 Diretora-Presidente

Índice remissivo

A

acostamento, 198, 201, 207
Agium Seach, 25
alça, 158, 206, 243, 247, 249, 250, 252, 254
alforje, 108, 112, 114, 119, 120, 121, 122, 125, 131, 134, 135, 140, 149, 150, 151, 154, 157
anel viário, 208, 212, 215, 218, 219
arreio, 107, 108, 109, 112, 114, 118, 119, 120, 121

B

balaio, 140, 149, 152, 154, 158
balança mas não cai, 219, 225, 234
balão, 208, 215, 217, 218, 219
baleia, 219, 225, 230, 234
bar/barzinho, 283, 289, 293, 301
baú, 140, 142, 144, 154, 156, 219, 225, 230, 234
baú de couro, 140, 154, 156
beirada, 10, 198, 201, 202, 203, 204, 207
besta, 107, 219, 225, 230, 232
bico, 270, 273, 277, 278, 282
bola, 208, 212, 215, 217, 218, 219, 305
bolicho, 11, 17, 283, 287, 289, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 303, 304, 305
bolsa, 20, 78, 93, 135, 140, 154, 155, 156, 157
bornal, 140, 149, 150, 151, 152, 154, 158
boroca, 140, 149, 150, 151, 154, 157
borra, 160, 163, 164, 170, 171, 257, 265, 266, 268
borralho, 10, 20, 78, 93, 160, 163, 165, 169, 170, 171, 265
boteeco/botequim/butiquim, 283, 287, 289, 293, 298
braço, 243, 247, 249, 253, 254
brasa, 160, 163, 170, 171, 257, 265, 266, 268, 269, 270
bruaca, 15, 20, 78, 86, 93, 117, 140, 142, 144, 145, 146, 147, 154, 155, 265
buraca, 140, 146, 147, 154, 155

C

cabeça de baiano, 187, 189, 191, 193, 197
cabeçalho, 9, 122, 125, 131, 133, 134, 135, 243, 247, 252, 255, 256
cabo/cabinho, 243, 247, 249
cabresto, 94, 97, 100, 107
caçua, 140, 149, 150, 151, 151, 154, 156, 159
caixa de couro, 140, 154
caixote de couro, 140, 156
calçada, 10, 21, 79, 93, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 207
cambão, 8, 94, 97, 99, 106, 107, 122, 125, 127, 130, 131, 133, 134, 135
candeia, 270, 273, 278, 280, 281
canga, 8, 9, 12, 13, 20, 78, 93, 94, 97, 99, 103, 105, 106, 108, 111, 112, 114, 117, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 169, 255, 304
cangalha, 9, 13, 20, 78, 93, 94, 97, 99, 103, 105, 107, 108, 111, 112, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 130, 131, 133, 135, 140, 149, 150, 151, 154, 156, 159, 304
capanga, 140, 142, 149, 150, 151, 154, 157, 159, 305
carburação, 257, 265, 266, 268, 269
cargueiro, 108, 112, 114, 117, 119, 156
carrinho, 11, 21, 79, 93, 133, 235, 238, 240, 241, 242, 252, 254, 256
carrinho de ferro, 235, 238, 240, 241
carrinho de mão, 11, 21, 79, 93, 134, 235, 238, 240, 241, 252, 254, 256

carriola, 11, 21, 79, 93, 235, 238, 240, 241, 254, 256
carro de ferro, 235, 238, 241, 242
carro de mão, 235, 236, 238, 241
carroça/carrocinha, 235, 238, 241, 242
carvão, 160, 163, 170, 171, 257, 260, 265, 266, 267, 268, 269, 270
cata-corno, 219, 225, 230, 233, 234
celebrim, 270, 273, 278, 280
cesto, 107, 156, 157, 158
cinza, 91, 159, 160, 163, 166, 170, 171, 268, 269
cinza quente, 160, 163, 170, 171, 269
circular, 208, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 225, 227, 229, 230, 231, 255
cofo, 140, 149, 150, 151, 154, 156
coleira, 94, 97, 100, 106, 107
coletivo, 58, 219, 221, 222, 223, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232
comércio, 29, 35, 37, 44, 46, 61, 68, 232, 283, 287, 296, 297, 299, 300, 301, 302
continuum de arcaísmo, 66, 67
continuum, 6, 7, 8, 29, 30, 65, 66, 74, 282, 303, 305, 306
continuum de urbanização, 65, 74
contorno, 208, 212, 214, 216, 219
corrimão, 243, 247, 252, 254, 255
cruzamento, 8, 81, 208, 212, 215, 216, 217, 219

E

espinho-de-juvu, 133

F

farol, 172, 177, 183, 186, 187, 270, 273, 277, 278, 279
farolete, 172, 177, 183, 187, 270, 273, 275, 278, 279
foco, 19, 44, 270, 273, 278, 279, 307
forquilha, 20, 78, 93, 94, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 122, 125, 131, 134, 135
fuligem, 21, 79, 93, 257, 265, 266, 267, 269
fumaça, 257, 260, 265, 266, 267, 268, 269
fuso, 140, 149, 150, 152, 159

G

gancho, 94, 97, 100, 106, 107
guarda-mão, 198, 201

J

jardineira, 8, 219, 225, 230, 232, 233, 307
juvu, 122, 125, 127, 130, 131, 133, 305

L

lâmpada, 270, 273, 278, 279, 281, 282
lâmparina, 270, 273, 276, 278, 280, 281, 282
lâmpião, 186, 270, 273, 278, 279, 280, 281, 282
lanchonete, 283, 287, 301, 302, 303, 305
lanterna, 21, 79, 93, 186, 270, 273, 274, 278, 279, 281
lateral, 197, 198, 201, 204, 207
lombada, 10, 187, 189, 191, 193, 196, 198, 305
lotação, 219, 225, 230, 231
luminoso, 172, 177, 183, 186, 187, 279

M

mão/ mão de pau, 243
mercearia, 283, 287, 289, 299, 300
microônibus, 219, 225, 229

O

ondulação, 187, 189, 191, 197, 198
ônibus, 21, 53, 79, 93, 219, 221, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234
ônibus urbano, 219, 225

P

passarela, 10, 198, 202, 203, 206
passoio, 10, 17, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 304
pegador/pegador de mão, 243, 247, 249, 252, 254
pega-mão, 243, 247, 249, 252, 254
picão, 257, 265, 266, 269
picumã, 11, 257, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269
pluma preta, 257, 265
pucumã, 11, 257, 260, 261, 267, 269

Q

quaieira, 94, 100, 107, 122, 125, 131, 134, 135
quebra-molas, 21, 54, 79, 93, 187, 191, 193, 196, 198
queijo/queijinho, 208, 212, 214
quiosque/quiosquinho, 283, 287, 301

R

rabo, 9, 243, 247, 252, 255, 256
redondo, 33, 158, 208, 212, 214, 217, 218, 219, 231, 234, 267
retorno, 52, 208, 212, 215, 217, 219
roda mão, 243, 247, 254
rodatória, 209, 210, 212, 216, 219
rolinho, 257, 265, 266, 269
rotatória, 21, 79, 93, 208, 212, 214, 216, 219
rótula, 21, 79, 93, 208, 212, 214, 215, 218, 219
rural, 4, 5, 6, 7, 12, 13, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 47, 50, 51, 53, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 87, 93, 94, 104, 105, 107, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 127, 130, 134, 135, 146, 150, 156, 158, 159, 166, 169, 170, 171, 172, 235, 242, 243, 253, 256, 263, 266, 267, 269, 270, 277, 280, 282, 303, 304, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312
rural/urbano, 24, 29
rurbana, 65, 66, 75
rurbanas, 303
rurbano, 235
RURBANO, 79, 93

S

sapicué, 140, 149, 150, 151, 154, 157, 305
segurador, 243, 247, 252, 254
sela, 108, 112, 114, 119, 120, 121, 155, 159
semáforo, 10, 20, 78, 93, 172, 177, 179, 183, 184, 185, 186, 187, 304
silhão, 140, 149, 150, 151, 154, 159
sinal, 10, 20, 78, 93, 172, 177, 180, 181, 183, 185, 186, 187
sinaleiro, 10, 20, 78, 93, 172, 177, 179, 183, 184, 185, 186, 187, 217
sinalização, 45, 172, 177, 183, 185, 186, 187, 197, 198, 216

T

tartaruga, 10, 187, 189, 191, 193, 196, 197
teia, 257, 260, 265, 266, 267, 269
tisna, 257, 265, 266, 267, 269
tocha, 270, 273, 278, 280, 281
tralha do cavalo, 108, 112, 114, 119, 121
transporte coletivo, 219, 221, 223, 231, 232

trevo, 208, 212, 214, 218, 219

trole, 235, 238, 240, 242, 243

tucumã, 11, 257, 258, 260, 261, 263, 265, 266, 267, 269

U

urbanização, 6, 8, 12, 19, 27, 28, 30, 31, 49, 50, 51, 63, 65, 66, 67, 69, 74, 218, 232, 256, 269, 282, 297, 302, 304, 305, 306, 307

urbano, 5, 6, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 46, 47, 51, 53, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 73, 74, 75, 78, 79, 93, 159, 172, 177, 185, 186, 215, 217, 219, 223, 230, 231, 232, 234, 235, 243, 253, 256, 269, 270, 277, 282, 296, 303, 304, 305, 306, 309, 310, 311, 312, 313

URBANO, 0, 1, 2, 17, 78, 93, 172, 219

V

van, 219, 225, 229, 232

vapor quente, 160, 163, 164, 170, 171

varal, 243, 247, 252, 255, 256

vela, 270, 273, 276, 278, 280, 281

venda/vendinha, 15, 283, 287, 289, 295, 296, 297, 299, 305

volante, 243, 247, 252, 255, 256